



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1060

Terça-feira - 21 de Agosto de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	1
Antônio Carlos	10
Biguaçu	14
Braço do Trombudo	18
Caçador	19
Campo Alegre	23
Campos Novos	23
Canoinhas	24
Capinzal	27
Catanduvas	27
Chapadão do Lageado	27
Concórdia	28
Cordilheira Alta	29
Corupá	29
Curitibanos	30
Forquilha	47
Fraiburgo	48
Garopaba	48
Gaspar	50
Governador Celso Ramos	51
Guaramirim	51
Imbituba	51
Itaiópolis	52
Itapoá	52
Joaçaba	53
Lages	72
Lauro Muller	72
Leoberto Leal	73
Lindóia do Sul	74
Luzerna	76
Meleiro	77
Navegantes	79
Palhoça	80
Peritiba	83
Pinheiro Preto	83
Porto União	84
Rio do Sul	86
São Bento do Sul	107
São Lourenço do Oeste	286
São Pedro de Alcântara	289
Schroeder	294
Timbó	322
Videira	323
Vitor Meireles	325

Associações

AMUREL	325
--------	-----

Consórcios

CIGA	326
CIM-AMAVI	327
CINCO	331

Água Doce

PREFEITURA

Lei N° 2.100/2012

LEI N° 2.100/2012 - DE 07 DE AGOSTO DE 2012.

"AUTORIZA RECEBER EM DOAÇÃO COM ENCARGOS BEM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação com encargos, do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, inscrito no CNPJ nº 01.612.452/0001-97, o seguinte bem:

- Uma retroescavadeira 4X4, nova, motor Scout Nat. ASP Canopy, Retroescavadeira e pá carregadeira frontal, marca JCB, modelo 3C, fabricação nacional, motor diesel, potência bruta 85HP, pneus traseiros 19,5X24L2 12L e pneus dianteiros 14X17,5 10L, cabine aberta tipo "ROPS" e "FOPS", com parabrisa frontal, caçamba frontal 1,1 m³, braço fixo para depósito, nº série 1790930, chassi nº 9B9214T44CBTD4930, motor SA320/40337U0585112, renavam 514000, no valor de R\$ 141.500,00 (cento e quarenta e um mil e quinhentos reais).

Art. 2º A doação tem como encargos a serem cumpridos pelo Município os seguintes:

I - comprometer-se a executar e utilizar o bem doado para fins de interesse social, em especial a recuperação de estradas vicinais, o qual será supervisionado pelas Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário;

II - declarar que a utilização do bem objeto deste termo de doação dar-se-á em consonância com os princípios constantes no caput do artigo 37 da Constituição Federal, bem como todos aqueles aplicáveis à Administração Pública;

III - comprometer-se a apresentar, por um período de 05 (cinco) anos, ao final de cada exercício, relatório anual de utilização do bem via Sistema Eletrônico SISPAC ou à DFDA/MDA de Santa Catarina, para fins de controle e acompanhamento, podendo ser encaminhados aos órgãos de fiscalização e controle, em caso de

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

uso inadequado do mesmo, ou em desacordo com os objetivos do programa;

IV - comprometer-se a disponibilizar 2 (dois) profissionais para treinamento, nas dependências do fabricante ou concessionária, com o ônus decorrente do afastamento dos servidores por conta do Município;

V - comprometer-se a realizar as revisões e manutenções previstas no Manual de Operações do respectivo fabricante, sendo que os custos decorrentes desta atuação serão por conta do Município;

VI - comprometer-se a comunicar imediatamente ao DOADOR quando da existência de falhas na prestação de serviço de assistência técnica e outras cláusulas do contrato firmado entre a União e o fornecedor;

VII - comprometer-se, durante todo o período de vigência dos encargos incidentes na presente doação, a dar integral cumprimento ao disposto no inciso IV do artigo 73 da Lei 9.504/97, de forma a não fazer ou permitir uso promocional do bem ora recebido em favor de candidato, partido político ou coligação.

Art. 3º O descumprimento das obrigações assumidas no período de apresentação de cinco relatórios anuais de prestação de serviço por parte do Município, resultará na extinção da doação e reversão automática do bem ao patrimônio da União.

Art. 4º Apresentado o último relatório de prestação de serviços à DFDA/MDA do Estado de Santa Catarina ou junto ao SISPAC, essa terá o prazo de trinta dias para declarar a extinção dos encargos assumidos pelo Município.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de trinta dias sem manifestação da DFDA/MDA, será automática a extinção dos encargos assumidos pelo Município.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do município de Água Doce, através da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural, inclusive as diretamente relacionadas com a transferência e registro do bem.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente doação correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce-SC, 07 de agosto de 2012.

NELCI FATIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita

Lei Nº 2.101/2012

LEI Nº 2.101/2012 - DE 07 DE AGOSTO DE 2012.

"AUTORIZA RECEBER EM DOAÇÃO BENS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.437/0001-57, os bens relacionados neste artigo, que serão utilizados pela Secretaria Municipal de Educação:

- 01 Projetor Multimídia Benq, MP515, com serigra 2500 Lumens
- 9H.JOA77.Q3Z, no valor de R\$ 842,00 (oitocentos e quarenta e dois reais);
- 01 Bolsa de transporte MP622 para projetor - 4G.06207.001, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do município de Água Doce, inclusive as diretamente relacionadas com a transferência e instalação dos bens.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce-SC, 07 de agosto de 2012.

NELCI FATIMA TRENTO BORTOLINI

PREFEITA

Lei Nº 2.102/2012

LEI Nº 2.102/2012 - DE 07 DE AGOSTO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente as seguintes dotações orçamentárias constante do orçamento municipal vigente:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0020.1.005 CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

4.4.90.00.0.1.0000.0/39 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0036.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

4.4.90.00.0.1.0000.0/82 Aplicações Diretas R\$ 7.160,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0047.2.042 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA

3.3.90.00.0.1.0000.0/109 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

15.452.0047.2.043 MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO

3.3.90.00.0.1.0000.0/111 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

02 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

22.661.0054.2.048 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

3.3.90.00.0.1.0000.0/130 Aplicações Diretas R\$ 16.600,00

22.661.0054.2.049 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

4.4.90.00.0.1.0000.0/131 Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

TOTAL R\$ 84.760,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar os seguintes elementos de despesas:

04 SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0019.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

3.3.90.00.0.1.0000.0/33 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0036.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.3.90.00.0.1.0000.0/83 Aplicações Diretas R\$ 7.160,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0043.2.042 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA

4.4.90.00.0.1.0000.0/110 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

15.452.0047.2.043 MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO

4.4.90.00.0.1.0000.0/112 Aplicações Diretas R\$ 60.600,00

TOTAL R\$ 84.760,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de agosto de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Lei Nº 2.103/2012

LEI Nº 2.103/2012 - DE 07 DE AGOSTO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.0.1.0002.0/5 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos de impostos saúde.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de agosto de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita

Lei Nº 2.104/2012

LEI Nº 2.104/2012 - DE 07 DE AGOSTO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, por meio do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA - CBMSC, situado

à Rua Almirante Lamego, nº 381, centro, Florianópolis, inscrito no CNPJ sob o nº 06.096.391/0001-76, com o objetivo de criação e instalação de unidade de atendimento do Corpo de Bombeiros Militar em Água Doce-SC, para realização dos serviços de bombeiros estabelecidos no artigo 108 da Constituição Estadual, particularmente os de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamentos de pessoas e bens.

Artigo 2º Para viabilização da instalação da unidade em Água Doce-SC, assumirá o Município as seguintes obrigações:

I - Exigir que para a edificação de obras novas ou alterações das existentes, excluídas as residenciais unifamiliares, que dependam da instalação de sistemas de segurança, o processo seja instruído com a prova de aceitação pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

II - Adequar a legislação vigente (Código de Posturas Municipais e Código de Obras), atribuindo ao Corpo de Bombeiros Militar a segurança contra incêndios nos limites do Município;

III - Colocar a disposição da Organização de Bombeiro Militar local, para composição do efetivo de prontidão, no mínimo 03 na ocasião da ativação e 05 (cinco) agentes públicos municipais efetivos a partir de julho de 2013, que desejam trabalhar como auxiliares de defesa civil, em regime de plantão, assumindo os encargos administrativos, sociais, financeiros e trabalhistas decorrentes dessa disposição, bem como realizado o pagamento de todas as horas extras que porventura sejam realizadas em necessidade do serviço plenamente comprovada;

IV - Incentivar a participação da comunidade na organização da Defesa Civil e na segurança contra incêndios e outros sinistros;

V - Criar conta bancária em Agência Oficial do Estado em nome de PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR;

VI - Disponibilizar instalações físicas na área urbana do município, de forma a abrigar as viaturas e o efetivo de serviço diário, em condições de segurança e conforto, conforme projeto específico a ser elaborado e acordado entre as partes deste convênio;

VII - Disponibilizar por cessão de uso, veículo furgão de Atendimento Pré Hospitalar com o padrão da Corporação, respeitando as devidas adaptações, de forma a viabilizar o atendimento a população em condições de segurança e conforto;

VIII - Disponibilizar, mediante cessão de uso ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, chassi de veículo caminhão com o padrão da Corporação, respeitando as devidas adaptações, de forma a viabilizar o atendimento a população em condições de segurança e conforto;

IX - Colocar à disposição do Corpo de Bombeiros Militar, mobiliário, utensílios, equipamentos de informática e de comunicação compatíveis com o padrão da Corporação;

X - Por ocasião do disposto nos itens 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8 e 2.1.9, repassar diretamente à conta a que se refere o item 2.1.5, se necessário e conveniente for para a sua realização, o recurso financeiro para integralizar as disponibilizações propostas.

XI - Repassar diretamente à conta a que se refere o item 2.1.5 o valor arrecadado com as taxas previstas no Anexo IV, Tabela VII da Lei Estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, cobradas no município com base no §1º do Art. 18 da Lei nº 7.541/88, com redação dada pela Lei nº 13.248/04.

XII - Repassar mensalmente a conta a que se refere o item 2.1.5, o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) até 31.12.2012

e R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a partir de janeiro de 2013, a título de repasse, com o fim de garantir a cobertura de despesas de manutenção e conservação do prédio, alimentação das guarnições, o combustível e a manutenção das viaturas da Organização de Bombeiro Militar - OBM sediada no Município;

XIII - Cadastrar os recursos e a produção ambulatorial do sistema de atendimento pré-hospitalar na Secretaria Municipal de Saúde;

XIV - Transferir mensalmente, através da Secretaria Municipal de Saúde, para a conta a que se refere o item 2.1.5, a totalidade dos valores decorrentes do atendimento produzido pelo Serviço de Atendimento Pré-hospitalar, advindos do Ministério da Saúde, através da Secretaria Estadual de Saúde, com base no Procedimento nº 07.031.01-7 (Atendimento Pré-Hospitalar a Emergências e Traumas), conforme tabela descritiva de Procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS e conforme a quantidade de atendimentos constantes em Relatório de Produção Ambulatorial encaminhado mensalmente à Secretaria Municipal de Saúde;

XV - Permitir que através de sistema tributário se efetue a emissão de boletos bancários para o recolhimento na mesma conta citada no item 2.1.5, das taxas referentes a análise de projetos relativos aos sistemas de segurança contra sinistros, bem como, das vistorias para liberação de atestado para alvará de habite-se, funcionamento e manutenção dos estabelecimentos sujeitos à legislação pertinente. Estão sujeitos a estas taxas os requerentes desses serviços, bem como, todos os estabelecimentos previstos na legislação estadual;

XVI - Conceder licença para construção, habite-se ou alvará de funcionamento, somente com prova de aprovação prévia dos sistemas de prevenção contra sinistros pelo Corpo de Bombeiros Militar.

XVII - Ceder, para uso da Organização de Bombeiros Militar sediada no Município, os veículos e equipamentos permanentes adquiridos com recursos provenientes da conta a que se refere o item 2.1.5;

XVIII - Depositar na conta a que se refere o item 2.1.5 o valor arrecadado com a alienação de bens adquiridos pelo Fundo Municipal quando considerados inservíveis;

XIX - Responsabilizar-se, em caso de extrema necessidade, pela manutenção (reparos e combustíveis) dos equipamentos e veículos cedidos ao CONCEDENTE com a finalidade de se propiciar melhorias nos bens e dar continuidade à prestação dos serviços à população.

Artigo 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão pagas por conta de dotação própria do orçamento vigente a cada exercício.

Artigo 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei 1.568/2007.

Água Doce-SC, 07 de agosto de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
PREFEITA

Lei Nº 2.105/2012

LEI Nº 2.105/2012 - DE 14 DE AGOSTO DE 2012
"ALTERA DENOMINAÇÃO DAS RUAS EM TORNO DA PRAÇA JOÃO MACAGNAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica alterada a denominação das Ruas no entorno da Praça João Macagnan, da forma que segue:

I - Rua Frei Silvano: na extensão do contorno da Praça passa a denominar-se Praça João Macagnan, tendo seu início a partir do ponto demarcado na Planta que compõe o Anexo Único desta Lei;

II - Rua Nereu Ramos: na extensão do contorno da Praça passa a denominar-se Praça João Macagnan, tendo seu início a partir do ponto demarcado na Planta que compõe o Anexo Único desta Lei;

III - Rua 15 de Novembro: na extensão do contorno da Praça passa a denominar-se Praça João Macagnan, tendo seu início a partir do ponto demarcado na Planta que compõe o Anexo Único desta Lei;

IV - Avenida Castelo Branco: na extensão do contorno da Praça passa a denominar-se Praça João Macagnan, tendo seu início a partir do ponto demarcado na Planta que compõe o Anexo Único desta LEI.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Lei Nº 2.106/2012

LEI Nº 2.106/2012 - DE 14 DE AGOSTO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente as seguintes dotações orçamentárias constante do orçamento municipal vigente:

03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

24.722.0017.2.010 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES

3.3.90.00.0.1.0000.0/29 Aplicações Diretas R\$ 677,50

4.4.90.00.0.1.0000.0/28 Aplicações Diretas R\$ 18.490,00

28.846.0000.0.003 SENTENÇAS JUDICIAIS

3.3.90.00.0.1.0000.0/6 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

04 SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0020.2.016 MANUTENÇÃO DA CASA DO PRODUTOR RURAL

3.3.90.00.0.1.0000.0/36 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

26.782.0055.1.019 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES BUEIROS E PONTILHÕES

4.4.90.00.0.1.0000.0/140 Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

TOTAL R\$ 34.167,50

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar os seguintes elementos de despesas:

03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA



01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS
04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM.FAZENDA E DEPTOS
3.3.90.00.0.1.0000.0/14 Aplicações Diretas R\$ 20.167,50

04 SECRETARIA DE AGRICULTURA
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0019.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

3.3.90.00.0.1.0000.0/33 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0055.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/132 Aplicações Diretas R\$ 11.000,00
TOTAL R\$ 34.167,50

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei Nº 2.107/2012

LEI Nº 2.107/2012 - DE 14 DE AGOSTO DE 2012
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA E ANULAR TOTALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para despesas com manutenção do Departamento de Urbanismo.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.0.1.0089/178 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.452.0048.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO
4.4.90.00.0.1.0089/178 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular valor da seguinte dotação orçamentária:

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0055.1.020 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
4.4.90.00.0.1.0089.0/140 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei Nº 2.108/2012

LEI Nº 2.108/2012 - DE 14 DE AGOSTO DE 2012
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, situado à Rodovia SC-401 nº 4600, Km 05, Bairro Saco Grande, Florianópolis, inscrito no CNPJ sob o nº 82.951.310/0001-56, com o objetivo de cooperação técnica e a delegação de encargos para a difusão do Programa de Educação Fiscal em Água Doce-SC, para a fiscalização e controle da emissão de notas fiscais de produtor, para o intercâmbio mútuo de informações e dados cadastrais, para o recebimento e processamento dos dados do movimento econômico, a fim da colaboração no controle e aumento de arrecadação do IPVA/ICMS/ITCMD, e para o fornecimento dos meios necessários ao uso dos equipamentos emissores de cupom fiscal - ECF nos contribuintes sujeitos à tributação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Artigo 2º Para viabilização do objeto das atividades mencionadas no artigo anterior, o Município estará firmando convênio nos termos constantes na minuta anexa à presente LEI.

Artigo 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão pagas por conta de dotação própria do orçamento vigente a cada exercício.

Artigo 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce-SC, 14 de agosto de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

PREFEITA

MINUTA PADRÃO APROVADA PELO PROCESSO Nº SEF 00041613/2010

CONVÊNIO ESTADO / MUNICÍPIO Nº 4907/2012-7

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E DELEGAÇÃO DE ENCARGOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, E O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC

O ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, com sede no Centro Administrativo do Governo, sito na Rodovia SC-401 nº 4600, Km 05, Bairro Saco Grande em Florianópolis-SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.951.310/0001-56 doravante denominado apenas ESTADO, representado neste ato pelo Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Nelson Antonio Serpa, portador do CPF/MF nº 165.130.029-15 e o MUNICÍPIO de Água Doce, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.398/0001-90, com sede na Praça João Macagnan nº 322, doravante denominado MUNICÍPIO, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Srª. Nelci Fátima Trento Bortolini, inscrito no CPF/MF sob o nº 517.949.269-68, de acordo com o disposto nos art. 7º e 194 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966), e arts. 7º, IV e 13, parágrafo único, IV, "a" da Lei complementar nº 381, de 07 de maio de 2007 e Decreto Estadual nº 307, de 04 de junho de 2003, observadas as alterações introduzidas posteriormente nessa legislação, resolvem celebrar o presente Convênio de Cooperação

Técnica e de Delegação de Encargos, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio a cooperação técnica e a delegação de encargos para a difusão do Programa de Educação Fiscal no âmbito do MUNICÍPIO, para a fiscalização e controle da emissão de notas fiscais de produtor pelo MUNICÍPIO, para o intercâmbio mútuo de informações e dados cadastrais, para o recebimento e processamento dos dados do movimento econômico, para a colaboração no controle e aumento da arrecadação do IPVA/ICMS/ITCMD e para o fornecimento dos meios necessários ao uso dos equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF nos contribuintes sujeitos à tributação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES QUANTO A DIFUSÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO

Para a consecução do objeto estabelecido nesta cláusula, constituem atribuições:

I - DO ESTADO:

- 1) auxiliar na Capacitação de educadores e técnicos municipais envolvidos no Programa de Educação Fiscal;
- 2) prestar auxílio técnico sobre os conteúdos específicos, caso o MUNICÍPIO decida pela produção de material pedagógico;
- 3) fornecer o conteúdo lógico para que possa ser reproduzido o material pedagógico sobre Educação Fiscal produzido pelo ESTADO;
- 4) prestar informações necessárias ao desenvolvimento do Programa de Educação Fiscal.

II - DO MUNICÍPIO:

- 1) implantar e implementar o Programa de Educação Fiscal através da organização dos Grupos Municipais de Educação Fiscal e da capacitação na rede municipal de ensino, junto aos servidores municipais, com o objetivo de atingir a sociedade como um todo, nos parâmetros do que prevê Portaria Interministerial nº 413, de 31 de dezembro de 2002, expedida pelos Ministros de Estado da Fazenda e da Educação;
- 2) viabilizar condições para capacitação de educadores e técnicos municipais, além de celebrar convênios com instituições de âmbito municipais para disseminação do programa;
- 3) produzir, de acordo com as diretrizes do programa, sob orientação de Consultoria pedagógica especializada, material destinado à difusão do Programa de Educação Fiscal;
- 4) apresentar à Coordenação Estadual do Programa Estadual de Educação Fiscal, informações trimestrais sobre o desenvolvimento do Programa na rede municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES PARA A FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR PELO MUNICÍPIO

Para a consecução do objeto estabelecido nesta cláusula, constituem atribuições:

I - DO ESTADO:

- 1) autorizar a impressão de Notas fiscais de Produtor e Ficha de Coleta de Produtos Hortifrutigranjeiros Isentos para distribuição aos produtores primários;
- 2) permitir acesso ao Banco de dados e demais materiais necessários à inscrição de novos produtores agropecuários no Cadastro de Produtor Primário - CPP;
- 3) permitir acesso ou cópia da legislação atualizada aplicável à

matéria;

- 4) fornecer orientação e assistência necessárias, através de capacitação aos servidores envolvidos na função, com o objetivo da fiel execução das tarefas cometidas ao MUNICÍPIO.

II -DO MUNICÍPIO:

- 1) destinar servidores públicos habilitados em número suficiente para o cumprimento dos serviços objeto deste convênio;
- 2) cadastrar e manter atualizado as inscrições no Cadastro de Produtor Primário - CPP, inclusive com o cartão de identificação, mantendo-o atualizado, com a relação dos produtores estabelecidos no seu território;
- 3) entregar Nota Fiscal de Produtor e Ficha de Coleta de Produtos Hortifrutigranjeiros Isentos, observadas as normas da legislação aplicável;
- 4) prestar orientação aos produtores agropecuários sobre o uso da Nota Fiscal de Produtor;
- 5) comunicar, imediatamente, ao ESTADO quaisquer irregularidades constatadas durante a execução das tarefas que lhe foram cometidas e permitir livre acesso à SEF nos casos de auditoria;
- 6) prestar contas ao ESTADO, pelo menos uma vez por mês, mediante relatório específico ou arquivo eletrônico, das demais atividades desenvolvidas e do material que lhe foi fornecido;
- 7) cumprir e fazer cumprir as normas da legislação tributária estadual;
- 8) Informar mensalmente à Secretaria de Estado da Fazenda os dados constantes das notas fiscais devolvidas pelos produtores primários em arquivo eletrônico ou por aplicativo disponibilizado pela SEF (conforme art. 174, do Anexo 5 do RICMS).

CLÁUSULA QUARTA - DAS ATRIBUIÇÕES PARA O INTERCÂMBIO MÚTUA DE INFORMAÇÕES E DADOS CADASTRAIS

Para a consecução do objeto estabelecido nesta cláusula, constituem atribuições:

I - DO ESTADO:

- 1) fornecer ao MUNICÍPIO acesso aos dados cadastrais dos Contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS do ESTADO de Santa Catarina - CCICMS/SC, situados no território do MUNICÍPIO;
- 2) colaborar na implantação da utilização da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE no Cadastro de Contribuintes com objetivo de uniformizar as nomenclaturas;
- 3) disponibilizar, para fins de atendimento a este Convênio, informações cadastrais que possam aperfeiçoar o exercício da atividade tributária ou de fiscalização pelo MUNICÍPIO.

II - DO MUNICÍPIO:

- 1) fornecer ao ESTADO os dados cadastrais dos Contribuintes aos quais o MUNICÍPIO tenha concedido Alvará de Funcionamento, ou concedido inscrição precária;
- 2) informar as alterações ocorridas nos Cadastros de Contribuintes, bem como as "baixas" e/ou "cancelamentos", inclusive inscrições temporárias;
- 3) implantar a utilização da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE no Cadastro de Contribuintes do ISSQN do MUNICÍPIO, de forma a uniformizar a forma de descrever atividades;
- 4) disponibilizar as informações do cadastro imobiliário do MUNICÍPIO, inclusive as informações constantes do banco de dados do ITBI/IPTU, relativo às características, localização e avaliação dos imóveis situados no município, que serão utilizados como referência para a tabela de endereços do cadastro de contribuintes do ESTADO;
- 5) informar ao ESTADO a ocorrência de alterações nos logradouros do município, ou seja, as ruas criadas ou com nomes modificados, renumeração, ou mudanças de bairros.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ATRIBUIÇÕES PARA RECEBIMENTO E

PROCESSAMENTO DOS DADOS DO MOVIMENTO ECONÔMICO

Para a consecução do objeto estabelecido nesta cláusula, constituem atribuições:

I - DO ESTADO:

- 1) disponibilizar ao município acesso aos dados dos contribuintes e dos produtores primários que tenham influência na formação do índice de retorno do ICMS;
- 2) exigir dos contribuintes a entrega da DIME com as informações necessárias à apuração do movimento econômico;
- 3) delegar ao MUNICÍPIO permissão para a emissão de comunicados com relação às omissões de DIME ou o preenchimento irregular;
- 4) expedir intimações com o objetivo de disponibilizar ao MUNICÍPIO, Livros e documentos necessários à elaboração de recursos administrativos, respeitando-se os prazos previstos em normas a impetração destes.

II - DO MUNICÍPIO:

- 1) Informar mensalmente ao Estado os valores constantes dos documentos fiscais emitidos pelos produtores primários do seu município, conforme disposto no artigo 174, do Anexo 5 do RICMS - SC;
- 2) garantir o sigilo fiscal exigido por lei no manuseio dos documentos e o processamento dos dados que lhe forem disponibilizados.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ATRIBUIÇÕES QUANTO A COLABORAÇÃO NO CONTROLE E AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DO IPVA / ICMS / ITCMD

Para a consecução do objeto estabelecido nesta cláusula, constituem atribuições:

I - DO ESTADO:

- 1) disponibilizar a base de dados do cadastro de IPVA;
- 2) disponibilizar a legislação atualizada aplicável aos tributos estaduais;
- 3) disponibilizar informações cadastrais relativas ao ICMS de empresas consideradas inidôneas para garantir a legalidade da operação nas compras de produtos e serviços por parte do MUNICÍPIO.

II - DO MUNICÍPIO:

- 1) colaborar na cobrança e atualização do cadastro do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;
- 2) divulgar nos meios de comunicação informações sobre o IPVA que sejam úteis aos contribuintes e possam significar aumento da arrecadação deste imposto;
- 3) divulgar nos meios de comunicação informações sobre o ICMS que sejam úteis aos contribuintes e promover campanhas que possam significar aumento da arrecadação deste imposto;
- 4) auxiliar na verificação junto aos órgãos responsáveis, nas auditorias de ITBI, informações sobre possíveis ocorrências de sonegação do ITCMD.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ATRIBUIÇÕES PARA O FORNECIMENTO DOS MEIOS NECESSÁRIOS AO USO DOS EQUIPAMENTOS EMISSORES DE CUPOM FISCAL - ECF NOS CONTRIBUINTES SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Para a consecução do objeto estabelecido nesta cláusula, constituem atribuições:

I - DO ESTADO:

- 1) disponibilizar, quando solicitado, à Secretaria da Fazenda do MUNICÍPIO os atos homologatórios de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF, que permitam controlar as operações e prestações sujeitas à tributação do ISSQN;
- 2) disponibilizar, quando solicitado, à Secretaria da Fazenda do MUNICÍPIO a relação das empresas credenciadas a intervir nos equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF;
- 3) disponibilizar, quando solicitado, à Secretaria da Fazenda do

MUNICÍPIO a relação das empresas credenciadas a desenvolver e fornecer PAF-ECF para uso em equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF, bem como as alterações a elas referentes;

- 4) disponibilizar, quando solicitado, acesso aos processos de Emissores de Cupom Fiscal - ECF, utilizados para registro e controle concomitante de operações sujeitas aos tributos de competência estadual e municipal de contribuintes do MUNICÍPIO.

II - DO MUNICÍPIO:

- 1) informar ao ESTADO qualquer irregularidade cometida pelas empresas credenciadas a intervir em equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF;
- 2) informar ao ESTADO qualquer irregularidade cometida pelas empresas credenciadas a fornecer PAF-ECF para uso em equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF;
- 3) comunicar, imediatamente, ao ESTADO, a ocorrência de qualquer irregularidade constatada nos equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF utilizados para registro e controle concomitante de operações sujeitas aos tributos de competência estadual e municipal;
- 4) autorizar, para uso em contribuintes que não sejam sujeitos à tributação do ICMS, somente equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF que sejam autorizados exclusivamente pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina;
- 5) autorizar previamente, através de despacho exarado em formulário próprio, as solicitações dos contribuintes que utilizarão equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF para registro e controle concomitante de operações sujeitas aos tributos de competência estadual e municipal;
- 6) adquirir diretamente dos fabricantes os lacres de segurança a serem instalados nos equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF para uso em contribuintes que não sejam sujeitos à tributação do ICMS.

6.1. Os equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF, utilizados para registro e controle concomitante de operações sujeitas aos tributos de competência estadual e municipal, só poderão ser apreendidos ou ter o lacre de segurança rompido por autoridade fiscal do Estado;

6.2. Os equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF, para uso em contribuintes que não estejam sujeitos à tributação do ICMS, serão autorizados, controlados exclusivamente pela Secretaria da Fazenda do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA - DA COOPERAÇÃO MÚTUA PARA OBSERVÂNCIA DE NORMAS TRIBUTÁRIAS

Para consecução do objeto estabelecido nesta cláusula O ESTADO e O MUNICÍPIO podem:

1. promover campanhas de esclarecimento, junto à população e aos contribuintes, da importância, para o MUNICÍPIO e para o ESTADO, da observância das normas tributárias;

2. implementar o desenvolvimento de rotinas administrativas visando observar o disposto no artigo 6º da Lei Complementar Federal nº 63/90 de 11 de janeiro de 1990;

3. promover esforços no sentido de seu engajamento recíproco no projeto do Cadastro Sincronizado Nacional, em desenvolvimento junto à Secretaria da Receita Federal.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo deste Convênio é de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua publicação, em extrato no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina na forma do art. 120, §§ 1º e 2º da Lei complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENUNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado, a qualquer tempo, por vontade dos partícipes ou de um deles, manifestada por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e rescindido por infração legal ou por descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas neste instrumento, ou pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável.

Parágrafo Único. Este Convênio poderá ser alterado ou prorrogado mediante termo aditivo, desde que não haja alteração no seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não puderem ser resolvidas administrativamente.

Assim, por estarem de acordo os partícipes assinam o presente Convênio, em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, ____/____/____

Secretário de Estado da Fazenda Prefeita Municipal de Água Doce - SC

Testemunhas:

1 -----
2 -----

Lei Nº 2.109/2012

LEI Nº 2.109/2012 - DE 14 DE AGOSTO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025 de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 107.524,45 (cento e sete mil quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para despesas com manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa

3.3.40.00.0.1.0000/179 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0055.2.050 MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
3.3.40.00.0.1.0000.0/179 Aplicações Diretas R\$ 107.524,45

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 095/2012

DECRETO Nº 095/2012 - DE 14 DE AGOSTO DE 2012

"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.106, de 14 de agosto de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado totalmente as seguintes dotações orçamentárias constante do orçamento municipal vigente:

03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS
24.722.0017.2.010 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES
3.3.90.00.0.1.0000.0/29 Aplicações Diretas R\$ 677,50
4.4.90.00.0.1.0000.0/28 Aplicações Diretas R\$ 18.490,00

28.846.0000.0.003 SENTENÇAS JUDICIAIS
3.3.90.00.0.1.0000.0/6 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

04 SECRETARIA DE AGRICULTURA
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0020.2.016 MANUTENÇÃO DA CASA DO PRODUTOR RURAL

3.3.90.00.0.1.0000.0/36 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

26.782.0055.1.019 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES BUEIROS E PONTILHÕES

4.4.90.00.0.1.0000.0/140 Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

TOTAL R\$ 34.167,50

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar os seguintes elementos de despesas:

03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM.FAZENDA E DEPTOS

3.3.90.00.0.1.0000.0/14 Aplicações Diretas R\$ 20.167,50

04 SECRETARIA DE AGRICULTURA
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0019.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

3.3.90.00.0.1.0000.0/33 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL
01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

26.782.0055.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

3.3.90.00.0.1.0000.0/132 Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

TOTAL R\$ 34.167,50

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 096/2012

DECRETO Nº 096/2012 - DE 14 DE AGOSTO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E ANULA TOTALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC.

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.107, de 14 de agosto de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025, de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para despesas com manutenção do Departamento de Urbanismo.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.0.1.0089/178 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0048.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO

4.4.90.00.0.1.0089/178 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado o valor da seguinte dotação orçamentária:

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

26.782.0055.1.020 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

4.4.90.00.0.1.0089.0/140 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 097/2012

DECRETO Nº 097/2012 - DE 14 DE AGOSTO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.109, de 14 de agosto de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.025 de 22 de novembro de 2011, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 107.524,45 (cento e sete mil quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para despesas com manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.40.00.0.1.0000/179 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

26.782.0055.2.050 MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

3.3.40.00.0.1.0000.0/179 Aplicações Diretas R\$ 107.524,45

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificada nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de agosto de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria Nº 388/2012

PORTARIA Nº 388 DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

Revisa o valor inicial dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos ao servidor JAIME COELHO, nos termos da Portaria nº 209/2005, em face a aplicação do art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012, estabelece o valor dos proventos a partir de 29/03/2012 pela aplicação dos índices de revisão e reajustamento concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo IPREANCARLOS nº 004/2012,

RESOLVE

Art. 1º O valor dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos ao servidor JAIME COELHO, ficam revisados pela determinação constante no art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012.

Art. 2º O valor dos proventos de aposentadoria, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos, após sua implantação, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, corresponderá, na posição de 29/03/2012, a R\$ 1.363,30 (um mil trezentos e sessenta e três reais e trinta centavos).

Art. 3º O efeito financeiro da revisão de que trata esta Portaria apenas será aplicado ao benefício a partir de 29/03/2012, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento da diferença do valor dos proventos recebidos e do valor dos proventos revisados nos termos do art. 2º desta Portaria, a partir de 29/03/2012.

Art. 4º As demais disposições constantes da Portaria 209/2005, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antonio Carlos, 20 de agosto de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 383/2012

PORTARIA Nº 383/2012.

Admiti ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 004/2012,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, CAMILA ANDRADE MARQUES, em caráter temporário, para o Cargo de MEDICO - 20H, para atuar no Posto de Saúde, a partir de 21 de agosto de 2012 a 20 de agosto de 2013, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de agosto de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 384/2012

PORTARIA Nº 384/2012.

Concede Gratificação.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1318/2011,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, GRATIFICAÇÃO, à servidora, CAMILA ANDRADE MARQUES, ocupante do Cargo temporario de MEDICO - 20H, a partir de 21 de agosto de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de agosto de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 385/2012.

PORTARIA Nº 385/2012.

Concede Insalubridade.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, à servidora, CAMILA ANDRADE MARQUES, ocupante do Cargo temporario de MEDICO - 20H, a partir de 21 de agosto de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de agosto de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 386/2012

PORTARIA Nº 386 DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

Revisa o valor inicial dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos ao servidor BELMIRO BLASIO SCHMITT, nos termos da Portaria nº 69/2004, em face a aplicação do art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012, estabelece o valor dos proventos a partir de 29/03/2012 pela aplicação dos índices de revisão e reajustamento concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo IPREANCARLOS nº

001/2012,

DECRETA

Art. 1º O valor dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos ao servidor BELMIRO BLASIO SCHMITT, ficam revisados pela determinação constante no art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012.

Art. 2º O valor dos proventos de aposentadoria, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos, após sua implantação, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, corresponderá, na posição de 29/03/2012, a R\$ 734,25(setecentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

Art. 3º O efeito financeiro da revisão de que trata esta Portaria apenas será aplicado ao benefício a partir de 29/03/2012, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento da diferença do valor dos proventos recebidos e do valor dos proventos revisados nos termos do art. 2º desta Portaria, a partir de 29/03/2012.

Art. 4º As demais disposições constantes da Portaria 69/2004, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antonio Carlos, 20 de agosto de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 387/2012

PORTARIA Nº 387 DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

Revisa o valor inicial dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos ao servidor CELSO ABRAÃO HACK, nos termos da Portaria 445/2011 em face a aplicação do art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012, estabelece o valor dos proventos a partir de 29/03/2012 pela aplicação dos índices de revisão e reajustamento concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo IPREANCARLOS nº 002/2012

RESOLVE

Art. 1º O valor dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos ao servidor CELSO ABRAÃO HACK, ficam revisados pela determinação constante no art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012.

Art. 2º O valor dos proventos de aposentadoria, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos, após sua implantação, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, corresponderá, na posição de 29/03/2012, a R\$ 1.546,65 (um mil quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 3º O efeito financeiro da revisão de que trata esta Portaria apenas será aplicado ao benefício a partir de 29/03/2012, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento da diferença do valor dos proventos recebidos e do valor dos proventos revisados

nos termos do art. 2º desta portaria, a partir de 29/03/2012.0

Art. 4º As demais disposições constantes da Portaria 445/2011, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antonio Carlos, 20 de agosto de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 389/2012

PORTARIA Nº 389 DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

Revisa o valor inicial dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos ao servidor OSLIM CRISOSTOMO MANNES, nos termos da Portaria nº 52/2004, em face a aplicação do art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012, estabelece o valor dos proventos a partir de 29/03/2012 pela aplicação dos índices de revisão e reajustamento concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo IPREANCARLOS nº 005/2012,

RESOLVE

Art. 1º O valor dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos ao servidor OSLIM CRISOSTOMO MANNES, ficam revisados pela determinação constante no art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012.

Art. 2º O valor dos proventos de aposentadoria, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos, após sua implantação, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, corresponderá, na posição de 29/03/2012, a R\$ 1.120,60 (um mil e cento e vinte reais e sessenta centavos).

Art. 3º O efeito financeiro da revisão de que trata esta Portaria apenas será aplicado ao benefício a partir de 29/03/2012, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento da diferença do valor dos proventos recebidos e do valor dos proventos revisados nos termos do art. 2º desta Portaria, a partir de 29/03/2012.

Art. 4º As demais disposições constantes da Portaria 52/2004, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antonio Carlos, 20 de agosto de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 390/2012

PORTARIA Nº 390 DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

Revisa o valor inicial dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos à servidora NILZA MARIA VILVERT KOCH, nos termos da Portaria 446/2011 em face a aplicação do art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012, estabelece o valor dos proventos a partir de 29/03/2012 pela aplicação dos índices de

revisão e reajustamento concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo IPREANCARLOS nº 006/2012

RESOLVE

Art. 1º O valor dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos à servidora NILZA MARIA VILVERT KOCH, ficam revisados pela determinação constante no art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012.

Art. 2º O valor dos proventos de aposentadoria, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos, após sua implantação, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, corresponderá, na posição de 29/03/2012, a R\$ 844,73 (oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e três centavos).

Art. 3º O efeito financeiro da revisão de que trata esta Portaria apenas será aplicado ao benefício a partir de 29/03/2012, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento da diferença do valor dos proventos recebidos e do valor dos proventos revisados nos termos do art. 2º desta portaria, a partir de 29/03/2012.

Art. 4º As demais disposições constantes da Portaria 446/2011, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antonio Carlos, 20 de agosto de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 391/2012

PORTARIA Nº 391 DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

Revisa o valor inicial dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos ao servidor CARLOS WEBER, nos termos da Portaria 349/2011 em face a aplicação do art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012, estabelece o valor dos proventos a partir de 29/03/2012 pela aplicação dos índices de revisão e reajustamento concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo IPREANCARLOS nº 007/2012

RESOLVE

Art. 1º O valor dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos ao servidor CARLOS WEBER, ficam revisados pela determinação constante no art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012.

Art. 2º O valor dos proventos de aposentadoria, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos, após sua implantação, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se

deu a aposentadoria, corresponderá, na posição de 29/03/2012, a R\$ 886,51 (oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos).

Art. 3º O efeito financeiro da revisão de que trata esta Portaria apenas será aplicado ao benefício a partir de 29/03/2012, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento da diferença do valor dos proventos recebidos e do valor dos proventos revisados nos termos do art. 2º desta portaria, a partir de 29/03/2012.

Art. 4º As demais disposições constantes da Portaria 349/2011, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antonio Carlos, 20 de agosto de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 392/2012

PORTARIA Nº 392 DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

Revisa o valor inicial dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos à servidora NELSINA FELISBINO WEBER, nos termos da Portaria 130/2007, retificada pela Portaria 070/2008, em face a aplicação do art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012, estabelece o valor dos proventos a partir de 29/03/2012 pela aplicação dos índices de revisão e reajustamento concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo IPREANCARLOS nº 008/2012

RESOLVE

Art. 1º O valor dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos à servidora NELSINA FELISBINO WEBER, ficam revisados pela determinação constante no art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012.

Art. 2º O valor dos proventos de aposentadoria, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos, após sua implantação, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, corresponderá, na posição de 29/03/2012, a R\$ 1.040,36 (um mil e quarenta reais e trinta e seis centavos).

Art. 3º O efeito financeiro da revisão de que trata esta Portaria apenas será aplicado ao benefício a partir de 29/03/2012, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento da diferença do valor dos proventos recebidos e do valor dos proventos revisados nos termos do art. 2º desta portaria, a partir de 29/03/2012.

Art. 4º As demais disposições constantes da Portaria 130/2007, retificada pela Portaria 070/2008, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antonio Carlos, 20 de agosto de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 393/2012

PORTARIA Nº 393 DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

Revisa o valor inicial dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos à servidora IRMA PAULI CUNRADI, nos termos da Portaria 219/2010 em face a aplicação do art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012, estabelece o valor dos proventos a partir de 29/03/2012 pela aplicação dos índices de revisão e reajustamento concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo IPREANCARLOS nº 009/2012

RESOLVE

Art. 1º O valor dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos à servidora IRMA PAULI CUNRADI, ficam revisados pela determinação constante no art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012.

Art. 2º O valor dos proventos de aposentadoria, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos, após sua implantação, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, corresponderá, na posição de 29/03/2012, a R\$ 1.580,80 (um mil quinhentos e oitenta reais e oitenta centavos).

Art. 3º O efeito financeiro da revisão de que trata esta Portaria apenas será aplicado ao benefício a partir de 29/03/2012, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento da diferença do valor dos proventos recebidos e do valor dos proventos revisados nos termos do art. 2º desta portaria, a partir de 29/03/2012.

Art. 4º As demais disposições constantes da Portaria 219/2010, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antonio Carlos, 20 de agosto de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 394/2012

PORTARIA Nº 394/2012.

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, à servidora, ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, refernete ao periodo aquisitivo de 04/07/2011 a 03/07/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de agosto de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato Nº 145/2012
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 145/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 106/2012 - Pregão Presencial nº. 071/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Edson Pauli Eletrotécnico ME; Objeto: aditar o valor do presente contrato, que consiste na aquisição de Peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas do veículo Caminhão Mercedes Bens 2014, Placa LXO 0637, da frota de veículos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor do Aditivo: R\$ 1.310,00 (mil e trezentos e dez reais); Valor do Contrato Aditivado: R\$ 7.213,65 (sete mil e duzentos e treze reais e sessenta e cinco centavos).

Antônio Carlos, 20 de Agosto de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o Extrato de Termo Aditivo.

Antônio Carlos, 20 de Agosto de 2012.

Atenciosamente:

RUDINEI GOEDERT
Coordenador de Administração e Finanças

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 151/2012
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 151/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 110/2012 - Pregão Presencial nº. 075/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Edson Pauli Eletrotécnico ME; Objeto: aditar o valor do presente contrato, que consiste na aquisição de Peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas do veículo Sprinter Mercedes Bens, Placa JNW 0841, da frota de veículos da Secretaria de Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor do Aditivo: R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais); Valor do Contrato Aditivado: R\$ 6.345,00 (seis mil e trezentos e quarenta e cinco reais).

Antônio Carlos, 20 de Agosto de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato do 6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 112/2011
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Sexto Termo Aditivo ao Contrato: nº. 112/2011; Origem: Tomada de Preços nº. 009/2011 - Processo Licitatório nº. 075/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CONPESA Construção Pesada Ltda; Objeto: aditar o prazo do presente contrato, que consiste na execução de serviços de Teraplanagem, Drenagem e Pavimentação Asfáltica na Rua Militão José Coelho, Centro, Município de Antônio Carlos-SC, Estaca 14pp até 36 10,00m, numa extensão de 450 metros; Prorrogação de Prazo: 120 (cento e vinte) dias - 22/08/2012 a 19/12/2012.

Antônio Carlos, 20 de Agosto de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto 174/2012

DECRETO Nº 174/2012 DE: 17 DE AGOSTO DE 2012.

Revisa o valor inicial dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos ao servidor ABEL JOSÉ NAU, nos termos do Decreto nº100/2004, em face a aplicação do art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012, estabelece o valor dos proventos a partir de 29/03/2012 pela aplicação dos índices de revisão e reajustamento concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo PREVBIGUAÇU nº 020/2012.

DECRETA

Art. 1º O valor dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos ao servidor ABEL JOSÉ NAU, ficam revisados pela determinação constante no art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012.

Art. 2º O valor dos proventos de aposentadoria, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos, após sua implantação, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, especialmente pela aplicação da Lei Complementar Municipal nº 47/2011 e suas posteriores alterações, corresponderá, na posição de 29/03/2012, a R\$ 875,12 (oitocentos e setenta e cinco reais e doze centavos).

Art. 3º O efeito financeiro da revisão de que trata este Decreto apenas será aplicado ao benefício a partir de 29/03/2012, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento da diferença do valor dos proventos recebidos e do valor dos proventos revisados nos termos do art. 2º deste Decreto, a partir de 29/03/2012.

Art. 4º As demais disposições constantes do Decreto nº 100/2004, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerência de Protocolo e Expediente

Decreto 175/2012

DECRETO Nº 175/2012 DE: 17 DE AGOSTO DE 2012.

Revisa o valor inicial dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos à servidora ANA MARGARETE DE FARIA, nos termos do Decreto nº 127/2006, em face a aplicação do art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012, estabelece o valor dos proventos a partir de 29/03/2012 pela aplicação dos índices de revisão e reajustamento concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação

do cargo em que se deu a aposentadoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo PREVBIGUAÇU nº 024/2012,

DECRETA

Art. 1º O valor dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos à servidora ANA MARGARETE DE FARIA, ficam revisados pela determinação constante no art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012.

Art. 2º O valor dos proventos de aposentadoria, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos, após sua implantação, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, especialmente pela aplicação da Lei Complementar Municipal nº 47/2011 e suas posteriores alterações, corresponderá, na posição de 29/03/2012, a R\$ 1.415,29 (um mil quatrocentos e quinze reais e vinte e nove centavos).

Art. 3º O efeito financeiro da revisão de que trata este Decreto apenas será aplicado ao benefício a partir de 29/03/2012, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento da diferença do valor dos proventos recebidos e do valor dos proventos revisados nos termos do art. 2º deste Decreto, a partir de 29/03/2012.

Art. 4º As demais disposições constantes do Decreto nº 127/2006, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerência de Protocolo e Expediente

Decreto 176/2012

DECRETO Nº 176/2012 DE: 17 DE AGOSTO DE 2012.

Revisa o valor inicial dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos à servidora AUGUSTA EUGENIA DE SOUZA, nos termos do Decreto nº 086/2006, em face a aplicação do art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012, estabelece o valor dos proventos a partir de 29/03/2012 pela aplicação dos índices de revisão e reajustamento concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo PREVBIGUAÇU nº 023/2012.

DECRETA

Art. 1º O valor dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos à servidora AUGUSTA EUGENIA DE SOUZA, ficam revisados pela determinação constante no art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012.

Art. 2º O valor dos proventos de aposentadoria, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos,

após sua implantação, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, especialmente pela aplicação da Lei Complementar Municipal nº 47/2011 e suas posteriores alterações, corresponderá, na posição de 29/03/2012, a R\$ 680,68 (seiscentos e oitenta reais e sessenta e oito centavos).

Art. 3º O efeito financeiro da revisão de que trata este Decreto apenas será aplicado ao benefício a partir de 29/03/2012, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento da diferença do valor dos proventos recebidos e do valor dos proventos revisados nos termos do art. 2º deste Decreto, a partir de 29/03/2012.

Art. 4º As demais disposições constantes do Decreto nº 086/2006, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerência de Protocolo e Expediente

Decreto 177/2012

DECRETO Nº 177/2012 DE: 17 DE AGOSTO DE 2012.

Revisa o valor inicial dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos à servidora IVANI INÊS MATOS MINA, nos termos do Decreto nº 109/2008, em face a aplicação do art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012, estabelece o valor dos proventos a partir de 29/03/2012 pela aplicação dos índices de revisão e reajustamento concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo PREVBIGUAÇU nº 016/2012,

DECRETA

Art. 1º O valor dos proventos de aposentadoria por invalidez, concedidos à servidora IVANI INÊS MATOS MINA, ficam revisados pela determinação constante no art. 6º-A da EC nº 41/2003 inserido pela EC nº 70/2012.

Art. 2º O valor dos proventos de aposentadoria, após sofrer a aplicação de todos os índices de revisão e reajustamento concedidos, após sua implantação, aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, especialmente pela aplicação da Lei Complementar Municipal nº 47/2011 e suas posteriores alterações, corresponderá, na posição de 29/03/2012, a R\$ 1.021,03 (um mil e vinte e um reais e três centavos).

Art. 3º O efeito financeiro da revisão de que trata este Decreto apenas será aplicado ao benefício a partir de 29/03/2012, nos termos do art. 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012.

Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento da diferença do valor dos proventos recebidos e do valor dos proventos revisados nos termos do art. 2º deste Decreto, a partir de 29/03/2012.

Art. 4º As demais disposições constantes do Decreto nº 109/2008,

ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerência de Protocolo e Expediente

Portaria Nº 2147 de 17 de Agosto de 2012

PORTARIA nº 2147 de 17 de agosto de 2012

Concede demissão o (a) Servidor (a) Juliany Luz, ocupante do cargo temporário de Médica de Emergência, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Juliany Luz, detentor do cargo de provimento temporário de Médica de Emergência, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13/08/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2012.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

Por Delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2148 de 17 de Agosto de 2012

PORTARIA nº 2148 de 17 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) FERNANDA ALGARVE ANTUNES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRA DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA ALGARVE ANTUNES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRA DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 16/08/2012 a 16/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/08/2012.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2149 de 17 de Agosto de 2012

PORTARIA nº 2149 de 17 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) ANA ELISA RABE CAON, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICA DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA ELISA RABE CAON, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICA DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 26/07/2012 a 26/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/07/2012.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2150 de 17 de Agosto de 2012

PORTARIA nº 2150 de 17 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) MARCELLA REGINA FEDRIZZI MARIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICA DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCELLA REGINA FEDRIZZI MARIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICA DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/08/2012 a 06/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/08/2012.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2151 de 17 de Agosto de 2012

PORTARIA nº 2151 de 17 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) ANDREIA TOMASIA DA COSTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDREIA TOMASIA DA COSTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/08/2012 a 15/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/08/2012.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2152 de 17 de Agosto de 2012

PORTARIA nº 2152 de 17 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) CRISTIANE IVONETE COELHO DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CRISTIANE IVONETE COELHO DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/08/2012 a 01/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2012.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2153 de 17 de Agosto de 2012

PORTARIA nº 2153 de 17 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) PATRICIA MARLENE CABRAL NICACIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PATRICIA MARLENE CABRAL NICACIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/08/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/08/2012.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2154 de 17 de Agosto de 2012

PORTARIA nº 2154 de 17 de agosto de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Vânia Aparecida Steffens, ocupante do cargo comissionado de Assistente de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Vânia Aparecida Steffens, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente de Educação Infantil, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito(a) na matrícula funcional nº 9044, a partir de 31/07/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2012.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2155 de 17 de Agosto de 2012

PORTARIA nº 2155 de 17 de agosto de 2012

Concede demissão o (a) Servidor (a) Kendji Iura, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem do Samu, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Kendji Iura, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem do Samu, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/07/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/07/2012.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

Por Delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2156 de 17 de Agosto de 2012

PORTARIA nº 2156 de 17 de agosto de 2012

Designa o servidor Carlos Henrique Rech para elaborar Processo Administrativo referente ao processo 5924/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Carlos Henrique Rech, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito, para elaborar Processo Administrativo, referente ao acidente de trânsito, envolvendo carro em nome desta Municipalidade - Processo nº 5924/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2157 de 17 de Agosto de 2012

PORTARIA nº 2157 de 17 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TAINÁ ROBERTA CORRÊA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse TAINÁ ROBERTA CORRÊA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2012 a 31/08/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2012.

Biguaçu, 17 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Pregão Eletrônico Nº 136/2012- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/2012- FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS MÉDICOS HOSPITALARES

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:00h do dia 04/09/2012, no endereço eletrônico - www.bll.org.br, horário de Brasília- DF.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 14:00h do dia 22/08/2012 às 13:58 do dia 04/09/2012.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico- Bolsa de Licitações e Leilões - www.bll.org.br.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3039-8500, durante o período vespertino (13:00 às 19:00)..

Biguaçu, 20 de agosto de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria N° 150/2012

PORTARIA 150/2012

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.1999, art. 62, inciso I, parágrafo 2, etc

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os efeitos da Portaria 099/2012, que concedeu licença para tratamento de saúde, a servidora, Iolanda do Nascimento, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Mer./Serv, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, até a data de 12.06.2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 27.04.2012.

Braço do Trombudo, em 17 de Agosto de 2012.

VILBERTO MÜLLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria N° 151/2012

PORTARIA Nº 151/2012

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Patricia Severo Ferraz, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Mer./Serv, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 29.05.2012 a 07.08.2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 29.05.2012.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 17 de Agosto de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria N° 152/2012

PORTARIA Nº 152/2012

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Roseli Prochnow Koerich, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período 03.06.2012 a 01.07.2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 03.06.2012.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 17 de Agosto de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria N° 153/2012

PORTARIA 153/2012

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Gessica dos Santos, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Mer./Ser), por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 09.08.2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 09.08.2012.

Braço do Trombudo, em 17 de Agosto de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Extrato 1º Aditivo Referente ao Contrato N° 2/2010.

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 2/2010.

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Betha Sistemas Ltda.

CNPJ 00.456.865/0001-67, Sito a Rua João Pessoa, Centro Cidade de Criciúma/SC

Objeto: Fica acrescido R\$ 314,72 (trezentos e quatorze reais e setenta dois centavos) mensais, devido ao aumento de mais um (01) usuário do Sistema Betha Fatura, totalizando mensalmente R\$ 629,44 (seiscentos e vinte e nove reais quarenta e quatro centavos) mensais.

Data da assinatura: 20.08.2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 16/2012

Página: 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2012

Objeto da Compra: Contratação de serviços de transportes de atletas e outros.

Especificação Unid. Fornecedor

Número do Registro de Preços: 16/2012 Data do Registro: 21/05/2012 Válido até: 21/05/2013

Item Marca Ofer. Descto. (%) Preço Unitário Classif.

Serviço de transporte eventual para agricultores, piscicultores e

outros para realização de reuniões e palestras sobre a agricultura, tipo do veículo micro ôni-bus com capacidade mínima de 25 passageiros, ótimo estado de conservação comprovado por laudo de inspeção de segurança veicular expedido por órgão competente. (8120) KM COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)
4 mercedes O 2,3500 1
(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)
REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2012
PROCESSO Nº 29/2012
(8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD

BRACO DO TROMBUDO , 21 de Maio de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Aviso Licitação CV 04 - 2012 Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE Gabinete do Prefeito
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL: CONVITE nº 04/2012
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EFETUAR REFORMA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS PARA ALOJAMENTO DO 52º JASC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 04/09/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 04/09/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 17 de agosto de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Aviso Licitação TP 12-2012 Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL: Tomada de Preços nº 12/2012
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA COBERTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS MORADA DO SOL, PIERINA SANTIN PERRET, ALCIDES TOMBINI E NOSSA SENHORA SALETE E FECHAMENTO LATERAL DA QUADRA DA ESCOLA ALTO BONITO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 11/09/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 11/09/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 17 de agosto de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 28, de 17 de Agosto de 2012.

PORTARIA Nº 28, de 17 de agosto de 2012.

Instaura sindicância para apurar a responsabilidade em tese, pela possível ausência de bens patrimoniais, divergência ou duplicidade de identificação constatadas em inventário, em relação ao Sistema de Controle de Patrimônio.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais constantes no art. 269, II da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 e com fundamento nos arts. 185 e ss. do referido Diploma Legal,

RESOLVE

Art. 1º Designar, os servidores públicos municipais JULIANA MACIEL KOHL, JOSÉ ARI LINS e ROSANE APARECIDA CASSOL PIROLI para, sob a presidência da primeira e secretaria do segundo, constituir Comissão Sindicante com incumbência de apurar a responsabilidade em tese, pela ausência de bens patrimoniais, divergência ou duplicidade de identificação, constatadas em inventário, em relação ao Sistema de Controle de Patrimônio, conforme relação abaixo:

05 - MESA DE ESCRITÓRIO;

07 - MESA DE ESCRITÓRIO;

08 - MESA DE ESCRITÓRIO;

10 - SOFÁ COM 03 LUGARES;

11 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

12 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

16 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

18 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

19 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

20 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

22 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

24 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

25 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

27 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

28 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

29 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

30 - APARELHO TELEFÔNICO SEM FIO MOD. KXTC1000;

32 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

33 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

34 - DIRETOR APROXIMAÇÃO SKY COR 001;

35 - ARMÁRIO Estante MARELLI LN-210 MISTA DUAS PORTAS DE VIDRO;

36 - CADEIRA CAVALETTI C-2008 TEC COR 01;
37 - CADEIRA CAVALETTI C-2008 TEC COR 01;
39 - ESCRIVANINHA DE CEREJEIRA;
42 - CADEIRA CAVALETTI C-2008 TEC COR 01;
45 - CADEIRA CAVALETTI C-2008 VINIL COR 01;
47 - CADEIRA CAVALETTI C-2008 VINIL COR 27;
49 - CADEIRA CAVALETTI C-2008 TEC PRETO;
51 - CADEIRA CAVALETTI C-2008 TEC COR 01;
63 - ESTANTE DE AÇO EDR 420 2930/420 C/08PR CH22/14 RLX. RFX;
64 - ESTANTE DE AÇO EDR 420 2930/420 C/08PR CH22/14 RLX. RFX;
69 - CADEIRA CAVALETTI C-1008 VINIL COR 27;
70 - CADEIRA CAVALETTI 2008 TEC PRETO;
71 - ESTANTE DE AÇO EDR 420 2930/420 C/08PR CH22/14 RLX. RFX;
75 - PRATELEIRA;
76 - ESTANTE;
84 - ESTANTE DE AÇO EDR 420 2930/420 C/08PR CH22/14 RLX. RFX;
85 - ESTANTE DE AÇO EDR 420 2930/420 C/08PR CH22/14 RLX. RFX;
86 - ESTANTE DE AÇO EDR 420 2930/420 C/08PR CH22/14 RLX. RFX;
87 - PRATELEIRA PR 420 CH22;
88 - PRATELEIRA PR 420 CH22;
89 - RÉPLICA DA IGREJA CATEDRAL;
90 - PRATELEIRA PR 420 CH22;
91 - PRATELEIRA PR 420 CH22;
92 - PRATELEIRA PR 420 CH22;
93 - PRATELEIRA PR 420 CH22;
94 - PRATELEIRA PR 420 CH22;
95 - PRATELEIRA PR 420 CH22;
97 - MESA BRANCA 1,25M COM BORDA PRETA DEL PRA;
99 - MICROFONE DE ELETRETO CZM 15, CÁPSULA RECEPTORA DINÂMICA DR 904;
101 - ASPIRADOR HIDROVAC 1300W C;
102 - LAVA AQUA ROBBY CAR A;

103 - PLACA 6 X 23 EM METAL INOX E MADEIRA;
106 - PLACA 6 X 23 EM METAL INOX E MADEIRA;
108 - PLACA 6 X 23 EM METAL INOX E MADEIRA;
110 - PLACA 6 X 23 EM METAL INOX E MADEIRA;
111 - GRAVADOR POWER PACK DUR 3850;
113 - MICROFONE SKP PRO 58, CABO PARA MICROFONE 12 MTS;
138 - ESTANTE DE AÇO EDR 420;
153 - ESTANTE DE AÇO EDR 420;
154 - CADEIRA CAVALETTI PRETA;
155 - CADEIRA CAVALETTI PRETA;
157 - CADEIRA CAVALETTI PRETA;
158 - CADEIRA CAVALETTI PRETA;
159 - CADEIRA CAVALETTI PRETA;
162 - SOFÁ 03 LUGARES;
164 - CADEIRA CAVALETTI PRETA;
165 - CADEIRA CAVALETTI PRETA;
167 - CADEIRA CAVALETTI PRETA;
169 - MESA DE ESCRITÓRIO;
201 - RÉPLICA DA PREFEITURA;
230 - CADEIRA GIRATÓRIA GIROFLEX;
232 - CADEIRA GIRATÓRIA GIROFLEX;
233 - CADEIRA GIRATÓRIA AZUL CAVALETTI;
241 - CADEIRA GIROFLEX PRETA;
242 - CADEIRA GIRATÓRIA PRETA;
252 - CADEIRA GIRATÓRIA PRETA CAVALETTI;
262 - TELEFONE SIEMENS 3006;
284 - ARMÁRIO MODELO 2: ABERTO;
298 - MESA DO PLENÁRIO;
356 - MESA COM CONEXÃO;
362 - ARMÁRIO MODELO 1: FECHADO;
368 - MESA PARA ESCRITÓRIO MODELO 1,80;
371 - ARMÁRIO MODELO 2: ABERTO;
436 - MESA COM CONEXÃO BRANCA;
444 - GAVETEIRO;
448 - CADEIRA GIRATÓRIA PRETA MARELLI M5102;

453 - CADEIRA GIRATÓRIA PRETA MARELLI M5102;

456 - CADEIRA GIRATÓRIA PRETA MARELLI M5102;

458 - CADEIRA GIRATÓRIA PRETA MARELLI M5102;

470 - CADEIRA PARA PLENÁRIO COM 3 LUGARES;

549 - CADEIRA GIRATÓRIA MODELO DIRETOR;

591 - MICROFONE COM CORPO METÁLICO PRETO COM GLOBO DE AÇO, CABO COAXIAL BLINDADO, COM 5 METROS, CHAVE ON-OFF NO CORPO, LE SOM;

592 - MICROFONE COM CORPO METÁLICO PRETO COM GLOBO DE AÇO, CABO COAXIAL BLINDADO, COM 5 METROS, CHAVE ON-OFF NO CORPO, LE SOM;

593 - MICROFONE COM CORPO METÁLICO PRETO COM GLOBO DE AÇO, CABO COAXIAL BLINDADO, COM 5 METROS, CHAVE ON-OFF NO CORPO, LE SOM;

594 - MICROFONE COM CORPO METÁLICO PRETO COM GLOBO DE AÇO, CABO COAXIAL BLINDADO, COM 5 METROS, CHAVE ON-OFF NO CORPO, LE SOM;

596 - MICROFONE COM CORPO METÁLICO PRETO COM GLOBO DE AÇO, CABO COAXIAL BLINDADO, COM 5 METROS, CHAVE ON-OFF NO CORPO, LE SOM;

597 - MICROFONE COM CORPO METÁLICO PRETO COM GLOBO DE AÇO, CABO COAXIAL BLINDADO, COM 5 METROS, CHAVE ON-OFF NO CORPO, LE SOM;

603 - TELA ELÉTRICA 100, COM MOLDURA ACESSÓRIA PARA PERMITIR PERFEITO ACABAMENTO, TENCIONADA COM PROGRAMAÇÃO ACIONAMENTO PELO CONTROLE REMOTO;

627 - MESINHA PARA CAFÉ;

634 - GAVETEIRO COM 04 GAVETAS;

635 - SUPORTE PARA CPU;

637 - ARMÁRIO MODELO 2: ABERTO;

640 - SUPORTE PARA CPU;

644 - MESA COM TECLADO RETRÁTIL;

647 - MESA COM TECLADO RETRÁTIL;

751 - CADEIRA DANNA 1982 BGAS PR R1 CREPE PRETO;

753 - CADEIRA DANNA 1030 BGAS PR R1 CREPE PRETO;

756 - CADEIRA DANNA 1982 BGAS PR R1 CREPE PRETO;

759 - CADEIRA DANNA 1030 BGAS PR R1 CREPE PRETO;

773 - CADEIRA DANNA 1030 BGAS PR R1 CREPE PRETO;

839 - DVD LG DV-256K;

901 - TUNAR CADEIRA LISA (2026) CROMADA, SEM RODÍZIO, COURINO BEGE;

907 - TUNAR CADEIRA LISA (2026) CROMADA, SEM RODÍZIO,

COURINO BEGE;

936 - PAINEL ESPAÇO CULTURAL;

939 - MODELO PARA MAQUETE DE MADEIRA COM CAIXAS DE MACHO - MAQUETE FUNDIDA;

986 - PERSIANA VERTICAL EM TECIDO, TRILHO COM MECANISMO PARA SUB-SOLO DA CÂMARA;

38 - COMPUTADOR PENTIUM 133 MHZ, 16 MB, HD, 1 GB, CD ROOM 36 X, FAX MODEM, 01 ESTABILIZADOR, 01 TECLADO PADRÃO, 01 MOUSE, 01 MONITOR COLORIDO 14" COLOR MORKOVISION;

68 - SCANNER GENIUS;

72 - MICROCOMPUTADOR P4 1.7 GHI, 1200MB, ND;

78 - DESUMIFICADOR DE PAPEL NENNO 220W;

96 - MICROCOMPUTADORCOMPOSTO POR: GABINETE 4 BAIAS COM FONTE, MOTHERBOARD C/ SOCKET 478, SUPORTE PROCESSADOR 3.2 GHZ, FSB 800/533/400MHZ, 3 SOCKETS DE MEMÓRIA 3X184 PIN DDR SUPORTE MEMÓRIA PC 3200, PC 2700, PC 2100. 1 SLOT AGP8X/4X (0,8V, 1,5 ONLY), 5 SLOTS PCI, 2 CONECTORES ULTRA DMA 133, 2 CONECTORES SERIAL ATA, 1 CONTROLADOR DE SOM ON BOARD, 1 PLACA DE REDE 10/100, 4 SAÍDAS USB 2,0 E 4 SAÍDAS CABO OPCIONAL, 1 PORTA PARALELA, 1 PORTA SERIAL, 1 PORTA PS2 P/ TECLADO, 1 PORTA PS2 P/ MOUSE, 1 SAÍDA P/ CAIXA DE SOM, 1 SAÍDA P/ MICROFONE, 1 SAÍDA P/ FONE DE OUVIDO. PROCESSADOR 478 PINUS, 3,3GHZ HT C/ COLLER P43.0 IN BOX, 512 MB CACHE. PLACA DE VÍDEO 64MB DE MEMÓRIA DDR, GRAVADOR DE CD 52X, 32X52, TECLADO ABNT PS2, MOUSE PS2 COM BARRA DE ROLAGEM, MONITOR DE VÍDEO 17" TELA SEMI PLANA COM 03 ANOS DE GARANTIA. SISTEMA OPERACIONAL PROFISSIONAL GRÁFICO P/ FUNCIONAMENTO EM REDE WINDOWS 2000 SERVER (WINDOWS XP PRÓ OEM);

107 - MICROCOMPUTADORCOMPOSTO POR: GABINETE 4 BAIAS COM FONTE, MOTHERBOARD C/ SOCKET 478, SUPORTE PROCESSADOR 3.2 GHZ, FSB 800/533/400MHZ, 3 SOCKETS DE MEMÓRIA 3X184 PIN DDR SUPORTE MEMÓRIA PC 3200, PC 2700, PC 2100. 1 SLOT AGP8X/4X (0,8V, 1,5 ONLY), 5 SLOTS PCI, 2 CONECTORES ULTRA DMA 133, 2 CONECTORES SERIAL ATA, 1 CONTROLADOR DE SOM ON BOARD, 1 PLACA DE REDE 10/100, 4 SAÍDAS USB 2,0 E 4 SAÍDAS CABO OPCIONAL, 1 PORTA PARALELA, 1 PORTA SERIAL, 1 PORTA PS2 P/ TECLADO, 1 PORTA PS2 P/ MOUSE, 1 SAÍDA P/ CAIXA DE SOM, 1 SAÍDA P/ MICROFONE, 1 SAÍDA P/ FONE DE OUVIDO. PROCESSADOR 478 PINUS, 3,3GHZ HT C/ COLLER P43.0 IN BOX, 512 MB CACHE. PLACA DE VÍDEO 64MB DE MEMÓRIA DDR, GRAVADOR DE CD 52X, 32X52, TECLADO ABNT PS2, MOUSE PS2 COM BARRA DE ROLAGEM, MONITOR DE VÍDEO 17" TELA SEMI PLANA COM 03 ANOS DE GARANTIA. SISTEMA OPERACIONAL PROFISSIONAL GRÁFICO P/ FUNCIONAMENTO EM REDE WINDOWS 2000 SERVER (WINDOWS XP PRÓ OEM);

123 - MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR INTEL P4 3.0, MOTHERBOARD ASUS, PLACA DE VÍDEO 128 MB, MEMÓRIA 512 MB, HD 80 GB, DRIVE 1.44, GRAVADOR CD LG 52X32X52, TECLADO ABNT PS2, MOUSE ÓPTICO COM BARRA DE ROLAGEM, MONITOR 17" TELA PLANA, MÍDIA WINDOWS XP OFFICE BASIC 2003, NOBREAK NHS COMPACT PLUS 1200 VA;

129 - MICROCOMPUTADOR EPECON SILVER 3000 XPP/XB BR, MONITOR 17" LG TELA PLANA, NOBREAK NHS COMPACT PLUS 1200 VA;

130 - MICROCOMPUTADOR EPECON SILVER 3000 XPP/XB BR,

MONITOR 17" LG TELA PLANA, NOBREAK NHS COMPACT PLUS 1200 VA;

131 - MICROCOMPUTADOR EPECON SILVER 3000 XPP/XB BR, MONITOR 17" LG TELA PLANA;

132 - MICROCOMPUTADOR EPECON SILVER 3000 XPP/XB BR, MONITOR 17" LG TELA PLANA;

231 - IMPRESSORA 840 C;

259 - RABHI DE 08 PORTAS MODELO ENH908-NWY;

628 - SECADORA DE PAPEL PARA O XEROX;

701 - MONITOR DE VÍDEO 17" LCD PRETO COM FRENTE PRATA, FONTE INTERNA E LG BIVOLT AUTOMÁTICO;

702 - MONITOR DE VÍDEO 17" LCD PRETO COM FRENTE PRATA, FONTE INTERNA E LG BIVOLT AUTOMÁTICO;

706 - MONITOR DE VÍDEO 17" LCD PRETO COM FRENTE PRATA, FONTE INTERNA E LG BIVOLT AUTOMÁTICO;

707 - COMPUTADOR COMPOSTO POR: GABINETE 4 BAIAS PRETO, PROCESSADOR 3.0 GHZ LGA 775, 2X2 MEGA DE MEMÓRIA CACHÊ 800 MHZ FSB, TECNOLOGIA DUAL CORE, PLACA MÃE LGA 775, 800/533/400 FSB, 2 SOQUETE PARA MEMÓRIA DDR 400, 2 CONECTORES UDMA ATA 133/100/66/33, 2 CONECTORES SERIAL ATA 4 PORTAS USB FIXA E 2 USB EXPANSÍVEL, 2 USB FRONTAL, 1 SLOT AGP, 3 SLOT PCI, REDE 10/100, PLACA DE VÍDEO COMPARTILHADA FORMATO MICRO ATX 24,4X24,4CM SUPORTE WINDOWS VISTA, 1024 MB DE MEMÓRIA DDR, HD 80 GB SATA, GRAVADOR DE DVD, FLOPPY PRETO, TECLADO PRETO, MOUSE ÓPTICO PRETO, WINDOWS XP PRÓ ORIGINAL PRÉ INSTALADO COM LICENÇA DE USO. NOBREAK 800 VA, ENTRADA BIVOLT SAÍDA 120V POTÊNCIA NOMINAL 800VA, POTÊNCIA DE PICO 400 WATTS, POTÊNCIA CONTÍNUA 350 WATTS, 2 BATERIAS DE 4,5 AMPERES COR PRATA;

708 - COMPUTADOR COMPOSTO POR: GABINETE 4 BAIAS PRETO, PROCESSADOR 3.0 GHZ LGA 775, 2X2 MEGA DE MEMÓRIA CACHÊ 800 MHZ FSB, TECNOLOGIA DUAL CORE, PLACA MÃE LGA 775, 800/533/400 FSB, 2 SOQUETE PARA MEMÓRIA DDR 400, 2 CONECTORES UDMA ATA 133/100/66/33, 2 CONECTORES SERIAL ATA 4 PORTAS USB FIXA E 2 USB EXPANSÍVEL, 2 USB FRONTAL, 1 SLOT AGP, 3 SLOT PCI, REDE 10/100, PLACA DE VÍDEO COMPARTILHADA FORMATO MICRO ATX 24,4X24,4CM SUPORTE WINDOWS VISTA, 1024 MB DE MEMÓRIA DDR, HD 80 GB SATA, GRAVADOR DE DVD, FLOPPY PRETO, TECLADO PRETO, MOUSE ÓPTICO PRETO, WINDOWS XP PRÓ ORIGINAL PRÉ INSTALADO COM LICENÇA DE USO. NOBREAK 800 VA, ENTRADA BIVOLT SAÍDA 120V POTÊNCIA NOMINAL 800VA, POTÊNCIA DE PICO 400 WATTS, POTÊNCIA CONTÍNUA 350 WATTS, 2 BATERIAS DE 4,5 AMPERES COR PRATA;

832 - MODEM ADSL SIEMENS 4200 GVT;

837 - SCANNER GENIUS;

843 - COMPUTADOR COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES: PROCESSADOR INTEL P4 3.0, PLACA MOTHER ASUS, PLACA DE VÍDEO 128 MB, MEMÓRIA 512 MB, HD 80 GB, DRIVE 1.44, GRAVADOR CD LG 52X32X52, TECLADO ABNT PS2, MOUSE ÓPTICO COM BARRA DE ROLAGEM, MONITOR 17" TELA PLANA, MÍDIA WINDOWS XP, OFFICE BASIC 2003, LITERATURA OFFICE BASIC, NOBREAK NHS COMPACT PLUS 1200 VA, IMPRESSORA HP LJ 1020;

872 - MONITOR LCD 17" PIXEL PITCH 0,264 RESOLUÇÃO MÁXIMA,

1280X1024 75HZ FREQUÊNCIA HORIZONTAL, 30-83 KHZ FREQUÊNCIA VERTICAL, 56-75 HZ SINAL DE VÍDEO, RGB ANALÓGICO CONECTOR DE ENTRADA, D-SUB (15 PINOS) ALIMENTAÇÃO, 100-240 VAC (50/60HZ) SUPORTE DE CORES, 16,7M CORES TEMPO DE RESPOSTA. CPU PLACA MÃE PCI SOCKET DO PROCESSADOR 775, SUPORTE FSB 1333, MEMÓRIA DUAL CHANNEL DDR3 1066MHZ, PLACA DE REDE INTEGRADA GIGABIT, PLACA DE VÍDEO OFFBOARD 512MB 128 BITS, 4 SLOTS DIMM DE MEMÓRIA (EXPANSÍVEL ATÉ 8GB), 1 SLOT PCI EXPRESS X 16, 3 SLOTS PCI EXPRESS X1, 3 SLOTS PCI, 6 CONECTORES SATA 3GBTS, 1 CONECTOR P/ DISQUETE, 1 CONECTOR P/ IDE, 1 PORTA PS/2 P/ TECLADO, 1 PORTA PS/2 P/ MOUSE, 1 PORTA PARALELA, 1 PORTA SERIAL, 4 PORTAS USB 2.0, PROCESSADOR VELOCIDADE DO CLOCK 2,66 GHZ BARRAMENTO FRONTAL (FSB): 1333 MHZ, CACHE, L2 DE 6 MB, 2 MÓDULOS DE MEMÓRIA DE 2 GB DD3 1066 MHZ, DISCO RÍGIDO CAPACIDADE 250 GB BUFFER, 8 MB INTERFACE SERIAL ATA 3GB/S VELOCIDADE DE ROTAÇÃO, 7200 RPM, DRIVE ÓPTICO GRAVADOR DE DVD 20XDVD-R/- R INTERNO PADRÃO: SATA BUFEER 2 MB DRIVE DISQUETE FLOPPY 1.44MB, GABINETE 4 BAIAS PRETO USB FRONTAL, FONTE PADRÃO ATX24 PINOS POTÊNCIA 350 WATS REAIS VOLTAGEM DE ENTRADA 110/220 (CHAVEAMENTO MANUAL) 1 CONECTOR P/ PLACA MÃE 24 PINOS, 1 CONECTOR AUXILIAR P/ PLACA MÃE (12V COM 4 PINOS), 4 CONECTORES P/ PERIFÉRICOS IDE, 2 CONECTORES P/ HD SATA, 1 CONECTOR P/ FLOPPY, TECLADO PS2 PADRÃO ABNT 2, MOUSE PS2 ÓPTICO, LICENÇA WINDOWS XP PROFESSIONAL SP3 OEM;

950 - NOTEBOOK ACER ASPIRE 5738-6444 CPU INTEL CORE DUO;

954 - MONITOR 21,5" LG W 2253V - FULL HD;

963 - KIT VIA RÁDIO C3 STATION 5,8 (ANTENA DA INTERNET);

964 - AP - ROUTER 254 (MODEM ROTEADOR);

978 - AP-ROUTER WR 354 (PARA REPOR O QUEIMADO POR RAIOS NO DIA 09/11/2010);

981 - GRAVADOR DE DVD;

1025 - NO-BREAK 3300 VA, COM 03 BATERIAS ESTACIONÁRIAS DE 45 AH, COM ENTRADA 220V E SAÍDA 110V.

Art. 2º A Comissão tem o prazo de 30(trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da publicação desta Portaria, podendo, por pedido fundamentado da Comissão ser prorrogado por igual período.

Art. 3º Determinar que a Comissão providencie as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 17 de agosto de 2012.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO, ITACIR JOÃO FIORESE,
Presidente Vice-Presidente

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.240 de 20 de Agosto de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.240 DE 20 DE AGOSTO DE 2012

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato Temporário firmado com a Srª. LUANA TALITA ROCHA, Cargo Público de Contador, Registro no Sistema sob o nº 955026, a partir de 20 de agosto de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.286 de 20 de Agosto de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.286 DE 20 DE AGOSTO DE 2012

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora LUCIELLE KAROLYNA CUBAS, Agente Administrativo II, Matrícula Funcional nº 000500, Registro Sistema Sob nº 954556, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 21 de agosto de 2012 à 19 de outubro de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3.771 de 17/08/2012

LEI Nº 3.771 DE 17/08/2012

AUTORIZA CEDER USO DE VEÍCULO DO MUNICÍPIO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ao Estado de Santa Catarina através do 1º Grupo do 1º Pelotão da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Bombeiro Militar, sediado neste município de Campos Novos, o uso do veículo relacionado no parágrafo 1º deste artigo, pelo prazo determinado de 5 (cinco) anos, cabendo ao cessionário zelar pela manutenção, funcionamento, cobertura de despesas normais de uso, tributos e taxas incidentes, bem como, integral responsabilidade sobre eventuais danos, inclusive a terceiros, e sobre multas por infração de trânsito.

§1º. Veículo Esp/Caminhonete/AB/C.Dupla, marca/modelo FIAT/Strada Adventure CD, combustível a álcool/gasolina, ano/modelo 2011/2012, placas MLD 3919, chassi 9BD27844PC7485593, com todos os equipamentos obrigatórios.

Art. 2º. Fica expressamente vedado ao 1º Grupo do 1º Pelotão da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Bombeiro Militar, a sub cessão ou empréstimos a terceiros, a qualquer título, ou a sua utilização para fins diversos daqueles a que se destinam.

Art. 3º. Ao final do prazo previsto no Art. 1º desta Lei, poderão as partes prorrogar o prazo da cessão, ou então, o 1º Grupo do 1º Pelotão da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Bombeiro Militar deverá devolver o veículo recebido.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado a presente Lei em,

17 de agosto de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.772 de 17/08/2012

LEI Nº 3.772 DE 17/08/2012

REVOGA E CONVALIDA EFEITOS DE LEI QUE MENCIONA.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Ficam ratificados e convalidados os efeitos da Lei nº 1.214/81 de 29 de dezembro de 1981.

Art. 2º. Fica revogada a Lei nº 3.158 de 07 de março de 2007, tornando-a nula e sem efeitos.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado a presente Lei em,
17 de agosto de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.773 de 17/08/2012

LEI Nº 3.773 DE 17/08/2012
DENOMINA DE "LEARCINO DE OLIVEIRA A RUA QUE MENCIONA.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Denomina de "LEARCINO DE OLIVEIRA" a Rua localizada no bairro El Dourado, entre as Ruas Zenóbio Falcão e Elízio Biolchi com suas paralelas Hercílio Rupp e João Cordeiro dos Santos.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado a presente Lei em,
17 de agosto de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.774 de 17/08/2012

LEI Nº 3.774 DE 17/08/2012
DENOMINA DE "MERQUIDES RAIZER DA SILVA" A RUA QUE MENCIONA.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Denomina de "MERQUIDES RAIZER DA SILVA" a Rua 1090, localizada no Bairro Nossa Senhora Aparecida, entre as ruas João Gonçalves de Araújo e Juvelino Fernandes da Silva.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado a presente Lei em,
17 de agosto de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Decreto Nº. 151/2012

DECRETO Nº. 151/2012
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00m² (Oitocentos metros quadrados), procedido por ALEX LOURENÇO MARKO E OUTROS, situado à Rua Florentino Alves Vieira, Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 27.184, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 56 com área de 400,00m² e lote nº 05 com área de 400,00m² ambos pertencentes à quadra 138, conforme requerimento protocolado sob nº. 4642/2012.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 152/2012

DECRETO Nº. 152/2012
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 675,40m² (Seiscentos e setenta e cinco metros e quarenta decímetros quadrados), procedido por KARINA BIALESKI MARTINS, situado à Rua Ewaldo Kreiss, Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 16.816, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 15 com área de 366,30m² e lote nº 19 com área de 309,10m² ambos pertencentes à quadra 837, conforme requerimento protocolado sob nº. 4488/2012.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 153/2012

DECRETO Nº. 153/2012

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 2.215,48m² (Dois mil, duzentos e quinze metros e quarenta e oito decímetros quadrados), procedido por IVANA DE PAULA E SILVA CORDEIRO E OUTROS, situado à Rua Francisco Artner, Bairro Industrial nº01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 35.024, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 14 com área de 258,01m², lote nº 15 com área de 326,88m², lote nº 16 com área de 326,62m², lote nº 17 com área de 654,52m² e lote nº 18 com área de 649,45m², todos pertencentes à quadra 01, conforme requerimento protocolado sob nº. 4643/2012.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 154/2012

DECRETO Nº. 154/2012

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 562,50m² (Quinhentos e sessenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por SILMARA DE FÁTIMA SOARES, situado à Rua Saulo de Carvalho, esquina com a Rua Rodolfo Scheide, Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 739, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 40 com área de 225,00m² e lote nº 16 com área de 337,50m², ambos pertencentes à quadra 236, conforme requerimento protocolado sob nº. 3656/2012.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 613/2012

PORTARIA Nº. 613/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com as Leis Municipais nº 3.869/2005 e 4.385 de 23/12/2008; resolve;

CONTRATAR

Art.1º Fica contratada, conforme consta nos termos dos autos nº 01512003216-8, a profissional ANNA ROSA ZAVASKI, nível MAG I para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com carga horária de 20 horas, para atuar no CEI Nathan Zugman da Rede Municipal de Ensino, no período de 07/07/2012 a 18/12/2012.

Art.2º- Fica concedida licença para fins de atividade política para ANNA ROSA ZAVASKI, contratada na função de Monitor de Educação Especial, junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses, com efeitos retroativos a partir de 07/07/2012, conforme requerimento protocolado sob nº4405/2012;

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/ SC, 31 de julho de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 31/07/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 670/2012

PORTARIA Nº. 670/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONSIDERANDO a decisão judicial do Tribunal de Justiça Catarinense, que concedeu a liminar no Agravo de Instrumento nº. 2012.044273-1;

CONCEDER REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Art.1º - Fica concedida Redução de Carga Horária, para os funcionários abaixo citados, sendo o expediente de segunda à sexta feira, conforme comunicação interna.

Secretaria/Setor	Profissional	Horário de trabalho
Secretaria Municipal de Saúde - Secretaria	Zenici Dreher Herbst	Das 08 às 14 horas
	Viviana Wachtel Seleme Ubá	Das 08 às 14 horas
	Dirazeli do Prado	Das 11:30 às 17:30 horas
Secretaria Municipal de Saúde - Serviço Social	Marilin Rosana Munhoz da Silva Werka	Das 12:30 às 18:30 horas
Secretaria Municipal de Saúde - CAPS	Viviane Aparecida Stange	Das 08 às 14 horas
Secretaria/Setor	Profissional	Horário de trabalho
Secretaria Municipal de Educação	Juceres Maria Wiese Roeder	Das 08 às 12 horas Das 13:30 às 15:30 horas
	Karina Vieira Carvalho	Das 8 horas às 14 horas
Secretaria/Setor	Profissional	Horário de trabalho
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família - Secretaria	Leila Cristina Siems dos Santos	Das 08:00 às 12:00 horas Das 13:30 às 15:30 horas
	Deise Thaís Natsume	Das 08:00 às 12:00 horas Das 13:30 às 15:30 horas

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família - CRAS Região I Campo Água Verde	Zenilda Lemos de Souza	Das 10:00 às 12:00 horas Das 13:00 às 17:00 horas
	Vilmar Niejelski	Das 08:00 às 12:00 horas Das 13:00 às 15:00 horas
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família - CRAS Região II Loteamento Santa Cruz	Flavia Metzger	Das 10:00 às 12:00 horas Das 13:00 às 17:00 horas
	Vilcéia Regina Tavares	Licença a Maternidade
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família - CRAS REGIÃO III PIEDADE	Ângela Aparecida da Rocha	Das 10:00 às 12:00 horas Das 13:00 às 17:00 horas
	Adriane M. C. B. Carvalho	Das 08:00 às 12:00 horas Das 13:00 às 15:00 horas
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família CREAS	Rosilene Shulka Jaremczuk	Das 08:00 às 12:00 horas Das 13:30 às 15:30 horas
	Rosélis Tokarski	Das 10:00 às 12:00 horas Das 13:30 às 17:30 horas
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família - Casa Santa Clara	Rita Cássia Krauss Witt	Das 08:00 às 12:00 horas Das 13:30 às 15:30 horas
	Lourdes Pilaty	Das 08:00 às 12:00 horas Das 13:30 às 15:30 horas
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família - Casa Santa Clara	Joana Scheffer de Castilho dos Santos	Das 08:00 às 12:00 horas Das 13:30 às 15:30 horas

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

MARIA HERMINIA MORESCHI
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e da Família

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Alteração do Edital de Tomada de Preços N.º Funsae 01/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC
ALTERAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º FUNSAE 01/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FUNSAE 01/2012

O Fundo Municipal de Saneamento Básico de Canoinhas/SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que o EDITAL ACIMA FOI ALTERADO, SENDO RETIRADA A PALAVRA "DIRETOR" DO TEXTO CONSTANTE NOS ITENS 6.2.2.1 E 6.2.2.4, PORTANTO, NOS REFERIDOS ITENS, ONDE LIA-SE: "Plano Diretor de Saneamento Básico na área de resíduos sólidos, LEIA-SE, Plano de Saneamento Básico na área de resíduos sólidos", influenciando diretamente a formulação das propostas. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 13/09/2012, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min. (entrega) e 14h15min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital devidamente alterado estará disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Capinzal

SIMAE

Portaria N.º 0053/2012/SIMAE-Cao

PORTARIA N.º 053/2012/SIMAE-CAO, de 15 de agosto de 2012.
Designa Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, de servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 51, da Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE:
DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, os quais constituem a Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, para avaliação do servidor EDSON RAUL MASSON, Técnico Em Eletromecânica, durante seu estágio probatório:

Titulares:
ADEMAR DE GIACOMETI;
DIONÍSIO ALZIR ROSSET e
EDER LISBOA.

Suplentes:
JOSÉ LUIZ DE GIACOMETI e
MARIZA BRESSAN R. DE MORAES.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENSO
Diretor

Catanduvas

PREFEITURA

Relatório da Contabilidade Pública - Junho 2012

Relatório da Contabilidade Pública - Balancete do Financeiro - Junho 2012- FIA
Relatório da Contabilidade Pública - Balancete do Financeiro - Junho 2012- FMAS
Relatório da Contabilidade Pública - Balancete do Financeiro - Junho 2012- FMS
Relatório da Contabilidade Pública - Balancete do Financeiro - Junho 2012- FUNREBOM
Relatório da Contabilidade Pública - Balancete do Financeiro - Junho 2012- PMC
Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo da Despesa - Junho 2012- FIA
Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo da Despesa - Junho 2012- FMAS
Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo da Despesa - Junho 2012- FMS
Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo da Despesa - Junho 2012- FUNREBOM
Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo da Despesa - Junho 2012- PMC
Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo da Receita - Junho 2012- FIA
Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo da Receita - Junho 2012- FMAS
Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo da Receita - Junho 2012- FMS
Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo da Receita - Junho 2012- FUNREBOM
Relatório da Contabilidade Pública - Comparativo da Receita - Junho 2012- PMC

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Errata Lei N.º 0552

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ERRATA

Na Edição nº 1.058 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 17.08.2012, p.46, Lei n. 0552,

Onde se lê:

LEI N.º 0552 de 16.09.2012

Leia-se:

LEI N.º 0552 de 16.08.2012

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 20 DE AGOSTO DE 2012.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Erratdo Decreto 042/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

ERRATA

Na Edição nº 1.058 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 17.08.2012, p.51, Decreto n. 42/2012, no preâmbulo,

Onde se lê:

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art.7º, inciso VI da Lei Nº 0543 de 19 de dezembro de 2011 e de acordo com as disposições da Lei nº 0552 de 16.09.2012,

Leia-se:

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art.7º, inciso VI da Lei Nº 0543 de 19 de dezembro de 2011 e de acordo com as disposições da Lei nº 0552 de 16.08.2012,

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 20 DE AGOSTO DE 2012.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Concórdia

PREFEITURA

Adendo Nº 001 ao Edital de Pregão Eletrônico Nº 8/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO Nº 001 AO EDITAL DE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2012 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, por intermédio da sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital da licitação em referência, cujo objeto é a aquisição de material de consumo médico, odontológico e preservativos para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, sofreu ALTERAÇÃO no descritivo dos itens nº 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41 e 42 e na data de entrega das amostras dos itens do Anexo "B" do Edital. Desta forma o prazo para cadastramento e o envio das Propostas, fica alterado para às 08:15 do dia 31/08/2012, sendo que a abertura da licitação será neste mesmo dia às 08:30.

Informações complementares: o Edital e as alterações em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "licitações" e no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 20 de agosto de 2012.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Edital de Tomada de Preços Nº 53/2012 - PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 53/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material, mão-de-obra), de 4.751,00m² de recapeamento asfáltico com CBUQ, em diversas ruas deste Município, de acordo com o Projeto Básico e Memorial Descritivo, constantes no Anexo "D" do Edital. Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 06/09/2012. Abertura: dia 10/09/2012, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 20 de agosto de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 1/2012 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE

ASSISTENCIA SOCIAL - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2012 - FMAS

A Superintendente do Fundo Municipal d Assistência Social, torna público que ratificou o ato da Senhora Neusa Presotto Colombo, Diretora de Habitação, que Dispensou a licitação, nos termos do Inciso II do Artigo 24, da Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de empresa para fornecer e instalar equipamentos de rede e central de gás conforme vistoria e projeto preventivo de incêndio, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social, a favor da empresa CASA DA COZINHA - PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA - ME, no valor total de R\$ 1.495,00 (um mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).

Concórdia, SC, 20 de Agosto de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Superintendente do Fundo Municipal de Assistência Social

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº26/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2012 - FMS

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para a prestação de serviços de internação de pacientes em clínica especializada, em cumprimento de Determinações Judiciais, a favor da APRAT - ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS E TOXICÔMANOS, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).



Concórdia, SC, 20 de agosto de 2012.
GENAIR LOURDES BOGONI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Extrato de Licitação - Pregão Presencial

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Licitatório n. 59/2012

Edital: Pregão Presencial n. 46/2012

Tipo: Menor preço por Item.

Objeto: Aquisição de tubos soldáveis 25mm.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 31/08/2012

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 31/08/2012

O Edital poderá ser obtido presencialmente no endereço: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site www.pmcordi.sc.gov.br no link "licitações"; Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3358.9100.

Cordilheira Alta, SC, 20 de agosto de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Resultado de Licitação - TP 05/2012

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 05/2012

JULGAMENTO: Menor preço Global

PROCESSO: 55/2012

SOLICITANTE: Secretaria de Infraestrutura

OBJETO: Reforma de edificação em alvenaria para utilização de Capela Mortuária.

VALOR: R\$ 19.502,00

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declarou vencedora a empresa MJ CONSTRUÇÕES LTDA ME, adjudicado em seu favor o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 16 de agosto de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 470-a - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 470-A/2012

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 985.000,00 (novecentos e oitenta e cinco mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.1001		Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física das Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.24	Aplicações Diretas	400.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.451.0040.1003		Pavimentação e Conservação da Área Urbana	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.24	Aplicações Diretas	350.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.451.0040.1003		Pavimentação e Conservação da Área Urbana	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.24	Aplicações Diretas	200.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.24	Aplicações Diretas	35.000,00
		TOTAL	985.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos dos Convênios da fonte 01.00.24(55) – Transferências de Convênios – Outros (Estado), no valor de R\$ 985.000,00 (novecentos e oitenta e cinco mil reais), referente Convênio 6299/20125-5 1ª parcela Serviço



para Horas Máquinas para recuperação da malha viária do Município, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), Convênio 4385/2012 macadamização de estradas vicinais no município de Corupá, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), Pavimentação Asfáltica das Ruas Augusto Borchardt, Jorge Wille e Alberto Darius, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e Convênio 6207/2012-3 Construção de uma Unidade Básica de Saúde tipo II, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de junho de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal De Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Errata do Decreto 470/12

ERRATA

O Município de Corupá apresenta errata do Decreto nº 470/12, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição nº 1036, no dia 18 de julho de 2012.

Onde se lê: Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 13 de julho de 2012.

Leia-se: Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 26 de junho de 2012.

Curitibanos

PREFEITURA

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 178/2012

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 178/2012.

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitibanos e Companhia de Danças Millenium no valor de R\$ 4.140,00.

RESUMO/ FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA DE DANÇA PARA ABERTURA DA 25ª EDIÇÃO DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA, COMPOSTO POR 27 INTEGRANTES, OS QUAIS IRÃO APRESENTAR DUAS COREOGRAFIAS: "BIG EVOLUTION" E "A EVOLUÇÃO DO HOMEM", NO DIA 30/08/2012, NA FORMA DO ART. 25, INCISO III, DA LEI 8.666/93.

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do art. 25, inciso III da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 16 de agosto de 2012.

ADAILTON ALVES

DIEGO SEBEM WORDELL

Presidente da Comissão

Secretário/Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, pelo que de acordo com o art. 25, inciso III da Lei No. 8.666/93, o dou como aprovada.

Curitibanos, 16 de agosto de 2012.

MARIO CESAR PENTEADO

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 16 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: GG VESTUARIO PROFISSIONAL LTDA

CNPJ: 00.732.684/0001-16

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 20/2012 Numero do Processo: 20/2012

Numero do Aditivo: 350/2012

Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR A MAIS R\$ 125,00 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS .

Data da Assinatura:05/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial:05/07/2012

Vigência:05/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 02.02 25.752.0027

2.033.3.3.90.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 125,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: JOÃO LUIZ BARONI EPP

CNPJ: 80.709.801/0001-60

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 16/2012 Numero do Processo: 16/2012

Numero do Aditivo: 360/2012



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO FIAT STRADA CE FIRE 1.4 8V FLEX MPFI 2 P, ANO/ MODELO:2012 PLACA MJM 3034 DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTE, NO PERÍODO DE UM ANO.

Data da Assinatura:12/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 12/07/2012

Vigência:12/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 02.02 06.181.0004
2.009.3.3.90.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 102,00

Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Aditivo

Contratado: GERHARDT & PELEGRINI LTDA

CNPJ: 82.156.977/0001-67

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 8/2012 Numero do Processo: 8/2012

Numero do Contrato: 373/2012

Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE MAIS R\$ 5.471,88 (CINCO MIL QUATROCENTOS E SETENTA E UM REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), TENDO EM VISTA REAJUSTE REALIZADO PELO GOVERNO FEDERAL EM 5,24%.. REFERENTE AQUISIÇÃO ÓLEO DIESEL COMUM.

Data da Assinatura:18/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/07/2012

Vigência:18/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 5.471,88

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME

CNPJ: 10.314.036/0001-01

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 22/2012 Numero do Processo: 22/2012

Numero do Contrato: 97/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADJUDICAÇÃO 7- REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E REFRIGERANTES PARA CONSUMO ESTIMADO PARA ANO DE 2012, NAS DATAS COMEMORATIVAS: PÁSCOA, DIA DAS CRIANÇAS E NATAL, PARA PROGRAMA, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, 3º IDADE.

Data da Assinatura:03/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial:03/07/2012

Vigência:03/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 44,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME

CNPJ: 10.314.036/0001-01

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 1/2012 Numero do Processo: 1/2012

Numero do Contrato: 98/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITAMENTO DE MAIS R\$ 104,00, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COZINHAS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS: ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DA PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, PARA 3º IDADE E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABILITAÇÃO.

Data da Assinatura:04/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial:04/07/2012

Vigência:04/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 04.01 08.244.0005
2.014.3.3.90.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 104,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS

CNPJ: 85.349.579/0001-55

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 39/2012 Numero do Processo: 39/2012

Numero do Contrato: 99/2012

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DA PARTE MECANICA PARA

OS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, CONSELHO TUTELAR E HABILITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:04/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:04/07/2012
Vigência:04/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 8.126,00
Forma de Pagamento: CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: KLEYTON ANTÔNIO FRANÇA
CNPJ: 048.614.049-08
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:
Numero do Contrato: 100/2012
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO PROFESSOR DE MÚSICA PARA BAIRRO: SÃO LUIZ, GETÚLIO VARGAS E BOM JESUS, PELO PERÍODO DE 13/07/2012 A 01/12/2012.

Data da Assinatura:13/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:13/07/2012
Vigência:13/07/2012 A 01/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 4.320,00
Forma de Pagamento: CONFORME SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: COOPERATIVA R. DE COM. DO EXTREMO OESTE
CNPJ: 01.435.328/0002-84
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 25/2012 Numero do Processo: 25/2012
Numero do Contrato: 101/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA O ANO DE 2012, OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS NOS PROGRAMAS; SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, ATIVIDADES RELACIONADAS A TERCEIRA IDADE ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PET) CONFORME RELAÇÃO DOS ITENS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:16/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:16/07/2012
Vigência:16/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 752,40
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 25/2012 Numero do Processo: 25/2012
Numero do Contrato: 102/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA O ANO DE 2012, OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS NOS PROGRAMAS; SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, ATIVIDADES RELACIONADAS A TERCEIRA IDADE ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PET) CONFORME RELAÇÃO DOS ITENS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:16/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:16/07/2012
Vigência:16/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 3.108,15
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME
CNPJ: 10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 22/2012 Numero do Processo: 22/2012
Numero do Contrato: 102/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E REFRIGERANTES PARA CONSUMO, ESTIMADO PARA ANO DE 2012, NAS DATAS COMEMORATIVAS: PASCÓA, DIAS DAS CRIANÇAS E NATAL, PARA PROGRAMA, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, 3ª IDADE.

Data da Assinatura:17/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:17/07/2012

Vigência:17/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 694,20
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 10/2012 Numero do Processo: 10/2012
Numero do Contrato: 104/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS NÃO PERECÍVEIS PARA O ANO DE 2012, OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DEO LEITE DE SOJA, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, ATIVIDADES RELACIONADAS TERCEIRA IDADE, ABRIGO TEMPORARIO, INDIVIDUOS OU FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, CONFORME RELAÇÃO DOS ITENS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:18/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:18/07/2012
Vigência:18/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 5.100,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 10/2012 Numero do Processo: 10/2012
Numero do Contrato: 105/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS NÃO PERECÍVEIS PARA O ANO DE 2012, OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DEO LEITE DE SOJA, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, ATIVIDADES RELACIONADAS TERCEIRA IDADE, ABRIGO TEMPORARIO, INDIVIDUOS OU FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, CONFORME RELAÇÃO DOS ITENS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:18/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial:18/07/2012
Vigência:18/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 3.529,69
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA
CNPJ: 10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 10/2012 Numero do Processo: 10/2012
Numero do Contrato: 106/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS NÃO PERECÍVEIS PARA O ANO DE 2012, OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DEO LEITE DE SOJA, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, ATIVIDADES RELACIONADAS TERCEIRA IDADE, ABRIGO TEMPORARIO, INDIVIDUOS OU FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, CONFORME RELAÇÃO DOS ITENS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:18/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:18/07/2012
Vigência:18/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 147,49
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
CNPJ: 85.248.680/0001-10
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 8/2012 Numero do Processo: 8/2012
Numero do Contrato: 107/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, PARA OS PROGRAMAS: CRAS DOS BAIRROS SÃO LUIZ , BOM JESUS E GETULIO VARGAS, ABRIGO TEMPORARIO MUNICIPAL, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, PARA INDIVIDUOS OU FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, VACA MECÂNICA, ABRIGO TEMPORARIO MUNICIPAL, PETI E CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura:19/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:19/07/2012
Vigência:19/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 3.655,72
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DINÂMICA COM. DE SUP.P/ INFORMÁTICA ESCR
LTDA ME
CNPJ: 07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 26/2012 Numero do Processo: 26/2012
Numero do Contrato: 108/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO TRABALHO IN-
FANTIL, PARA ANO 2012.

Data da Assinatura:23/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:23/07/2012
Vigência:23/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 337,24
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: INDUSTRIA MOAGEIRA LTDA
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 26/2012 Numero do Processo: 26/2012
Numero do Contrato: 109/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO TRABALHO IN-
FANTIL, PARA ANO 2012.

Data da Assinatura:23/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:23/07/2012
Vigência:23/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:

Numero do Empenho:
Valor: 95,50
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: JLM COMÉRIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
ME
CNPJ: 13.965.228/0001-68
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 26/2012 Numero do Processo: 26/2012
Numero do Contrato: 110/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO TRABALHO IN-
FANTIL, PARA ANO 2012.

Data da Assinatura:23/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:23/07/2012
Vigência:23/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 511,82
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP
CNPJ: 02.315.593/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 26/2012 Numero do Processo: 26/2012
Numero do Contrato: 111/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO TRABALHO IN-
FANTIL, PARA ANO 2012.

Data da Assinatura:23/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:23/07/2012
Vigência:23/07/2012 A 31/07/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 494,95
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA

CNPJ: 10.314.036/0001-01

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 26/2012 Número do Processo: 26/2012

Número do Contrato: 112/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO TRABALHO INFANTIL, PARA ANO 2012.

Data da Assinatura: 23/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 23/07/2012

Vigência: 23/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 261,74

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME

CNPJ: 10.314.036/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 21/2012 Número do Processo: 21/2012

Número do Contrato: 113/2012

Fundamento Legal:

Objeto: MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, UNIDADE CRAS DOS BAIRROS, SÃO LUIS, BOM JESUS E GETULIO VARGAS, ABRIGO, TEMPORARIO MUNICIPAL, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABILITAÇÃO, VACA MECÂNICA, CESTAS PARA INDIVIDUOS OU FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

Data da Assinatura: 24/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 24/07/2012

Vigência: 24/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 900,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME

CNPJ: 10.314.036/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 12/2012 Número do Processo: 12/2012

Número do Contrato: 114/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADJUDICAÇÃO 7- REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS NA CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL E NO ABRIGO TEMPORARIO, NO PERÍODO DE JANEIRO A JULHO DE 2012, CONFORME RELAÇÃO DOS ITENS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 24/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 24/07/2012

Vigência: 24/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 04.01 08.244.0005

2.014.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 627,81

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA

CNPJ: 83.054.924/0001-06

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 25/2012 Número do Processo: 25/2012

Número do Contrato: 115/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADJUDICAÇÃO 4- REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS PARA O ANO DE 2012, OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS NOS PROGRAMAS; SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, ATIVIDADES RELACIONADAS A TERCEIRA IDADE, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) CONFORME RELAÇÃO DOS ITENS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 24/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 24/07/2012

Vigência: 24/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 04.01 08.244.0005

2.014.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 66,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: LOJA DE CONVENIÊNCIA LTDA ME

CNPJ: 01.667.201/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 32/2012 Número do Processo: 32/2012

Número do Contrato: 116/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CURSOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, DESTINADOS AS PESSOAS EM VULNERABILIDADE, PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS CRAS E CREAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 24/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 24/07/2012

Vigência: 24/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 718,69

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP

CNPJ: 78.216.058/0001-64

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 13/2012 Número do Processo: 13/2012

Número do Contrato: 117/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS, TONNERS, SERVIÇOS DE RECARGA E MICROCOMPUTADOR COMPLETO PARA USO NA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 25/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/07/2012

Vigência: 25/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.485,86

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: STAUDT FRANCESQUETT LTDA

CNPJ: 13.674.709/0001-14

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 15/2012 Número do Processo: 15/2012

Número do Contrato: 118/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA OFICINA DE PINTURA EM MADEIRA, QUE SERÃO OFERECIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, PARA INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS COM CRIANÇAS ATÉ 06 ANOS DE IDADE E PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, ATENDIDAS NAS 03 (TRÊS) UNIDADES DO CRAS E COMUNIDADE DO INTERIOR.

Data da Assinatura: 25/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/07/2012

Vigência: 25/07/2012 A 30/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 3.124,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME

CNPJ: 10.314.036/0001-01

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 10/2012 Número do Processo: 10/2012

Número do Contrato: 119/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS PARA O ANO DE 2012, OS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PRODUÇÃO DO LEITE DE SOJA, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, ATIVIDADES RELACIONADAS A TERCEIRA IDADE ABRIGO TEMPORÁRIO, INDIVÍDUOS OU FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, CONFORME RELAÇÃO DOS ITENS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 25/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/07/2012

Vigência: 25/07/2012 A 30/12/2012

Programa de Trabalho: 04.01 08.244.0005
2.014.3.3.90.00.00.00.00

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.790,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: VALDIRENE CARPANEDA-ME

CNPJ: 93.577.427/0001-38

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 3/2012 Número do Processo: 3/2012

Número do Contrato: 120/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA OFICINA DE PINTURA EM MADEIRA, QUE SERÃO OFERECIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, PARA INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS COM CRIANÇAS ATÉ 06 ANOS DE IDADE E PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, ATENDIDAS NAS 03 (TRÊS) UNIDADES DO CRAS E COMUNIDADE DO INTERIOR.

Data da Assinatura: 25/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/07/2012

Vigência: 25/07/2012 A 30/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 2.673,90

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP

CNPJ: 78.216.058/0001-64

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 36/2012 Número do Processo: 36/2012

Número do Contrato: 336/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITAMENTO DE MAIS R\$ 165,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESPORTE E LAZER, IND E COMÉRCIO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, PROCURADORIA, GABINETE, PROCON, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 02/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/07/2012

Vigência: 02/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 165,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA MATERIAL E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA- ME

CNPJ: 85.248.680/0001-10

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 36/2012 Número do Processo: 36/2012

Número do Contrato: 337/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITAMENTO DE MAIS R\$ 582,00, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESPORTES E LAZER, IND E COMÉRCIO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, PROCURADORIA, GABINETE, PROCON, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL

Data da Assinatura: 02/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/07/2012

Vigência: 02/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 02.02 04.122.0002.1.003.4.4.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 582,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA MATERIAL E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Março/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN

CNPJ: 00.748.569/0001-30

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 36/2012 Número do Processo: 36/2012

Número do Contrato: 338/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITAMENTO DE MAIS R\$ 712,20, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESPORTE E LAZER, IND E COMÉRCIO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, PROCURADORIA, GABINETE, PROCON, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 02/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/07/2012

Vigência: 02/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 712,20

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA MATERIAL E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
CNPJ: 04.586.694/0001-41
Modalidade: PREGAÇÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 36/2012 Número do Processo: 36/2012
Número do Contrato: 339/2012
Fundamento Legal:

Objeto: ADITAMENTO DE MAIS R\$ 106,00, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESPORTES E LAZER, IND E COMERCIO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, PROCURADORIA, GABINETE, PROCON, POLICIA MILITAR E CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

Data da Assinatura: 02/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 02/07/2012
Vigência: 02/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho: 02.02 04.122.0002
1.003.4.4.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 106,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA MATERIAL E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A
CNPJ: 05.423.963/0001-11
Modalidade: PREGAÇÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 119/2012 Número do Processo: 119/2012
Número do Contrato: 340/2012
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitiba, NO PERÍODO DE 12 MESES PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, PREVISTOS NO ART. 57 INCISO II DA LEI Nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 02/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 02/07/2012
Vigência: 02/07/2012 A 02/07/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 16.056,00
Forma de Pagamento: MENSALMENTE CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SC COPIAS LTDA
CNPJ: 03.367.127/0002-12
Modalidade: Convite p/ compras e serviços
Número da Licitação: 90/2012 Número do Processo: 90/2012
Número do Contrato: 341/2012
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 160,00 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 2.000 CÓPIAS A4 PARA MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR, COM RECURSOS DO CONVENIO DE TRANSITO.

Data da Assinatura: 02/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 02/07/2012
Vigência: 02/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho: 02.02 06.181.0004
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 160,00
Forma de Pagamento: MENSALMENTE CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME
CNPJ: 10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGAÇÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 22/2012 Número do Processo: 22/2012
Número do Contrato: 342/2012
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 5,60,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO.

Data da Assinatura: 02/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 02/07/2012
Vigência: 02/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho: 02.07 22.661.0025
2.079.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 5,60
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.
CNPJ: 05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 22/2012 Número do Processo: 22/2012
Número do Contrato: 343/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR, LIMPEZA PÚBLICA, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PROCON, SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO, RODOVIARIA DOROMEU BOSSARDI, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLICIA CIVIL, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:03/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:03/07/2012
Vigência:03/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 3.347,53
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CASA FAGUNDES COM VAR EM GERAL LTDA ME .
CNPJ: 73.222.994/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 22/2012 Número do Processo: 22/2012
Número do Contrato: 344/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR, LIMPEZA PÚBLICA, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PROCON, SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO, RODOVIARIA DOROMEU BOSSARDI, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLICIA CIVIL, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:03/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:03/07/2012
Vigência:03/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 3.948,12
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DINÂMICA COM DE SUP.P/ INFORMÁTICA ESCR. LTDA ME.
CNPJ: 07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 22/2012 Número do Processo: 22/2012
Número do Contrato: 345/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR, LIMPEZA PÚBLICA, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PROCON, SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO, RODOVIARIA DOROMEU BOSSARDI, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLICIA CIVIL, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:03/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:03/07/2012
Vigência:03/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 414,05
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ROBERTO TESSARO& CIA LTDA .
CNPJ: 05.758.684/0001-09
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 22/2012 Número do Processo: 22/2012
Número do Contrato: 346/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR, LIMPEZA PÚBLICA, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PROCON, SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO, RODOVIARIA DOROMEU BOSSARDI, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLICIA CIVIL, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:03/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:03/07/2012
Vigência:03/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 208,90
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: INDUTRIA MOAGEIRA LTDA- CAÇADOR.
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 22/2012 Numero do Processo: 22/2012
Numero do Contrato: 347/2012
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 6,60, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO.

Data da Assinatura:05/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:05/07/2012
Vigência:05/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 6,60
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: INDUTRIA MOAGEIRA LTDA- CAÇADOR.
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 22/2012 Numero do Processo: 22/2012
Numero do Contrato: 348/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR, LIPEZA PÚBLICA, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PROCON, SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO, RODOVIARIA DOROMEU BOSSARDI, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLICIA CIVIL, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:05/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:05/07/2012
Vigência:05/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.446,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: PARTWORK AUDITORES INDEPENDENTES LTDA
CNPJ: 11875452/0001-33
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 126/2012 Numero do Processo: 126/2012
Numero do Contrato: 349/2012
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DA PREFEITURA .MUNICIPAL DE CURITIBANOS COMPREENDIDO DE IDENTIFICAÇÃO, DESLOCA-
MENTO, DIGITAÇÃO, REGISTRO FOTOGRAFICO, REAVALIAÇÃO, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E TERMOS DE RESPONSABILIDADES, FORNECIMENTO DE PLANILHAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:05/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:05/07/2012
Vigência:05/07/2012 A 05/11/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 26.130,00
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME
CNPJ: 10.314.036/0001-01
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 18/2012 Numero do Processo: 18/2012
Numero do Contrato: 351/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL EM BOTIJOES DE 20 LITROS E AGUA MINERAL EM GARRAFAS DE 510 ML, COM GÁS E SEM GÁS, PARA USO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PREFEITURA MUNICIPAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012.

Data da Assinatura:09/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:09/07/2012
Vigência:09/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 227,37
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: JOÃO LUIZ BARONI EPP
CNPJ: 80.709.801/0001-60
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 16/2012 Número do Processo: 16/2012
Número do Contrato: 352/2012
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 136,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA PROCON, JUNTA MILITAR, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, PROCURADORIA JURÍDICA, SECRETARIA DE AGRICULTURA, SECRETARIA DE ESPORTE E GABINETE.

Data da Assinatura: 10/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/07/2012
Vigência: 10/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 136,00
Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
CNPJ: 12.581.380/0001-84
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 130/2012 Número do Processo: 130/2012
Número do Contrato: 353/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO PARA MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, SETOR DE CADASTRO E FISCALIZAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E PROCON, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS.

Data da Assinatura: 11/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/07/2012
Vigência: 11/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.727,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DINAMICA COM SUPR PARA INFORMÁTICA LTDA ME
CNPJ: 07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 130/2012 Número do Processo: 130/2012
Número do Contrato: 354/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO PARA MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, SETOR DE CADASTRO E FISCALIZAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E PROCON, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS.

Data da Assinatura: 11/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/07/2012
Vigência: 11/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 135,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: JOÃO LUIZ BARONI EPP
CNPJ: 80.709.801/0001-60
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 130/2012 Número do Processo: 130/2012
Número do Contrato: 355/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO PARA MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, SETOR DE CADASTRO E FISCALIZAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E PROCON, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS.

Data da Assinatura: 11/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/07/2012
Vigência: 11/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 448,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: NATALICIO DE JESUS GERALD EPP
CNPJ: 78.216.058/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 130/2012 Numero do Processo: 130/2012
Numero do Contrato: 356/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO PARA MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR, SETOR DE CADASTRO E FISCALIZAÇÃO, POLICIA CIVIL, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E PROCON, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 11/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/07/2012
Vigência: 11/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 487,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SANDRO VILMAR PIRES ME
CNPJ: 09.253.952/0001-91
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 130/2012 Numero do Processo: 130/2012
Numero do Contrato: 357/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO PARA MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR, SETOR DE CADASTRO E FISCALIZAÇÃO, POLICIA CIVIL, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E PROCON, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 11/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/07/2012
Vigência: 11/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 5.940,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Numero da Licitação: 9/2012 Numero do Processo: 9/2012
Numero do Contrato: 358/2012
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 1.889,70 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 12/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/07/2012
Vigência: 12/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho: 02.05 15.452.0018
2.075.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.889,70
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ROBSON CICHACZ DE SOUZA E CIA LTDA ME
CNPJ: 11.746.619/0001-66
Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia
Numero da Licitação: 65/2012 Numero do Processo: 65/2012
Numero do Contrato: 359/2012
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 06/08/2012 REFERENTE A COMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS INICIADOS NA RUA LAURO MULLER E A URBANIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA NEREU RAMOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETELHADA NOS MEMORIAIS DESCRITIVOS E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 12/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/07/2012
Vigência: 12/07/2012 A 06/08/2012
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 0,0
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 53/2012 Número do Processo: 53/2012

Número do Contrato: 361/2012

Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO FIAT STRADA CE FIRE 1.4 8V FLEX MPFI 2 P, ANO/ MODELO:2012 PLACA MJM 3034 DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTE, NO PERÍODO DE UM ANO.

Data da Assinatura:12/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 12/07/2012

Vigência:12/07/2012 A 12/07/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 1.383,05

Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA

CNPJ: 85.349.579/0001-55

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 33/2012 Número do Processo: 33/2012

Número do Contrato: 362/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE INCLUSÃO DO VEÍCULO FIAT UNO MILLE 1.0 ANO 2003 PLACAS MBX-7405, PERTENCENTE A FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA.

Data da Assinatura:12/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 12/07/2012

Vigência:12/07/2012 A 06/08/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor:

Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA EPP

CNPJ: 08.273.827/0001-80

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 131/2012 Número do Processo: 131/2012

Número do Contrato: 363/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL, REFORMA DA CASA DO GUARDA DO POUSO DO TROPEIRO E REPARO NA ESCADARIA QUE LIGA AS RUAS SANTA CATARINA A GAL. VIEIRA ROSA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura:13/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 13/07/2012

Vigência:13/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 02.04 20.606.0024
2.085.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 6.156,65

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA DE MATERIAL E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: JACY PEDRO PICOLLI- ME

CNPJ: 79.891.438/0001-67

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 2/2012 Número do Processo: 2/2012

Número do Contrato: 364/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE INCLUSÃO DO VEÍCULO FIAT UNO MILLE 1.0 ANO 2003 PLACAS MBX-7405, PERTENCENTE A FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA.

Data da Assinatura:13/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 13/07/2012

Vigência:13/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 02.05 15.452.0018
2.075.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor:

Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 09.056.757/0001-71

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 129/2012 Numero do Processo: 129/2012

Numero do Contrato: 366/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE 200 SACOS DE RECOMPOSITOR DE PIS-TA, USINADO A QUENTE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:13/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 13/07/2012

Vigência:13/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 4.400,00

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: OSNI PEREIRA PINTOR ME

CNPJ: 14.455.285/0001-60

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 128/2012 Numero do Processo: 128/2012

Numero do Contrato: 367/2012

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PINTURA DO MUSEU HISTÓRICO ANTONIO GRANEMANN DE SOUZA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO.

Data da Assinatura:13/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 13/07/2012

Vigência:13/07/2012 A 13/09/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 9.360,00

Forma de Pagamento: CONFORME SERVIÇO PRESTADOS E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: K&K MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA ME

CNPJ: 12.124.219/0001-48

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 132/2012 Numero do Processo: 132/2012

Numero do Contrato: 368/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM CORTADOR DE GRAMA GASOLINA MOD/MC 500G-48 DE CORTE E SEM RECOLHER, POTENCIA 5HP, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:13/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 13/07/2012

Vigência:13/07/2012 A 13/07/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 1.000,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 07.455.659/0001-81

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 134/2012 Numero do Processo: 134/2012

Numero do Contrato: 370/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA À QUENTE E EMULSÃO ASFÁLTICA PARA MANUTENÇÃO DAS RUAS DA CIDADE ATRAVÉS DA OPERAÇÃO TAPA BURRACOS CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:17/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 17/07/2012

Vigência:17/07/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 02.05 15.452.0018
2.075.3.3.90.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 40.700,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA DO MATERIAL E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: MAURICIO DE TOFFOL BOCH
CNPJ: 10.595.439/0001-68
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Numero da Licitação: 42/2009 Numero do Processo: 42/2009
Numero do Contrato: 371/2012
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE MAIS R\$ 400,00 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET NA CCO DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, PARA REALIZAÇÃO DE 25º JOGUINHOS ABERTOS DE SC.

Data da Assinatura:18/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:18/07/2012
Vigência:18/07/2012 A 30/04/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 400,00
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: Convite p/ compras e serviços
Numero da Licitação: 9/2012 Numero do Processo: 9/2012
Numero do Contrato: 372/2012
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 2.147,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:18/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial: 18/07/2012
Vigência:18/07/2012 A 31/12/2012
Programa de Trabalho: 02.05 15.452.0018
2.075.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 2.174,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 79.879.318/0002-25
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 135/2012 Numero do Processo: 135/2012

Numero do Contrato: 374/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO ROLO COMPACTADOR MULLER VAP 88, ANO 1985, HIRA 4408, TOYOTA PLACA LXQ-2923, E MATERIAIS PARA A BORRACHARIA DE SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:19/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:19/07/2012
Vigência:19/07/2012 A 19/09/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 2.322,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 135/2012 Numero do Processo: 135/2012
Numero do Contrato: 375/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO ROLO COMPACTADOR MULLER VAP 55, ANO 1985, HIRA 4408, TOYOTA PLACA LXQ-2923, E MATERIAIS PARA A BORRACHARIA DE SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:19/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:19/07/2012
Vigência:19/07/2012 A 19/09/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.956,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME
CNPJ: 07.540.755/0001-28
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 7/2012 Numero do Processo: 7/2012
Numero do Contrato: 376/2012
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 480,00 REFERENTE A

LOCAÇÃO DE UM VEÍCULO MICRÔNIBUS PARA CONDUZIR OS PARTICIPANTES DO XIV- CICLO DE ESTUDOS DE CONTROLE PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL- REALIZADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DE SC, NO MUNICIPIO DE LAGES- SC A REALIZAR-SE NO CAMPUS DA UNIPLAC- UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE- NO DIA 24 DE JULHO DE 2012.

Data da Assinatura:20/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:20/07/2012
Vigência:20/07/2012 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 480,00
Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: JACY PEDRO PICOLLI-ME ME
CNPJ: 79.891.438/0001-67
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 2/2012 Numero do Processo: 2/2012
Numero do Contrato: 377/2012
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DA PARTE ELÉTRICA E MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DAS ESTRADAS VICINAIS, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:20/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:20/07/2012
Vigência:20/07/2012 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 100,00
Forma de Pagamento: CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 33/2012 Numero do Processo: 33/2012
Numero do Contrato: 378/2012
Fundamento Legal:

Objeto: SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA EVENTUAIS MANUTENÇÕES DURANTE O ANO DE 2012 NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:20/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:20/07/2012
Vigência:20/07/2012 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.110,00
Forma de Pagamento: CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CONCREBLOC IND E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
CNPJ: 76.367.473/0001-93
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 133/2012 Numero do Processo: 133/2012
Numero do Contrato: 379/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEDRISCO E PÓ DE PEDRA PARA MANUTENÇÃO DAS RUAS DO MUNICIPIO, TUBO DE 0,100 CM PARA OBRAS NO RIACHO DO ÁGUA SANTA, DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:24/07/2012
Data da Publicação no Diário Oficial:24/07/2012
Vigência:24/07/2012 A 31/12/2013
Programa de Trabalho: 02.05 15.452.0018
2.075.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 15.990,00
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA DO MATERIAL E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA
CNPJ: 07.156.840/0001-97
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 133/2012 Numero do Processo: 133/2012
Numero do Contrato: 380/2012
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEDRISCO E PÓ DE PEDRA PARA MANUTENÇÃO DAS RUAS DO MUNICIPIO, TUBO DE 0,100 CM PARA

OBRAS NO RIACHO DO ÁGUA SANTA, DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:24/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial:24/07/2012

Vigência:24/07/2012 A 31/12/2013

Programa de Trabalho: 02.05 15.452.0018
2.075.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 10.960,00

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA DO MATERIAL E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Julho/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA

CNPJ: 85.349.579/0001-55

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Numero da Licitação: 9/2012 Numero do Processo: 9/2012

Numero do Contrato: 381/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 462,75 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura:25/07/2012

Data da Publicação no Diário Oficial:25/07/2012

Vigência:25/07/2012 A 31/12/2013

Programa de Trabalho: 02.05 15.452.0018
2.075.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 462,75

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34 Mês/Ano da Assinatura

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Agosto/2012

CEP: 89520-000 - Curitiba/ SC

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: COMPANHIA DE DANÇAS MILLENNIUM

CNPJ: 07.042.324/0001-31

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

Número da Licitação: 178/2012 Número do Processo: 178/2012

Número Contrato: 422/2012

Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA DE DANÇA PARA ABERTURA DA 25ª EDIÇÃO DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA, COMPOSTO POR 27 INTEGRANTES, OS QUAIS IRÃO APRESENTAR DUAS

COREOGRAFIAS: "BIG EVOLUTION" E "A EVOLUÇÃO DO HOMEM", NO DIA 30/08/2012, NA FORMA DO ART. 25, INCISO III, DA LEI 8.666/93.

Data da Assinatura: 16/08/2012

Data da publicação no Diário Oficial: 16/08/2012

Vigência: 16/08/2012 a 10/09/2012

Programa de Trabalho: 02.08 27.812.0029
2.087.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 4.140,00

Forma de pagamento: Cfme apresentação e nota fiscal

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 111/PMF/2012.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa especializada para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de setembro de 2012 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 20 de agosto de 2012.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Nota de Revogação de Processo de Compra Nº. 02/ FMS/2012

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº. 02/ FMS/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/FMS/2012

OBJETO: O presente edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestar serviços de 'exames de colonoscopia' com leitura do mesmo, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pelo pregoeiro, Sr. Valdecir Tiscoski, no dia vinte de agosto de dois mil e doze, às dez horas, o mesmo certificou-se de que nenhuma empresa apresentou envelopes para participar do processo licitatório. Desta forma, a comissão decide por revogar a presente licitação em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 20 de agosto de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria Nº 1792/2012

PORTARIA N.º 1.792, DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de BRUNA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 049.721.889-52, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de agosto de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1793/2012

PORTARIA Nº 1.793, DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora CRISTIANE DIAS DE ALMEIDA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 020.405.439-70, nomeada no cargo de provimento efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, em 24 de agosto de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de agosto de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0125/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0125/2012 - PMF

Objeto: Aquisição de mudas de flores de verão para embelezamento da cidade. Julgamento: Menor Preço por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 9:15 horas do dia 31.08.2012. Abertura: Às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 17 de agosto de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0126/2012 - Rp 0060 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0126/2012 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS 0060/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratações futuras de serviços gráficos para impressão de expedientes diversos para uso das Secretarias Municipais. Validade/Vigência da Ata: Setembro de 2012 a Janeiro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 03.09.2012. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 17 de agosto de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 118/2012.

DECRETO N.º 118, DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 4.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 4.000,00

10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 4.000,00

4.4.90.0.6.14.000062 - Aplicações Diretas 4.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 4.000,00

10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde 4.000,00

3.3.90.0.6.14.000062 - Aplicações Diretas 4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Agosto de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/08/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 119/2012.

DECRETO N.º 119, DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 04, DE 24 DE JULHO DE 2012, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 04, de 24 de julho de 2012, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG/2011) da Secretaria Municipal de Saúde 2011", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Agosto de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/08/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Anexo Único**RESOLUÇÃO Nº 04, DE 24 DE JULHO DE 2012**

Dispõe sobre aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG/2011) da Secretaria Municipal de Saúde 2011.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba em reunião ordinária, realizada dia 24 de julho de 2012, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080/90 e pela Lei 8.142/90:

Considerando a necessidade de análise e aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG/2011) da Secretaria Municipal de Saúde 2011.

RESOLVE: Aprovar com ressalvas devidas falta de tempo hábil para análise mais aprofundada do mesmo, com auxílio de um contador o Relatório Anual de Gestão (RAG/2011) da Secretaria Municipal de Saúde 2011.

JOÃO VALÊNCIO BATISTA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde - em exercício

Portaria N.º 577/2012.

PORTARIA N.º 577, DE 17 DE AGOSTO DE 2012.

AUTORIZA A AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EXPEDIDA PELO INSS SOB O Nº. 20001050.1.00007/10-1, NOS ASSENTOS FUNCIONAIS DA SERVIDORA MARIA SANT'ANA FURTADO DE SOUZA, DETENTORA DA MATRÍCULA FUNCIONAL Nº. 0095 E DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ATENDENTE DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) MARIA SANT'ANA FURTADO DE SOUZA, detentora da matrícula nº. 0095, e do cargo de provimento efetivo de

Atendente de Saúde, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00007/10-1, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de agosto de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 21/08/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 578/2012.

PORTARIA N.º 578, DE 17 DE AGOSTO DE 2012.

AUTORIZA A AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EXPEDIDA PELO INSS SOB O Nº. 20001050.1.00027/08-0, E DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EXPEDIDA PELO IPREV SOB O Nº. 462/2012 NOS ASSENTOS FUNCIONAIS DA SERVIDORA ODETE MARIA DE MOURA VIEIRA, DETENTORA DA MATRÍCULA FUNCIONAL Nº. 0749 E DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR III 40 HORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) ODETE MARIA DE MOURA VIEIRA, detentora da matrícula nº. 0749, e do cargo de provimento efetivo de Professora III 40 horas, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00027/08-0, e de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo IPREV sob o nº. 462/2012 para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de agosto de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 21/08/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso de Licitação o Tp17/2012

MUNICÍPIO DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 017/2012

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação asfáltica na Estrada Geral do Ouvidor (4.000,00 m²), no bairro Campo Duna, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO,

e os envelopes nº. 01 DOCUMENTAÇÃO e nº. 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 05/09/2012. A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 05/09/2012, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba, 17 de agosto de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Dispensa de Licitação Nº 25/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso VII do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 161/2012; DL nº. 25/2012; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda.; CNPJ: 10.789.611/0001-14; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de drenagem para aplicação de Agente Antipó na Rua de trás da garagem da PMG, no bairro Palhocinha, com fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 14.956,41 (Quatorze Mil, Novecentos e Cinquenta e Seis Reais e Quarenta e Um Centavos); Data da Assinatura: 17/08/2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 65/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 65/2012 Processo nº 151/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: J L Construtora Ltda. - ME; CNPJ: 12.587.530/0001-67; Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação da Servidão Jovino, no bairro Pinguirito, Município de Garopaba, com o fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 32.207,12 (Trinta e Dois Mil, Duzentos e Sete Reais e Doze Centavos); Data da Assinatura: 17/08/2012.

Extrato de Contrato Nº 66/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 66/2012 Processo nº 161/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda.; CNPJ: 10.789.611/0001-14; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de drenagem para aplicação de Agente Antipó na Rua de trás da garagem da PMG, no bairro Palhocinha, com fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 14.956,41 (Quatorze Mil, Novecentos e Cinquenta e Seis Reais e Quarenta e Um Centavos); Data da Assinatura: 17/08/2012.

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº 3.456, de 17 de Agosto de 2012.

LEI Nº 3.456, DE 17 DE AGOSTO DE 2012.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.769, DE 30 DE JUNHO DE 2006, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR REPASSE FINANCEIRO MENSAL À ENTIDADE AÇÃO SOCIAL E CIDADÃ, DESTINADO À MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ABRIGAMENTO PARA ADOLESCENTES MASCULINOS EM SITUAÇÃO DE RISCO.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Altera a redação do caput do artigo 1º e de seu parágrafo 2º, da Lei nº 2.769, de 30 de junho de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a efetuar repasse financeiro mensal à entidade Ação Social e Cidadã, inscrita no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) sob o nº 07.642.574/0001-02, com sede nesta cidade, no valor mensal de até R\$ 32.116,55 (trinta e dois mil, cento e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos) destinado à manutenção e execução do Programa de Abrigamento para Adolescentes Masculinos em situação de risco".

()

§ 2º Excepcionalmente, em decorrência de necessidade devidamente comprovada, poderão ser abrigados adolescentes do sexo masculino além do limite fixado no parágrafo anterior, caso em que poderá ser realizado o repasse financeiro no valor mensal de até R\$ 1.168,70 (um mil cento e sessenta e oito reais e setenta centavos) à entidade, por adolescente excedente abrigado originário da cidade de Gaspar".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de julho de 2012.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 17 de agosto de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

SAMAE**Extrato do Aditivo do Contrato Nº 4/2012 - SAMAE**
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2012

Número do contrato: 4/2012 - Número do Aditivo: 1
Data vencimento: 31/12/2012
Número da Licitação: 6/2012 - Modalidade: Pregão
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: ASPERBRAS BAHIA LTDA. - CNPJ do contratado: 03.685.549/0001-55

Objeto: Aquisição de tubos PVC 60mm.
Valor acrescido: R\$ 5.062,50 (cinco mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Gaspar (SC), em 20 de agosto de 2012.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 031/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2012.

Torna público que receberá até o dia 03 de setembro de 2012, às 15 horas, no setor de licitação desta prefeitura, localizada a Praça 06 de novembro, nº. 01 - Centro, os envelopes das documentações e propostas relativas à licitação acima citada, que tem por objetivo a aquisição de 01 desfibrilador externo e 01 monitor de ECG para uso na Unidade de Saúde em Calheiros, conforme edital e anexo.

A licitação será realizada em conformidade com a lei nº. 10.520/2002, sendo que a abertura das documentações e propostas será às 15 horas do mesmo dia. Informações e entrega do edital na Prefeitura Municipal, sala da CPL no endereço acima.

Governador Celso Ramos, 17 de agosto de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 092/2012

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 092/2012. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: SULCATARINENSE M.A.C.B.C LTDA OBJETO: Aquisição de bica corrida para recuperação das rodovias do município. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2012. VALOR: R\$ 31.460,00 (trinta e um mil e quatrocentos e sessenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Governador Celso Ramos, 16 de agosto de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Extrato do Termo Aditivo Nº 001/2012 ao Contrato N º 092/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2012 AO CONTRATO Nº 092/2012. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: SULCATARINENSE M.A.C.B.C LTDA. OBJETO: Aquisição de concreto para pavimentação de ruas. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR: Fica aditado ao valor do contrato original a quantia de R\$ 7.865,00 (sete mil e oitocentos e sessenta e cinco reais) passando o valor global do contrato a R\$ 39.325,00 (trinta e nove mil e trezentos e vinte e cinco reais).

Governador Celso Ramos, 17 de agosto de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal

Guaramirim**PREFEITURA****Aviso de Licitação 98/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 98/2012
Tipo : Menor Preço - pelo total geral

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO SOBRE O RIO PUTANGA, COM EXTENSÃO DE 28 METROS, NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM E MASSARANDUBA. PROJETO BADESC CIDADES.

Entrega dos Envelopes: 06/09/2012 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 06/09/2012 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM (SC), 20/08/2012.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Imbituba**CÂMARA MUNICIPAL****Ato da Presidência Nº 31/12**

Ato da Presidência nº 31/12

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 27ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 20 de agosto de 2012 (segunda-feira), às 19h30min, nas

dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
66	PL nº 4.287/2012	06/08/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio de Cooperação com o Estado de Santa Catarina para cooperação na prestação dos serviços municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário e autoriza a execução de tais serviços pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	REQ nº 007/2012	07/08/12	Legislativo Municipal	Christiano Lopes de Oliveira	Requer a CÓPIA INTEGRAL do Processo de Licitação de Concessão do Transporte Coletivo do Município de Imbituba/SC.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 16 de agosto de 2012.

ELÍSIO SGROTT Presidente	
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	ZELI PIRES Segundo-Secretário

Itaiópolis

PREFEITURA

Resultado de Julgamento dos Recursos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2012

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2012

OBJETO: contratação de empresa para execução das obras de pavimentação em pavers, em diversas ruas do Bairro Bom Jesus.

EMPRESAS HABILITADAS: AWS - Prestadora de Serviços Ltda. ME, e E.S.E Construções Ltda.

Fica marcado para o dia 22 de Agosto de 2012, as 09:00 horas a abertura e julgamento das Propostas de Preços. A íntegra do Parecer Jurídico encontra-se no Site www.itaiopolis.sc.gov.br

Itaiópolis,

20/08/2012

JOEL LINCOLN GUTHS

Presidente da CPL.

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Sessão Publica Concorrencial 04-2012

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	17/08/2012	Horário: 09h:00m
------	------------	------------------

Licitação /Modalidade	CONCORRENCIA PROCESSO	Nº 04/2012 Nº 65/2012
-----------------------	--------------------------	--------------------------

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, agente operacional e cozinheiro, para Escolas da Rede Municipal de Ensino, Centros Administrativos, Pronto Atendimento 24 horas, Postos de Saúde, conforme quantitativos e descrições das atividades a serem desenvolvidas constantes dos anexos, parte integrante deste edital, para as Secretarias Municipais de Administração, Educação e Saúde, a serem realizados sob a forma de execução indireta.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1547/2012. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, Diário Oficial de Santa Catarina e Mural Público Municipal, no dia 17/07/2012 a fim de ampla divulgação. Retiraram edital as empresas: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO LTDA, CNPJ/MF: 79.283.065/0001-41, SLC CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 80.980.162/0001-72, ONDREPSB LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 83.953.331/0001-73, ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 02.531.343/0001-08, DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, CNPJ/MF: 82.887.829/0001-12, META MULTISERVICE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP, CNPJ/MF: 09.007.486/0001-64, MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 79.391.157/0001-45, COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ/MF: 07.192.414/0001-09, BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 85.431.161/0001-92 e TECNOLIMP SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 73.767.790/0001-09. Exatamente as 09h:00m encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelopes a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
17/08/2012	581	08h:19m	ORBENK ADMINIS- TRAÇÃO E SERVIÇO LTDA	79.283.065/0001- 41
17/08/2012	582	08h:26m	TECNOLIMP SERVI- ÇOS LTDA	73.767.790/0001- 09

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, sendo constatado que a empresa TECNOLIMP SERVIÇOS LTDA deixou de apresentar a documentação descrita no item 7.1 – Certificado de Registro Cadastral, descumpriu parcialmente o item 7.3.2 não apresentando Certidão Negativa de Protesto acompanhada de documento emitido pelo Foro da Comarca onde conste o número de cartórios competentes e Distribuidor do Foro, não apresentou documentação descrita nos itens 7.4.2 e 7.4.3 referentes ao registro no Conselho Regional de Química e Conselho Regional de Nutrição respectivamente, descumpriu parcialmente o item 7.4.5.2 ao deixar de apresentar atestado registrado no Conselho Regional de Nutrição, não apresentou a declaração/atestado de vistoria descrito no item 7.4.6 e não comprometeu-se com a instalação de filial ou escritório em Itapoa ou região, conforme exigido no item 7.4.12 do edital, portanto considerada INABILITADA, restando HABILITADA apenas a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO LTDA. Consultada a empresa TECNOLIMP SERVIÇOS LTDA apresentou declaração de renúncia de recurso inserta no processo. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, chegando ao resultado classificatório de R\$ 1.019.851,20 (um milhão e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), portanto a empresa

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO LTDA foi vencedora do objeto, observando que o valor estimado para esta licitação foi R\$ 1.032.220,80 (um milhão e trinta e dois mil, duzentos e vinte reais e oitenta centavos). A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Presidente Da Comissão De Licitação

FERNANDA CRISTINA ROSA
Vice-Presidente Da Comissão De Licitação

JOSELENE G. NASCIMENTO CUNHA
Membro

SOLAMIR COELHO
Membro
Licitante presente:

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO LTDA
CASSIO ÂNGELO FRASSOM SANCHEZ
CNPJ/MF: 504.440.429-20

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria Nº 4.064

PORTARIA Nº 4.064 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;
CONCEDER a(o) Servidor(a) ROSE MARY DA LUZ CASTAGNARO, Auxiliar de Saúde Bucal, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 09 de janeiro de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 09 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 12 de janeiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.065

PORTARIA Nº 4.065 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVI-
DÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,
Art. 1º - DESIGNAR o Sr. IRINEU PAROLIN para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 255/2012/FMS de 02 de janeiro de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 44/2011/

FMS - Pregão Presencial n.º 37/2011/FMS de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 02 de janeiro, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 12 de janeiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.066

PORTARIA Nº 4.066 DE 12 DE JANEIRO DE 2012

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. PAULA GIOVANA KLEBER para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 256/2012/FMS de 10 de janeiro de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 45/2011/FMS - Pregão Presencial n.º 38/2011/FMS de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 10 de janeiro, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 12 de janeiro de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.067

PORTARIA Nº 4.067 DE 12 DE JANEIRO DE 2012

"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) CLAUDETE MARIA TOSCAN DA SILVA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Financeira, Técnico de Administração, Classe "F-VIII" para a Classe "F-IX", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.068

PORTARIA Nº 4.068 DE 12 DE JANEIRO DE 2012

"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) DIANE CARINA MATANA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Técnico de Administração, Classe "B" para a Classe "C", de acordo com o Art. 69

da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.069

PORTARIA Nº 4.069 DE 12 DE JANEIRO DE 2012

"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) DULCE DE OLIVEIRA BARROS FRANÇA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Auxiliar de Serviços Externos, Classe "A-VI" para a Classe "A-VII", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.070

PORTARIA Nº 4.070 DE 12 DE JANEIRO DE 2012

"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ELIO DA SILVA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Técnico de Administração, classe "F-VIII" para a classe "F-IX", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.071

PORTARIA Nº 4.071 DE 12 DE JANEIRO DE 2012

"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) GESSI OLIVEIRA BARROS DOS

SANTOS, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Auxiliar de Serviços Internos, classe "D-IX" para a classe "E-I", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.072

PORTARIA Nº 4.072 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) HELLEN CHRISTIAN WIEST, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Técnico de Administração, Classe "E" para a Classe "F", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.073

PORTARIA Nº 4.073 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ILMARA SALETE ZAGO, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Técnico de Administração, Classe "E" para Classe "F", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.074

PORTARIA Nº 4.074 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº

76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ILTON ANTONIO SCHMITZ, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Monitor Social, Classe "A-VIII" para a Classe "A-IX" de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.075

PORTARIA Nº 4.075 DE 02 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) JANA TERESINHA PINTO PILGER, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Técnico de Administração, classe "D-IX" para a classe "E-I", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.076

PORTARIA Nº 4.076 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) JANETE DO PRADO, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Técnica de Administração, Classe "F-VII" para a Classe "F-VIII", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.077

PORTARIA Nº 4.077 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) JOSÉ OTAVIO DALMÉDICO, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Técnico de Administração, classe "H" para a classe "I", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.078

PORTARIA Nº 4.078 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) JULIANA DARTORA BESBATI, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Técnico de Administração, classe "H" para a classe "I", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.079

PORTARIA Nº 4.079 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) JULIO TADEU RIBEIRO, lotado(a) na Divisão do Terminal Rodoviário e Cemitério Municipal, Auxiliar de Serviços Internos, classe "A-VIII" para a classe "A-IX", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.080

PORTARIA Nº 4.080 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) MARCIA MARIANA COLUSSO, lotado(a) nos Encargos Gerais do Município, Técnico de Administração, classe "C-VI" para a classe "C-VII", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.081

PORTARIA Nº 4.081 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) NAIR CANALI BERGENTHAL, lotado(a) nos Encargos Gerais do Município, Auxiliar de Serviços Internos classe "A-VIII" para a classe "A-IX", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.082

PORTARIA Nº 4.082 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ROBERTO MINATI, lotado(a) no Gabinete do Prefeito Municipal, Técnico de Administração, classe "H" para a classe "I", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.083

PORTARIA Nº 4.083 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ROSANE MARIA CERON, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Telefonista, classe "C-I" para a classe "C-II", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.084

PORTARIA Nº 4.084 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) SONIA APARECIDA BORCHERS, lotado(a) na Divisão de Controle Interno, Técnico de Administração, classe "G" para a classe "H", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.085

PORTARIA Nº 4.085 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, lotado(a) na Secretaria Municipal Gestão Administrativa, Técnico de Administração, classe "H" para a classe "I", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.086

PORTARIA Nº 4.086 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) VANIA BRANDALIZE BACALTCHUCK, lotado(a) na Procuradoria Geral do Município, Advogada, Classe "B" para a Classe "C" em virtude de avaliação de desempenho do ano de 2009 conforme processo nº 122.121 de 24 de outubro de 2011, de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Anexo XIV da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. PROMOVER o(a) Sr.(a) VANIA BRANDALIZE BACALTCHUCK, lotado(a) na Procuradoria Geral do Município, Advogada, Classe "C" para a Classe "D" em virtude de avaliação de desempenho do ano de 2011, de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.087

PORTARIA Nº 4.087 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ANTENOR FERNANDES DA SILVA, lotado(a) na Divisão de Habitação, Pedreiro, Classe "C" para a Classe "D", em virtude de avaliação de desempenho do ano de 2010, de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Anexo XIV da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ANTENOR FERNANDES DA SILVA, lotado(a) na Divisão de Habitação, Pedreiro, Classe "D" para a Classe "E" em virtude de avaliação de desempenho do ano de 2011, de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.088

PORTARIA Nº 4.088 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) MARCELO MANTOVANI, lotado(a) no Gabinete do Prefeito Municipal, Engenheiro Agrônomo, Classe "B" para a Classe "C", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.089

PORTARIA Nº 4.089 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) NEREU DE ARAUJO, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Motorista, classe "F" para a classe "G", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.090

PORTARIA Nº 4.090 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN, lotado(a) na Procuradoria Geral do Município, Advogada, Classe "B" para a Classe "C" em virtude de avaliação de desempenho do ano de 2009 conforme processo nº 122.066 de 19 de outubro de 2011, de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Anexo XIV da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. PROMOVER o(a) Sr.(a) GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN, lotado(a) na Procuradoria Geral do Município, Advogada, Classe "C" para a Classe "D" em virtude de avaliação de desempenho do ano de 2011, de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.091

PORTARIA Nº 4.091 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) DANIELE GALVÃO RODRIGUES, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Técnico de Administração, Classe "B" para a Classe "C", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.092

PORTARIA Nº 4.092 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) JACI TEREZINHA FERREIRA, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Professor Com Magistério, classe "C-IX" para a classe "D-I" em virtude de avaliação de desempenho, de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.093

PORTARIA Nº 4.093 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) JULIO VALECIO FERREIRA, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Técnico de Administração, classe "B-VIII" para a classe "B-IX" em virtude de avaliação de desempenho, de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.094

PORTARIA Nº 4.094 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE
Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) MIRIAN DOLZAN, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Professor Pós Graduado classe "E-II" para a classe "E-III", em virtude de avaliação de desempenho, de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.095

PORTARIA Nº 4.095 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE
Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) MARIA MIRTES BREDA, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Técnico de Administração, classe "F-VIII" para a classe "F-IX", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.096

PORTARIA Nº 4.096 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE
Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) JAIR LEME DA SILVA, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Professor Licenciatura Plena, classe "B-III" para a classe "B-IV", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.097

PORTARIA Nº 4.097 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE
Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) NEI TESSER, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Professor Licenciatura Plena, classe "D-VI" para a classe "D-VII", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.098

PORTARIA Nº 4.098 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE
Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) RAYLANDER ALVES RIGHI, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Professor Pós Graduado, classe "B-VIII" para a classe "B-IX" em virtude de avaliação de desempenho, de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.099

PORTARIA Nº 4.099 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE
Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) CESAR LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Professor Licenciatura Plena, Classe "D-V" para a Classe "D-VI", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro

de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.100

PORTARIA Nº 4.100 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ADALBERTO ANTONIO MARCON, Professor Licenciatura Plena, Classe "C" para a Classe "D", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.101

PORTARIA Nº 4.101 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) LAERCIO ANTONIO BETIATTO, lotado(a) na Divisão do Procon, Técnico de Administração, classe "F-VIII" para a classe "F-IX", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.102

PORTARIA Nº 4.102 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) VALDIR JOSÉ ROSA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Carpinteiro, classe "E" para a classe "F", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei

Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.103

PORTARIA Nº 4.103 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ADILSON SERGIO DE MELO, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Operador de Máquinas, classe "B-V" para a classe "B-VI", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.104

PORTARIA Nº 4.104 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ALCEMIR LUIZ MARCUS, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Motorista, Classe "B-IX" para a Classe "C-I", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.105

PORTARIA Nº 4.105 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ALVENI SALETE DA SILVA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Classe "B-IX" para a Classe "C-I" de acordo com o Art. 69 da Lei

Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.106

PORTARIA Nº 4.106 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ANA PAULA FRANKE, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Farmacêutico/Bioquímico, Classe "B" para a Classe "C", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.107

PORTARIA Nº 4.107 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) CLAUDIO S. LONGO, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Motorista, classe "E" para a classe "F", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.108

PORTARIA Nº 4.108 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) DESIREE APARECIDA PINO GOMES, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Técnico de Vigilância

Sanitária, Classe "F" para a Classe "G", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.109

PORTARIA Nº 4.109 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ELIANE KLOTZ, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Farmacêutico/Bioquímico, Classe "B" para a Classe "C", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.110

PORTARIA Nº 4.110 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ELIZETE MARQUES, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Técnico de Administração, classe "C-IV" para a classe "C-V", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.111

PORTARIA Nº 4.111 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) FABIO JUNIOR ZANIN, lotado(a)

na Secretaria Municipal de Saúde, Técnico em Vigilância Sanitária, Classe "B" para a Classe "C", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.112

PORTARIA Nº 4.112 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) GRACIELLI BITTENCOURT DOS SANTOS, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B" para a Classe "C", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.113

PORTARIA Nº 4.113 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) HELENA ZARDO CRUBER lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, Auxiliar de Serviços Internos, classe "B" para a classe "C", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.114

PORTARIA Nº 4.114 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº

76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) IEDA MARIA AMBROSIO, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Técnico em Enfermagem, Classe "B" para a Classe "C", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.115

PORTARIA Nº 4.115 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) INGRIT RIEPE, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Classe "A-VII" para a Classe "A-VIII" de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.116

PORTARIA Nº 4.116 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) JAQUELINE MARGARETH SINTLINGER, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Técnico em Enfermagem, Classe "B" para a Classe "C", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.117

PORTARIA Nº 4.117 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) LUCIANO DE MATTOS, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Farmacêutico, Classe "B" para a Classe "C", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Anexo XIV da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.118

PORTARIA Nº 4.118 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) LUCIA SANTINI SARTORI MANTOVANI, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Técnico de Administração, classe "D-IX" para a classe "E-I", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.119

PORTARIA Nº 4.119 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) MARCOS ANTONIO MARTINAZZO, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Técnico de Administração, classe "D-II" para a classe "D-III", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.120

PORTARIA Nº 4.120 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) MARIA FIJOLKO BACALTCHUCK, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Técnico de Administração, classe "D-IX" para a classe "E-I", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.121

PORTARIA Nº 4.121 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) MARIA MARTINS DE SOUZA, lotado(a) na Secretaria de Saúde, Auxiliar de Laboratório, classe "B-V" para a classe "B-VI", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.122

PORTARIA Nº 4.122 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) PAULO ANTONIO PADOVA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Técnico em Laboratório, Classe "B" para a Classe "C", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.123

PORTARIA Nº 4.123 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) REVELINO ANTONIO SARTORI, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Técnico em Vigilância Sanitária, Classe "B" para a Classe "C", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.124

PORTARIA Nº 4.124 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ROSANGELA GIONGO BURLIN, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Telefonista, classe "G" para a classe "H", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.125

PORTARIA Nº 4.125 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ROSE MARY DA LUZ CASTAGNARO, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Atendente de Consultório Dentário, classe "C-II" para a classe "C-III", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.126

PORTARIA Nº 4.126 DE 12 DE JANEIRO DE 2012

"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) SANDRA ANDREIA STEFANES, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Telefonista, classe "G" para a classe "H", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.127

PORTARIA Nº 4.127 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) SONIA MARIA POZZA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, classe "B-II" para a classe "B-III", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.128

PORTARIA Nº 4.128 DE 12 DE JANEIRO DE 2012
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) SULANY DE FATIMA B. WELTER, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, classe "B-VIII" para a classe "B-IX", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Anexo VIII da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003 e Art. 73 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.131

PORTARIA Nº 4.131 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ACACIO YSAO YAMAGUTI lotado(a) no(a) Fundação Municipal de Esportes, Professor Licenciatura Plena, Classe "A", para o cargo de Professor, Classe "C-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.132

PORTARIA Nº 4.132 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ACHYLES ADEMAR ISGANZELA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Saúde, Motorista, Classe "G", para o cargo de Motorista, Classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.133

PORTARIA Nº 4.133 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ADACIR LUIZ DE OLIVEIRA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Motorista, Classe "D-II", para o cargo de Motorista, Classe "F-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da

Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.134

PORTARIA Nº 4.134 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 60 da Lei Complementar nº 210 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ADALBERTO ANTONIO MARCON, Professor Licenciatura Plena, Classe "A", para o cargo de Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-VI", de acordo com os anexos III, IV e V da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 60 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.135

PORTARIA Nº 4.135 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ADEMAR JOSÉ MARCUS, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Operador de Máquinas, Classe "A", para o cargo de Operador de Máquinas, Classe "A-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.136

PORTARIA Nº 4.136 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ADENIR DE JESUS BENITES lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Ação Social, Operador de Máquinas, Classe "H", para o cargo de Operador de Máquinas,

Classe "B-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.137

PORTARIA Nº 4.137 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ADILSON SERGIO DE MELO lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Saúde, Operador de Máquinas, Classe "B-V", para o cargo de Operador de Máquinas, Classe "D-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.138

PORTARIA Nº 4.138 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 60 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ADRIANA ORTIZ HOLLERWEGGER, Professor Licenciatura Plena, Classe "D", para o cargo de Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-VI", de acordo com os anexos I, III, IV e V da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 60 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.139

PORTARIA Nº 4.139 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições

que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ADRIANO LUCIO ZIERO lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Engenheiro Civil, Classe "A", para o cargo de Engenheiro Civil, Classe "A-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.140

PORTARIA Nº 4.140 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ADRIANO NORA lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Ação Social, Técnico de Administração, Classe "H", para o cargo de Técnico de Administração, Classe "C-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.141

PORTARIA Nº 4.141 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ALANA DALLACOSTA FANTIN lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Saúde, Psicólogo, Classe "A", para o cargo de Psicólogo, Classe "A-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.142

PORTARIA Nº 4.142 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ALBERI BORGES DA SILVA lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Operador de Máquinas, Classe "D", para o cargo de Psicólogo, Classe "A-VII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de

dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.143

PORTARIA Nº 4.143 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ALCEMIR LUIZ MARCUS lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Saúde, Motorista, Classe "F-IX", para o cargo de Motorista, Classe "E-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.144

PORTARIA Nº 4.144 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ALCEU SEBASTIÃO DE LIMA lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Saúde, Técnico em Vigilância Sanitária, Classe "D", para o cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, Classe "C-III", de acordo com os anexos II, III, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.145

PORTARIA Nº 4.145 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ALEXANDRO SOUZA lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Técnico de

Administração, Classe "E", para o cargo de Técnico de Administração, Classe "A-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.146

PORTARIA Nº 4.146 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ALVENI SALTE DA SILVA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Classe "C-I", para o cargo de Auxiliar de Enfermagem, Classe "D-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.147

PORTARIA Nº 4.147 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ANA BRASIL SIVIERO, lotado(a) no(a) Encargos Gerais do Município, Técnico de Administração, Classe "C", para o cargo de Técnico de Administração, Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.148

PORTARIA Nº 4.148 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições

que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 60 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ANA JUSSARA DADALT, Professor Licenciatura Plena, Classe "E", para o cargo de Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-VIII", de acordo com os anexos I, III, IV e V da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 60 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.149

PORTARIA Nº 4.149 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 60 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ANA MARIA DE SOUZA, Professor Sem Habilitação, Classe "A-IV", para o cargo de Professor Nível "I" (Sem Habilitação - Cargo em Extinção), Classe "A-V", de acordo com os anexos I, III, IV e V da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 60 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 4.150

PORTARIA Nº 4.150 DE 16 DE JANEIRO DE 2012
"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) ANA PAULA FRANKE, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Saúde, Farmacêutico/Bioquímico Tec. Alimentos, Classe "C", para o cargo de Farmacêutico Bioquímico/Análises Clínicas, Classe "C-V", de acordo com os anexos II, III, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Extrato Homologação PL 5 PP 3/2012 Fas

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FAS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2012/FAS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 05/2012/FAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial 03/2012/FAS.

Objeto: a contratação de empresa especializada para a execução de impressos gráficos destinados aos serviços de proteção social especial de média complexidade (CREAS) e de proteção social básica (CRAS), mantidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba.

- Empresas Vencedoras:

GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA

VALOR R\$ 13.200,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 17 de agosto de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contrato Nº 998/2008 - TA 03

CONTRATO Nº 998/2008 - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CG MF sob o nº 10.594.533/0001-00, representado neste ato pelo seu Gestor, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO, e a Sra. IVONE SILVEIRA DE MENDONÇA, brasileira, portadora do CPF nº 436.518.959-04, residente e domiciliada na cidade de Joaçaba (SC), com anuência do Sr. LEANDRO MENDONÇA LINDNER, portador do CPF nº 006.479.699-04, de acordo com o usufruto vitalício do imóvel de matrícula nº 1.368, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, celebram TERMO ADITIVO ao CONTRATO 998/2008, celebrado em 10 de julho de 2008, que tem por objeto a locação de um imóvel, localizado na Rua Martinho Lutero, 232 neste Município, e destina-se à instalação e desenvolvimento das atividades terapêuticas do Programa CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL), do Fundo Municipal de Saúde, que aditam a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE do contrato original, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

O valor do contrato fica reajustado em 5,3562%, relativo à variação do INPC/IBGE no período de 01/08/2011 a 31/07/2012, passando o valor de R\$ 2.400,00 para R\$ 2.528,55 (dois mil quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos) mensais, a contar de 01 de agosto de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para

todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 17 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Gestor

IVONE DE MENDONÇA

LEANDRO MENDONÇA LINDNER

Locador

SIMAE**Portaria JHL 137/2012**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 137/12 de 20/08/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Constituir a Comissão Permanente de Licitação, para o período de um ano, de acordo com o Art. 51, § 4º da Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, que a partir de 24/agosto/2012, passará a ter a seguinte composição:

Presidente: João Carlos Ungericht

Vice-Presidente: Giane Maria Marquenze Lecher

Vogal: Eliane Aparecida Ceron Vier

Vogal: Ana Paula Pereira

Suplente: Patricia Callegari

Suplente: Ligia Adriane Darold da Silva

No impedimento do Diretor Presidente ou Adjunto, os instrumentos convocatórios do convite e editais serão assinados pelo Presidente da Comissão de Licitações.

Joaçaba-SC, 20 de agosto de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Ordem de Serviço 0012/2012 - SIMAE

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0012/2012

Autorizo por meio desta, a empresa AGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA a iniciar os serviços referentes à reabertura e aprofundamento de poço artesiano localizado no Distrito de Nova Petrópolis, em Joaçaba-SC, incluindo todas as despesas relativas à mão de obra e materiais necessários para a execução do serviço, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo de Dispensa de Licitação JHL 0001/2012, Processo JHL 0060/2012, Protocolo JHL 2241/2012, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0095/2012 de 13 de Agosto de 2012.

O valor Total dos serviços e materiais contratados é de R\$ 74.080,00 (Setenta e quatro mil e oitenta reais), com prazo de execução de 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 13 de Agosto de 2012.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

Contratado: AGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA
Engº Responsável: Carlos Alberto Sulsbach Pompeo da Silva
Geólogo
CREA/SC 063711-8

RECEBI EM ____/____/____

Resumo de Contrato JHL 0094/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0094/2012
TOMADA DE PREÇOS JHL 0003/2012
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2012
PROTOCOLO Nº 0618/2012
Data: 10/08/2012

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO PARA MAIS 60 (SESSENTA) DIAS, CONFORME JUSTIFICATIVAS ARQUIVAS NO PROCESSO NAS PÁGINAS 237 A 241.

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
Valor do Contrato: PERMANECE O MESMO VALOR CONTRATADO
Prazo de vigência: 10/08/2012 A 11/10/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo de Contrato JHL 0095/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0095/2012
DISPENSA DE LICITAÇÃO JHL 0001/2012 - SMOS 0334/2012
PROTOCOLO JHL 2241/2012
PROCESSO 0060/2012
Data: 13/08/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REABERTURA E APROFUNDAMENTO DE POÇO ARTESIANO LOCALIZADO NA COMUNIDADE DE NOVA PETROPOLIS, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

Contratado: AGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA
Valor do Contrato: R\$ 74.080,00 (setenta e quatro mil e oitenta reais).
PROGRAMA: 14.01.1.051.
ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00
Prazo de vigência: 13/08/2012 a 16/10/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

IMPRES

Relatorio Carteira Mes de Julho/2012 - IMPRES



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de
Joaçaba - SC

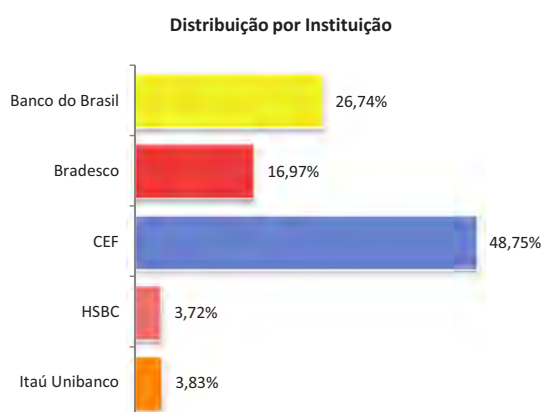


Relatório da Carteira de Investimentos do IMPRES

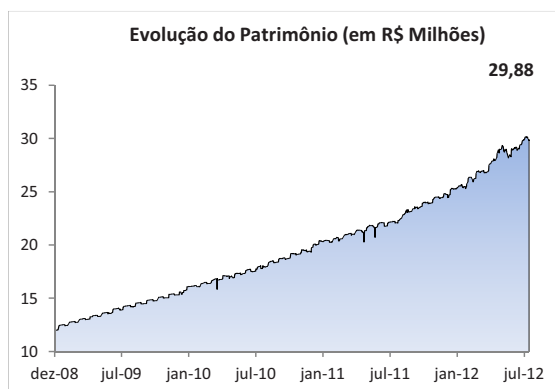
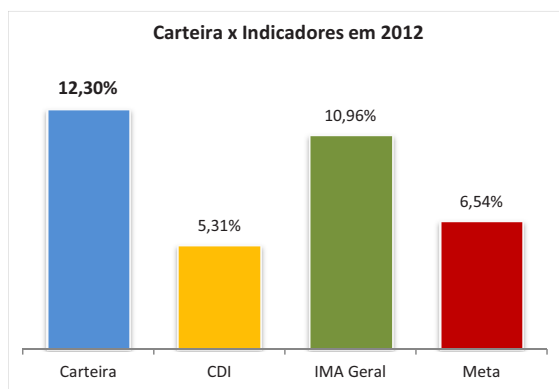
JULHO

Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Prime Consultoria, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:



HISTÓRICO DE RENTABILIDADE	NO MÊS		NO ANO		EM 252 DIAS ÚTEIS	
IMPRES	1,96%	comparativo	12,30%	comparativo	21,55%	comparativo
CDI	0,68%	290%	5,31%	232%	10,26%	210%
IMA Geral	1,90%	103%	10,96%	112%	19,04%	113%
Meta Atuarial (INPC + 6%)	0,92%	214%	6,54%	188%	11,61%	186%



Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

Lages

PREFEITURA

Rerratificação Pp10-2012-SEMASA

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012 - SEMASA.

OBJETO: Aquisição de Materiais para Substituição e Manutenção de Redes de Água.

O Município de Lages/Secretaria Municipal de Águas e Saneamento - Semasa, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados a disponibilização do novo Anexo II do Pregão em comento, devidamente alterado, em substituição ao disponibilizado anteriormente, no site da Prefeitura: www.lages.sc.gov.br.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 21/08/2012 às 13:30 horas, para o dia 04/09/2012 às 16:30 horas.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 17 de agosto de 2012.

JONAS ALBERTO FERREIRA

Secretário da Semasa

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto Nº 030/2012

DECRETO Nº 030/2012.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.704/2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

05.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

05.01 - Departamento de Obras

1.013 - Construção de Ponte

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.0.0116 - R\$ 60.000,00

TOTAL - R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação em igual quantia da seguinte dotação orçamentária

Anulação

05.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

05.01 - Departamento de Obras

1.013 - Construção de Ponte

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.0.0123 - R\$ 60.000,00

TOTAL - R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto nº 025/2012 de 09/05/2012.

LAURO MÜLLER, 08 DE AGOSTO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em 08 de agosto de 2012.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin, e Planej.

Decreto Nº 031/2012

DECRETO Nº 031/2012.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.704/2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

05.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

05.01 - Departamento de Obras

1.020 - Pavimentação de Rua e Passeio

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.0.0090 - R\$ 350.000,00

TOTAL - R\$ 350.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação em igual quantia das seguintes dotações orçamentárias

Anulação

05.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

05.01 - Departamento de Obras

1.020 - Pavimentação de Rua e Passeio

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.0.0121 - R\$ 350.000,00

TOTAL - R\$ 350.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 023/2012 de 09/05/2012.

LAURO MÜLLER, 08 DE AGOSTO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em 08 de agosto de 2012.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin, e Planej.

Decreto N° 032/2012

DECRETO N° 032/2012.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.704/2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

05.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

05.01 - Departamento de Obras

1.013 - Construção de Ponte

4.4.90 - Aplicação Direta - 01.0007 - R\$ 60.000,00

TOTAL - R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta do provável excesso de arrecadação, observando a tendência do exercício, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) distribuídos da seguinte forma:

Outras Transferências de Convênios dos Estados

- Convenio Estado - Secretaria de Transporte - 01.0007 - R\$ 60.000,00

TOTAL - R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE AGOSTO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao Átrio Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração. Fin. e Planej.

Leoberto Leal**PREFEITURA****Decreto N.º 77/2012**

RETIFICAÇÃO DECRETO N.º 77/2012

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto n.º 77/2012, realizado no Diário Oficial dos Municípios, publicado na Edição n.º 1057, de 16 de agosto de 2012, p. 64, retifica-se o referido Decreto para a seguinte redação:

DECRETO Nº 77 DE 16 DE AGOSTO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE POR CONTA DE SUPERAVIT FINANCEIRO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 858 de 28 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social vigente, na dotação com a seguinte estrutura e valor correspondente:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	56.350,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	56.350,00
Função	10	Saúde	56.350,00
Sub-função	301	Atenção Básica	56.350,00
Programa	6	Saúde com Excelência	56.350,00
Atividade	2.016	Atenção Básica	56.350,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	56.350,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.550,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.550,00
Fonte de Recursos	0.3.0064.11	Saúde Bucal	6.400,00
Fonte de Recursos	0.3.0064.12	Agentes Comunitários de Saúde – PACS	9.150,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	40.800,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	40.800,00
Fonte de Recursos	0.3.0064.8	Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	27.300,00
Fonte de Recursos	0.3.0064.13	Prog. de melhoria do acesso à Qualidade - PMAQ	1.700,00
Fonte de Recursos	0.3.0064.71	Compensação de Especificidade Regionais - CER	11.800,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			56.350,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior nas seguintes fontes de recursos e valores:

Recurso/Detailh.	Fonte de Recursos	Valor
0.3.0064.8	Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	27.300,00
0.3.0064.11	Saúde Bucal	6.400,00
0.3.0064.12	Agentes Comunitários de Saúde – PACS	9.150,00
0.3.0064.13	Prog. de melhoria do acesso à Qualidade - PMAQ	1.700,00
0.3.0064.71	Compensação de Especificidade Regionais - CER	11.800,00
TOTAL DO SUPERAVIT UTILIZADO		56.350,00

At. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de agosto de 2012

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Errata Decreto N.º 78/2012

RETIFICAÇÃO DECRETO N.º 78/2012

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto n.º 78/2012, realizado no Diário Oficial dos Municípios, publicado na Edição n.º 1057, de 16 de agosto de 2012, p. 64 e 65, retifica-se o referido Decreto para a seguinte redação:

DECRETO Nº 78 DE 16 DE AGOSTO DE 2012

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE POR CONTA DE SUPERAVIT FINANCEIRO”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 858 de 28 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social vigente, nas dotações com a seguinte estrutura e valores correspondentes:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	28.513,16
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	28.513,16
Função	08	Assistência Social	28.513,16
Sub-função	244	Assistência Comunitária	28.513,16
Programa	8	Assistência ao Menor em situação de Riscos	28.513,16
Atividade	2.038	Funcionamento e Manutenção do CRAS	24.815,38
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	24.815,38
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	24.815,38
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	24.815,38
Fonte de Recursos	0.3.0052.7	Piso Básico Fixo – PBF (superávit)	24.815,38
Atividade	2.021	Funcionamento e Manutenção do FMAS	3.697,78
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.697,78
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.697,78
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.697,78
Fonte de Recursos	0.3.0052.5	Piso Básico Variável II (superávit)	3.697,78
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			28.513,16

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior, nas seguintes fontes:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Fonte de Recursos	0.3.0052.7	Piso Básico Fixo – PBF (superávit)	24.815,38
Fonte de Recursos	0.3.0052.5	Piso Básico variável II (superávit)	3.697,78
TOTAL DO SUPERAVIT UTILIZADO			28.513,16

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de agosto de 2012

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Lei Ordinária N. 1.103/2012

LEI ORDINÁRIA N.º 1.103/2012, DE 20 DE AGOSTO DE 2012
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adieron Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 01 - Diretoria de Ação Social
Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária - FMAS
3.1.71.00.00.00.00.00300- Transf. a Consórcios Públicos
R\$ 5.150,00
4.4.71.00.00.00.00.00104- Transf. a Consórcios Públicos
R\$ 1.850,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária e do superávit financeiro do exercício anterior:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 01 - Diretoria de Ação Social
Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária - FMAS
3.3.71.00.00.00.00.00104- Transf. a Consórcios Públicos
R\$ 1.850,00

Fonte: Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 5.150,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração
Registrado e publicado,
Em, 20 de Agosto de 2012

LEONARDO JÚNIOR CAVALIER
Auxiliar de Técnico

Lei Ordinária N. 1.104/2012

LEI ORDINÁRIA N.º 1.104/2012, DE 20 DE AGOSTO DE 2012
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adieron Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40

e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.025 - Programa Saúde da Família - ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.00324- Aplicações Diretas R\$ 5.474,63

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.026 - Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS

3.1.90.00.00.00.00.00.00322- Aplicações Diretas R\$ 21.022,24

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit do exercício anterior verificado nas respectivas fontes:

Fonte: Superávit financeiro do Exercício Anterior - ESF R\$ 5.474,63

Fonte: Superávit financeiro do Exercício Anterior - ESF R\$ 21.022,24

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,

Em, 20 de Agosto de 2012

LEONARDO JÚNIOR CAVALIER

Auxiliar de Técnico

Lei Ordinária N. 1.102/2012

LEI ORDINÁRIA N.º 1.102/2012, DE 13 DE AGOSTO DE 2012

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.011 - Ensino Fundamental - Merenda

3.3.90.00.00.00.00.00.000105- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.000105- Aplicações Diretas R\$ 28.902,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.015 - Diretoria de Educação - Ensino Médio

3.3.50.00.00.00.00.00.000104- TRansf. Inst. Priv de Fins Luc R\$ 8.452,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.016 - Diretoria de Educação - Ensino Superior

4.5.90.00.00.00.00.00.000104- Aplicações Diretas R\$ 14.450,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.017 - Diretoria de Educação - Educação Especial

3.3.50.00.00.00.00.00.000104- TRansf. Inst. Priv de Fins Luc R\$ 8.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,

Em, 13 de Agosto de 2012

LEONARDO JÚNIOR CAVALIER

Auxiliar de Técnico

Decreto Nº 2.304/2012

DECRETO Nº 2.304/2012, DE 13 DE AGOSTO DE 2012

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.102/2012 de 13 de Agosto de 2012:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.011 - Ensino Fundamental - Merenda

3.3.90.00.00.00.00.00.000105- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.000105- Aplicações Diretas R\$ 28.902,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.015 - Diretoria de Educação - Ensino Médio

3.3.50.00.00.00.00.00.000104- TRansf. Inst. Priv de Fins Luc R\$

8.452,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.016 - Diretoria de Educação - Ensino Superior

4.5.90.00.00.00.00.000104- Aplicações Diretas R\$ 14.450,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.017 - Diretoria de Educação - Educação Especial

3.3.50.00.00.00.00.000104- TRansf. Inst. Priv de Fins Luc R\$ 8.000,00

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de agosto de 2.012

LEONARDO JÚNIOR CAVALIER

Auxiliar de Técnico

Decreto Nº 2.305/2012

DECRETO Nº 2.305/2012, DE 20 DE AGOSTO DE 2012

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.103/2012 de 20 de Agosto de 2012:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 - Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária - FMAS

3.1.71.00.00.00.00.000300- Transf. a Consórcios Públicos R\$ 5.150,00

4.4.71.00.00.00.00.000104- Transf. a Consórcios Públicos R\$ 1.850,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária e do superávit financeiro do exercício anterior:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 - Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária - FMAS

3.3.71.00.00.00.00.000104- Transf. a Consórcios Públicos R\$ 1.850,00

Fonte: Superávit Financeiro do Exercício Anterior R\$ 5.150,00

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 20 de agosto de 2.012

LEONARDO JÚNIOR CAVALIER

Auxiliar de Técnico

Decreto Nº 2.306/2012

DECRETO Nº 2.306/2012, DE 20 DE AGOSTO DE 2012

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.104/2012 de 20 de Agosto de 2012:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.025 - Programa Saúde da Família - ESF

3.1.90.00.00.00.00.000324- Aplicações Diretas R\$ 5.474,63

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.026 - Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS

3.1.90.00.00.00.00.000322- Aplicações Diretas R\$ 21.022,24

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit do exercício anterior verificado nas respectivas fontes:

Fonte: Superávit financeiro do Exercício Anterior - ESF R\$ 5.474,63

Fonte: Superávit financeiro do Exercício Anterior - ESF R\$ 21.022,24

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 20 de agosto de 2.012

LEONARDO JÚNIOR CAVALIER

Auxiliar de Técnico

Luzerna**PREFEITURA****Decreto 1514**

DECRETO Nº 1514 de 17 de agosto de 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art.21 da Lei nº 1014, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, nas atividades abaixo discriminadas, as modalidades de aplicação das despesas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 12.000,00

ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Atividade - 1001.22.661.0058.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00
 TOTAL ANULADO R\$ 18.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as modalidades de aplicação das despesas atribuídas às atividades abaixo:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação R\$ 12.000,00

ASSESSORIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Atividade - 1001.22.661.0058.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna
 Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
 Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00
 TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 18.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de agosto de 2012.

NORIVAL FIORIN
 Prefeito Municipal

Extrato Pregão Fmdca.037.2012 - Oficina Culinária

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
 EXTRATO DE EDITAL
 Pregão Presencial nº 037/2012

O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA (SC), por intermédio do seu Gestor, CANDIDO HELIO DADALT, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados as oficinas de Culinária do Programa Cultura Social.
 REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.
 ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 05 de setembro de 2012.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10 do dia 05 de setembro de 2012.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Resultado da Chamada Pública - Empresas - 02_2012 - Incubadora Tecnológica Luzerna

RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

INCUBADORA TECNOLÓGICA LUZERNA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.613.428-0001/72, com sede administrativa à Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), por seu Prefeito Municipal, NORIVAL FIORIN, torna público nesta data, para conhecimento dos interessados, o RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº002/2012 das propostas apresentadas a INCUBADORA TECNOLÓGICA DE LUZERNA, órgão de extensão e desenvolvimento tecnológico vinculada a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, que buscam apoio de incubadora para o desenvolvimento de seu Projeto e, que possam promover relevantes impactos sociais e econômicos.

A Comissão de avaliação ad hoc, após analisar as propostas de empreendimento apresentadas, deu parecer favorável e aprovou o seguinte empreendimento.

Empreendimento/Projeto	Empreendedores	Pontuação
GBZ Construções e Incorporações Ltda.	Luiz Fernando Zago Bruno Marcolla Bordin Felipe Rafael de Matos Balestrin	82,10

O proponente selecionado será convocado para entrega dos documentos complementares e assinatura do contrato de Incubação. O prazo para recursos se encerra as 17:30h do dia 21/08/2012.

O recurso deve ser protocolado junto à recepção da Incubadora Tecnológica de Luzerna, Rua Vigário Freio João, 601 - Bairro São Francisco - Centro de Eventos São João Batista - 89609-000 - Luzerna/SC onde será encaminhado à Comissão de avaliação ad hoc, que procederá a análise do mesmo e emitirá parecer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Luzerna(SC), 16 de Agosto de 2012.

NORIVAL FIORIN
 Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Decreto Nº 055/2012

Decreto nº 055, de 26 de Junho de 2012.

Prorroga o Decreto nº 025/2012, de 28 de março de 2012, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência, a área do município, afetada por estiagem.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 12, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- as chuvas ocorridas neste período foram insuficientes para abastecimento das propriedades rurais do município, e a continuidade dos efeitos da estiagem, são sentidos na área rural principalmente

para o abastecimento humano.

- a Defesa Civil Municipal, ainda continua com o abastecimento de água potável para as residências, que continuam afetadas pela estiagem, onde os poços escavados nas propriedades rurais continuam secos, pois o volume de chuva foi insuficiente para regularizar a situação.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 025/2012, de 28 de março de 2012, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Meleiro - SC, 14 de junho de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

Portaria N.º 247/2012

PORTARIA n.º 247/2012
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009 e suas alterações, de 28 de dezembro de 2009, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora PAULA MARAGNO, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias, conforme

atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 15/08/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de Agosto de 2012.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 248/2012

PORTARIA n.º 248/2012
DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 243/2012, de 16 de Agosto de 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, Lei nº 1409/2009 e suas alterações, Lei nº 1547/2012, de 04 de abril de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria 243/2012, de 16 de Agosto de 2012, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 20 de Agosto de 2012, edição 1059, pgs 68 e 69, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º A Senhora SOLANGE DE ALMEIDA DA BOIT PRESA, para ocupar o cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 1 A - 80%, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápoli, em substituição à servidora Paula Maragno, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma".

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 20/08/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de Agosto de 2012.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 245/2012

PORTARIA nº 245/2012
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei n.º 910/2002, Lei nº 1409/2009 e suas alterações, Lei nº 1547/2012, de 04 de abril de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita KARINELE RONCHI, para ocupar o cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 1 A - 80%, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, em substituição à servidora Valéria Viviane Medeiros, em virtude de Licença Maternidade, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápoli. Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de Agosto de 2012.
CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 246/2012

PORTARIA nº 246/2012
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009 e suas alterações, Lei nº 1547/2012, de 04 de abril de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita DIANA MENEGON MEZARI, para ocupar o cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 4 A - 100%, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude do pedido de exoneração da servidora Andréia Rocha Gonçalves, até o término das aulas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini. Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de Agosto de 2012.
CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 249/2012

PORTARIA nº 249/2012
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito Municipal em Exercício de

Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009 e suas alterações, Lei nº 1547/2012, de 04 de abril de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora DERLI DORDETE, para ocupar o cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 4 A - 100%, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto, em substituição ao servidor Jorge Luiz Carvalho Coral, em virtude de Licença Saúde, até o retorno do mesmo. Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de Agosto de 2012.
CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 105/2012Fms

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2012FMS - RETIFICADO

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE À AQUISIÇÃO DE ÓCULOS DE GRAU (LENTE E ARMAÇÃO) PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 03/09/2012.
Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 03/09/2012.

O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 20 de agosto de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato de Homologação da Inexigibilidade Nº 149/2012PMN

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 149/12
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/12
HOMOLOGAÇÃO: 17/08/12
CONTRATADO: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DUPLEX COLOUR DE HOLERITES PRÉ-NOMINADOS E AUTO-ENVELOPADOS COM SERRILHAS LATERAIS, PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais).
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 20/08/12 - ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito

Extrato de Revogação da Inexigibilidade de Licitação Nº 120/2012PMN

TERMO DE REVOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 120/2012

Informamos que encontra - se REVOGADO, o processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 120/2012, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO SHOW COM A BANDA CHIMARRUTS, A SER REALIZADO NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2012 DURANTE AS COMEMORAÇÕES DO 50º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, tendo a solicitação da secretaria competente, cujo a indisponibilidade da agenda da banda impossibilitou o adiamento do show para o mês de outubro.

Navegantes (SC), 20 de agosto de 2012.
NELSON DA CUNHA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Palhoça

PREFEITURA

Resultado Pregão 127/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
127/2012

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2012, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA DELEGACIA REGIONAL DE PALHOÇA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar no lote 01 totalizando R\$ 35.975,00 (trinta e cinco mil novecentos e setenta e cinco reais).

COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar no lote 02 ofertando maior desconto de 15%.

Palhoça, 20 de agosto de 2012

IPPA

Portaria 036/2012 PORTARIA Nº 036/2012

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. Milton Luíz Espíndola, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Retificar a Portaria nº 015/2012, para excluir da Comissão constituída para estudo da reforma da Lei 1320/2001 a servidora Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos e incluir nesta a servidora Ariana Vera da Rosa Tavares.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Diretor Executivo, em 01 de agosto de 2012.
MÍLTON LUÍZ ESPÍNDOLA
Diretor Executivo do IPPA

Registrada e publicada na data supra.

GUSTAVO HAEMING GERENT
Advogado
OAB/SC 30.075

Portaria 037/2012 PORTARIA Nº 037/2012

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. Milton Luíz Espíndola, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Revogar a Portaria nº 014/2012.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Diretor Executivo, em 01 de agosto de 2012.
MÍLTON LUÍZ ESPÍNDOLA
Diretor Executivo do IPPA

Registrada e publicada na data supra.

GUSTAVO HAEMING GERENT
Advogado
OAB/SC 30.075

Portaria 039/2012 PORTARIA Nº 039/2012 RETIFICA A PORTARIA Nº 030/2012.

Ronério Heiderscheidt, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 030/2012 para que não conste nessa Portaria o nome da servidora Maria Salete Abreu, uma vez que a data de ingresso da servidora na administração municipal se deu posteriormente a 31/12/2003, não estando esta abrangida pela EC 070/2012.

Art. 2º - Revoga-se a "Memória de Cálculo da Revisão de Aposentadoria de acordo com a E.C. 070/2012".

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 01/04/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 16 de agosto de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Executivo
Matricula 500022

GUSTAVO HAEMING GERENT
Advogado
OAB 30.075
Matricula 900044

Portaria 040/2012

PORTARIA Nº 040/2012

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora ETELVINA MARIA WAGNER.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora ETELVINA MARIA WAGNER, detentora da matrícula funcional nº 800003, inscrita no CPF sob o 853.226.959-15 e no PIS/PASEP sob o nº 107.436.980-26, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 - Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 16 de agosto de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor-Executivo do IPPA

MARIA TEREZINHA BROERING FERNANDES
Assistente Administrativo
Matrícula 300155

Portaria 041/2012

PORTARIA Nº 041/2012

Concede pensão por morte, em caráter integral a ANAILDO JOÃO FERREIRA, dependente presumido da servidora ativa falecida, Sra. MARLETE MARIA FERREIRA, detentora do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, ao senhor ANAILDO JOÃO FERREIRA, inscrito no CPF nº 341.946.149-68 e portador do RG nº 778.101 dependente presumido da servidora ativa MARLETE MARIA FERREIRA, falecida em 28/07/2012.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1320/01, correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração de contribuição percebida na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ 2º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar a vacância do cargo de Professora do Ensino Infantil, na forma prevista no inciso VI do art. 109 da Lei Complementar nº. 097/2010 - Estatuto Municipal dos Servidores do Magistério.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 28/07/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 13 de agosto de 2012
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPEINDOLA
Diretor Executivo
Matricula 500022

ANDRÉA MARA HARGER LUCKMANN
Assistente Administrativo
Matrícula 300169

Portaria 042/2012

PORTARIA Nº 042/2012

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora MARIA DA GRAÇA LEITE DA SILVA.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a servidora MARIA DA GRAÇA LEITE DA SILVA, detentora da matrícula funcional nº 800314, inscrita no CPF sob o Nº 632.620.029-68 e no PIS/PASEP sob o nº 170.617.739-34, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 50,00% (cinquenta por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.
Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na

Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 16 de agosto de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Executivo do IPPA

Matrícula 500022

ARIANA VERA DA ROSA TAVARES

Assistente Administrativo

Matrícula 900048

Portaria 043/2012

PORTARIA Nº 043/2012

Concede aposentadoria por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º inciso III alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei municipal nº 1320/01, autoriza o pagamento de proventos pela aplicação da Lei Federal nº 10887/04, e declara a vacância do cargo público da servidora LORECI CATARINA WESTPHAL.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Aposentar, por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora LORECI CATARINA WESTPHAL, detentora da matrícula funcional nº 300211, inscrita no CPF sob o nº 987.434.069-04 e no PIS/PASEP sob o nº 106.986.490-09, lotada no Gabinete do Prefeito, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade, em caráter proporcional, correspondente a 60,00.% (sessenta por cento) da média das contribuições, conforme a metodologia de calculo disposta nos §§3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 16 de agosto de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Executivo IPPA

MARIA TEREZINHA BROERING FERNANDES

Assistente Administrativo

Matrícula 300155

IPPA/mtbf

Portaria 044/2012

PORTARIA Nº 044/2012

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e de-clara a vacância do cargo público do servidor JOÃO VIANEY ESPINDOLA.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, o servidor JOÃO VIANEY ESPINDOLA, detentor da matrícula funcional nº 500401, inscrito no CPF sob o Nº 578.862.459-20 e no PIS/PASEP sob o nº 120.524.641-33, lotado na Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicações, Transportes e Habitação ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 60,00% (sessenta por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único. A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 16 de agosto de 2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Executivo do IPPA

Matrícula 500022

MARIA TEREZINHA BROERING FERNANDES

Assistente Administrativo

Matrícula 300155

Peritiba

PREFEITURA

Extrato de Contrato 65/2012

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 65/2012. Partes: Município de Peritiba e a BALBINOT TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária das ruas: 1- Albino Zillioto, 2- João Albino Engel, 3- Loteamento Elizabete Hermes Ruas "A", "B", "C" e "F", 4- Prof. Antonio Heinss e 5- João Francisco Engel totalizando 9.406,86 m². VALOR: R\$ 335.530,87. Vigência: 20 de Agosto à 18 de Outubro de 2012.

Município de Peritiba, 20 de Agosto de 2012.
TARCISIO REINALDO BERVIAN
Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.663, de 10 de Agosto de 2012

DECRETO Nº 3.663, DE 10 DE AGOSTO DE 2012

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 758, de março de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Designa, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Pinheiro Preto, os seguintes membros:

Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social - Titular: Ana Maria Ribeiro dos Santos
Suplente: Janete de Souza

Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Geni Birk de Oliveira
Suplente: Karina Chiarani

Representante da Escola de Educação Básica Profª Maura de Sena Pereira;
Titular: Claudino Olivo
Suplente: Rosangela Gallas

Representante da Secretaria Municipal da Administração:
Titular: Marisa Borga Farina
Suplente: Hadriel Dalmolin

Representante de EPAGRI:
Titular: Kátia Beal
Suplente: Leandro Crestani

Representante da Comissão Municipal do Idoso:

Titular: Élide Denardi
Suplente: Valdemar Bogoni

Representante da Pastoral da Saúde
Titular: Zulma de Costa
Suplente: Contxeta de Costa

Representante dos Alcoólicos Anônimos:
Titular: Valdir Neis
Suplente: Dejair Rodrigues

Representante da APP do Centro Educacional PE. Trudo Plessers
Titular: Adilson Zucco
Suplente: Euclésio Pelicioli

Representante do Clube de Mães da Escola de Educação Básica
Profª Maura de Senna Pereira
Titular: Cilene Cavazzini
Suplente: Ilva Bee

Representante da Associação das Mulheres de Linha Túnel:
Titular: Tereza Guzzi Perin
Suplente: Roseli Farina

Representante do Governo Municipal:
Titular: Rosimar Bertoncello
Suplente: Silvana Orçatto

Art. 2º Os membros do Conselho não será remunerada, sendo considerada atividade de relevante interesse social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Fica revogado o Decreto nº 3.208, de 12 de maio de 2010.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 10 de agosto de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 345, de 15 de Agosto de 2012.

PORTARIA Nº 345, DE 15 DE AGOSTO DE 2012.

INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 1.260, de 07 de agosto de 2012,

RESOLVE:

Art 1º Fica instituída comissão de avaliação de lotes do loteamento público "Tranquilo Benjamin Guzzi", nomeando para compô-la os seguintes membros:

I - Hadriel Dalmolin, Servidor Público Municipal, o qual exercerá a presidência da comissão;

II - Nilson Zanella, Servidor Público Municipal;

III - Ronaldo Regalin, Engenheiro da AMARP.

Parágrafo único. A avaliação deverá seguir os parâmetros fixados pelo art. 4º da Lei nº 1.260, de 07 de agosto de 2012.

Art. 2º Fica fixado o prazo de 10 (dez) dias para conclusão dos trabalhos.

Art 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 15 de agosto de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 203 de 19 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº. 203 DE 19 DE AGOSTO DE 2011.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA IVONETE CERON PICCOLI, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 19, 20,21,22,23,24 E 25 da Lei complementar nº. 118/2005, de 29 de março de 2005; e Decreto nº 2541 de 22 de junho de 2005; decreto 3.420 de 19 de julho de 2011;

Considerando o resultado do processo Administrativo 022/2011

RESOLVE:

CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho e Cursos de Aperfeiçoamento, referente ano de 2010, cujo período de avaliação foi 2008/2009, a servidora IVONETE CERON PICCOLI, ocupante do cargo efetivo de Professor nível Especialização, referencia de vencimento "B", carga horária de 20 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Magistério, Lotada na Secretaria de Educação, cultura e Esportes, tendo em vista a conclusão do Processo Administrativo 022/2011, passando para referencia "C".

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de agosto de 2011.

Centro Administrativo Municipal, 19 de agosto de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 204 de 19 de Agosto de 2011.

PORTARIA Nº. 204 DE 19 DE AGOSTO DE 2011.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA MARTA GOTTSSELIG VOLPATO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 19, 20,21,22,23,24 E 25 da Lei complementar nº. 118/2005, de 29 de março de 2005; e Decreto nº 2541 de 22 de junho de 2005; decreto 3.420 de 19 de julho de 2011;

Considerando o resultado do processo Administrativo 024/2011

RESOLVE:

CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho e Cursos de Aperfeiçoamento, referente ano de 2007, cujo período de avaliação foi 2005/2006, a servidora MARTA GOTTSSELIG VOLPATO, ocupante do cargo efetivo de Professor nível Especialização, referencia de vencimento "F", carga horária de 20 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Magistério, Lotada na Secretaria de Educação, cultura e Esportes, tendo em vista a conclusão do Processo Administrativo 024/2011, passando para referencia "G".

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de agosto de 2011.

Centro Administrativo Municipal, 19 de agosto de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 072/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 118/2012

Extrato de Edital de Pregão presencial 072/2012

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item para aquisição de materiais para confecção de placas de sinalização viária. Recebimento dos envelopes e credenciamento será as 10:00 horas do dia 31 de agosto de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão publica as 10:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (42) 3523 1155, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br, site www.portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 21 de agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Tomada de Preços 026/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 117/2012

Extrato de Edital de Tomada de Preços 026/2012

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço global para execução da Unidade Básica de Saúde - Jardim Bela Vista. O recebimento dos envelopes se dará até as 14:00 do dia 10 de Setembro de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública as 14:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de Agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 039/2012 Fas

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 039/2012 FAS

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda ME.

Objeto: Aquisição de cestas básicas completas e leite em pó. Valor total R\$ 2.590,80 (dois mil quinhentos e noventa reais e oitenta centavos)

Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 31 de outubro de 2012 ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 009/2012 FAS, Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de Agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA ME.

Contratada.

Extrato de Contrato 040/2012 Fas

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 040/2012 FAS

Partes: Município de Porto União e LBSX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.

Objeto: Aquisição de cestas básicas completas e leite em pó.

Valor total R\$ 31.492,80 (trinta e um mil quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)

Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 31 de outubro de 2012 ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 009/2012 FAS, Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de Agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

LBSX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.

Contratada.

Extrato de Contrato 062/2012 Edu

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 062/2012 EDU

Partes: Município de Porto União e Jackiw & Jackiw Ltda.

Objeto: Aquisição de produtos para alimentação escolar.

Valor total R\$ 28.455,10 (vinte e oito mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos)

Vigência: será até 31 de outubro de 2012.

Base legal: Pregão Presencial 018/2012 EDU, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 16 de Agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

JACKIW & JACKIW LTDA.

Contratada

Extrato de Contrato 063/2012 Edu

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 063/2012 EDU

Partes: Município de Porto União e Mercado Koseira Ltda ME.

Objeto: Aquisição de produtos para alimentação escolar.

Valor total R\$ 23.628,66 (vinte e três mil e seiscentos e vinte e oito reais e sessenta e seis centavos)

Vigência: será até 31 de outubro de 2012.

Base legal: Pregão Presencial 018/2012 EDU, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 16 de Agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA ME.

Contratada

Extrato de Contrato 064/2012 Edu

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 064/2012 EDU

Partes: Município de Porto União e Ade Comércio de Frutas e Verduras Ltda.

Objeto: Aquisição de produtos para alimentação escolar.

Valor total R\$ 13.478,45 (treze mil e quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência: será até 31 de outubro de 2012.

Base legal: Pregão Presencial 018/2012 EDU, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 16 de Agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ADE COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA.

Contratada

Extrato de Contrato 065/2012 Edu

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 065/2012 EDU

Partes: Município de Porto União e Integra Comercial Ltda.

Objeto: Aquisição de produtos para alimentação escolar.

Valor total R\$ 7.948,92 (sete mil e novecentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos)

Vigência: será até 31 de outubro de 2012.

Base legal: Pregão Presencial 018/2012 EDU, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 16 de Agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

INTEGRA COMERCIAL LTDA.

Contratada

Extrato de Contrato 066/2012 Edu

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 066/2012 EDU

Partes: Município de Porto União e Logvem Comercial Ltda ME.

Objeto: Aquisição de produtos para alimentação escolar.

Valor total R\$ 15.178,40 (quinze mil e cento e setenta e oito reais e quarenta centavos)

Vigência: será até 31 de outubro de 2012.

Base legal: Pregão Presencial 018/2012 EDU, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 16 de Agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

LOGVEM COMERCIAL LTDA ME.

Contratada

Termo de Homologação do Pregão Presencial 009/2012 Fas

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 020/2012 FAS
Pregão Presencial 009/2012 FAS
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Mercado Kosera Ltda ME;
LBSX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.

Porto União - SC, 16 de Agosto de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 018/2012 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 031/2012 EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 018/2012 EDUCAÇÃO
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas:
Ade Comércio de Frutas e Verduras Ltda;
Integra Comercial Ltda;
Jackiw e Jackiw Ltda;
Logvem Comercial Ltda ME;
Supermercado Dukelli Ltda;
Mercado Kosera Ltda ME.

Porto União - SC, 16 de Agosto de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 2778/12

DECRETO Nº 2.778, de 07 de agosto de 2012
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06.12.2012
DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 124.661,66 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, nas contas correntes n. 47.080-5, 47.081-3, 47.085-6, 47.084-8, 47.083-x e 47.086-4, de acordo com o que determina o artigo 11º da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06 de dezembro de 2011, visando à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
50.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1.071	Piso Básico Fixo - PBF

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
00.03.0031	Convênios da União – Assistência Social - Ex. Ant.	R\$ 43.432,05
1.075	Piso Fixo de Média Complexidade – PFMC	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
00.03.0031	Convênios da União – Assistência Social - Ex. Ant.	R\$ 4.534,85
1.076	Piso de Transição de Média Complexidade - PTMC	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
00.03.0031	Convênios da União – Assistência Social - Ex. Ant.	R\$ 54.227,01
1.077	Piso Variável de Média Complexidade – PVMC	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
00.03.0031	Convênios da União – Assistência Social - Ex. Ant.	R\$ 7.303,15
1.078	Piso Fixo de Média Complexidade III – PVMC III	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
00.03.0031	Convênios da União – Assistência Social - Ex. Ant.	R\$ 15.164,60
	TOTAL R\$ 124.661,66	

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

07 de agosto de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2782/12

DECRETO Nº 2.782, de 09 de agosto de 2012.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2012."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2.254/11, o resultado do Pregão Presencial nº 141/12, de 19/07/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA-EPP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

09 de agosto de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.782/2012

Pregão Presencial nº 141/2012 de 19/07//2012

Objeto da Licitação: Contratação de serviços de monitoramento eletrônico em diversas unidades escolares do município - Sec. de Educação.

Preço: global

Participantes: VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA-EPP, MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA-ME e INVIO LÁVEL MONITORAMENTO RIO DO SUL LTDA-EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA-EPP.

Decreto 2784/12

DECRETO Nº 2.784 , de 10 de agosto de 2012.

“CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE A Sra. INÊS ISABEL MULLER”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra “d”, inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra “d” inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea “b” do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art.1º - Fica concedida aposentadoria por idade a Sra. Inês Isabel Muller, brasileira, divorciada, auxiliar de serviços gerais, portadora da Cédula de Identidade nº 1.031.746-5 e CPF nº 399.340.639-72 domiciliada e residente na Rua Georg Rausch, 173, Bairro Navegantes, Rio do Sul - SC, no cargo de Auxiliar de serviços Gerais, nível A-1, com proventos proporcionais calculados pela média das 80% maiores remunerações, sem paridade, a partir de 1ª de Setembro de 2012.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra “d”, inciso I do art. 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra “d” inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea “b” do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

10 de agosto de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

Decreto 2786/12

DECRETO Nº 2.786, de 13 de agosto de 2012.

“SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-CONSELHO DO FUNDEB.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 4.539/2007, alterada pela Lei Municipal nº 4.797/2008.

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB os seguintes membros devidamente indicados por suas entidades:

I I - Representantes dos Professores Municipais:

Marli Kanitz Munzfeld (susbtituindo Marilene Back Espindola)

Marineusa Doerner Olivo- Suplente (substituindo Dalva M.Froehner))

VI - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Sirlei Teresinha Antunes Moraes Magnani (substituindo Leonita Berlanda)

Eloi Teresinha dos Santos Soares-Suplente (substituindo Erani R. Dalzan)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

13 de agosto de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2788/12

DECRETO Nº 2.788, de 15 de agosto de 2012

“DEFINE OS SUBSÍDIOS DA RUA SEVERINO LENZI, BAIRRO CANTA GALO, NOS TERMOS DA LEI Nº 5.092, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º - Nos termos da Lei nº 5.092/2010, os subsídios concedidos pelo Executivo Municipal para a pavimentação da Rua SEVERINO LENZI, bairro Canta Galo, são os seguintes:

I - fornecimento de projetos e orientação técnica

Art. 2º - O custo estimado dos subsídios e de R\$ 38.046,95.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de agosto de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2791/12

DECRETO Nº 2.791 de 16 de Agosto de 2012.

"EXONERA RODRIGO FACHINI"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, a partir de 16/08/2012, o servidor municipal RODRIGO FACHINI, do cargo comissionado de Assessor Especial de Comunicação do Gabinete do Prefeito, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

16 de Agosto de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Decreto 2792/12

DECRETO Nº 2.792, de 16 de Agosto de 2012.

"EXONERA E NOMEIA CLOVIS EDUARDO CUCO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, a partir de 16/08/2012, o servidor municipal CLOVIS EDUARDO CUCO, do cargo comissionado de Diretor de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito. E nomeia, o mesmo, para a partir de 17/08/2012, exercer o cargo em comissão de Assessor Especial de Comunicação do Gabinete do Prefeito, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

16 de Agosto de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 0866/RH

PORTARIA Nº 0866/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere

Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro de Educação Infantil Augusto Bosco, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Vera Luci Roveda, matrícula 2070/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B" e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, Rubiana Carla Slomp, matrícula 5983/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C", Rosângela Beltramini Nogas, matrícula 11134/06, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "B" e, designar como suplente: Elisete Bechtold Pamplona, matrícula 11630/04, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A".

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Centro de Educação Infantil supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de agosto de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Edital de Tomada de Preços 148/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 148/2012

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para execução de obras de melhorias das condições habitacionais, sistema de tratamento de esgoto e pavimentação no Conjunto Habitacional Luis Demarchi, localizado no Bairro Barra do Trombudo em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 09:00 horas do dia 11 de setembro

de 2012, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 11 de setembro de 2012, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 16 de agosto de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 032/2012-FMS

Prefeitura de Rio do Sul

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Suprimentos - Setor de Compras

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2012 FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de monitoramento e vigilância eletrônica para atender necessidades desta Secretaria.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 31/08/2012, às 10:30h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:30h do dia 31/08/2012.

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sita à Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, Rua Tuiuti, 154, centro, Setor de Compras, fone (47) 3531 1437, pelo e-mail licitacao.saude@hotmail.com ou no site www.riodosul.sc.gov.br, no link Licitações - Editais Secretaria da Saúde.

Rio do Sul (SC), 20 de agosto de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

TÂNIA REGINA CIPRIANI

Secretária Municipal de Saúde

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 518/2012 Firmado Em 07/03/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 518/2012 firmado em 07/03/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREIA SILVEIRA, portador(a) do CPF nº 006.498.789-22, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 518/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

518/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

ANDREIA SILVEIRA

Contratado(a)

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 532/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 532/2012 firmado em 21/03/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS, portador(a) do CPF nº 674.983.889-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 532/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 532/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS

Contratado(a)

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 589/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 589/2012 firmado em 18/06/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IRIA JANAISA MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 070.636.649-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 589/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 589/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

IRIA JANAISA MUTSCHLER

Contratado(a)

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 222/2012 Firmado Em 01/02/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 222/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ANGELA PAULA DE MORAES, portador(a) do CPF nº 034.233.779-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 222/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 222/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

ANGELA PAULA DE MORAES

Contratado(a)

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 244/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 244/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado

Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) DANUBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI, portador(a) do CPF nº 067.407.349-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 244/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 244/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

DANUBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI

Contratado(a)

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 259/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 259/2012 firmado em 06/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JEANE FERREIRA, portador(a) do CPF nº 043.207.779-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 259/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 259/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

JEANE FERREIRA

Contratado(a)

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 281/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONE INES SAWICKI, portador(a) do CPF nº 917.357.850-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 281/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

IVONE INES SAWICKI
Contratado(a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 295/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA APARECIDA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 000.597.359-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 295/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JANAINA APARECIDA DA SILVA
Contratado(a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 308/2012 Firmado Em 08/02/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADELINHA SCHAFFER NAU, portador(a) do CPF nº 046.938.749-14, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 308/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ADELINHA SCHAFFER NAU
Contratado(a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 312/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA SENS EICHHOLZ, portador(a) do CPF nº 059.354.359-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 312/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JANAINA SENS EICHHOLZ
Contratado(a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 314/2012 Firmado Em 08/02/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 314/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALESSANDRA OSTERNA, portador(a) do CPF nº 005.074.989-76, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 314/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 314/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ALESSANDRA OSTERNA
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 315/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 315/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BERNADETE CANDIDO NUNES, portador(a) do CPF nº 674.365.529-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 315/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 315/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

BERNADETE CANDIDO NUNES
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 316/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 316/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENIR HOLLER, portador(a) do CPF nº 791.573.609-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 316/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 316/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ELENIR HOLLER
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 318/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 318/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS, portador(a) do CPF nº 543.186.539-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 318/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 318/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 325/2012 Firmado Em 08/02/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 325/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA MARIA RECH, portador(a) do CPF nº 056.398.709-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 325/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 325/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

ANGELA MARIA RECH

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 325/2012 Firmado Em 08/02/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 325/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA MARIA RECH, portador(a) do CPF nº 056.398.709-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 325/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 325/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

ANGELA MARIA RECH

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 327/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 327/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA PAUL, portador(a) do CPF nº 053.459.459-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 327/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 327/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

DANIELA PAUL

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 328/2012 Firmado Em 08/02/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 328/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREZA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 018.997.139-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 328/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 328/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

ANDREZA DE OLIVEIRA

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 331/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 331/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANE DA CUNHA MORAIS, portador(a) do CPF nº 036.179.509-22, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 331/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 331/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

DAIANE DA CUNHA MORAIS

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 332/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 332/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GISHLAINE APOLINARIO KISSNER, portador(a) do CPF nº 004.328.729-81, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 332/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 332/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

GISHLAINE APOLINARIO KISSNER

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 337/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 337/2012 firmado em 09/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIUVANIA CONCEICAO STEFFENS SCHULA, portador(a) do CPF nº 044.169.639-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 337/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 337/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

DIUVANIA CONCEICAO STEFFENS SCHULA

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 341/2012 Firmado Em 08/02/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 341/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS, portador(a) do CPF nº 529.164.219-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 341/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 341/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 348/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 348/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA ZANIS, portador(a) do CPF nº 048.235.669-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 348/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 348/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JANAINA ZANIS
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 350/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 350/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DELCI APARECIDA MEURER MARCHI, portador(a) do CPF nº 683.823.839-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 350/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 350/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

DELCI APARECIDA MEURER MARCHI
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 354/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 354/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIETE LESSA, portador(a) do CPF nº 846.062.401-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 354/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 354/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ELIETE LESSA
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 363/2012 Firmado Em 08/02/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 363/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CAROLINA MEES, portador(a) do CPF nº 009.943.479-28, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 363/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 363/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ANA CAROLINA MEES
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 366/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 366/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANE PEREIRA MAGNANI, portador(a) do CPF nº 901.599.009-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 366/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 366/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JANE PEREIRA MAGNANI
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 373/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 373/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZETE MARTENDAL DOLSAN, portador(a) do CPF nº 970.103.839-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 373/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 373/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ELIZETE MARTENDAL DOLSAN
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 374/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 374/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANETE ANA BUZZI POSSAMAI, portador(a) do CPF nº 581.736.339-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 374/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 374/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JANETE ANA BUZZI POSSAMAI
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 378/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 378/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DILVA NAZARI FRANCO, portador(a) do CPF nº 988.911.549-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 378/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 378/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

DILVA NAZARI FRANCO
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 380/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 380/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EIME DAS GRACAS OLIVEIRA GOEDERT, portador(a) do CPF nº 767.169.459-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 380/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 380/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

EIME DAS GRACAS OLIVEIRA GOEDERT

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 380/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 380/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EIME DAS GRACAS OLIVEIRA GOEDERT, portador(a) do CPF nº 767.169.459-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 380/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 380/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

EIME DAS GRACAS OLIVEIRA GOEDERT

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 381/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 381/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIANE KNOPF, portador(a) do CPF nº 030.309.179-75, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 381/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 381/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

FRANCIANE KNOPF

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 384/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 384/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINEIDE MARILEIA MOSER, portador(a) do CPF nº 041.464.969-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 384/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 384/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

CINEIDE MARILEIA MOSER

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 388/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 388/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADELAINE SOARES, portador(a) do CPF nº 042.210.469-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 388/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 388/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

ADELAINE SOARES

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 391/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 391/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FATIMA AUGUSTA MARLOCH, portador(a) do CPF nº 715.923.859-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 391/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 391/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

FATIMA AUGUSTA MARLOCH

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 406/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 406/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINTIA LUSIA BATISTI, portador(a) do CPF nº 058.324.269-32, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 406/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 406/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

CINTIA LUSIA BATISTI

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 407/2012 Firmado Em 08/02/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 407/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA SCOTINI, portador(a) do CPF nº 049.330.499-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 407/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 407/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

ANA PAULA SCOTINI

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 415/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 415/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA KOCH SCHOWAMBACH, portador(a) do CPF nº 026.198.369-56, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 415/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 415/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

EDNA KOCH SCHOWAMBACH

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 421/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 421/2012 firmado em 01/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANIA CARLA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 897.778.599-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 421/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 421/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

JANIA CARLA DOS SANTOS

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 427/2012 Firmado Em 08/02/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 427/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN, portador(a) do CPF nº 948.634.079-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 427/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 427/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 430/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 430/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DENISE DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 936.178.529-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 430/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 430/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

DENISE DOS SANTOS

Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 433/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 433/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS, portador(a) do CPF nº 938.509.059-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 433/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 433/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 434/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 434/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANI BECKER, portador(a) do CPF nº 048.323.799-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 434/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 434/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

CRISTIANI BECKER
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 435/2012 Firmado Em 08/02/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 435/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANELITA KNAUL, portador(a) do CPF nº 579.617.519-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 435/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 435/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ANELITA KNAUL
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 436/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 436/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA FRANCYELE SOUZA, portador(a) do CPF nº 047.176.549-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 436/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 436/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

CARLA FRANCYELE SOUZA
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 438/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 438/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANE GOEDERT DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 066.195.789-69, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 438/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 438/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

DAIANE GOEDERT DOS SANTOS
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 439/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 439/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANA RAMOS DA SILVA, portador(a) do CPF nº 046.711.619-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 439/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 439/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

DAIANA RAMOS DA SILVA
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 440/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 440/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI, portador(a) do CPF nº 003.656.929-13, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 440/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 440/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JOACIRA TERESINHA ATAIDE MAGNANI
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 441/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 441/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABRICIA APARECIDA HINCKEL, portador(a) do CPF nº 047.274.769-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 441/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 441/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

FABRICIA APARECIDA HINCKEL
Contratado((a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 454/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 454/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS, portador(a) do CPF nº 009.441.259-64, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 454/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 454/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS
Contratado(a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 458/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 458/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH, portador(a) do CPF nº 920.653.929-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 458/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 458/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH
Contratado(a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 459/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 459/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDITE CARDOSO, portador(a) do CPF nº 049.454.089-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 459/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 459/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

EDITE CARDOSO
Contratado(a))

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 464/2012

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 464/2012 firmado em 08/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ISABEL SCHRAMM BRITO, portador(a) do CPF nº 569.413.159-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 464/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 464/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ISABEL SCHRAMM BRITO
Contratado(a))

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 293/2011 Firmado Em 15/08/2011

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 293/2011 firmado em 15/08/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 020.514.769-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 293/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 293/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA
Contratado(a)

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 244/2011

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 244/2011 firmado em 01/04/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU, portador(a) do CPF nº 733.734.009-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 244/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 244/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU
Contratado(a)

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 123/2011

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 123/2011 firmado em 07/02/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GEANI CRISTINA GODOY LANGE, portador(a) do CPF nº 041.307.129-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 123/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 123/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

GEANI CRISTINA GODOY LANGE
Contratado(a)

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 230/2011

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2011 firmado em 03/03/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANE ODERDENGGE, portador(a) do CPF nº 038.345.369-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 230/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

CRISTIANE ODERDENGGE
Contratado(a)

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 0102/2009

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0102/2009 firmado em 06/02/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DEBORA COMIATTO, portador(a) do CPF nº 792.102.609-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0102/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0102/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

DEBORA COMIATTO
Contratado((a))

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 0127/2009 Firmado Em 09/02/2009

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0127/2009 firmado em 09/02/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) APARECIDA BAUNER BOELL, portador(a) do CPF nº 792.096.619-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0127/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0127/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

APARECIDA BAUNER BOELL
Contratado((a))

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 292/2010

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 292/2010 firmado em 08/11/2010, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CASSIA LEONORA DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 056.139.169-69, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 292/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 292/2010, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

CASSIA LEONORA DE SOUZA
Contratado((a))

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 295/2010

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2010 firmado em 11/11/2010, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA GRACIELA BRIDI BALDO, portador(a) do CPF nº 973.370.489-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 295/2010, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Julho de 2012.
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

FABIANA GRACIELA BRIDI BALDO
Contratado(a)

Aditivo 310/2012 FMS

TERMO ADITIVO Nº 310 FMS - DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 46/2009, REFERENTE PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA EM ATIVIDADES RELACIONADAS ÀS ÁREAS DE PROCESSAMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR (SIA/SUS e SIH/SUS), QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E O SR. JOACIR PANDINI.

Ao 1º (primeiro) dia do mês de agosto de 2012, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, sediado na Rua Tuiuti, 154, Centro, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Srª Tânia Regina Cipriani, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado o Sr. Joacir Pandini, inscrito no CPF sob o nº 481.281.129-53, portador do RG nº 1.224.305, com endereço Beco Franscisco de Souza, nº 374, bairro Canoas, na cidade de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, daqui em diante denominada de CONTRATADO, resolvem, nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Carta Convite nº 46/2009, de 21/07/2009, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante no contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 06 (seis) meses, com o seu término em 31 de janeiro de 2013.

Aplica-se o reajuste com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, na ordem de 4,90% passando o contrato a vigorar com o valor de R\$ 2.818,36 por mês de serviço prestado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 01 de agosto de 2012.
TÂNIA REGINA CIPRIANI
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

JOACIR PANDINI
Contratado

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Resumos dos Contratos da Concorrência 039/2012 RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 258/2012

Concorrência nº 039/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: RECAMAQ - Construções e Locações Ltda

Objeto: conclusão da execução de obras para pavimentação lajotas, drenagem e sinalização viária da rua Luiz Pasteur, Budag em Rio do Sul, com extensão de 460,30 metros, Lote 02
Valor: R\$ 266.585,14 (duzentos e sessenta e seis mil e quinhentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos).
Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
Recurso: Próprios/Badesc
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de agosto de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 259/2012

Concorrência nº 039/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: RECAMAQ - Construções e Locações Ltda

Objeto: conclusão da execução de obras para pavimentação lajotas, drenagem e sinalização viária da rua João Cavilha, Taboão em Rio do Sul, com extensão de 598,60 metros, Lote 07
Valor: R\$ 259.820,92 (duzentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e vinte reais e noventa e dois centavos).
Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
Recurso: Próprios/Badesc
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de agosto de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 260/2012

Concorrência nº 039/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: RECAMAQ - Construções e Locações Ltda

Objeto: conclusão da execução de obras para pavimentação lajotas, drenagem e sinalização viária da rua João Stolf, Taboão em Rio do Sul, com extensão de 312,42 metros, Lote 07
Valor: R\$ 117.664,58 (cento e dezessete mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).
Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias mediante apresentação

da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

Recurso: Próprios/Badesc

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de agosto de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 261/2012

Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: RECAMAQ - Construções e Locações Ltda

Objeto: conclusão da execução de obras para pavimentação lajotas, drenagem e sinalização viária da rua Genésio da Cruz, Taboão em Rio do Sul, com extensão de 180,33 metros, Lote 07

Valor: R\$ 52.626,45 (cinquenta e dois mil e seiscentos e seis e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Prazo de Execução: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias mediante apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

Recurso: Próprios/Badesc

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de agosto de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Lei 5.320

LEI No 5.320, DE 20 DE AGOSTO DE 2012

Autoriza o Executivo Municipal a instalar pontos de coleta ecológicos em locais geograficamente estratégicos do município, para a coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos recicláveis, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a instalar em locais geograficamente estratégicos do Município, pontos de coleta ecológicos para a coleta seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos recicláveis.

Art. 2º O setor competente da Administração Pública Municipal procederá a estudo acerca das localidades, assim como do número de pontos em que serão instalados os pontos de coleta ecológicos, levando-se em conta os critérios de proteção ao meio ambiente e a facilidade de acesso dos munícipes aos mesmos.

Parágrafo único. A edificação do ponto de coleta ecológico deverá respeitar a Lei 5.017, de 03 de agosto de 2010.

Art. 3º A instalação dos pontos de coleta seletiva levará em conta a facilidade de acesso para depósito do lixo reciclável aos munícipes e o terreno deverá pertencer ao patrimônio público municipal.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei por decreto no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação, observando as seguintes medidas:

I - Incentivar o quadro funcional das escolas públicas e privadas do âmbito do Município de Rio do Sul a educarem os alunos acerca da necessidade e conveniência da reciclagem, explicando, os mecanismos da coleta seletiva e como deverá ser executada;

II - Somente poderão ser depositados nos pontos de coleta

ecológicos os resíduos sólidos considerados recicláveis, inclusive bens e equipamentos que poderão ser reutilizáveis. Os rejeitos terão sua coleta mantida, porém com uma periodicidade estendida. Os orgânicos deverão passar por uma com postagem e deverão ser utilizados em programas como o da Agricultura Urbana;

III - Fomentará a participação dos coletores de materiais recicláveis inscritos no município de Rio do Sul, de acordo com a lei Nº. 4426, de 22 de agosto de 2006, a gerirem os pontos de coleta ecológicos, agregando maior valor aos resíduos após uma triagem;

IV - Os munícipes que depositarem nos pontos de coleta ecológicos não poderão perceber nenhuma renda sobre seus resíduos, cujo depósito será considerado descarte ou doação;

V - O produto da venda dos materiais recicláveis será utilizado para a manutenção do ponto de coleta ecológico, incluindo o pagamento aos seus gestores, se houver.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações próprias constantes no orçamento municipal.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de agosto de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Câmara

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 008/2012

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2012

REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2012.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. José Thomé, resolve Registrar os preços da Empresa Supermercado Buzzi LTDA, neste ato representada pelo Sr. Arno Haut. A presente ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição de Gêneros Alimentícios. Conforme os itens abaixo discriminados:

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Qnt. total	Und	PRODUTO	Preço un.	Preço Total
75	Pcte de 500 g	Café torrado e moído.	13,62	1.021,50
16	Embalagem de 200 g	Café solúvel granulado, instantâneo, selo da ABIC e Certificado de Autorização para uso do selo.	9,50	152,00
10	Cx com 1.000 un. de 5 g	Açúcar cristal, branco, obtido da cana de açúcar.	59,92	599,20
7	Frascos c/ 100 ml	Adoçante dietético líquido, 100% (cem por cento) Natural.	13,90	97,30
PREÇO TOTAL DO LOTE 01 (R\$)				1.870,00



Qnt. total	Und	PRODUTO	Preço un.	Preço Total
75	Pcte de 500 g	Café torrado e moído.	13,62	1.021,50
27	Caixas de 20 g com 10 sacos	Chá, de diversos sabores. Sabores: boldo, hortelã, morango, camomila, erva-doce e cidreira.	3,80	102,60
25	Caixas de 30 g com 15 sacos	Chá misto de flores e frutas silvestres.	10,856	271,40
PREÇO TOTAL DO LOTE 02 (R\$)				374,00
900	Caixas com 1.000 ml	Leite UHT semidesnatado, esterilizado, longa vida, em embalagens Tetra Pak de 1.000 ml (um mil mililitros).	2,077	1.869,30
PREÇO TOTAL DO LOTE 03 (R\$)				1.869,30

Qnt. total	Und	PRODUTO	Preço un.	Preço Total
550	Cx c/ 1.000ml	Suco de fruta natural, líquido, pronto para o consumo, de vários sabores, com soja Sabores: pêssego, uva, abacaxi, morango e manga.	4,90	2.695,00
400	Cx c/ 1.000ml	Suco de fruta natural, líquido, pronto para o consumo, sabor banana, com soja.	5,30	2.120,00
650	Cx c/ 1.000ml	Suco de frutas industrializado, de vários sabores, pronto para o consumo. Sabores: laranja, pêssego, abacaxi, uva, e manga.	4,90	3.185,00
PREÇO TOTAL DO LOTE 04 (R\$)				8.000,00

Fica declarado que o prazo de validade desta ARP será de 21 de março de 2013, já incluindo possíveis prorrogações.

JOSÉ THOMÉ
Presidente da Câmara

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 1197/12

DECRETO Nº 1197, DE 16 DE AGOSTO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente do Município e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Funcional: 12.361.0011.2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino

3.3.90.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Funcional: 12.361.0011.2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino

3.3.90.30.00.00.00.00.0001 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de agosto de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 13648/12

PORTARIA Nº 13648, DE 16 DE AGOSTO DE 2012

ALTERA A PORTARIA Nº 7454/2011 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº 7454 de 14 de julho de 2011 passa a ter a seguinte redação:

“Representantes dos profissionais que atuam na área de Assistência Social

Nilva Aparecida Cardoso da Luz - titular

Danielle Giovanella Silveira - suplente”

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de agosto de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Editais de Concorrência Pública 14/2012 - Emhab
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 14/2012
MENOR PREÇO GLOBAL

A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB do Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através da Diretora Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:30 horas do dia 20 de setembro de 2012, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL DO LOTEAMENTO JARDIM BOA ESPERANÇA NO BAIRRO SERRA ALTA CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO BÁSICO ANEXO - DE ACORDO COM O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SERRA ALTA - FNHIS FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, TERMO DE COMPROMISSO Nº 301579-56/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 16:00 horas.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2012.
DANIELLE EHRAT SIMONETTI
Diretora Presidente da EMHAB

Resumido Pregão Presencial 290/2012
EDITAL DE PREGÃO Nº. 290 /2012
MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretária de Administração e do Pregoeiro Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 13:45 horas do dia 31 de agosto de 2012, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAMINHÃO TIPO CAVALO MECÂNICO COM CARRETA TIPO PRANCHA, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00.

O edital estará disponível no site: www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2012.
TIAGO MARTINHUK
Pregoeiro Municipal

RENILDA FÜRST DREVEK
Secretária De Administração

Resumido Pregão Presencial 57/2012 - Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE PREGÃO Nº. 57/2012
MENOR PREÇO GLOBAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do seu Presidente e do Pregoeiro Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 08:45 horas do dia 31 de agosto de 2012, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA CONTADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS SANGÜÍNEAS COM FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO EM REGIME DE COMODATO

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00.

O edital estará disponível no site: www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2012.
TIAGO MARTINHUK
Pregoeiro Municipal

MARCUS MALUF
Pres. Fundo Municipal De Saúde

Lei Nº 3051/12

LEI Nº 3051, DE 17 DE AGOSTO DE 2012.
APROVA O PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, constante do documento anexo, com duração de quinze anos.

Art. 2º. Caberá ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, juntamente com os servidores públicos da Empresa Municipal de Habitação-EMHAB, o acompanhamento da execução do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, devendo proceder às avaliações periódicas, no que se refere à implementação deste.

Parágrafo Único. A primeira avaliação realizar-se-á anualmente vistas à redefinição de Metas e Diretrizes do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal



Município de São Bento do Sul
Estado de Santa Catarina

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL



BASE Sistemas de Planejamento Ltda.
Dezembro/2011

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

2

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
LISTA DE TABELAS.....	6
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE FIGURAS	10
1. INTRODUÇÃO.....	11
2. DIAGNÓSTICO HABITACIONAL	13
2.1 CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL	13
2.1.1 REGIÃO	14
2.1.1.2 SISTEMA VIÁRIO REGIONAL.....	14
2.1.1.3 ENTORNO REGIONAL	15
2.1.2 DEMOGRAFIA	19
2.1.2.1 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA	19
2.1.2.2 CARACTERÍSTICAS SÓCIOECONÔMICAS.....	21
2.1.2.3 TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS.....	26
2.1.3 ECONOMIA.....	28
2.1.3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO	28
2.1.3.2 PIB PER CAPITA.....	28
2.1.3.3 VALOR ADICIONADO BÁSICO	29
2.1.3.4 ANÁLISES ESPACIAIS.....	30
2.1.4 MUNICÍPIO	30
2.1.4.1 SÍTIO E CONDIÇÕES NATURAIS.....	31
2.1.4.2 CIDADE.....	33
2.2 SITUAÇÃO DO SETOR HABITACIONAL.....	35
2.2.1 NECESSIDADES HABITACIONAIS	35
2.2.1.1 DOMICÍLIOS	36
2.2.1.2 DÉFICIT HABITACIONAL.....	38
2.2.1.3 COMPONENTES DO DÉFICIT HABITACIONAL.....	39
2.2.1.4 DOMICÍLIOS IMPROVISADOS	39
2.2.1.5 FAMÍLIAS CONVIVENTES	40
2.2.1.6 FAMÍLIAS OCUPANTES DE CÔMODOS	41
2.2.1.7 DOMICÍLIO URBANO ALUGADO.....	41
2.2.1.8 PROJEÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL PARA 2007	42
2.2.1.8.1 INADEQUAÇÃO HABITACIONAL.....	43
2.2.1.8.2 COMPONENTES DA INADEQUAÇÃO HABITACIONAL	44
2.2.1.8.3 INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA.....	45
2.2.1.8.4 ADENSAMENTO URBANO EXCESSIVO	46
2.2.1.8.5 DOMICÍLIOS URBANOS SEM BANHEIRO	47



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

3

2.2.1.8.6 CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA URBANA.....	47
2.2.1.9 ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	49
2.2.1.9.1 COMPOSIÇÃO FAMILIAR	52
2.2.1.9.1.1 CHEFE DE FAMÍLIA	52
2.2.1.9.1.1.1 GÊNERO E SITUAÇÃO FAMILIAR	52
2.2.1.9.1.1.2 FAIXA ETÁRIA	54
2.2.1.9.1.1.3 ESCOLARIDADE	54
2.2.1.9.1.1.4 OCUPAÇÃO	55
2.2.1.9.1.1.5 RENDA	57
2.2.1.9.1.2 CÔNJUGE	58
2.2.1.9.1.2.1 FAIXA ETÁRIA	58
2.2.1.9.1.2.2 ESCOLARIDADE	58
2.2.1.9.1.2.3 OCUPAÇÃO	59
2.2.1.9.2 CARACTERIZAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DA POPULAÇÃO	60
2.2.1.9.2.1 GÊNERO	60
2.2.1.9.2.2 FAIXA ETÁRIA	60
2.2.1.9.2.3 ESCOLARIDADE	61
2.2.1.9.2.4 COMPONENTES	62
2.2.1.9.2.5 NECESSIDADES ESPECIAIS	63
2.2.1.9.2.6 FAMÍLIAS CONVIVENTES	64
2.2.1.9.2.7 RENDA	64
2.2.1.9.3 SITUAÇÃO HABITACIONAL	65
2.2.1.9.3.1 DIMENSÃO DA HABITAÇÃO	66
2.2.1.9.3.2 INFRAESTRUTURA	67
2.2.1.9.3.3 ÁREAS DE RISCO	68
2.2.1.9.3.4 REGULARIDADE FUNDIÁRIA	68
2.2.2 DISPONIBILIDADE DE ÁREAS	69
2.2.3 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE	70
2.2.3.1 ATORES SOCIAIS	70
2.2.3.2 OFICINAS COMUNITÁRIAS	71
2.2.4 POLÍTICA HABITACIONAL VIGENTE	74
2.2.4.1 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	74
2.2.4.1.1 LEI ORGÂNICA	74
2.2.4.1.2 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA	76
2.2.4.1.3 LEI DA POLÍTICA HABITACIONAL	78
2.2.5 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVAS	80
3. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES ORIENTADORAS	85
3.1 PRINCÍPIOS	85
3.2 DIRETRIZES ORIENTADORAS	85



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

4

4. OBJETIVOS, METAS E INDICADORES	87
4.1 OBJETIVO GERAL	87
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	87
4.3 METAS	88
4.3.1 METAS NORMATIVAS	88
4.3.2 METAS INSTITUCIONAIS	89
4.3.3 METAS DE ATENDIMENTO	89
4.4 INDICADORES	90
4.4.1 INDICADORES DE EFICÁCIA	90
4.4.2 INDICADORES DE EFICIÊNCIA	93
4.4.3 INDICADORES DE EFETIVIDADE	93
5. LINHAS PROGRAMÁTICAS	96
5.1 NORMATIVAS	96
5.1.1 PROGRAMA: REVISÃO DA LEGISLAÇÃO HABITACIONAL URBANA	96
5.2 INSTITUCIONAIS	101
5.2.1 PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL MUNICIPAL	101
5.2.2 PROGRAMA: CAPTAÇÃO DE RECURSOS	106
5.2.3 PROGRAMA: CONTROLE DE OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	110
5.3 ATENDIMENTO	114
5.3.1 PROGRAMA: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	114
5.3.2 PROGRAMA: EMERGENCIAL	118
5.3.3 PROGRAMA: REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL	122
5.3.4 PROGRAMA: PRODUÇÃO DE LOTES URBANOS	126
5.3.5 PROGRAMA: PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	130
5.3.6 PROGRAMA: REALOCAÇÃO DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM ÁREA DE RISCO ..	134
5.4 SÍNTESE CONCLUSIVA PROGRAMÁTICA	138
6. RECURSOS E FONTES DE FINANCIAMENTO	141
6.1 LOCAIS	141
6.2 ESTADUAIS	141
6.2.1 ATENDIMENTO AO HOMEM DO CAMPO	142
6.2.2 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS DA CIDADE	142
6.3 FEDERAIS	144
6.3.1 ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)	144
6.3.1.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	144
6.3.1.2 APOIO À PROVISÃO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL	147



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

5

6.3.1.3 INTERVENÇÃO EM FAVELAS	148
6.3.1.4 PRÓ-MUNICÍPIO.....	148
6.3.1.5 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	149
6.3.2 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)	149
6.3.2.1 CRÉDITO SOLIDÁRIO-FINANCIAMENTO	150
6.3.2.2 IMÓVEL NA PLANTA, FINANCIAMENTO, PROGRAMA DE CARTA DE CRÉDITO ASSOCIATIVO, E PRODUÇÃO DE LOTES URBANIZADOS NA MODALIDADE PARCERIA	150
6.3.2.3 CARTA DE CRÉDITO DE FGTS.....	151
6.3.2.4 PRÓ-MORADIA.....	151
6.3.2.5 PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PSH....	152
6.3.2.6 MINHA CASA MINHA VIDA PROGRAMA PARA 3 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS	152
6.3.2.7 MINHA CASA MINHA VIDA HABITAÇÃO PARA FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS	152
6.3.3 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (BNDES)	153
7. INSTRUMENTOS DE GESTÃO E REVISÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS.....	154
7.1 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	154
7.2 CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO DO PMHIS	155
7.3 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	155
8. MARCO REGULATÓRIO E LEGAL	158
8.1 LEGISLAÇÃO	159
8.1.1 CONSTITUIÇÃO	159
8.1.2 LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE)	160
8.1.3 LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	161
8.1.4 MEIO AMBIENTE	162
8.1.5 DESAPROPRIAÇÃO	164
8.1.6 COOPERATIVISMO	164
8.1.7 CÓDIGO CIVIL.....	165
8.1.8 PARCELAMENTO DO SOLO	165
8.1.9 CONDOMÍNIOS	166
8.1.10 REGISTROS PÚBLICOS	167
8.1.11 SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	167
8.1.12 LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008 QUE DISPÕE SOBRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRATUITA PARA PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	168
8.1.13 ACESSIBILIDADE	168
8.1.14 AÇÃO CIVIL PÚBLICA	169
8.2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL	169
8.2.1 CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.....	169



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

6

8.2.2 PROGRAMA NOVA CASA	170
8.2.3 LEIS DE INSENÇÃO DE EMOLUMENTOS E TAXAS	171
8.2.4 DEMAIS LEGISLAÇÕES ESTADUAIS PERTINENTES	171
8.3 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	172
8.3.1 LEGISLAÇÃO GERAL.....	172
8.3.2 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.....	174
8.3.2.1 LEI DE CRIAÇÃO DA EMHAB.....	175
8.3.2.2 LEI DE PONTUAÇÃO.....	175
8.3.2.3 LEI DE TERRAPLANAGEM PARA MORADIA	175
8.3.2.4 REFORMA E RECUPERAÇÃO	176
8.3.2.5 FUNDO DE HABITAÇÃO E CONSELHO GESTOR.....	176
8.3.1.6 PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA.....	176

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1 - PESO POPULACIONAL E TAXA DE URBANIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ANÁLISE DE SÃO BENTO DO SUL	17
TABELA 2.2 - IDH DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE ANÁLISE DE SÃO BENTO DO SUL.....	19
TABELA 2.3 – VARIAÇÃO DEMOGRÁFICA E TAXA DE URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	Erro! Indicador não definido.
TABELA 2.4 - POPULAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE, 1970 E 2007.....	23
TABELA 2.5 - INDICADORES DE POBREZA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC	25
TABELA 2.6 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	26
TABELA 2.7 - COMPARATIVO ENTRE O PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO E SANTA CATARINA	28
TABELA 2.8 - COMPARATIVO ENTRE O PIB <i>PER CAPITA</i> DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E SANTA CATARINA.....	29
TABELA 2.9 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VAB DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC	29
TABELA 2.10 - ESTOQUE DE DOMICÍLIOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC (Nº), 2000.....	37
TABELA 2.11 - ESTOQUE DE DOMICÍLIOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC (%), 2000.....	37
TABELA 2.12 - DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO - 2000	39
TABELA 2.13 - COMPONENTES DO DÉFICIT HABITACIONAL (Nº), 2000	39
TABELA 2.14 - DOMICÍLIOS IMPROVISADOS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 2000	40



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

7

TABELA 2.15 - FAMÍLIAS CONVIVENTES POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 2000	40
TABELA 2.16 - FAMÍLIAS CONVIVENTES URBANAS POR FAIXA DE RENDA, 2000.....	41
TABELA 2.17 - FAMÍLIAS OCUPANTES DE CÔMODOS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 2000	41
TABELA 2.18 - FAMÍLIAS OCUPANTES DE CÔMODOS URBANOS, POR FAIXA DE RENDA, 2000.....	41
TABELA 2.19 - DOMICÍLIOS URBANOS ALUGADOS, POR FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS - 2000	42
TABELA 2.20 - PROJEÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC.....	42
TABELA 2.21 - PROJEÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC.....	43
TABELA 2.22 - INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS URBANOS, 2000.....	44
TABELA 2.23 - INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - 2000	45
TABELA 2.24- INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA POR FAIXA DE RENDA - 2000.....	46
TABELA 2.25 - ADENSAMENTO URBANO EXCESSIVO, POR FAIXA DE RENDA - 2000.....	46
TABELA 2.26 - DOMICÍLIOS URBANOS SEM BANHEIRO - 2000	47
TABELA 2.27 - DOMICÍLIOS URBANOS SEM BANHEIRO, POR FAIXA DE RENDA - 2000.....	47
TABELA 2.28 - CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA URBANA - 2000	48
TABELA 2.29 - CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA URBANA POR FAIXA DE RENDA - 2000....	48
TABELA 2.30 - NÚMERO DE HABITAÇÕES POR ASSENTAMENTO PRECÁRIO.....	51
TABELA 2.31 - CHEFE DE FAMÍLIA POR GÊNERO	52
TABELA 2.32 - CHEFE DE FAMÍLIA E CÔNJUGE.....	53
TABELA 2.33 - CHEFE DE FAMÍLIA SEM CÔNJUGE	53
TABELA 2.34 - CHEFE DE FAMÍLIA SEM CÔNJUGE	53
TABELA 2.35 - ESTADO CIVIL DO CHEFE DE FAMÍLIA.....	53
TABELA 2.36 - IDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA.....	54
TABELA 2.37 - ESCOLARIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA	55
TABELA 2.38 - ESCOLARIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA	55
TABELA 2.39 - OCUPAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA.....	56
TABELA 2.40 - OCUPAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA.....	56
TABELA 2.41 - OCUPAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA.....	56
TABELA 2.42 - RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA.....	57
TABELA 2.43 - RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA.....	57
TABELA 2.44 - RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA.....	57
TABELA 2.45 - IDADE DO CÔNJUGE	58
TABELA 2.46 - ESCOLARIDADE DO CÔNJUGE	59



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

8

TABELA 2.47 - OCUPAÇÃO DOS CÔNJUGES.....	59
TABELA 2.48 - NÚMERO DE COMPONENTES POR SEXO.....	60
TABELA 2.49 - NÚMERO DE COMPONENTES RECENSEADOS, POR SEXO.....	60
TABELA 2.50 - POPULAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, POR FAIXA ETÁRIA.....	61
TABELA 2.51 - COMPARATIVO ENTRE FAIXAS ETÁRIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC.....	61
TABELA 2.52 – ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS.....	62
TABELA 2.53 - ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS.....	62
TABELA 2.54 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR.....	63
TABELA 2.55 - MÉDIA DE COMPONENTES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC.....	63
TABELA 2.56 - PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	64
TABELA 2.57 - PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO.....	64
TABELA 2.58 - FAMÍLIAS POR HABITAÇÃO.....	64
TABELA 2.59 - RENDA GERAL.....	65
TABELA 2.60 - CÔMODOS POR HABITAÇÃO.....	66
TABELA 2.61 - ÁREA DA HABITAÇÃO.....	66
TABELA 2.62 - ÁREA DA HABITAÇÃO.....	67
TABELA 2.63 - ACESSO ÀS HABITAÇÕES.....	67
TABELA 2.64 - INFRAESTRUTURA DA HABITAÇÃO.....	67
TABELA 2.65 - INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO.....	68
TABELA 2.66 - DOMICÍLIOS SITUADOS EM ÁREA DE RISCO.....	68
TABELA 2.67 - TIPOS DE RISCOS IMPOSTOS ÀS HABITAÇÕES.....	68
TABELA 2.68 - REGULARIZAÇÃO DO TERRENO.....	69
TABELA 2.69 - INSTITUIÇÕES DO SETOR HABITACIONAL.....	71
 TABELA 5. 1 – ORÇAMENTO: PROGRAMA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO HABITACIONAL URBANA.....	 98
TABELA 5. 2 - REVISÃO DA LEGISLAÇÃO HABITACIONAL URBANA.....	99
TABELA 5. 3 – ORÇAMENTO: PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL MUNICIPAL.....	103
TABELA 5. 4 – PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL MUNICIPAL Erro! Indicador não definido.	
TABELA 5. 5 – ORÇAMENTO: PROGRAMA CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	107
TABELA 5. 6 – PROGRAMA CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	108



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

9

TABELA 5. 7 – ORÇAMENTO: PROGRAMA CONTROLE DE OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	111
TABELA 5. 8 – PROGRAMA CONTROLE DE OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	112
TABELA 5. 9 - ORÇAMENTO: PROGRAMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	115
TABELA 5. 10 - PROGRAMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	116
TABELA 5. 11 – ORÇAMENTO: PROGRAMA EMERGENCIAL	119
TABELA 5. 12 – PROGRAMA EMERGENCIAL.....	120
TABELA 5. 13 – ORÇAMENTO: PROGRAMA REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL.....	123
TABELA 5. 14 – PROGRAMA REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL	124
TABELA 5. 15 – ORÇAMENTO: PROGRAMA PRODUÇÃO DE LOTES URBANOS	127
TABELA 5. 16 – PROGRAMA PRODUÇÃO DE LOTES URBANOS	128
TABELA 5. 17 - ORÇAMENTO: PROGRAMA PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS..	131
TABELA 5. 18 - PROGRAMA PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS.....	132
TABELA 5. 19 - ORÇAMENTO: PROGRAMA REALOCAÇÃO DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM ÁREAS DE RISCO	135
TABELA 5. 20 - PROGRAMA RELOCAÇÃO DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM ÁREA DE RISCO	136
TABELA 5. 21 – RECURSOS PARA OS PROGRAMAS DO PMHIS	139
TABELA 5. 22 – INDICADORES E METAS NO PMHIS	140
TABELA 7. 1 – CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO DO PMHIS	155

LISTA DE QUADROS

QUADRO 4. 1 - INDICADOR: PRODUÇÃO DE LOTES DE INTERESSE SOCIAL.....	91
QUADRO 4. 2 - INDICADOR: PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS.....	91
QUADRO 4. 3 - INDICADOR: ÁREA DE GLEBAS OU TERRENOS DISPONIBILIZADOS PARA ZEIS.....	91
QUADRO 4. 4 - INDICADOR: NÚMERO DE LOTES REGULARIZADOS.....	92
QUADRO 4. 5 - INDICADOR: NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS AMPLIADAS.....	92
QUADRO 4. 6- INDICADOR: NÚMERO DE UNIDADES SANITÁRIAS DOMICILIARES IMPLANTADAS.....	92
QUADRO 4. 7 - INDICADOR: COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM HIS NO PPA	93
QUADRO 4. 8 - INDICADOR: PERCENTUAL DE MONTANTE DE RECURSOS EXTERNOS CAPTADOS INVESTIDOS EM HIS.....	93



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

10

QUADRO 4. 9 - INDICADOR: DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO.....	94
QUADRO 4. 10 - INDICADOR: INADEQUAÇÃO HABITACIONAL URBANA: FUNDIÁRIA	94
QUADRO 4. 11 - INDICADOR: INADEQUAÇÃO HABITACIONAL URBANA: DENSIDADE EXCESSIVA.....	95
QUADRO 4. 12 - INDICADOR: INADEQUAÇÃO HABITACIONAL URBANA: INEXISTÊNCIA DE UNIDADE SANITÁRIA DOMICILIAR.....	95
QUADRO 4. 13 - INDICADOR: PERCENTUAL DE FAMÍLIAS REALOCADAS MORADORAS EM ÁREAS DE RISCO	95

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 2.1 – SISTEMA VIÁRIO REGIONAL	14
FIGURA 2.2 – MICRORREGIÃO DE ANÁLISE DE SÃO BENTO DO SUL – SC.....	15
FIGURA 2.3 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR MAFRA	16
FIGURA 2.4 – MUNICÍPIOS COMPONENTES DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA (AMUNESC).....	16
FIGURA 2.5 – MICRORREGIÃO DE ANÁLISE DE SÃO BENTO DO SUL – SC.....	17
FIGURA 2.6 - MAPA POLÍTICO ADMINISTRATIVO E SISTEMA VIÁRIO	31
FIGURA 2.7 – SISTEMA VIÁRIO	34
FIGURA 2.8 – ÁREAS DISPONÍVEIS PARA NECESSIDADES HABITACIONAIS	69



1. INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) do Município de São Bento do Sul / SC foi realizada conforme o previsto na Lei nº 11.124 de 16 de Junho de 2005.

O PMHIS tem como objetivo geral orientar o planejamento local do setor habitacional, especialmente de interesse social, propiciando condições para o conhecimento da situação atual e para o estabelecimento de diretrizes, programas, metas e instrumentos de ação de curto, médio e longo prazo. Este conjunto resulta na Política Municipal de Habitação de Interesse Social. Esta política tem como objetivo geral viabilizar o acesso regularizado a terra, habitação, e infraestrutura, aos equipamentos e serviços urbanos, promovendo condições dignas de moradia e o cumprimento da função social da propriedade.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social tem sua origem no Projeto de Lei 2.710/92, de iniciativa popular, que deu origem a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 que foi regulamentada através do Decreto nº 5.796, de 06 de junho de 2006 atendendo assim, as expectativas dos movimentos sociais de moradia, além de estabelecer o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e instituir o Conselho Gestor do FNHIS.

O SNHIS tem por objetivo oportunizar o acesso a terra urbanizada, habitação digna e sustentável à população de menor renda, bem como articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor habitacional.

O Fundo, que é vinculado ao Sistema tem como objetivo somar todos os recursos para ações em habitação, nos três níveis de governo, e direcioná-los para o atendimento às famílias de baixa renda. Estes investimentos e subsídios tem a finalidade de promover o implemento das políticas e programas para viabilizar o acesso à habitação voltada à população de menor renda.

Esta lei, também, determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios interessados em habilitar-se a receber recursos federais para habitação de interesse social, terão de firmar o Termo de Adesão ao SNHIS, constituir o Fundo Habitacional de Interesse Social, criar o Conselho Gestor do Fundo e elaborar o Plano Municipal Habitacional de Interesse Social.

A União, através do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social, editou as Resoluções n. 2, n. 7 n. 15 e n. 24, que dispõem sobre o termo de adesão ao SNHIS, estipulando o prazo de 31 de dezembro de 2010, para que os Municípios elaborem e aprovelem o seu Plano Habitacional de Interesse Social para então compor o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e habilitar-se a buscar recursos junto ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

As atividades de elaboração do PMHIS foram desenvolvidas em quatro etapas:

- I. Desenvolvimento da metodologia de trabalho;
- II. Elaboração do diagnóstico do setor habitacional de interesse social;



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

12

III. Elaboração das estratégias de ação;

IV. Relatório final do PMHIS.

Este relatório corresponde a Etapa IV – Relatório Final do PMHIS, sendo documento que consolida as atividades de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de São Bento do Sul e expressa a Política Local de Habitação de Interesse Social.

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de São Bento do Sul é um instrumento de avaliação da política habitacional vigente do Município a fim de melhorar os programas existentes, estabelecer ações necessárias, identificar fontes de recursos e traçar linhas programáticas, buscando atender as carências habitacionais das famílias de menor renda.

Como orientação e direcionamento do desenvolvimento dos trabalhos do PMHIS foram consideradas as seguintes premissas:

- a) abranger o município como um todo, incluindo áreas urbanas e rurais;
- b) ter a habitação de interesse social como foco principal;
- c) ser uma atividade participativa;
- d) identificar programas, agentes e recursos públicos e privados envolvidos e a envolver;
- e) serem suas ações componentes de curto, médio e longo prazo (15 anos).

Considerando esta ultima premissa a vigência do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social compreenderá o período de 2011 a 2025.

A participação da comunidade na elaboração do plano objetiva também qualificar o atendimento à população de baixa renda, com vistas à emancipação do indivíduo, potencializando a inclusão social, incentivando a gestão democrática e participativa com a adoção de procedimentos decisórios transparentes.

O PMHIS foi realizado a partir dos seguintes princípios que norteiam a atuação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social:

- a) compatibilidade e integração com as políticas habitacionais de âmbito federal e estadual, bem como com as demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;
- b) moradia digna como direito e vetor de inclusão social;
- c) democratização, descentralização, controle social e transparência dos procedimentos decisórios;
- d) função social da propriedade urbana visando garantir a atuação direcionada, a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade.



2. DIAGNÓSTICO HABITACIONAL

2.1 CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

Iniciada na segunda metade do século XIX, a colonização de São Bento do Sul teve seus primeiros habitantes oriundos da Áustria, Bavária, Prússia, Polônia, Saxônia, Tchecoslováquia e Brasil.

No século XIX, a Companhia Colonizadora Hanseática com sede em Hamburgo, mesmo não mais possuindo terras na região da então, Colônia Dona Francisca (hoje Joinville), continuava a embarcar colonos para a região. O número de alojados no rancho da Companhia aqui no Brasil aumentava sem que houvesse terras para eles.

No dia 18 de Junho de 1873, o Transatlântico “Sansimbar” partiu das divisas da Boêmia (parte da histórica Austro-Baviera), com cinco famílias. A ancorou nas proximidades de uma ilha ao largo do porto de São Francisco, em Santa Catarina, em 07 de Setembro de 1873.

Neste mesmo mês, um pequeno grupo de homens subiu a Serra Geral a pé em direção ao planalto, com mantimentos e ferramentas no lombo de mulas. Após dois dias de caminhada, chegaram às margens do Riacho São Bento. Ali construíram o primeiro rancho e de lá partiram para abrir os primeiros caminhos na mata.

No dia 23 de Setembro de 1873, os primeiros colonizadores receberam os títulos de propriedade dos primeiros 64 lotes demarcados. No dia seguinte, iniciaram a derrubada da mata e a demarcação de outros 79 lotes.

Em 1876, pela Lei Provincial n.º 801, de 06 de Abril, foi criado o distrito de São Bento. O povoado é elevado à categoria de Vila São Bento, em 16 de Junho de 1882. A Lei Provincial n.º 1.030, de 21 de Maio de 1883, criou o município de São Bento, instalado no dia 30 de Janeiro do ano seguinte (1884).

O Decreto Lei Estadual n.º 941, de 30 de Dezembro de 1943, por ocasião do movimento de nacionalização, durante a 2ª Guerra Mundial, muda a denominação do município para Serra Alta. Terminada a Guerra, o município recebeu o nome de São Bento do Sul, pelo Decreto Lei n.º 247, de 30 de Dezembro de 1948.

São Bento do Sul descobriu na transformação da madeira sua vocação. Antes das indústrias vieram as serrarias, carpintarias, tamancarias e marcenarias. As rodas d'água e tração animal moviam serras e tupias. Da iniciativa do pequeno agricultor em montar sua fábrica artesanal, São Bento do Sul começou a delinear seu futuro. Hoje, o município é a Capital Nacional dos Móveis e se destaca nos setores cerâmico, plástico, metalúrgico, fiação e tecelagem.

Originaram-se de São Bento do Sul os municípios de Campo Alegre em 1896 e Rio Negrinho em 1953.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

14

2.1.1 REGIÃO

Com área de 496 km², o município de São Bento do Sul localiza-se ao norte do Estado de Santa Catarina, na região Alto Vale do Rio Negro (figura 1.2), tendo como coordenadas:

latitude 26° 14' 49" S ,

longitude 49° 22' 48" O.

Limita-se ao norte com os municípios de Campo Alegre e Piên (PR), ao leste com os municípios de Jaraguá do Sul e Corupá, ao sul com o município de Corupá e ao oeste com o município de Rio Negrinho.

2.1.1.2 SISTEMA VIÁRIO REGIONAL

A estrada de rodagem Dona Francisca foi a principal via de acesso a São Bento do Sul ao longo do tempo, mantendo até os dias atuais a sua importância. Com o sentido leste-oeste, o sistema formatado pela SC-301 e pela BR-280 liga a cidade de São Bento do Sul com a BR-116 e BR-101 (figura 2.1).

A BR-116 possibilita ao norte o acesso ao Paraná, São Paulo e ao restante do país; e ao sul com o Rio Grande do Sul e com os países da bacia do Rio da Prata. Já a BR-101 possibilita ao norte o acesso ao Paraná, São Paulo e ao litoral brasileiro; e ao sul com Florianópolis e Porto Alegre. O conjunto formado pela SC-420 e PR-281 também possibilita o acesso ao Paraná, São Paulo e ao restante do país.

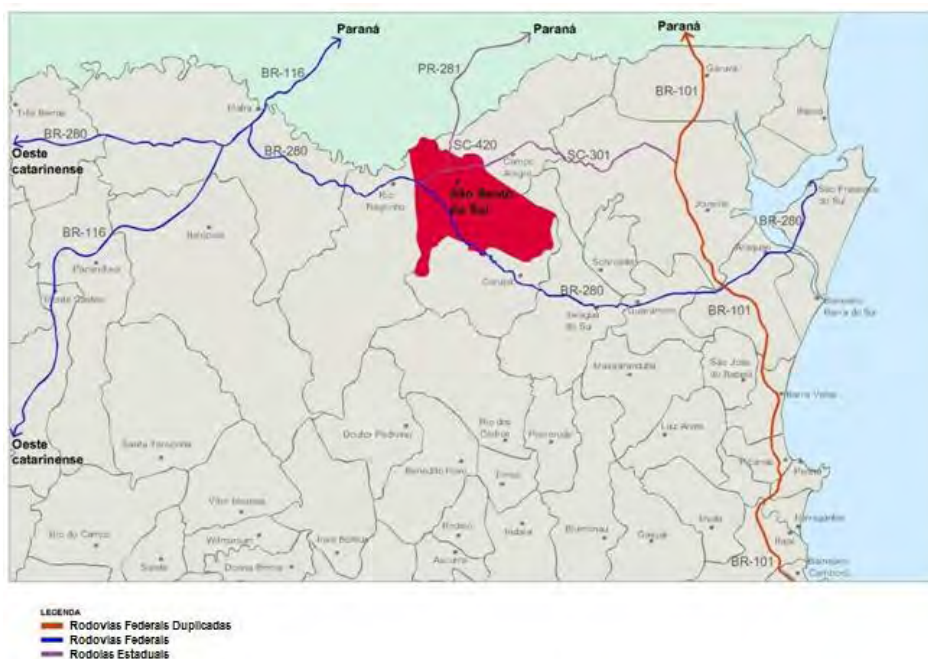


FIGURA 2.1 – SISTEMA VIÁRIO REGIONAL



2.1.1.3 ENTORNO REGIONAL

O município de São Bento do Sul é integrante das três seguintes regiões:

- a) Microrregião de São Bento (figura 2.2), conforme divisão territorial do IBGE;
- b) SDR - Maфра, divisão de Santa Catarina da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (figura 2.3);
- c) Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina (figura 2.4).

Fazendo a interação deste conjunto de municípios com o sistema viário regional, verifica-se que os dois eixos viários federais (BRs 116 e 101), com sentido norte-sul, agrupam municípios que pertencem, respectivamente, a SDR – Maфра e AMUNESC, enquanto o conjunto viário SC-301 e BR-280, com sentido leste-oeste que une as duas rodovias federais, formata a Microrregião de São Bento.

Desta forma, optou-se por estabelecer um novo entorno regional analítico, denominado Microrregião de Análise Habitacional de São Bento do Sul, do qual participam os municípios limítrofes de Rio Negrinho e os componentes da Microrregião de São Bento (figura 2.5), excluindo-se o município de Piên no estado do Paraná.

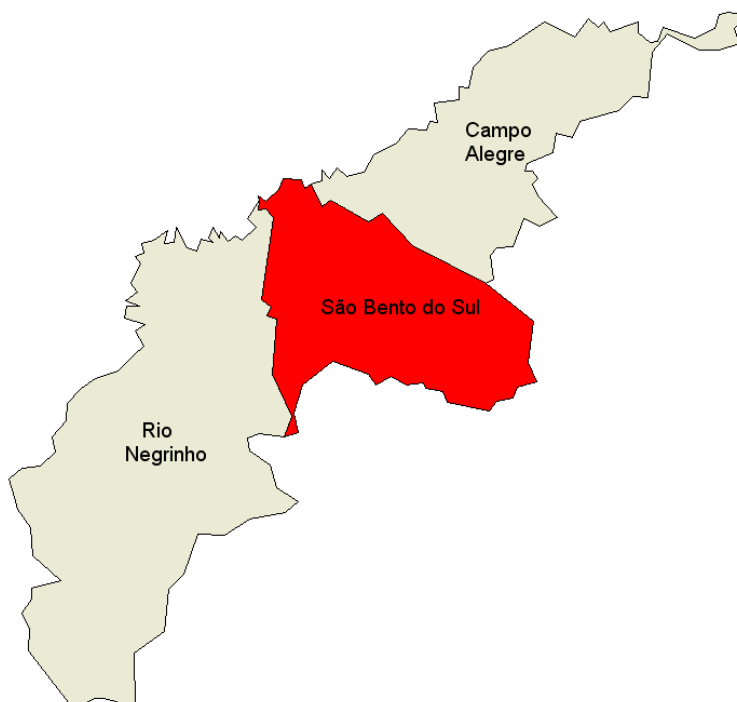


FIGURA 2.2 - MICRORREGIÃO DE ANÁLISE DE SÃO BENTO DO SUL - SC

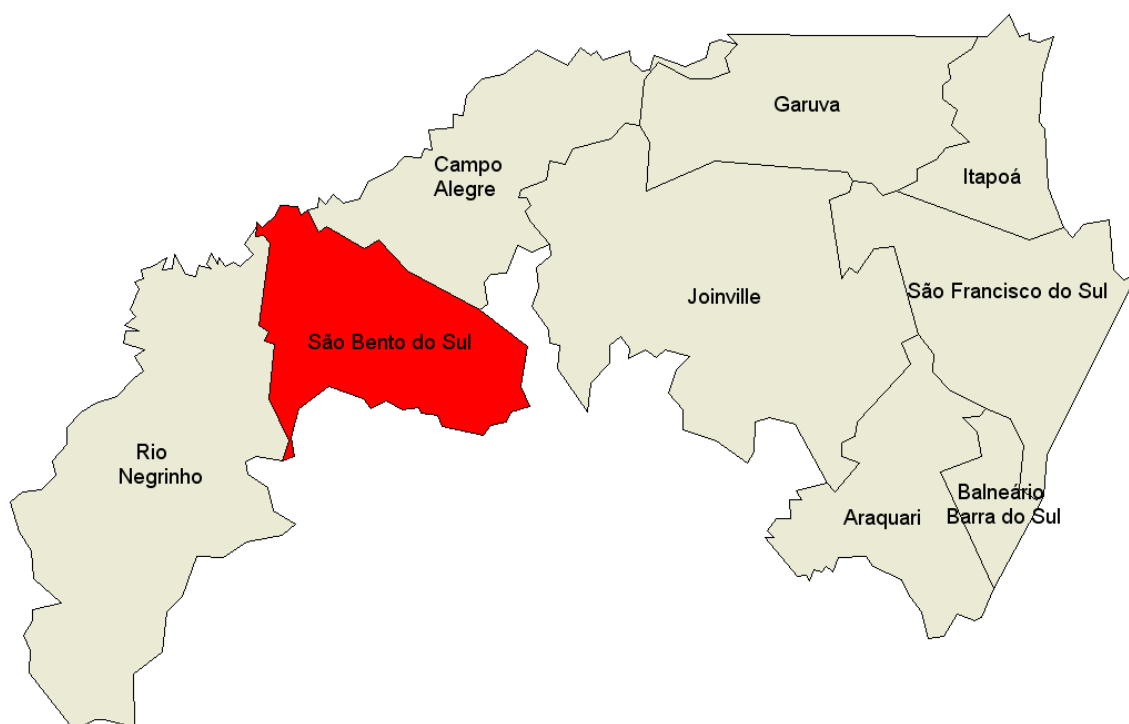


MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

16



**FIGURA 2.3 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR
MAFRA**



**FIGURA 2.4 – MUNICÍPIOS COMPONENTES DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO
NORDESTE DE SANTA CATARINA (AMUNESC)**



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

17



FIGURA 2.5 - MICRORREGIÃO DE ANÁLISE DE SÃO BENTO DO SUL - SC

São Bento do Sul tem o segundo maior contingente populacional total (72.548 habitantes) e o segundo urbano (69.902 habitantes) da sua Microrregião de Análise Habitacional (tabela 2.1). São Bento do Sul e Jaraguá do Sul somam uma população total de 202.521 habitantes, que representa 75,56% do total da sua Microrregião de Análise Habitacional.

Quanto a taxa de urbanização (tabela 2.1 e gráficos 2.1 e 2.2), três grupos de municípios são evidenciados.

TABELA 2.1 - PESO POPULACIONAL E TAXA DE URBANIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ANÁLISE DE SÃO BENTO DO SUL			
Município	População		Taxa de Urbanização
	Urbano	Total	
Campo Alegre	6.657	11.391	58,44
Corupá	8.727	11.847	73,66
Rio Negrinho	37.947	42.237	89,84
São Bento do Sul	69.902	72.548	96,35
Jaraguá do Sul	121.114	129.973	93,18
TOTAL	244.347	267.996	91,17

Fonte: IBGE



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

18

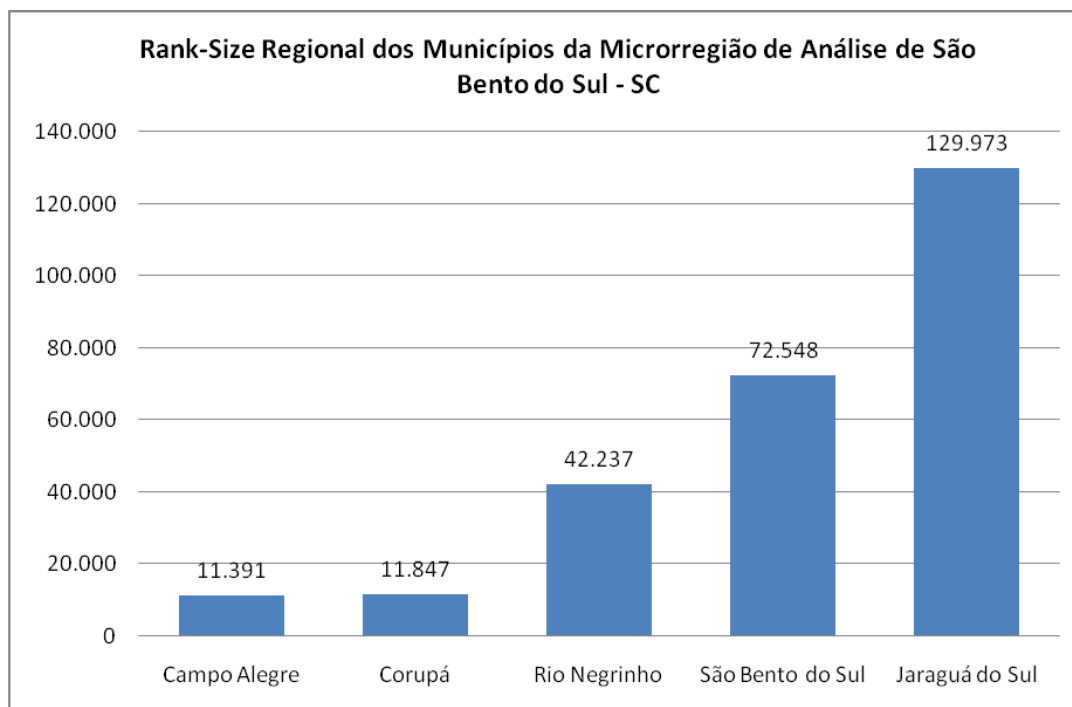


GRÁFICO 2. 1 - RANK-SIZE REGIONAL DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE ANÁLISE DE SÃO BENTO DO SUL - SC

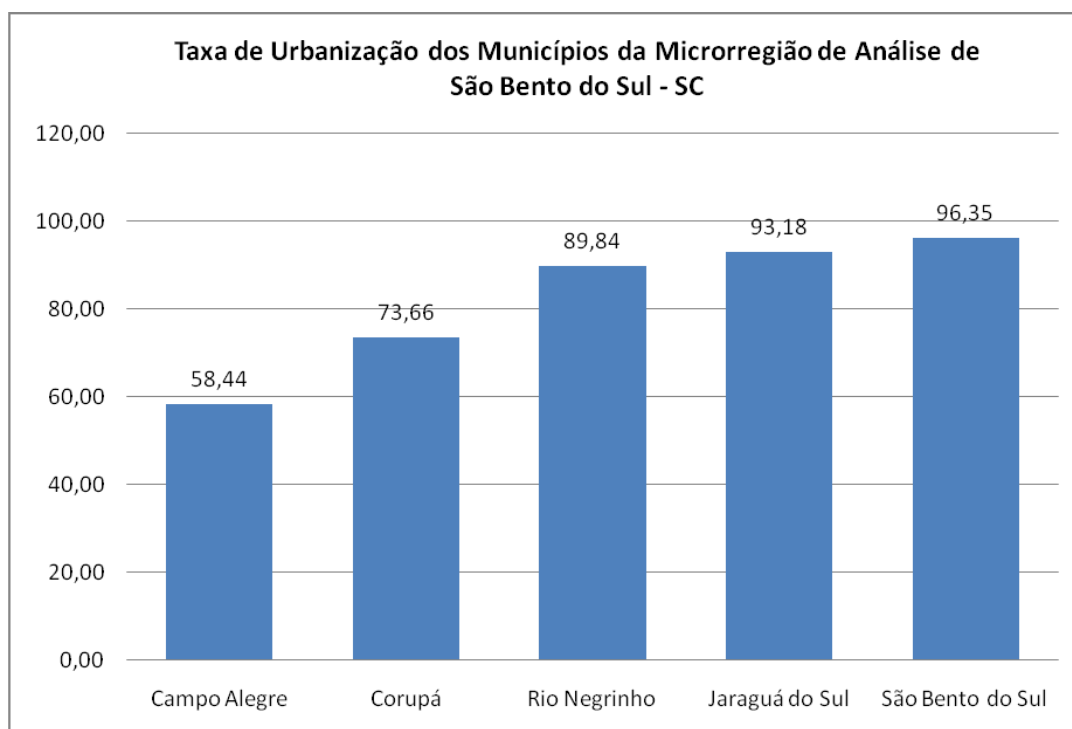


GRÁFICO 2. 2 - TAXA DE URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE ANÁLISE DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Na análise do IDH de cada um dos municípios da Microrregião de Análise Habitacional

**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19

nos anos de 1991 e 2000, constata-se que no primeiro ano todos estavam classificados como de médio desenvolvimento. Já no ano 2000 três municípios (Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e Corupá) classificavam-se como de alto desenvolvimento. Todos os municípios analisados aumentaram seu IDH. São Bento do Sul e Campo Alegre tiveram 0,079 pontos percentuais de aumento, os maiores índices de crescimento. No entanto, São Bento do Sul figura como segundo lugar e Campo Alegre como último lugar entre os municípios da Microrregião de Análise (tabela 2.2).

TABELA 2.2 - IDH DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE ANÁLISE DE SÃO BENTO DO SUL		
Municípios	1991	2000
Campo Alegre	0,693	0,772
Rio Negrinho	0,724	0,789
Corupá	0,748	0,818
São Bento do Sul	0,759	0,838
Jaraguá do Sul	0,790	0,850

Fonte: IBGE

2.1.2 DEMOGRAFIA

2.1.2.1 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

O comportamento demográfico do município de São Bento do Sul manteve algumas tendências constantes ao longo do período (tabela 2.3 e gráfico 2.3). Sua população total oscilou entre 16.656 e 72.548 habitantes. A população rural sofreu um permanente decréscimo (exceto pelos anos 1980/1991) e a população urbana cresceu continuamente.

De 1970 a 1980 a população total teve um acréscimo de 18.550 habitantes, resultado de um aumento da população urbana na ordem de 22.140 moradores e de um decréscimo de 3.590 habitantes rurais (tabela 2.3 e gráfico 2.4). Este desempenho fez com que a taxa de urbanização passasse de 56,76% para 89,74% (tabela 2.3). O crescimento da população urbana de 1970 a 1980 foi o maior do período analisado.

De 1980 até 1991 a população total teve um acréscimo de 15.122 habitantes, resultado do crescimento da população urbana de 13.509 habitantes e do aumento da população moradora do meio rural em 1.613 habitantes, fato este que contrariou a tendência geral. Este fenômeno



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

20

resultou em um pequeno decréscimo da taxa de urbanização, que passou 89,74% para 89,61%.

No período 1991 a 2000, houve uma diminuição de 1.614 habitantes rurais e um crescimento de 16.723 moradores no contingente urbano, ocasionando um acréscimo na população total de 15.109 habitantes. A taxa de urbanização continuou a crescer, passando de 89,61% para 94,48%.

A tendência se manteve de 2000 a 2007. Uma diminuição de 965 habitantes rurais, aliada a um crescimento de 8.076 moradores no contingente urbano, ocasionou um acréscimo de 7.111 habitantes. A taxa de urbanização continuou a crescer, passando de 94,48% para 96,35%.

TABELA 2.3 - VARIAÇÃO DEMOGRÁFICA E TAXA DE URBANIZAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL					
POPULAÇÃO	1970	1980	1991	2000	2007
Urbana	9.454	31.594	45.103	61.826	69.902
Rural	7.202	3.612	5.225	3.611	2.646
Total	16.656	35.206	50.328	65.437	72.548
TAXA DE URBANIZAÇÃO	56,76	89,74	89,61	94,48	96,35

Fonte: IBGE

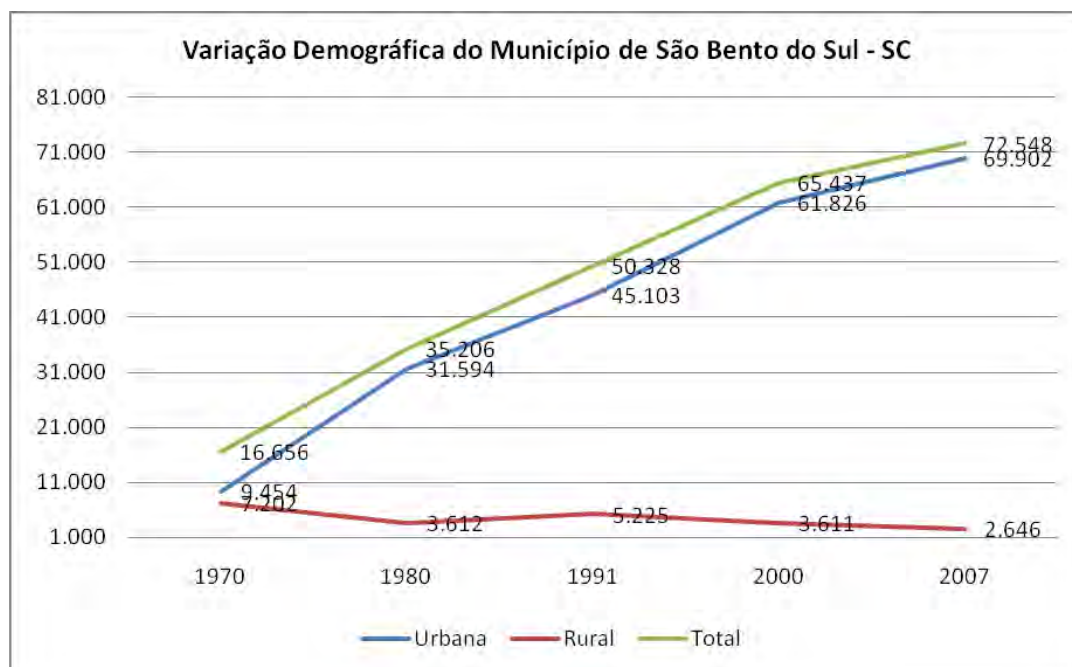


GRÁFICO 2.3 - VARIAÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

21

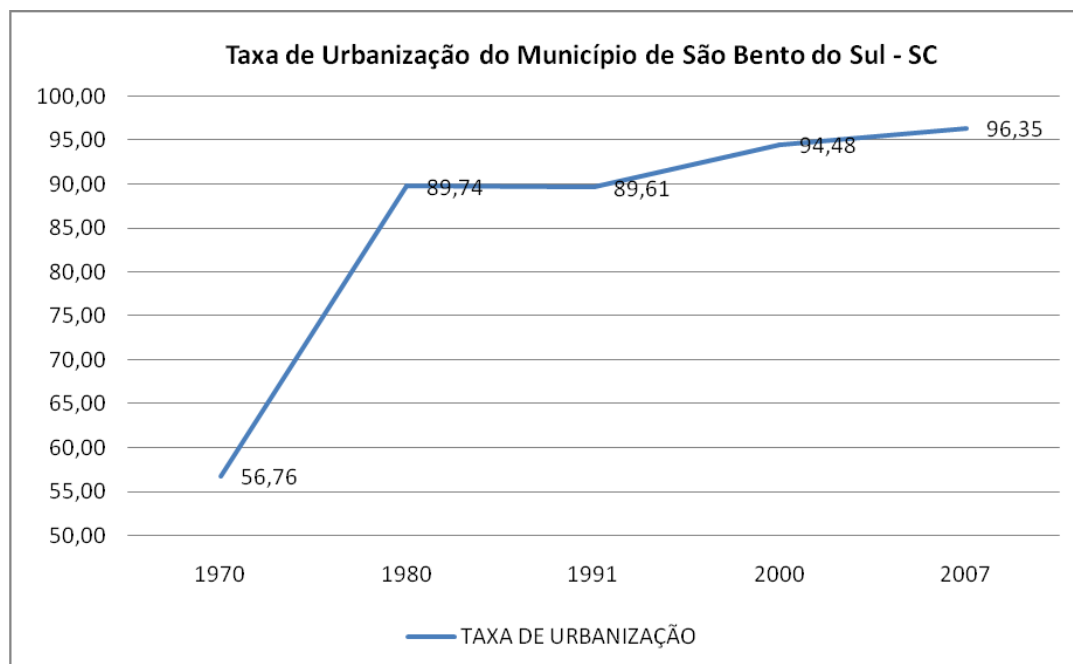


GRÁFICO 2. 4 - TAXA DE URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

2.1.2.2 CARACTERÍSTICAS SÓCIOECONÔMICAS

A análise do perfil demográfico objetiva estabelecer as características sócioeconômicas da população e as transformações que se sucederam ao longo do tempo, buscando juntamente com a análise da evolução demográfica, verificar como os eventuais processos de mudança da sociedade influenciam a demanda habitacional, quantitativamente e qualitativamente.

Para a análise demográfica por faixa etária, a população foi classificada em quatro segmentos diferenciados (tabela 2.4):

- crianças e adolescentes (0 a 14 anos),
- jovens (15 a 24 anos),
- adultos (25 a 59 anos),
- idosos (60 anos ou mais).

Em 1970 o município se caracterizava por ter uma população predominante de crianças e adolescentes (39,08%). Ao longo do período anterior ao ano de 2007, houve um declínio desse contingente, que passou a representar 24,91% do total populacional, o que significa uma diminuição de 14,17% entre os dois índices.

O grupo etário classificado como jovens decresceu também, embora não de forma tão acentuada como o anterior, passando de 20,71% em 1970 para 18,97% em 2000.

Já o segmento dos adultos passou de 34,77% para 48,89%, saltando de pouco mais de



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

22

um terço da população para quase metade do total em 37 anos.

As faixas etárias iguais ou superiores a 60 anos passaram de um percentual de 5,48 em 1970 para 7,21% em 2007, significando um acréscimo de 1,73%, a menor variação entre os segmentos analisados.

Pode-se inferir como principal causa desse comportamento demográfico a diminuição na taxa de natalidade e o consequente envelhecimento da população.

Além disto, nesta análise dois fenômenos populacionais dinâmicos opostos nas faixas etárias, mas complementares na tendência demográfica são ressaltados (gráfico 2.5).

O primeiro refere-se à diminuição do contingente populacional entre 0 e 24 anos, somatório do segmento das crianças e adolescentes com o segmento dos jovens, que de 59,79% da população passou a 43,88% do total, o que significa que em 1970 três em cada cinco habitantes de São Bento do Sul tinham menos de 25 anos, e que em 2007 este quadro se inverteu, pois neste ano três em cada cinco habitantes tinham 25 anos ou mais.

O segundo expressa que as faixas etárias iguais ou superiores a 60 anos aumentaram seu percentual no período analisado, passando de um quadro em 1970, no qual 1 em cada 18 habitantes estava neste segmento, para um outro em 2007 em que 1 em cada 14 eram classificados como idosos.

Estes fenômenos permitem propor algumas hipóteses que devem ser analisadas posteriormente no acompanhamento da implantação do PMHIS.

- a) uma diminuição do número de componentes familiares em virtude da diminuição da natalidade e número médio de nascimentos por mulher;
- b) um aumento na longevidade.

Disto decorrem alguns condicionantes à implantação da Política Habitacional de Interesse Social:

- a) diminuição da área necessária das habitações ou do número de cômodos de cada uma delas;
- b) maior tempo de permanência do mesmo núcleo familiar no imóvel;
- c) necessidade de adaptação dos partidos arquitetônicos propostos a condição de ocupação por faixas etárias com maior idade, demandando uma acessibilidade diferenciada (térrea), circulações e banheiros adaptados.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

23

TABELA 2.4 - POPULAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE, 1970 E 2007

	1970	2007
Crianças e Adolescentes (0 a 14 anos)	39,08	24,91
Jovens (15 a 24 anos)	20,71	18,97
Adultos (25 a 59 anos)	34,77	48,89
Idosos (60 anos ou mais)	5,48	7,21

Fonte: IBGE

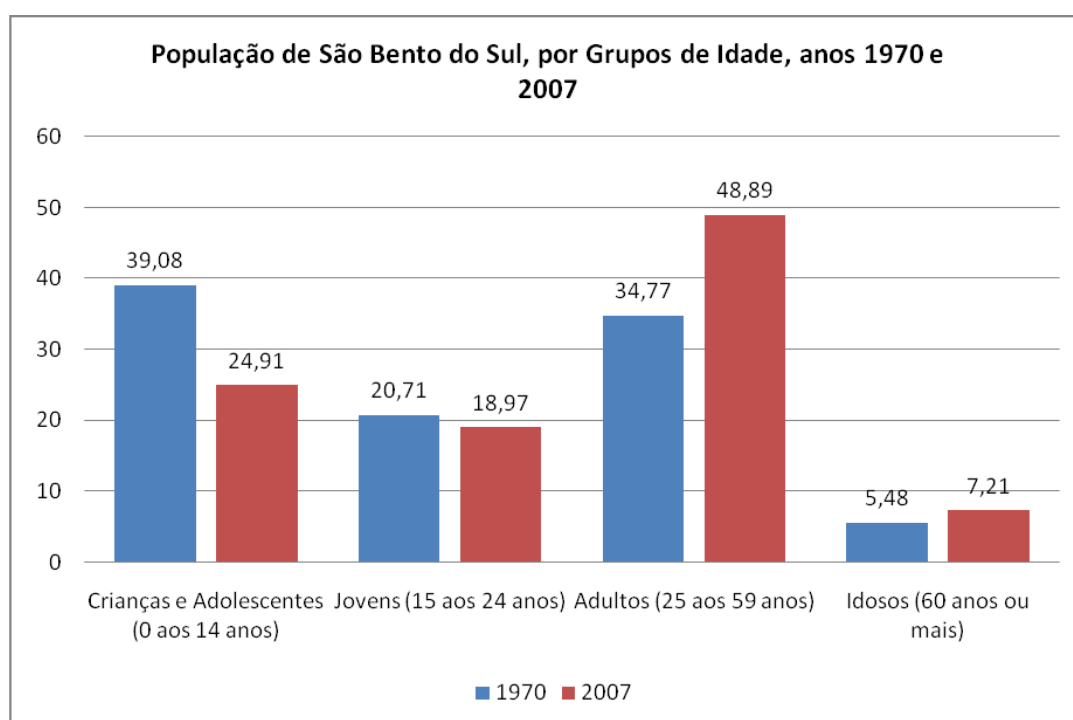


GRÁFICO 2.5 - POPULAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL, POR FAIXA ETÁRIA, ANOS 1970 E 2007

O nível de renda nominal familiar mensal foi medido em salários mínimos e categorizado em quatro níveis: até 3 salários mínimos, de 3 a 5 salários mínimos, 5 a 10 salários mínimos e mais de 10 salários mínimos.

A utilização desses indicadores na análise das políticas sociais e da oferta habitacional é um fator relevante para a melhoria do sistema habitacional local. O município possui 23,04% das famílias com renda familiar mensal até 3 salários mínimos (gráfico 2.6), inferior ao da Microrregião de São Bento do Sul (27,49%) e ao de Santa Catarina (29,47%). Somando-se este percentual de São Bento do Sul com o percentual das famílias com renda familiar de 3 a 5 salários mínimos (24,57%), verifica-se que o índice alcançado chega a 47,61%, quase metade das famílias do município. Isso acentua a vulnerabilidade dessa população em relação às áreas de interesse



social, o que implica numa atenção especial às condições habitacionais deste grande contingente populacional.

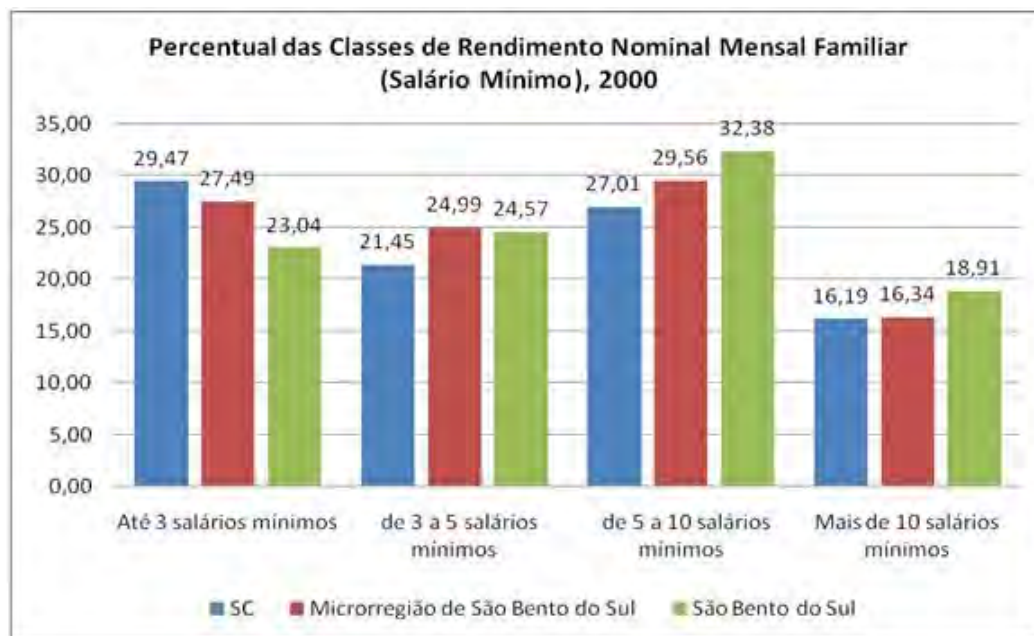


GRÁFICO 2. 6 – PERCENTUAL DAS CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL FAMILIAR (SALÁRIO MÍNIMO), 2000

Consoante com o quadro de distribuição de renda avaliada anteriormente, os índices de indigência e pobreza também mostram uma ampliação do problema da distribuição de renda no município de São Bento do Sul (tabela 2.5 e gráfico 2.7). Observa-se que houve um aumento considerável na intensidade da indigência entre 1991 e 2000, passando de 35,69% para 53,76%. Neste cenário observa-se que o município não atingiu a meta de redução da indigência.

No que se refere aos parâmetros de intensidade de pobreza, o município apresentou igualmente um ligeiro aumento, passando de 33,80% para 33,96%. Por isto, a necessidade de discussões sobre o crescimento e desenvolvimento da qualidade de vida do município deve permear a implantação do PMHIS ao longo do tempo.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

25

TABELA 2.5 - INDICADORES DE POBREZA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC		
	1991	2000
Percentual de indigentes	3,47%	2,91%
Percentual de crianças indigentes	4,58%	4,99%
Intensidade de indigência	35,69%	53,76%
Percentual de pobres	15,10%	10,84%
Percentual de crianças pobres	20,28%	17,37%
Intensidade da pobreza	33,80%	33,96%

Fonte: IBGE

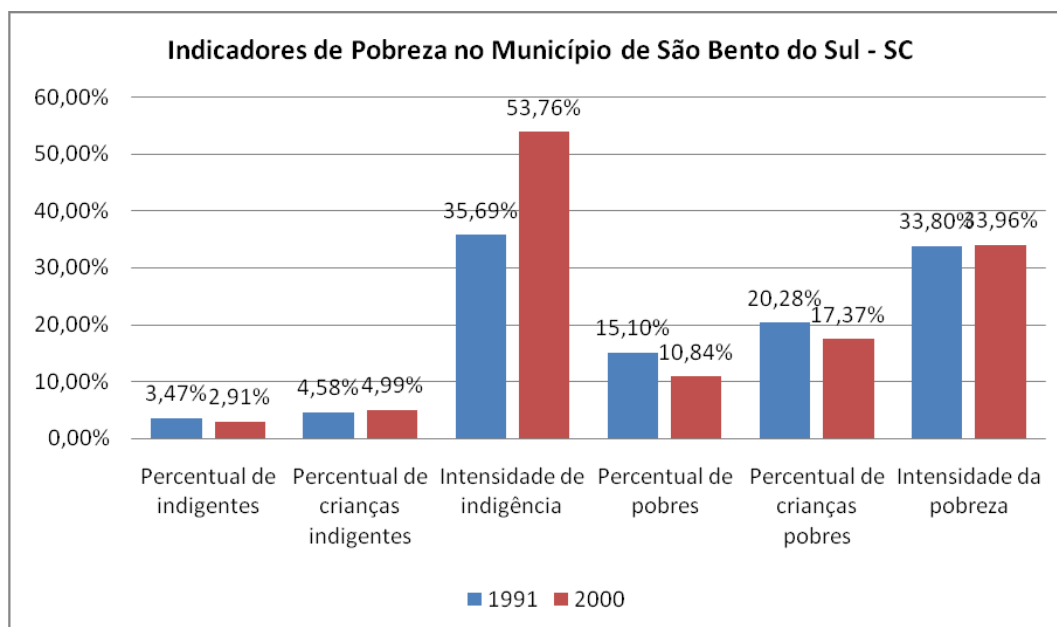


GRÁFICO 2. 7 - INDICADORES DE POBREZA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Em função do IDH, os municípios podem ser classificados pelos seus índices em três grupos: baixo desenvolvimento (índices até 0,499), médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (maiores ou iguais a 0,800).

Considerando-se os anos 1991 a 2000 e os setores formadores do IDH, todos os índices tiveram um aumento, especialmente o setor educacional que já se apresentava como de alto desenvolvimento e teve um acréscimo de 0,094 (tabela 2.6 e gráfico 2.8). A longevidade teve um aumento de 0,086 e ultrapassou o patamar de 0,8, passando a ser classificada como de alto desenvolvimento humano. Já a renda teve o menor desempenho com um aumento de 0,059 influenciando negativamente o IDH do município.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

26

TABELA 2.6 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO		
IDH	1991	2000
Educação	0,835	0,929
Longevidade	0,762	0,848
Renda	0,679	0,738
Municipal	0,759	0,838

Fonte: IBGE

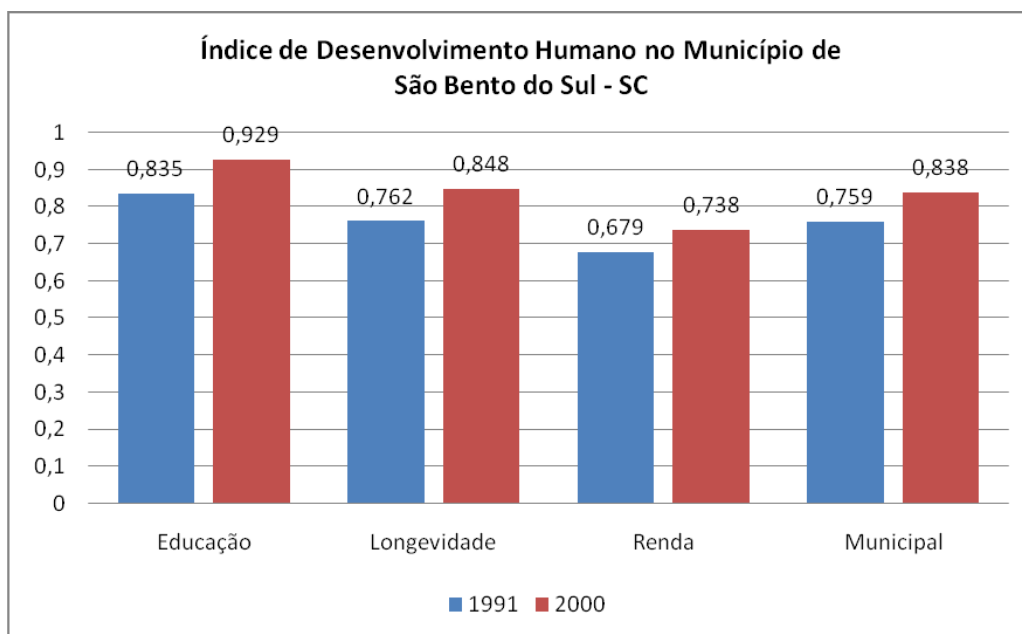


GRÁFICO 2. 8 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

2.1.2.3 TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

O comportamento da evolução demográfica do município de São Bento do Sul manteve algumas tendências ao longo do período (1970-2007), tendo sua população total oscilado entre 16.656 e 72.548 habitantes.

A população rural diminuiu, passando de 7.202 para 2.646 e a população urbana cresceu constantemente ao longo do período, aumentando de 9.454 para 69.902 habitantes.

A partir destas constatações e da análise demográfica realizada, o quadro tendencial do crescimento populacional do município de São Bento do Sul pode ser explicitado em quatro movimentos diferenciados, mas complementares entre si, que vão influenciar as necessidades futuras de habitações de interesse social e que caracterizarão a demanda demográfica:



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

27

- a) a população rural tende a continuar seu processo de diminuição, tornando a densidade demográfica rural cada vez menor e diminuindo os investimentos em novas habitações neste meio, mantendo, no entanto, uma necessidade de melhorias nas condições das moradias existentes;
- b) a população urbana tende a continuar seu ritmo de crescimento, não sendo previsível uma diminuição de seu ritmo de crescimento, sendo gerada uma demanda de novas moradias resultantes não só do crescimento populacional, mas também da diminuição da média de habitantes por domicílios;
- c) a população total tende a continuar seu ritmo de crescimento, resultante do crescimento da população urbana, não sendo seu ritmo alterado pela diminuição da população rural, já pouco significativa em termos numéricos;

A evolução da população no município sofreu significativas alterações na sua formatação por faixa etária entre os anos de 1970 e 2007. Dois fenômenos populacionais dinâmicos opostos nas faixas etárias, mas complementares na tendência demográfica foram detectados.

O primeiro refere-se a diminuição do contingente populacional entre 0 e 24 anos, passando de uma proporção em 1970, em que três em cada cinco habitantes de São Bento do Sul tinham menos de 25 anos, para um quadro inverso em 2007, onde quase três em cada cinco habitantes tinham 25 anos ou mais.

O segundo expressa que o número de pessoas com mais de 60 anos aumentou seu percentual no período analisado, passando de um quadro quem em 1970, 1 em cada 18 habitantes estava neste segmento, para um outro em 2007 em que 1 a cada 14 eram classificados como idosos.

Por conta destas alterações na composição da população por faixa etária no período de 1970 a 2007, com seus reflexos na composição familiar, podem-se caracterizar algumas tendências que condicionarão à implantação da Política Habitacional de Interesse Social:

- a) uma diminuição do número de componentes familiares em virtude da diminuição da natalidade e número médio de nascimentos por mulher;
- b) um aumento na longevidade.

Quanto ao conjunto das demais características sócioeconômicas analisadas salienta-se que:

- a) quase metade das famílias têm rendimentos até 5 salários mínimos, acentuando a vulnerabilidade dessa população em relação as áreas de interesse social, o que implica numa necessidade de atenção especial às condições habitacionais deste contingente populacional;



- b) os índices relativos a indigência aumentaram entre 1991 e 2000, excetuando-se o percentual de indigentes que diminuiu de 3,47 para 2,91, sendo que o percentual de pobres e de crianças pobres diminuiu e a intensidade de pobreza aumentou de 33,8% para 33,96%;
- c) no intervalo dos anos 2000 e 2006, o IDH do município de São Bento do Sul teve seu índice oscilando entre 0,759 e 0,838, de uma forma crescente, passando de médio para alto desenvolvimento.

2.1.3 ECONOMIA

2.1.3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO

O Produto Interno Bruto de São Bento do Sul oscilou em relação ao PIB estadual a partir de 2002 de 1,553% para 1,340% em 2006, apresentando uma tendência de diminuição na participação da economia de Santa Catarina (tabela 2.7).

Em números absolutos, o PIB de São Bento do Sul cresceu de mais 866 milhões de reais em 2002 para mais de 1,248 bilhões em 2006. Este crescimento se apresentou constante ao longo do tempo, exceto nos anos 2004/2005, onde sofreu uma perda de mais de 21 milhões nesse período.

TABELA 2.7 - COMPARATIVO ENTRE O PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO E SANTA CATARINA					
	2002	2003	2004	2005	2006
São Bento do Sul	866.040,47	1.023.350,38	1.239.688,76	1.217.872,82	1.248.718,27
Santa Catarina	55.731.862,65	66.848.533,90	77.392.991,28	85.316.275,04	93.173.498,37
Comparativo em %	1,55394	1,53085	1,60181	1,42748	1,34021

Fonte: Diretoria de Estatística e Cartografia/SPG e IBGE

2.1.3.2 PIB PER CAPITA

O PIB *per capita* de Santa Catarina manteve uma tendência crescente no período 2000-2006, enquanto no mesmo espaço temporal o PIB *per capita* de São Bento do Sul apresentou um constante decréscimo, exceto pelos anos 2003/2004 (tabela 2.8). Desta forma em 2000 o PIB *per capita* de São Bento do Sul que era 132,27% do PIB *per capita* estadual, manteve uma tendência de decréscimo até atingir em 2006 um mínimo de 103,07% do PIB *per capita* catarinense.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

29

TABELA 2.8 - COMPARATIVO ENTRE O PIB PER CAPITA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E SANTA CATARINA							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
São Bento do Sul	10.372	10.686	12.506	14.333	16.903	16.630	16.301
Santa Catarina	7.841	8.459	9.969	11.764	13.403	14.539	15.814
Comparativo em %	132,27	126,32	125,44	121,83	126,11	114,82	103,07

Fonte: Diretoria de Estatística e Cartografia/SPG, IBGE e Base Planejamento

2.1.3.3 VALOR ADICIONADO BÁSICO

A variação do Valor Adicionado Básico no período analisado (2002-2006) apresentou uma tendência estável em relação aos setores econômicos (tabela 2.9 e gráfico 2.9).

O setor agropecuário oscilou de um percentual máximo de 2,03 em 2005 a um mínimo de 1,37 em 2006. O resultante médio do período foi de 1,77% anual. Quanto ao setor industrial o menor valor percentual de participação na economia foi observado em 2005, com 45,02 e o maior valor foi encontrado em 2004 com 50,53, resultando em um valor médio de 46,88%.

Os serviços oscilaram de um mínimo de 48,04% de participação em 2004 até um máximo de 52,94% em 2006, obtendo-se um valor médio no período de 51,37% (tabela 2.23 e gráfico 2.23).

Considerando-se os percentuais médios do período, verifica-se que os serviços, englobando também o comércio representam mais da metade da produção econômica de São Bento do Sul.

TABELA 2.9 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VAB DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC					
	2002	2003	2004	2005	2006
Agropecuária	2,02%	2,01%	1,43%	2,03%	1,37%
Indústria	45,05%	46,97%	50,53%	45,02%	46,71%
Impostos e Serviços	52,92%	51,03%	48,04%	52,94%	51,91%

Fonte: IBGE



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

30

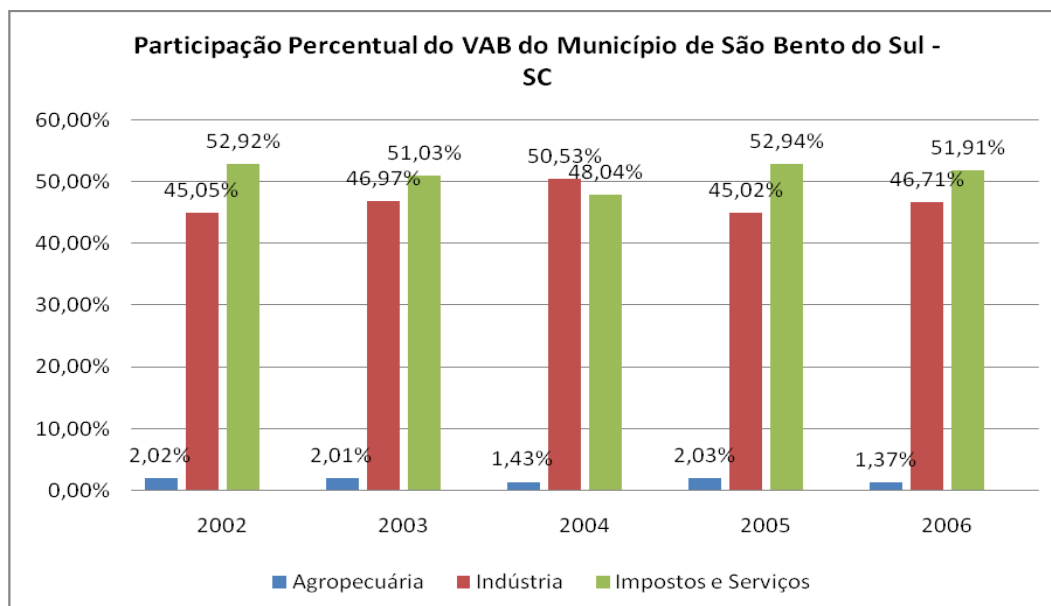


GRÁFICO 2. 9 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR ADICIONADO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

2.1.3.4 ANÁLISES ESPACIAIS

As análises espaciais objetivam caracterizar o meio natural e construído do município e da cidade que condicionam a organização social e ocupação do espaço.

2.1.4 MUNICÍPIO

Emancipado na década de 80, século XIX, o processo de perdas territoriais de São Bento do Sul iniciou-se em 1896 com a emancipação de Campo Alegre e concluiu-se em 1953, com o desmembramento de Rio Negrinho, o que reduziu seu território para os atuais 492 km².

O município possui quatro rodovias principais. A SC-301 que corta o município na sua porção norte, que faz entroncamento com a BR-280 e em seu outro extremo faz ligação com o município de Campo Alegre. Em meio a esta rodovia também existe um entroncamento o qual faz ligação com a Rodovia dos Móveis, a qual liga o município ao estado do Paraná e ao norte do país. A rodovia atravessa a área urbana no seu sentido leste-oeste.

Em sentido noroeste-sul encontra-se a BR-280, que secciona a área urbana em sua porção noroeste e liga São Bento do Sul aos municípios de Rio Negrinho, ao oeste e ao sul a Corupá. Em direção a leste existe uma rodovia estadual de menos fluxo a SCT-280, pavimentada, e liga a área urbana a SCT-280 (figura 2.4).

O território municipal de São Bento do Sul está dividido em duas áreas (figura 2.5), sendo urbana e rural. A área urbana com aproximadamente de 79,8 km², localizado na porção norte do



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

31

município. O acesso as localidades e estradas municipais na sua maioria são pavimentadas.

Segundo o censo demográfico de 2010 a população rural de São Bento do Sul é de 3.567 habitantes, o que estabelece uma densidade aproximada do meio rural de 8,65 habitantes por quilometro quadrado.

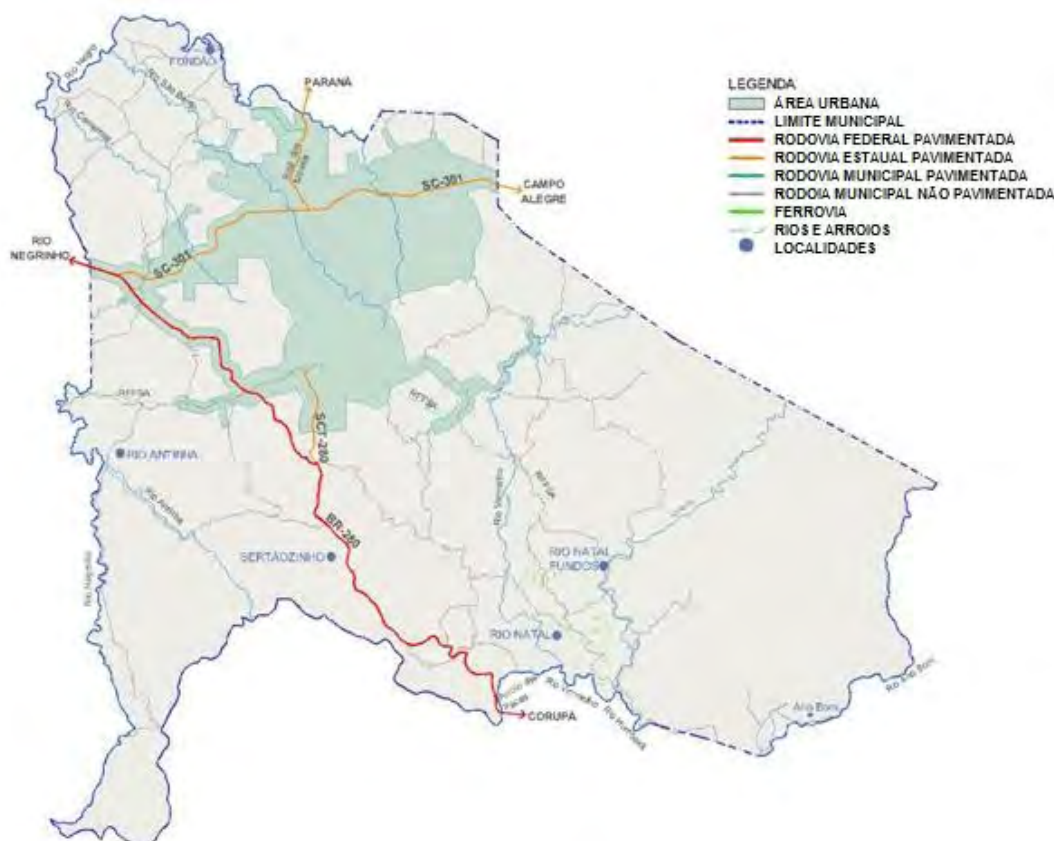


FIGURA 2.6 - MAPA POLÍTICO ADMINISTRATIVO E SISTEMA VIÁRIO

2.1.4.1 SÍTIO E CONDIÇÕES NATURAIS

Muitas cidades vêm conhecendo o fenômeno da crescente urbanização, com isso, as populações urbanas vão crescendo continuamente. Este fenômeno vem acarretando uma série de transformações na paisagem em geral das regiões. Neste sentido é importante conhecermos o ambiente físico e o estado do ambiente onde estamos inseridos, uma vez que o mesmo condiciona decisivamente a qualidade de vida das pessoas.

A Hidrografia do município de São Bento do Sul é constituída pela rede de drenagem natural. Existe um sistema integrado da vertente do Interior (Bacia do Prata), através das bacias dos Rios Uruguai e Paraná, ocupando uma área aproximada de 60,18 km², equivalente a 63% do território estadual. Apresenta rios com longo percurso e várias quedas d'água, contendo



importante potencial hidrelétrico.

Rios do município: Rio Negro (pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu), Rio Negrinho; Rio Represo; Humboldt; Ano Bom; Mandioca ou Rio das Pacas; Bomplant; Rio Vermelho Estação; Rio Vermelho Povoador; Antinha; Rio Banhados; Campininhas; Dos Bugres; Natal e Natal dos fundos; Rio Braço Esquerdo.

No que diz respeito ao relevo, verifica-se a ocorrência de: Planícies e Planícies Fluviais: são terrenos baixos e planos que acompanham o curso dos rios, são inundadas em alguns períodos e muito utilizadas por lavouras; Serras do Leste Catarinense: predomínio em São Bento do Sul e sua principal característica é dada pela sequência de montanhas e vales profundos. O trecho da Serra possui uma diferença de cotas de altitude de 600m; Patamar de Mafra: relevo de colinas com pequena diferença de cotas de altitude, formando uma superfície quase plana e altitude média de aproximadamente 650m; Planalto de São Bento do Sul: ocorre entre as unidades da Serra do Mar e o Patamar de Mafra. Apresenta-se em formas de colinas, entre 850 e 950m acima do nível do mar.

Quanto ao clima, segundo Köppen, o município é classificado segundo o predomínio do clima Mesotérmico Úmido com verões frescos (Cfb), onde C significa Mesotérmico, já que as temperaturas médias do mês mais frio estão abaixo de 18°C e acima de 3°C; f significa tipo úmido, sem estação seca definida, pois não há índices pluviométricos inferiores a 60mm mensais; e b significa verão fresco, nas áreas mais elevadas do planalto.

No que diz respeito à vegetação, em São Bento do Sul encontramos:

■ Vegetação natural primária: constituída pela Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucária) a qual influencia no clima mais ameno, onde se encontram formações tropicais e temperadas, formando a Floresta de Araucária; Estepe (Campos do Planalto): formados de grande quantidade de espécies de gramíneas. Ainda ocorrem espaçadamente, as chamadas Florestas de Galeria (faixas de vegetação arbórea e densa nas margens dos rios) e os capões de mata (agrupamento de vegetais arbóreos densos localizados nas partes mais úmidas e de solos mais profundos).

■ Vegetação Natural Secundária: associações florais que nascem sobre o solo explorado, depois da retirada total ou significativa da vegetação primária existente. Atualmente a vegetação secundária predomina na região da Floresta Ombrófila Mista.

A geologia do município pode ser classificada em quatro domínios:

■ Cobertura Sedimentar Gondwânica: tem predomínio em São Bento do Sul. Este grupo é composto pelas formações da Serra Geral, Formação Botucatu e pela Formação Pirambóia.

■ Cobertura Sedimentar Quaternária: encontrada no vale do Rio Negro.

■ Embasamento Cristalino: composto por Granitos da Serra do Mar.

■ Cobertura Vulcano-Sedimentares Eo-Paleozóicas: predomínio de rochas sedimentares,



encontrado na divisa com Campo Alegre.

Quanto a geomorfologia, São Bento do Sul está inserido na Cobertura Sedimentar Quaternária (constituído em sua maioria por depósitos inconsolidados distribuídos nos vales dos principais cursos d'água); Embasamento Cristalino: engloba o conjunto de rochas mais antigas do Estado; Cobertura Vulcano-Sedimentar Eo-Paleozóicas: predomínio de rochas sedimentares com metamorfismo incipiente, com poucos dobramentos).

No que diz respeito aos solos do município de São Bento do Sul, há o predomínio de: Cambissolo Bruno Húmico, Cambissolo Bruno, Cambissolo e Cambissolo Húmico – São solos com menor profundidade (0,5 a 1,5m), ainda em processo de desenvolvimento e com material de origem na massa do solo. Possuem fertilidade natural muito variável e são utilizados para o plantio de milho, feijão e outros, bem como para pastagem e silvicultura; Podzólicos Vermelho-Amarelo – São solos profundos (1,0 a 2,0 m) e bem drenados. Necessitam de cuidados para evitar a erosão quando utilizados, por estarem em área de relevo ondulado e forte ondulado. Possuem fertilidade natural baixa e são utilizados para pastagem e culturas de subsistência.

2.1.4.2 CIDADE

Em 1975 a área urbanizada desenvolvia-se nas quadras próximas a igreja Matriz e centro histórico e se estendia em direção noroeste pela Rua Antonio Kaesemodel e ao leste pela rua Capitão Ernesto Nunes em direção a Campo Alegre (figura 2.7). Ao longo do tempo a cidade vem se expandindo de forma dispersa ao redor dos morros e vales, ao norte aos redores da Rodovia dos Móveis, sentido leste-oeste pela SC-301 (saída para Rio Negrinho e Campo Alegre) e nas proximidades da linha, tendo sua área urbana aproximada de 7.982 hectares, como urbana e/ou de expansão urbana.

Os seis principais elementos estruturadores do sistema viário e do processo de expansão da cidade de São Bento do Sul são:

- a) BR-280;
- b) SC-301;
- c) Rodovia dos Móveis;
- d) Avenida Argollo / Rua Schramm / Mathias Nossol – Conrado Liebl
- e) Via Férrea
- f) Morros e vegetação nativa

As demais vias principais interligam estas artérias entre si e entre elas e os demais espaços urbanos (figura 2.7).

Quanto à ocupação do solo atual e a futura expansão da cidade quatro tendências principais podem ser observadas:



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

34

- a) ao longo da SC-301 e BR-280, usos industriais, comerciais e serviços em especial de apoio ao setor logístico vêm se instalando em consequência da acessibilidade regional, tendo ainda áreas para a implantação de novos empreendimentos;
- b) verticalização do centro tradicional, o reforço de sua ocupação por usos comerciais e de serviços, tendendo a tipologia vertical e estes usos se expandirem nos espaços adjacentes em direção a SC-301, BR-280 e via férrea;
- c) ocupação periférica da malha urbana por conjunto de assentamentos precários localizados em áreas de risco, de preservação permanente ocupadas irregularmente, como também área irregular localizada próxima ao centro da cidade;
- d) expansão horizontal da malha urbana em espaços próximos a atual ocupação com prioridade de ocupação dos vazios urbanos, tendo como bloqueios rios, indústrias e áreas de preservação natural onde é proibido o parcelamento e o uso do solo para fins de habitação, comércio, indústria e prestação de serviços, exceto o uso e a exploração destinada a estruturação da área para visitação turística e cultural.



FIGURA 2.7 – SISTEMA VIÁRIO



2.2 SITUAÇÃO DO SETOR HABITACIONAL

Com o advento do Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, um novo quadro institucional surgiu dando condições para o planejamento do setor habitacional destinado à população de baixa renda. Qualquer ato de planejamento não pode prescindir do conhecimento da realidade onde o mesmo se dará. O entendimento da situação do setor habitacional local é fundamental para a formulação do PMHIS. O conhecimento das necessidades habitacionais e das capacidades dos atores sociais de interagirem frente a problemática habitacional, juntamente com a análise da política habitacional vigente, formatam o Diagnóstico e dão condições para a formulação da Estratégia de Ação.

2.2.1 NECESSIDADES HABITACIONAIS

A análise das necessidades habitacionais teve como fontes de dados secundários as informações relativas as pessoas e/ou aos domicílios do Censo Demográfico de 2000 e a Contagem Populacional de 2007 realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e as informações disponibilizadas pelo Poder Executivo Municipal de São Bento do Sul. Informações e conceitos utilizados também são oriundos da Fundação João Pinheiro (Déficit Habitacional no Brasil, 2000 e 2007). Os dados básicos da situação domiciliar do município de São Bento do Sul são referentes ao censo de 2000.

Para o diagnóstico das necessidades habitacionais com o objetivo de dimensionamento da demanda habitacional foram objetos de estudo:

- o déficit habitacional: representa a necessidade de novas moradias ou a carência de estoque habitacional;
- a inadequação habitacional: refere-se as unidades habitacionais que apresentam carências, entre os quais identificam-se a carência de infraestrutura, o adensamento excessivo e a inadequação fundiária;
- a demanda demográfica: que representa a necessidade de construção de novas unidades para atender o aumento populacional futuro e os novos arranjos familiares que implicarem em uma menor taxa de ocupação de habitantes por domicílio;
- os assentamentos precários: áreas ocupadas por população de menor renda, moradoras de habitações precárias auto-contruídas dispostas de forma desordenada e densa, que necessitam intervenções de melhoria habitacional e complementação de infraestrutura, e em geral devem ser objeto de regularização fundiária por ocuparem áreas de propriedade pública ou privada não próprias.

O déficit habitacional, a inadequação habitacional e a demanda demográfica aparecem



distribuídas, embora não homogeneamente, no espaço municipal. Já os assentamentos precários são distribuídos pontualmente no território. Em diversos casos estes assentamentos estão localizados em Áreas de Preservação Permanente ou em áreas de risco, ocasionando conflitos ambientais e sociais.

O déficit e a demanda demográfica determinam a reposição e o incremento do estoque de domicílios. A substituição de domicílios rústicos, caracterizados pela utilização em sua construção de materiais inapropriados, como por exemplo, sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, determina a construção de novas moradias. Igualmente o atendimento as famílias ocupantes de domicílios improvisados e de domicílios com coabitação familiar (famílias conviventes secundárias ou ocupantes de cômodos cedidos ou alugados), somados a necessidade de novos domicílios decorrente do crescimento populacional, quer seja pelo acréscimo de novos indivíduos ou de novas famílias, estabelecem a necessidade de implantação de novas unidades habitacionais.

O chamado déficit qualitativo abrange o conjunto de domicílios em situações inadequadas de moradia, que demanda melhorias do ponto de vista urbanístico, de melhorias habitacionais e da regularização fundiária com o objetivo de alcançar um padrão mínimo de habitabilidade, não necessitando para o seu atendimento de produção de novas unidades habitacionais.

No caso dos assentamentos precários, o conjunto de ações necessárias, a ser definido caso a caso, soma a construção de novas unidades, com ou sem remoção, com melhorias urbanísticas, habitacionais e regularização fundiária.

2.2.1.1 DOMICÍLIOS

O IBGE conceitua como domicílio o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. Já domicílio particular é a moradia de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, onde o relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. Domicílio particular permanente é o domicílio particular localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento e cômodo).

Os domicílios particulares existentes em um município quanto a sua ocupação classificam-se em:

- a) ocupados,
- b) não ocupados.

Os domicílios ocupados são unidades domiciliares que efetivamente se encontravam ocupadas na época da pesquisa.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

37

Os domicílios não ocupados são subdivididos em:

- a) fechados: unidades domiciliares em que os moradores encontravam-se ausentes durante o período de coleta;
- b) uso ocasional: unidades domiciliares que se caracterizam por não estarem ocupados na época da pesquisa, tendo características de ocupação eventual;
- c) vagos: unidades domiciliares que efetivamente se encontravam desocupadas na data de referência da coleta de dados.

Os domicílios fechados e os de uso ocasional não estão computados no estoque de domicílios devido a impossibilidade de, por meio dos instrumentos disponíveis, conhecer mais sobre a verdadeira situação desses imóveis, tanto em relação à localização quanto as condições da edificação e causas de estarem inabitados, levando a Fundação João Pinheiro a desconsiderá-los na totalização dos imóveis.

Em números absolutos, o total de domicílios de São Bento do Sul foi de 18.864, sendo 17.822 classificados como urbanos e 1.042 como rurais (tabelas 2.10 e 2.11). Em relação aos domicílios permanentes, verificou-se que 16.750 estavam localizados na área urbana e 960 na área rural. O número total de domicílios vagos era de 1.154, sendo 1.072 na área urbana e 82 na área rural.

TABELA 2.10 - ESTOQUE DE DOMICÍLIOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC (Nº), 2000

Permanentes			Vagos			Total		
Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
16.750	960	17.710	1.072	82	1.154	17.822	1.042	18.864

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

TABELA 2.11 - ESTOQUE DE DOMICÍLIOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC (%), 2000

Permanentes			Vagos			Total		
Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
88,80	5,09	93,89	5,68	0,43	6,11	94,48	5,52	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

Conforme pode ser observado na tabela 3.3, a média de habitantes por domicílios ocupados diminuiu no período de 2000 e 2007, caindo de 3,69 para 3,37, respectivamente.

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

38

TABELA 3. 1 - MÉDIA DOMICILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC		
	2000	2007
População Total	65.437	72.548
Domicílios particulares ocupados	17.710	21.504
Média habitantes/domicílios	3,69	3,37

Fonte: IBGE

2.2.1.2 DÉFICIT HABITACIONAL

O déficit habitacional básico é composto pelo somatório das famílias que ocupam domicílios¹ com os seguintes atributos:

- rústicos: não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto para seus moradores e risco de contaminação por doenças.
- improvisados: locais destinados a fins não-residenciais, mas que servem de moradia.
- coabitação familiar: compreende a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto a outra família em um mesmo domicílio.
- cômodo cedido ou alugado: compreende as famílias conviventes secundárias que vivem em cômodos cedidos e alugados.

Na análise das condições dos domicílios das grandes regiões do Brasil, foi verificado que a ocorrência de domicílios rústicos em grande parte encontra-se nas áreas rurais, onde correspondem a 10,4% dos domicílios. Nas áreas urbanas, apesar do número absoluto relativamente elevado, percentualmente significam apenas 1,6%. Esse componente assume menor relevância e se destaca em números absolutos apenas para São Paulo.

O componente Ônus Excessivo com Aluguel não é considerado metodologicamente como déficit habitacional básico pela Publicação do Déficit Habitacional. No entanto é parte integrante desta análise. É considerado Ônus Excessivo com Aluguel os domicílios ocupados por famílias que recebem até três salários mínimos, e têm 30% da sua renda familiar comprometida com aluguel.

Em relação ao déficit habitacional básico de São Bento do Sul, o percentual ficou em 6,64% do total de domicílios existentes no município, o que equivalia a 1.176 domicílios. Destes, 1.107 estavam na área urbana, representando 6,25% do total de domicílios e 69 estavam na área

¹ A Fundação João Pinheiro considera domicílio a moradia estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos, com entrada privativa por extensão, edifícios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estavam na data do censo, servindo de moradia, também foram considerados como domicílios.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

39

rural, correspondendo a 0,39% do total de domicílios do município (tabela 2.12).

TABELA 2.12 - DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO - 2000					
Absoluto			% do total de domicílios		
Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1.176	1.107	69	6,64	6,25	0,39

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

2.2.1.3 COMPONENTES DO DÉFICIT HABITACIONAL

A composição do déficit habitacional é formada pelos seguintes componentes:

- a) domicílios rústicos;
- b) domicílios improvisados;
- c) famílias conviventes;
- d) famílias ocupantes de cômodos cedidos ou alugados.

O número total de domicílios improvisados foi de 51, todos localizados no urbano. Considerando as famílias classificadas como conviventes, 782 estavam na área urbana e apenas 60 estavam na área rural. Em relação às famílias que viviam em cômodos, estas totalizavam 41, todas elas residentes na zona urbana da cidade. Os domicílios rústicos eram em número de 242 e também estavam todos localizados na área urbana (tabela 2.13).

TABELA 2.13 - COMPONENTES DO DÉFICIT HABITACIONAL (Nº), 2000			
Componentes	Urbano	Rural	Total
Domicílios Improvisados	42	9	51
Famílias Conviventes	782	60	842
Cômodos	41	0	41
Domicílios Rústicos	242	0	242
Total	1.107	69	1.176

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

2.2.1.4 DOMICÍLIOS IMPROVISADOS

Conforme foi conceituado anteriormente considera-se domicílios improvisados aqueles locais destinados inicialmente a fins não-residenciais, mas que serviam de moradia por ocasião do Censo. O número total de domicílios improvisados no município era de 51 unidades, sendo que 42



estavam localizadas na área urbana e 9 na zona rural (tabela 2.14).

TABELA 2.14 - DOMICÍLIOS IMPROVISADOS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 2000					
Domicílios Improvisados			% Em Relação ao Total de Domicílios		
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
51	42	9	0,29	0,24	0,05

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

2.2.1.5 FAMÍLIAS CONVIVENTES

Define-se como famílias conviventes as famílias de, no mínimo 2 pessoas cada uma, que convivem no mesmo domicílio particular. São exemplos, entre outros, de famílias conviventes:

- pai e filho, com suas respectivas famílias, residindo em um mesmo domicílio;
- irmãos, com suas respectivas famílias, residindo em um mesmo domicílio.

Em cada um dos casos existirá uma família convivente principal e uma ou mais famílias conviventes secundárias.

O total do déficit analisado neste item compreende a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto à outra família em um mesmo domicílio, não sendo consideradas as famílias conviventes principais.

Em São Bento do Sul existiam 842 famílias conviventes, sendo que 782 estavam localizados na área urbana, o que representa 4,42% do total de domicílios do município e 60 estavam situadas na área rural (tabela 2.15).

TABELA 2.15 - FAMÍLIAS CONVIVENTES POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, 2000					
Famílias Conviventes			% do Total de Domicílios		
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
842	782	60	4,75	4,42	0,33

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

O número de famílias classificadas como conviventes moradoras da área urbana com renda até 3 salários mínimos era de 457, correspondendo a 58,44% do total de famílias com esta característica. Na faixa salarial de 3 a 5 salários mínimos, eram 150 famílias, equivalendo a 19,18% do total. Na faixa de renda de famílias de 5 a 10 salários mínimos, existiam 112 famílias,



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

41

correspondendo a 14,32% do total. Com renda familiar superior a 10 salários mínimos, o número de famílias era de 63, representando um percentual de 8,06 (tabela 2.16).

TABELA 2.16 - FAMÍLIAS CONVIVENTES URBANAS POR FAIXA DE RENDA, 2000									
Faixa de Renda Mensal Familiar (Em salário - mínimo)									
Até 3		de 3 a 5		de 5 a 10		Mais de 10		Total	
Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
457	58,44	150	19,18	112	14,32	63	8,06	782	100

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

2.2.1.6 FAMÍLIAS OCUPANTES DE CÔMODOS

O número total de famílias ocupantes de cômodos era de 41, o que equivalia a 0,23% do total de domicílios do município, sendo que todas moravam na área urbana (tabela 2.17). O número de famílias moradoras em cômodos da área urbana com renda até 3 salários mínimos era de 41, correspondendo a 100% do total de famílias com esta característica. Não foram encontradas famílias ocupantes de cômodos urbanos nas outras faixas de renda mensal familiar (tabela 2.18).

TABELA 2.17 - FAMÍLIAS OCUPANTES DE CÔMODOS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 2000					
Cômodos			% do Total de Domicílios		
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
41	41	0	0,23	0,23	0,00

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

TABELA 2.18 - FAMÍLIAS OCUPANTES DE CÔMODOS URBANOS, POR FAIXA DE RENDA, 2000									
Faixa de Renda Mensal Familiar (Em salário - mínimo)									
Até 3		de 3 a 5		de 5 a 10		Mais de 10		Total	
Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
41	100	0	0,00	0	0,00	0	0,00	41	100

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

2.2.1.7 DOMICÍLIO URBANO ALUGADO

Embora o componente ônus excessivo com aluguel não seja considerado metodologicamente como déficit habitacional básico pela Publicação do Déficit Habitacional e não existam informações disponíveis em relação ao percentual da renda familiar comprometido com aluguel, foi feita a análise da quantidade de famílias ocupantes dos domicílios alugados por faixa



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

42

de renda de até três salários mínimos, como subsídio para a definição das Estratégias de Ação.

É considerado ônus excessivo com aluguel os domicílios ocupados por famílias que recebem até 3 salários mínimos e tem 30% da sua renda familiar comprometida com aluguel.

Considerando apenas os domicílios urbanos alugados por famílias com renda de até 3 salários mínimos seu número era de 626, sendo que 20 eram alugados por famílias sem rendimentos, 13 por famílias com renda até 1 salário mínimo, 293 domicílios foram alugados por famílias com renda na faixa de mais 1 a 2 salários mínimos e 300 eram ocupados por famílias com renda de 2 a 3 salários mínimos (tabela 2.19).

TABELA 2.19 - DOMICÍLIO URBANO ALUGADO, POR FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS - 2000				
Faixa de Renda Mensal Familiar (Em salário mínimo)				
Sem rendimentos	Até 1 s.m	1 a 2 s.m	2 a 3 s.m	Total
20	13	293	300	626

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

2.2.1.8 PROJEÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL PARA 2007

O cálculo da projeção do déficit habitacional de São Bento do Sul foi realizado a partir de metodologia recomendada pelo Plano Nacional de Habitação, que estabelece como parâmetro de atualização a relação entre o déficit habitacional básico da unidade da federação onde o município está inserido dos anos de 2000 e 2007. A partir deste coeficiente estadual e da informação conhecida do déficit habitacional do município para o ano de 2000, calcula-se o déficit municipal para o ano de 2007. O déficit municipal projetado para o ano de 2007 é de 1.302 unidades (tabela 2.20).

TABELA 2.20 - PROJEÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC	
	Nº
Déficit estadual 2000	131.264
Déficit estadual 2007	145.363
Coeficiente de atualização	1,107
Déficit municipal 2000	1.176
Déficit municipal 2007	1.302

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil, 2000 e 2007

Esta metodologia, embora recomendada pelo PLANHAB, não considera, no entanto, as

**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

43

peculiaridades locais, pois nivela os municípios todos aos índices estaduais, que no caso do déficit habitacional teve um crescimento na ordem de 1,1%. Para uma melhor calibragem projetou-se um déficit a partir da evolução do número de domicílios do município de 2000 a 2007 (tabela 2.21). Desta forma com o novo método de cálculo o déficit habitacional é de 1.481 unidades.

TABELA 2.21 - PROJEÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC			
Número de Domicílios 2000	Número de Domicílios 2007	Déficit 2000	Déficit 2007
18.864	23.751	1.176	1.481

Fonte: IBGE e Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

Estes dois resultados do déficit habitacional são projeções sujeitas a imprecisões metodológicas, servindo apenas para fazer um dimensionamento provável da necessidade de novas moradias. Desta forma o déficit habitacional de referência para a definição das Estratégias de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social situa-se em um intervalo mínimo de 1.176 a um máximo de 1.481 unidades habitacionais, tendo como média o número de 1.328 moradias faltantes.

2.2.1.8.1 INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

A inadequação habitacional ou déficit qualitativo abrange o conjunto de domicílios sem condições adequadas de moradia, que demandam ações de melhorias do ponto de vista urbanístico, de melhorias habitacionais e da regularização fundiária com o objetivo de alcançar um padrão mínimo de habitabilidade, sem a necessidade de produção de novas unidades. Considerando que as áreas rurais apresentam formas diferenciadas de adequação não captáveis pela conceituação metodológica do Censo, são passíveis de identificação apenas as inadequações situadas em áreas urbanas.

Foram excluídos do estoque a serem analisados os domicílios inseridos em alguma das categorias do déficit habitacional. Ao contrário deste, os critérios adotados para a inadequação habitacional não são mutuamente exclusivos. Os resultados, portanto, não podem ser somados, sob risco de haver múltipla contagem (a mesma moradia pode ser simultaneamente inadequada segundo vários critérios).

As moradias classificadas como inadequadas são aquelas unidades habitacionais com tipos de carências definidos a partir dos seguintes critérios:

- a) inadequação fundiária, que ocorre nos casos em que, pelo menos um dos moradores do domicílio tem a propriedade da moradia, mas não possui a propriedade total ou parcial do terreno em que ela se localiza;



- b) densidade excessiva de moradores por dormitório, entendendo-se como limite máximo a proporção de três moradores por dormitório em domicílios urbanos com família única;
- c) inexistência de unidade sanitária domiciliar interna ou exclusiva, ou domicílios sem banheiro, correspondendo a famílias que não dispõem de acesso a sanitários ou banheiros no interior de suas moradias;
- d) carência ou deficiência dos serviços de infraestrutura, que corresponde aos domicílios sem acesso a um ou mais dos seguintes serviços: energia elétrica; abastecimento de água por rede com canalização interna; esgotamento sanitário por fossa séptica ou por rede; coleta de lixo direta ou indireta.

Quanto a existência dos serviços de infraestrutura, os domicílios foram classificados em relação ao atendimento como:

- a) atendido: aplica-se quando o domicílio não apresenta nenhuma carência quanto ao atendimento nas modalidades anteriormente expressas;
- b) carente: aplica-se quando o domicílio se enquadra em qualquer uma das modalidades de carência por infraestrutura;
- c) deficiente: aplica-se quando o domicílio se enquadra em qualquer uma das acepções de deficiência no acesso inadequado à infraestrutura.

2.2.1.8.2 COMPONENTES DA INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

No município o número de domicílios com inadequação fundiária era de 912, correspondendo a 5,15% do total de domicílios. Quanto ao adensamento excessivo, foram classificados 633 domicílios, representando 3,57% do total. O número de domicílios sem banheiros era de 759, equivalendo a 4,29% do total de domicílios. Já em relação a carência de infraestrutura, foram levantados 2.180 domicílios, o que representa 12,31% do total de domicílios (tabela 2.22 e gráfico 2.10), salientando-se que a carência de infraestrutura apresenta o maior número de domicílios inadequados de São Bento do Sul.

TABELA 2.22 - INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS URBANOS, 2000		
Componentes	nº	% do total de domicílios
Inadequação Fundiária	912	5,15
Adensamento Excessivo	633	3,57
Domicílios sem Banheiro	759	4,29
Carência de Infraestrutura	2.180	12,31

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

45

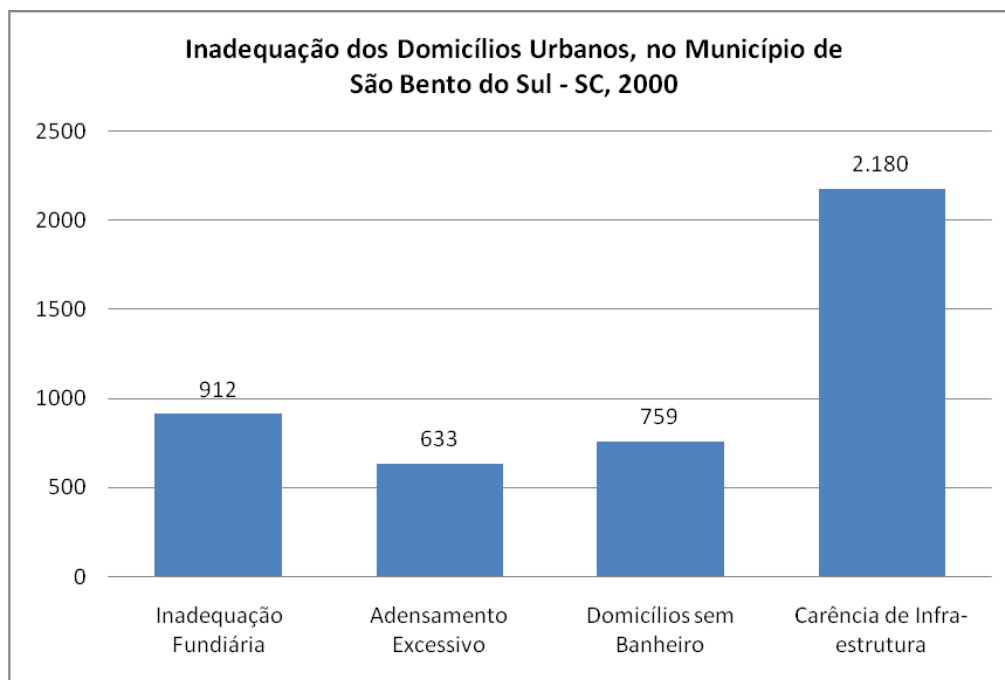


GRÁFICO 2. 10 - INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC, 2000

2.2.1.8.3 INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

A inadequação fundiária urbana ocorre nos casos em que, pelo menos um dos moradores do domicílio tem a propriedade da moradia, mas não possui a propriedade, total ou parcial do terreno em que ela se localiza. Corresponde também a famílias que declaram ser proprietária da edificação, mas não do terreno em que residem, correspondendo a situações de ocupação de terras.

O número total de domicílios classificados como integrantes do componente inadequação fundiária era de 912 domicílios, correspondendo a 5,15% do total de domicílios urbanos do município. Destes, 384 eram ocupados por famílias com renda até 3 salários mínimos, equivalendo a 42,11% do total. Na faixa salarial de 3 a 5 salários mínimos, eram 259 domicílios, equivalendo a 28,40% do total. Na faixa salarial de 5 salários mínimos, existiam 269 domicílios com inadequação fundiária, correspondendo a 29,50% do total (tabelas 2.23 e 2.24).

TABELA 2.23 - INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - 2000	
Inadequação Fundiária Urbana	% Total de domicílios
912	5,15

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

46

TABELA 2.24- INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA POR FAIXA DE RENDA - 2000							
Faixa de Renda Mensal Familiar (Em salário mínimo)							
Até 3		de 3 a 5		Mais de 5		Total	
Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
384	42,11	259	28,40	269	29,50	912	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

2.2.1.8.4 ADENSAMENTO URBANO EXCESSIVO

O adensamento urbano excessivo corresponde a densidade excessiva de moradores por dormitório, entendendo-se como limite máximo a proporção de três moradores por dormitório em domicílios urbanos com família única, ou seja, são excluídos do cálculo aqueles domicílios com presença de famílias conviventes ou com situação da existência de quartos/cômodos alugados.

O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos², que servem, em caráter permanente, de dormitório para os moradores do domicílio. Nele incluem-se aqueles que assim são utilizados em função de não haver acomodação adequada para essa finalidade. Para o cálculo do indicador foram considerados somente os membros da família principal, uma vez que as famílias secundárias (conviventes) já foram incorporadas ao déficit habitacional.

Em relação ao total de domicílios caracterizados por adensamento excessivo, 351 eram ocupados por famílias que possuíam renda familiar até 3 salários mínimos, representando 55,45% do total. As famílias com renda de 3 até 5 salários mínimos, correspondiam a 171 domicílios, equivalendo a 27,01% do total. Já as famílias com renda superior a 5 salários mínimos, correspondiam a 111 domicílios, equivalendo a 17,54% do total de domicílios caracterizados por adensamento excessivo (tabela 2.25).

TABELA 2.25 - ADENSAMENTO URBANO EXCESSIVO, POR FAIXA DE RENDA - 2000							
Faixa de Renda Mensal Familiar (Em salário mínimo)							
Até 3		de 3 a 5		Mais de 5		Total	
Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
351	55,45	171	27,01	111	17,54	633	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

² Cômodos são todos os compartimentos integrantes do domicílio separados por paredes, inclusive banheiros e cozinha, e os existentes na parte externa do prédio, desde que constituam parte integrante do domicílio. Não são considerados os corredores, alpendres, varandas abertas e outros compartimentos utilizados para fins não-residenciais, como garagens, depósitos etc.



2.2.1.8.5 DOMICÍLIOS URBANOS SEM BANHEIRO

São considerados como domicílios urbanos sem banheiro:

- aqueles onde inexistia unidade sanitária domiciliar interna ou exclusiva;
- domicílios sem banheiro, correspondendo a famílias que não dispõem de acesso a sanitários ou banheiros no interior de suas moradias.

Quanto a inexistência de unidade sanitária domiciliar, existiam 759 domicílios urbanos sem banheiro na cidade, o que representava 4,29% do total de domicílios do município (tabela 2.26).

TABELA 2.26 - DOMICÍLIOS URBANOS SEM BANHEIRO - 2000		
Total	Em Dom. Alugados com Renda até 3 S. M.	% do Total dos Domicílios
759	71	4,29

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

Em relação ao total de domicílios sem banheiro, 461 eram ocupados por famílias que possuíam renda familiar até 3 salários mínimos, representando 60,74% do total. As famílias com renda de 3 até 5 salários mínimos, correspondiam a 157 domicílios sem banheiro, equivalendo a 20,69% do total. Já as famílias com renda superior a 5 salários mínimos, correspondiam a 141 domicílios, equivalendo a 18,58% do total de domicílios sem banheiros no município (tabela 2.27).

TABELA 2.27 - DOMICÍLIOS URBANOS SEM BANHEIRO, POR FAIXA DE RENDA - 2000							
Faixa de Renda Mensal Familiar (Em salário mínimo)							
Até 3		de 3 a 5		Mais de 5		Total	
Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
461	60,74	157	20,69	141	18,58	759	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

2.2.1.8.6 CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA URBANA

Este componente da inadequação habitacional corresponde à carência ou deficiência dos serviços de infraestrutura. Estão inseridos neste componente os domicílios sem acesso a um ou mais dos seguintes serviços:

- energia elétrica;
- abastecimento de água por rede com canalização interna;
- esgotamento sanitário por fossa séptica ou por rede;



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

48

- d) coleta de lixo direta ou indireta.

Um domicílio pode ser carente ou deficiente no seu atendimento em um ou mais serviços simultaneamente, mas considerando as diretrizes metodológicas do Déficit Habitacional no Brasil, para a totalização deste componente ele foi incluído apenas uma vez. Desta forma os domicílios carentes de infraestrutura em São Bento do Sul são em número de 2.180 unidades, perfazendo 12,31% do total dos domicílios urbanos (tabela 2.28).

TABELA 2.28 - CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA URBANA - 2000		
Carência de Infraestrutura		% no Total de Domicílios
Total	Em Dom. Alug. c/ renda até 3 S.M.	
2.180	93	12,31

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

Em relação ao total de domicílios classificados como carentes de infraestrutura urbana, 819 eram ocupados por famílias que possuíam renda familiar até 3 salários mínimos, representando 37,57% do total. As famílias com renda de 3 a 5 salários mínimos, correspondiam a 531 domicílios, equivalendo a 24,36% do total. Já as famílias com renda superior a 5 salários mínimos, correspondiam a 830 domicílios, equivalendo a 38,07% do total de domicílios carentes de infraestrutura do município (tabela 2.29 e gráfico 2.11).

TABELA 2.29 - CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA URBANA POR FAIXA DE RENDA - 2000							
Faixa de Renda Mensal Familiar (Em salário mínimo)							
Até 3		de 3 a 5		Mais de 5		Total	
Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
819	37,57	531	24,36	830	38,07	2.180	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

49

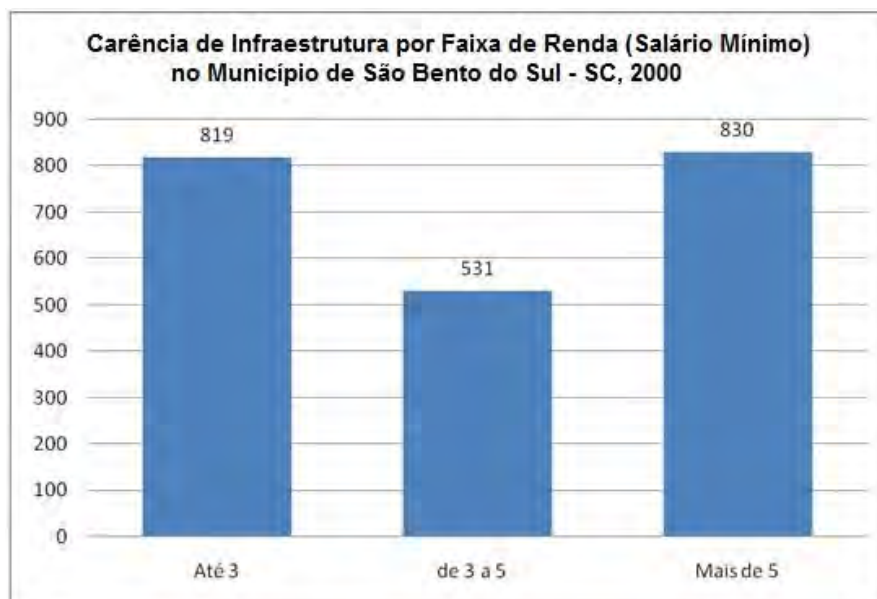


GRÁFICO 2. 11 - CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURA POR FAIXA DE RENDA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC, 2000

2.2.1.9 ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Segundo o Plano Municipal de Habitação do município de Santo André/SP, definem-se como assentamentos precários todas aquelas áreas que demandam a ação do poder público quanto ao atendimento de necessidade habitacional, e que possuam as seguintes características:

- delimitação precisa no tecido urbano, que a distinga do entorno quanto as características físicas e sociais;
- ocupação inequívoca e majoritária por população de baixa renda;
- ausência de regularização fundiária e/ou de prévia aprovação em órgãos públicos, ou, quando esta ultima acontecer, implantação diferenciada do projeto aprovado.

Além desta conceituação, pode-se caracterizar que os assentamentos precários são distribuídos pontualmente no espaço municipal. A grande parte deles, na maioria dos municípios, localiza-se em áreas urbanas ou de expansão urbana. Suas características espaciais predominantes são:

- agrupamento de domicílios auto-contruídos;
- disposição desordenada e em aglomerações excessivas;
- carência de serviços públicos;
- ocupação de áreas de propriedade pública ou privada não próprias.

Em diversos casos estes assentamentos estão localizados em Áreas de Preservação



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

50

Permanente ou em áreas de risco, ocasionando conflitos ambientais e sociais.

Não é diferente o caso de São Bento do Sul. Ao longo dos anos diversas áreas inseridas no perímetro urbano foram sendo ocupadas irregularmente.

Ciente desta problemática o escopo do Termo de Referência previu a realização de um levantamento sócioeconômico da realidade vivenciada pelas famílias moradoras dos assentamentos precários situados na área urbana e em seu entorno para serem coletados dados e informações que permitam definir as suas necessidades habitacionais.

Estas ocupações foram localizadas em mapa de posicionamento dos assentamentos precários fornecido pela Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB, tendo sido analisados e vistoriados 94 locais. Depois da realização do levantamento de campo, o mapa foi atualizado, suprimindo-se locais que já tiveram suas situações de precariedade sanadas e acrescentando-se outros que foram detectados, o que resultou em um número final de 85 assentamentos precários. O modelo do questionário inicial foi fornecido pela EMHAB. A empresa consultora sistematizou o modelo de questionário e desenvolveu o software específico para a tabulação das informações coletadas.

O questionário foi dividido em três campos principais:

- a) Identificação,
- b) Composição Familiar,
- c) Situação Habitacional.

O primeiro campo "Identificação" buscou localizar a edificação através do endereço, de um ponto de referência e do bairro onde se situa.

O segundo campo "Composição Familiar" teve como objetivo caracterizar os moradores da habitação e a sua forma de relação familiar.

O terceiro campo "Situação Habitacional" objetivou caracterizar a edificação, sua infraestrutura, situação legal e situação de risco.

Os questionários foram aplicados no período compreendido entre 10 de abril e 10 de maio do ano de 2009 por uma equipe de pesquisadores da empresa Base Sistemas de Planejamento Ltda.

Os dados e informações coletados nos instrumentos de pesquisa sócioeconômica efetuados nos 85 assentamentos precários foram sistematizados e expressam a realidade daquele momento da população residente no conjunto das áreas críticas de habitação de interesse social.

O número de habitações de cada um dos assentamentos está expresso na tabela 2.30. Verifica-se que 40 locais têm um total de residências inferior a dez, representando um somatório de 219, o que representa 15,78% do total. Dez têm este total superior a trinta, totalizando 556 unidades e representando 40,06%. Os demais 31 tem um total de edificações habitadas situados em um intervalo igual ou superior a 10 e igual ou inferior a 30, totalizando 613, com 44,16% do



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

51

total. Deve ser ressaltado que nove assentamentos têm apenas uma habitação e outros três têm dois domicílios. Dos dez assentamentos com um número de domicílios superior a 30, somente um tem um número de edificações superior a 100.

TABELA 2.30 - NÚMERO DE HABITAÇÕES POR ASSENTAMENTO PRECÁRIO					
Loteamento	Domicílios	Loteamento	Domicílios	Loteamento	Domicílios
1	133	33	9	62	1
2	6	35	3	63	35
3	7	36	9	64	19
5	12	37	9	65	2
6	6	38	17	67	1
7	8	39	7	68	9
8	27	40	9	69	2
9	10	41	19	70	49
10	12	42	3	71	15
11	13	43	29	73	5
12	37	44	12	74	55
13	19	45	18	75	16
14	1	46	7	76	46
15	50	47	1	77	25
16	15	48	16	78	4
17	21	49	6	80	3
18	23	50	4	81	18
19	28	51	4	82	12
20	89	52	15	83	22
23	9	53	1	84	7
24	31	54	1	85	13
25	1	55	5	88	1
26	31	56	13	89	1
27	26	57	17	90	6
28	9	58	5	91	12
29	7	59	8	92	4
30	21	60	9	93	3
31	28	61	9	94	2
32	5				



2.2.1.9.1 COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Para a análise da composição familiar a escolha das informações coletadas teve como objetivo qualificar os moradores da habitação e a forma de relação familiar, identificando:

- a) grau de parentesco entre os diversos componentes do grupo familiar, quantificando também o número de componentes da família, idade de cada um dos componentes,
- b) gênero,
- c) estado civil,
- d) instrução,
- e) portabilidade de necessidade especial,
- f) ocupação,
- g) local de trabalho,
- h) renda pessoal e familiar.

2.2.1.9.1.1 CHEFE DE FAMÍLIA

2.2.1.9.1.1.1 GÊNERO E SITUAÇÃO FAMILIAR

Atenção especial foi dedicada a questão da chefia da família e de seu cônjuge.

Desta forma foi possível identificar (tabela 2.31) que a chefia familiar é exercida ainda majoritariamente por indivíduos do sexo masculino, sendo que em cada cinco núcleos familiares, quatro são chefiados por homem e um por mulher. Em relação a situação familiar do chefe de família quanto a ocorrência de cônjuge, três em cada quatro mantêm um vínculo deste tipo (tabelas 2.31, 2.32 e 2.33).

TABELA 2.31 - CHEFE DE FAMÍLIA POR GÊNERO		
Gênero	Ocorrência	%
Masculino	1.065	79,60
Feminino	273	20,40
Total	1.338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

53

TABELA 2.32 - CHEFE DE FAMÍLIA E CÔNJUGE		
	Ocorrência	%
C/ cônjuge	1000	74,74
S/ cônjuge	338	25,26
Total	1.338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.33 - CHEFE DE FAMÍLIA SEM CÔNJUGE		
Sexo	Ocorrência	%
Masculino	113	33,43
Feminino	225	66,57
Total	338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

No entanto esta situação é diferenciada em relação ao gênero. Dos 338 chefes de família sem cônjuge, dois terços são do sexo feminino. Ainda é significativa a circunstância de que 82,42% dos chefes de família do sexo feminino não possuem cônjuge, enquanto este percentual se reduz a 10,61 quando o chefe de família é do sexo masculino (tabela 2.34).

TABELA 2.34 - CHEFE DE FAMÍLIA SEM CÔNJUGE			
	Chefe de Família	S/ Cônjuge	% em relação ao total de Chefes de Família
Masculino	1.065	113	10,61
Feminino	273	225	82,42

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

Considerando o estado civil do chefe de família, constatou-se que 46,41% dos mesmos são casados, 28,03% vivem em união estável e somente 7,25% são solteiros (tabela 2.35).

TABELA 2.35 - ESTADO CIVIL DO CHEFE DE FAMÍLIA		
Estado Civil	Ocorrência	%
Casado	621	46,41
Solteiro	97	7,25
Separado	131	9,79
União Estável	375	28,03

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

54

Viúvo	114	8,52
Total	1338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.1.1.2 FAIXA ETÁRIA

Em relação a idade dos chefes de família, identificamos que a faixa etária de 31 aos 40 anos possuem 431 ocorrências (tabela 2.36), perfazendo 32,21% do total dos chefes de família dos assentamentos precários. Considerando a faixa etária dos chefes de família, destaca-se a homogeneidade das ocorrências dos indivíduos entre 20 e 30 anos, 41 a 50 anos e idade superior aos 50 anos, com índice por volta dos 22% cada um. Os chefes de família com idade inferior a 20 anos aparecem com 0,97%. Portanto 99,03% dos chefes de família encontram-se na faixa economicamente ativa, entre 20 e 65 anos.

TABELA 2.36 - IDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA		
Idades	Ocorrência	%
< 20 anos	13	0,97
20 a 30 anos	291	21,75
31 a 40 anos	431	32,21
41 a 50 anos	302	22,57
> 50 anos	301	22,50
Total	1338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.1.1.3 ESCOLARIDADE

No que diz respeito à escolaridade, 5,90% dos chefes de família dos assentamentos precários se declararam analfabetos (tabela 2.37). Essa amostragem identifica que nos assentamentos precários, o índice de analfabetismo é mais acentuado do que a média geral do município. Significativo ainda é a ocorrência de 973 chefes de família que se declararam como alfabetizados ou com estudo até a 8ª série, um percentual de 72,72 (tabela 2.37). Em média, 37,52% dos chefes de família têm ensino fundamental completo.

O acesso ao ensino superior aparece em 10 ocorrências, sendo que 6 chefes de família possuem ensino superior completo (tabela 2.38).

Em relação ao ensino médio, verificamos que 20,63% dos chefes de família tiveram acesso a esse grau de escolaridade (tabela 2.38), embora 1/4 não o tenham completado.

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

55

TABELA 2.37 - ESCOLARIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA		
Instrução	Ocorrência	%
Analfabeto	79	5,90
Alfabetizado	6	0,45
1ª a 4ª série	465	34,75
5ª a 8ª série	502	37,52
Ensino Médio Incompleto	75	5,61
Ensino Médio Completo	201	15,02
Ensino Superior Incompleto	4	0,30
Ensino Superior Completo	6	0,45
Não Alfabetizado	0	0,00
Total	1338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.38 - ESCOLARIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA		
Instrução	Ocorrência	%
Analfabeto	79	5,90
Alfabetizado até a 8ª série	973	72,72
Ensino Médio	276	20,63
Ensino Superior	10	0,75
Total	1338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.1.1.4 OCUPAÇÃO

Quanto à ocupação dos chefes de família, 27,89% das ocorrências correspondem ao pessoal empregado na indústria/produção. O ramo de serviços vem logo em seguida, com 292 ocorrências e o índice de desempregados de 8,85% (tabela 2.39).

Setenta vírgula sessenta e três por cento dos chefes de família dos assentamentos precários encontram-se economicamente ativos, com 945 ocorrências (tabela 2.40).

No que diz respeito aos chefes de família desempregados, aposentados/pensionistas e os que recebem auxílio doença/benefício, foi possível apurar que os aposentados/pensionistas possuem mais ocorrências, perfazendo 49,11%, os desempregados com um percentual de 30,03 e os que recebem auxílio doença/benefício com um índice de 20,87% (tabela 2.41). Ainda em relação à ocupação, revela-se que 20,55% dos chefes de família estão recebendo algum tipo de benefício do Governo. Esse índice praticamente equivale ao número de chefes de família que

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

56

trabalham no ramo de serviços.

TABELA 2.39 - OCUPAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA		
Ocupação	Ocorrência	%
Industriário/Produção	372	27,89
Comerciário	18	1,35
Serviços	292	21,89
Construção Civil	124	9,30
Desempregado	118	8,85
Aposentado/Pensionista	193	14,47
Auxílio Doença/Benefício	82	6,15
Estudante	1	0,07
Do Lar	26	1,95
Outros	10	0,75
Autônomo	97	7,27
Agropecuária	1	0,07
Não Informado	4	0,30
Total	1338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.40 - OCUPAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA		
Ocupação	Ocorrência	%
Desempregado	118	8,82
Aposentado/Pensionista	193	14,42
Auxílio Doença/Benefício	82	6,13
Outros	945	70,63
Total	1.338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.41 - OCUPAÇÃO DO CHEFE DE FAMÍLIA		
Ocupação	Ocorrência	%
Desempregado	118	30,03
Aposentado/Pensionista	193	49,11
Auxílio Doença/Benefício	82	20,87
Total	393	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.



2.2.1.9.1.1.5 RENDA

Em relação à renda do chefe de família, 57,22% dos mesmos recebe de 1 a 2 salários mínimos. A faixa salarial compreendida até 1 salário mínimo possui 261 ocorrências, perfazendo 19,52%. Esses dados mostram que o foco da Política Habitacional de Interesse Social do Município deve se voltar à população com renda até dois salários mínimos (tabela 2.42).

Significativo ainda é o fato de que os chefes de família sem renda e com renda até 2 salários mínimos perfazem 94,74% do total dos chefes de família dos assentamentos precários.

A faixa salarial compreendida até R\$ 930,00 tem 1.163 ocorrências, perfazendo 86,92% do total dos chefes de família dos assentamentos precários (tabela 2.43).

Os chefes de família que possuem renda superior a 3 salários mínimos, perfazem 4,04% do total dos chefes de família dos assentamentos precários (tabela 2.44).

TABELA 2.42 - RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA		
Renda	Ocorrência	%
Sem Renda	137	10,25
0,01 a 465,00	261	19,52
465,01 a 930,00	765	57,22
930,01 a 1.395,00	121	9,05
1395,01 a 1.860,00	35	2,62
1860,01 a 2.325,00	7	0,52
2.325,01 a 3.255,00	7	0,52
3.255,01 a 4.650,00	3	0,22
4.650,01 a 9.300,00	1	0,07
9.300,01 a 99.999,99	0	0,00

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.43 - RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA		
Renda	Ocorrência	%
Até R\$ 930,00	1.163	86,92
Maior que R\$ 930,00	175	13,08
Total	1338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.44 - RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA		
Renda	Ocorrência	%
Até R\$ 1.395,00	1.284	95,96
Maior que R\$ 1.395,00	54	4,04
Total	1.338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.



2.2.1.9.1.2 CÔNJUGE

2.2.1.9.1.2.1 FAIXA ETÁRIA

No que diz respeito à idade do cônjuge, identificamos que a faixa etária de 31 a 40 anos possui 341 ocorrências (tabela 2.45), perfazendo 34,10% do total dos cônjuges dos assentamentos precários. Pode-se constatar que, em média 96,60% dos cônjuges encontram-se na faixa economicamente ativa, entre 18 e 65 anos.

TABELA 2.45 - IDADE DO CÔNJUGE		
Idades	Ocorrência	%
< 20 anos	34	3,40
21 a 30 anos	301	30,10
31 a 40 anos	341	34,10
41 a 50 anos	189	18,90
> 50 anos	135	13,50
Total	1000	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.1.2.2 ESCOLARIDADE

Considerando a escolaridade do cônjuge, foi possível identificar que o índice de analfabetismo é de 4,50%, enquanto que o índice no município, segundo o IBGE (2007) é de 3,37%. Significativo ainda é a ocorrência de 710 cônjuges que se declararam como alfabetizados ou com estudo até a 8ª série, um percentual de 71 (tabela 2.46).

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

59

TABELA 2.46 - ESCOLARIDADE DO CÔNJUGE		
Instrução	Ocorrência	%
Analfabeto	45	4,50
Alfabetizado	3	0,30
1ª a 4ª série	307	30,70
5ª a 8ª série	400	40,00
Ensino Médio Incompleto	87	8,70
Ensino Médio Completo	136	13,60
Ensino Superior Incompleto	10	1,00
Ensino Superior Completo	12	1,20
Não Alfabetizado	0	0,00
Total	1000	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.1.2.3 OCUPAÇÃO

No que diz respeito à ocupação do cônjuge, 34,21% dos entrevistados se declararam do Lar, os cônjuges empregados no ramo de serviços possuem 208 ocorrências, perfazendo 21,05%. Cabe ressaltar que 8,91% dos cônjuges estavam, no momento da entrevista, desempregados (tabela 2.47).

TABELA 2.47 - OCUPAÇÃO DO CÔNJUGE		
Ocupação	Ocorrência	%
Industriário/Produção	207	20,95
Comerciário	24	2,43
Serviços	208	21,05
Construção Civil	13	1,32
Desempregado	88	8,91
Aposentado/Pensionista	43	4,35
Auxílio Doença/Benefício	36	3,64
Estudante	4	0,40
Do Lar	338	34,21
Outros	1	0,10
Autônomo	26	2,63
Total	988	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.



2.2.1.9.2 CARACTERIZAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DA POPULAÇÃO

2.2.1.9.2.1 GÊNERO

Em relação ao número de componentes por gênero, foi possível identificar uma paridade entre a ocorrência dos gêneros, sendo que os homens possuem um percentual de 50,18 (tabela 2.48).

Significativo é o fato de que o percentual entre o gênero masculino e feminino nos assentamentos precários é praticamente igual ao encontrado no município, segundo dados da contagem do IBGE, 2007 (tabela 2.49).

TABELA 2.48 - NÚMERO DE COMPONENTES POR SEXO		
Componentes	Ocorrência	%
Homens	2.424	50,18
Mulheres	2.407	49,82
Total	4.831	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.49 - NÚMERO DE COMPONENTES RECNSEADOS, POR SEXO				
Componentes	São Bento do Sul - SC	%	Assentamentos Precários	%
Homens	36.254	50,14	2.424	50,18
Mulheres	36.052	49,86	2.407	49,82
Total	72.306	100	4.831	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.2.2 FAIXA ETÁRIA

No que diz respeito à faixa etária da população dos assentamentos precários, a faixa de 10 a 14 anos é a mais significativa, com 12,11% das ocorrências. Logo em seguida, temos as pessoas de 5 a 9 anos, com um percentual de 10,85 (tabela 2.50).

Verificamos que 42,08% da população dos assentamentos precários é composta por jovens, ou seja, indivíduos da faixa compreendida entre 0 e 19 anos, enquanto que no município o percentual é de 34,07. Os adultos aparecem com 53,42%, sendo a faixa mais significativa. Os idosos, indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos perfazem 4,49% do total dos assentamentos precários e no município o índice é de 7,21% (tabela 2.51).

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

61

TABELA 2.50 - POPULAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, POR FAIXA ETÁRIA		
Idades	Ocorrência	%
0 a 4 anos	446	9,23
5 a 9 anos	524	10,85
10 a 14 anos	585	12,11
15 a 19 anos	478	9,89
20 a 24 anos	440	9,11
25 a 29 anos	425	8,80
30 a 34 anos	405	8,38
35 a 39 anos	450	9,31
40 a 44 anos	293	6,06
45 a 49 anos	258	5,34
50 a 54 anos	180	3,73
55 a 59 anos	130	2,69
60 a 64 anos	85	1,76
65 a 69 anos	56	1,16
70 a 74 anos	28	0,58
75 a 79 anos	30	0,62
80 anos ou mais	18	0,37
Idade Ignorada	0	0,00
Total	4831	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.51 - COMPARATIVO ENTRE FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC		
	São Bento do Sul	Total A. Precários
Jovens (até 19 anos)	34,07	42,08
Adultos (20 a 59 anos)	58,72	53,42
Idosos (60 ou mais)	7,21	4,49

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.2.3 ESCOLARIDADE

Considerando escolaridade da população dos assentamentos precários, foi possível identificar que o índice de analfabetismo é de 3,62% (tabela 2.52), enquanto que o índice no município, segundo o IBGE (2007) é de 3,37%.

Em relação ao ensino médio foi possível constatar 468 ocorrências de moradores que se declaram com ensino médio incompleto, perfazendo 9,69%. O ensino médio completo aparece

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

62

com 10,76% das ocorrências relativas à escolaridade da população dos assentamentos precários.

Significativo ainda é a ocorrência de 3.181 habitantes que se declararam como alfabetizados ou com estudo até a 8ª série, um percentual de 65,85 (tabela 2.53).

TABELA 2.52 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS		
Escolaridade	Ocorrência	%
Analfabeto	175	3,62
Alfabetizado	59	1,22
1ª a 4ª série	1.418	29,35
5ª a 8ª série	1.704	35,27
Ensino Médio Incompleto	468	9,69
Ensino Médio Completo	520	10,76
Ensino Superior Incompleto	26	0,54
Ensino Superior Completo	23	0,48
Não Alfabetizado	438	9,07
Total	4831	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.53 - ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS		
Escolaridade	Ocorrência	%
Analfabeto	175	3,62
Alfabetizado até a 8ª série	3.181	65,84
Ensino Médio	988	20,45
Ensino Superior	49	1,01
Outros	438	9,07
Total	4831	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.2.4 COMPONENTES

Em relação à composição familiar, 25,41% dos núcleos familiares dos assentamentos precários possuem 3 componentes. As famílias com 4 componentes vem logo em seguida, com 23,99%. Os núcleos familiares com 2 componentes aparecem com 17,94% das ocorrências. Treze vírgula quarenta e cinco por cento das habitações apresentam 5 componentes familiar (tabela 2.54).

O levantamento sócioeconômico constatou que em geral, as famílias são compostas por pai e/mãe e filhos e pessoas agregadas ao núcleo familiar em pequeno número. Constata-se que 49,40% das famílias dos assentamentos precários são compostas por pai, mãe e, no máximo dois filhos. No que diz respeito aos núcleos familiares compostos de 6 a 10 pessoas encontramos 146

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

63

ocorrências, perfazendo 24,36% do total da população dos assentamentos precários.

Em relação à média de pessoas por família, o município de São Bento do Sul possui 3,05 moradores por habitação, enquanto que nos assentamentos precários a média é de 3,61 pessoas por habitação (tabela 2.55).

TABELA 2.54 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR		
Componentes	Ocorrência	%
1 pessoa	107	8,00
2 pessoas	240	17,94
3 pessoas	340	25,41
4 pessoas	321	23,99
5 pessoas	180	13,45
6 pessoas	76	5,68
7 pessoas	43	3,21
8 pessoas	16	1,20
9 pessoas	6	0,45
10 pessoas	5	0,37
Mais de 10 pessoas	4	0,30
Total	1338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.55 - MÉDIA DE COMPONENTE FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC	
Local	Média
Município	3,05
Assentamentos precários	3,61

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda. e IBGE/Censos Demográficos

2.2.1.9.2.5 NECESSIDADES ESPECIAIS

Considerando os portadores de necessidades especiais, foi possível verificar a ocorrência de 77 casos, perfazendo 1,60% do total da população dos assentamentos precários (tabela 2.56).

Dos 77 portadores de necessidades especiais, 12 possuem dificuldade de locomoção, um percentual de 15,58 (tabela 2.57).

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

64

TABELA 2.56 - PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS		
	Ocorrência	%
Total	77	1,60

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.57 - PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO		
	Ocorrência	%
Portadores de necessidades especiais	77	100
Portadores sem dificuldade de locomoção	65	84,42
Portadores com dificuldade de locomoção	12	15,58

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.2.6 FAMÍLIAS CONVIVENTES

No que diz respeito às famílias conviventes, 1.287 habitações possuem uma família, um percentual de 96,19 (tabela 2.58). As habitações que possuem duas famílias aparecem com 45 ocorrências, perfazendo 3,36% e ainda em 6 habitações convivem três famílias ou mais, correspondendo a 0,45% .

TABELA 2.58 - FAMÍLIAS POR HABITAÇÃO		
Famílias	Ocorrência	%
1 Família	1.287	96,19
2 Famílias	45	3,36
3 Famílias ou mais	6	0,45
Total	1.338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.4.2.7 RENDA

Considerando a renda geral dos assentamentos precários, 44,82% dos mesmos recebe de 1 a 2 salários mínimos . A faixa salarial compreendida até 1 salário mínimo possui 662 ocorrências, perfazendo 21,51%, pessoas sem renda (com 16 anos de idade ou mais) aparecem com 820 ocorrências, um percentual de 26,65 (tabela 2.59).

A faixa salarial compreendida entre 2 e 3 salários mínimos aparece com 144 ocorrências, perfazendo 4,68% da renda geral da população dos assentamentos precários.

Da faixa salarial compreendida entre 10 a 20 salários mínimos, foi possível verificar uma ocorrência, perfazendo 0,03% do total da renda geral da população dos assentamentos precários.

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

65

TABELA 2.59 - RENDA GERAL		
Renda	Ocorrência	%
Sem renda	820	26,65
0,01 a 465,00	662	21,51
465,01 a 930,00	1.379	44,82
930,01 a 1.395,00	144	4,68
1395,01 a 1.860,00	49	1,59
1860,01 a 2.325,00	9	0,29
2.325,01 a 3.255,00	10	0,32
3.255,01 a 4.650,00	3	0,10
4.650,01 a 9.300,00	1	0,03
9.300,01 a 99.999,99	0	0,00
Total	3077	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.3 SITUAÇÃO HABITACIONAL

Para a análise da Situação Habitacional a escolha das informações coletadas teve como objetivo qualificar e dimensionar as habitações, identificando:

- regularidade do terreno,
- número de famílias por habitação, com finalidade de identificar a existência do fenômeno da cohabitação,
- dimensionamento da habitação, através de dois dados diferenciados:
- número de cômodos existentes no imóvel,
- área da edificação;
- infraestrutura:
- tipo de acesso (por via pública ou precário),
- abastecimento de água,
- atendimento por rede de energia domiciliar,
- atendimento por coleta de lixo,
- drenagem pluvial,
- esgotamento sanitário,
- existência de banheiro na habitação;
- área de risco.



2.2.1.9.3.1 DIMENSÃO DA HABITAÇÃO

A análise dos dados referentes ao número de cômodos por unidade habitacional mostra que 99,63% da população possui casas com dois ou mais cômodos e que 47,68% da população mora em casas com seis ou mais cômodos, índice inferior somente ao da população que mora em casas de três a cinco cômodos 49,18%. O percentual de pessoas que moram em casas com um cômodo apenas é de 0,37 da população (tabela 2.60). A análise dos dados referentes à área construída das habitações mostra que 27,20% possuem de 45 a 60m² de área residencial, 22,80% possuem de 25 a 45m², 21,90% possuem de 61 a 80m², 12,03% possuem de 81 a 100m², 9,34% possuem mais de 100m² de área construída residencial e somente 6,73% possuem área construída com 25m² ou menor; sendo que a área média construída é de 64,07m² (tabela 2.60). Quarenta e três vírgula vinte e sete por cento das habitações possuem área construída de 60m² ou mais (tabela 2.62).

TABELA 2.60 - CÔMODOS POR HABITAÇÃO		
Cômodos	Ocorrência	%
1 cômodo	5	0,37
2 cômodos	37	2,77
3 cômodos	120	8,97
4 cômodos	200	14,95
5 cômodos	338	25,26
6 cômodos ou mais	638	47,68
Total	1338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.61 - ÁREA DA HABITAÇÃO		
Área	Ocorrência	%
< 25 m ²	90	6,73
25 a 45 m ²	305	22,80
46 a 60 m ²	364	27,20
61 a 80 m ²	293	21,90
81 a 100 m ²	161	12,03
Mais de 100 m ²	125	9,34
Total da área média		64,07 m²

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

67

TABELA 2.62 - ÁREA DA HABITAÇÃO

Área	Ocorrência	%
Até 60 m ²	759	56,73
Maiores que 60 m ²	579	43,27
Total	1338	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.3.2 INFRAESTRUTURA

Considerando o acesso às habitações dos assentamentos precários 82,53% dos lotes têm acesso por via pública e 17,47% tem seu acesso precário (tabela 2.63).

Quanto a infraestrutura das habitações 97,76% recebem água tratada, 98,21% contam com luz elétrica, 97,91% contam com coleta do lixo domiciliar e 95,14% das unidades habitacionais têm banheiro, enquanto apenas 0,37% das unidades habitacionais contam com coleta de esgoto pluvial (tabela 3.64).

A análise dos dados referentes a infraestrutura de saneamento básico nos permite ver que 71,08% da população usufrui de tratamento de esgoto por conjuntos fossa/filtro em seus lotes, 21,23% possui coleta pública de efluentes e 24,60% não conta com tratamento de nenhuma espécie, tendo o esgoto correndo a céu aberto (tabela 2.65). É necessário que se frise que em diversos casos o conjunto fossa/filtro deságua em canalizações de esgoto público.

TABELA 2.63 - ACESSO À HABITAÇÃO

Acesso	Ocorrência	%
Via pública	1.091	82,53
Precário	231	17,47
Total	1.322	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.64 - INFRAESTRUTURA DA HABITAÇÃO

Infraestrutura	Ocorrência	%
Água	1.308	97,76
Luz	1.314	98,21
Coleta de Lixo	1.310	97,91
Coleta de água da chuva	5	0,37
Banheiro	1.273	95,14

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

68

TABELA 2.65 - INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO		
Infraestrutura	Ocorrência	%
Coleta de esgoto sanitário	284	21,23
Fossa/Filtro/Sumidouro	951	71,08
Esgoto a céu aberto	330	24,66

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.3.3 ÁREAS DE RISCO

Os domicílios situados em área de risco significam 21,90% dos assentamentos em áreas precárias (tabela 2.66).

No que diz respeito aos riscos impostos às habitações, temos: riscos de enchentes em 39,24% dos casos, 32,28% de desbarrancamento do terreno, 22,78% de desabamento das residências e outros tipos de riscos fortuitos com 18 ocorrências, perfazendo 5,70% (tabela 2.67).

TABELA 2.66 - DOMICÍLIOS SITUADOS EM ÁREA DE RISCO		
	Ocorrência	%
Domicílios	293	21,90

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

TABELA 2.67 - TIPOS DE RISCOS IMPOSTOS À HABITAÇÃO		
Riscos	Ocorrência	%
Desabamento da casa	72	22,78
Enchentes	124	39,24
Desbarrancamento do terreno	102	32,28
Outros	18	5,70
Total	316	100

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.1.9.3.4 REGULARIDADE FUNDIÁRIA

Quanto à regularização dos terrenos situados em áreas precárias a análise dos gráficos mostra 43,42% dos terrenos com escrituras, 86,75% dos casos a escritura está no nome de outra pessoa e somente 0,25% tem a escritura da área que habita; já os lotes sem escritura, perfazem 56,58%. São terrenos da Prefeitura 12,95%. Ainda temos que 87,05% se encontram em área irregular, cabendo notar que não consta nenhum registro de invasão de área verde, institucional e ou comunitária (tabela 2.68).



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

69

TABELA 2.68 - REGULARIZAÇÃO DO TERRENO		
	Ocorrência	%
Com escritura	581	43,42
No próprio nome	77	0,25
Nome de outro	504	86,75
Sem escritura	757	56,58
Prefeitura	98	12,95
Área verde / institucional / comunitária	0	0,00
Loteamento Irregular	659	87,05

Fonte: Base Sistemas de Planejamento Ltda.

2.2.2 DISPONIBILIDADE DE ÁREAS

Para possibilitar condições para a definição das linhas programáticas da Estratégia de Ação referente aos reassentamentos e implantações de empreendimentos habitacionais de interesse social é necessário localizar e quantificar a existência de áreas disponíveis e a disponibilizar para atender a demanda habitacional.

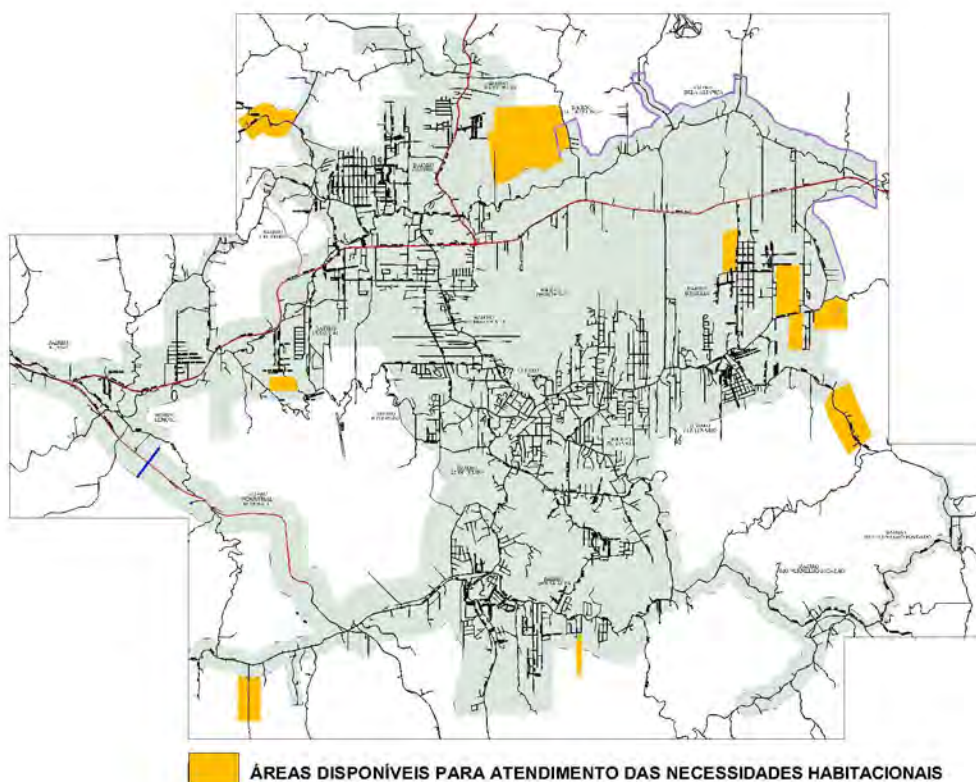


FIGURA 2.8 – ÁREAS DISPONÍVEIS PARA NECESSIDADES HABITACIONAIS



2.2.3 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

O diagnóstico da participação da comunidade no setor habitacional foi realizado através da adoção de duas sistemáticas diferenciadas.

A primeira buscou identificar os grupos sociais que atuam no setor habitacional e as características de sua organização e ação. Seu enfoque foi analisar os atores sociais organizados de forma coletiva e sua contribuição para atender a demanda habitacional.

A segunda consistiu na realização de um conjunto de oficinas comunitárias para o levantamento dos problemas, interesses e potencialidades do setor habitacional de interesse social, essenciais para o conhecimento da realidade e formulação do Diagnóstico. Para tanto foi utilizada metodologia de pesquisa popular que reflete o posicionamento de cada um dos participantes, mas que no conjunto essas opiniões expressam a questão habitacional da cidade.

2.2.3.1 ATORES SOCIAIS

A questão da moradia deve ser entendida como um espaço de organização coletiva, no qual ocorrem integrações e construção de cidadania, oportunizando laços de solidariedade e identidade na produção da habitação e de seu entorno.

O poder público não consegue de forma isolada, resolver a totalidade das demandas existentes sobre o acesso à habitação. Por isso, deve contar com a participação efetiva da sociedade civil organizada.

São Bento do Sul conta com associações de moradores, conselho e sindicatos (tabela 2.69) que atuam nos processos de implementação de políticas públicas, incluindo a política habitacional. Porém essa atuação ainda é tímida, já que, quem mobiliza, executa e estabelece as políticas públicas habitacionais no município ainda é o Poder Público.

Neste sentido, cabe ao poder público o desafio de estimular a criação de novas instituições, bem como fortalecer a participação das já existentes, oportunizando um ambiente democrático de participação direta da comunidade nos assuntos habitacionais, estreitando as relações entre o Estado e a sociedade.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

71

TABELA 2.69 - INSTITUIÇÕES DO SETOR HABITACIONAL

Entidade	Capacidade de Atuação	Forma de Organização	Potencial para Colaborar
Associação de Moradores	Controle social, fiscalização e mobilização popular	Associação	Atuação na implementação do Plano de Habitação e na mobilização comunitária
Conselho Municipal de Habitação	Controle social, fiscalização e parecer	Indicação de entidades	Atuação na implementação do Plano de Habitação
Sindicatos dos Trabalhadores	Organização e mobilização	Associação	Atuação na implementação do Plano de Habitação e implementação de programas habitacionais
Sindicatos Patronais	Organização e mobilização	Associação	Atuação na implementação do Plano de Habitação e implementação de programas habitacionais
Órgãos de financiamento	Financiamentos habitacionais	Pessoa jurídica	Financiamento de habitações

O Poder Executivo, por sua vez também considera o Conselho Municipal de Habitação um grupo social, pois é um órgão de participação popular, em que pese estar vinculado com a estrutura de governo municipal. Tem como função controlar, fiscalizar e elaborar pareceres sobre a política municipal de habitação.

Por fim, para a efetivação do PMHIS é fundamental a participação da comunidade na construção da proposta habitacional de interesse social, porém mesmo que existam esses grupos sociais atuando nas questões habitacionais, suas ações ainda são pontuais e insuficientes, o que dificulta uma participação mais efetiva da comunidade na definição e implementação das políticas na área habitacional.

2.2.3.2 OFICINAS COMUNITÁRIAS

Para a efetivação do PMHIS é fundamental a participação da comunidade na construção da proposta habitacional de interesse social, sendo previsto um conjunto de ações neste sentido que configuram a agenda pública da elaboração do Plano Habitacional.

A partir desta agenda foi definida a etapa de realização de oficinas comunitárias, conforme termo de referência e proposta metodológica, divididas em duas sistemáticas diferenciadas:



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

72

- a) realização de 21 Audiências Públicas, contemplando os bairros e a zona rural, com o envolvimento efetivo das Associações de Moradores;
- b) realização de 8 Plenárias, baseadas nas informações do Diagnóstico Habitacional e nos outros dados coletados, utilizando a metodologia do planejamento estratégico, conforme orientação do Plano Diretor de São Bento do Sul.

As 21 audiências foram divididas em rurais e urbanas, sendo que 16 foram realizadas nos bairros e 5 aconteceram na zona rural. Este conjunto de audiências públicas foi realizado no período de 15 de maio de 2008 a 2 de abril de 2009. As audiências urbanas foram localizadas nos bairros:

- a) Serra Alta,
- b) Centenário,
- c) Cruzeiro,
- d) Brasília – Vila São Paulo,
- e) Brasília,
- f) 25 de Julho,
- g) Mato Preto,
- h) Dona Francisca e Bela Aliança,
- i) Schramm,
- j) Rio Negro,
- k) Boehmerwald,
- l) Progresso,
- m) Oxford,
- n) Alpino e Lençol,
- o) Colonial.

As audiências rurais foram realizadas nas localidades de:

- a) Ponte dos Vieiras,
- b) Rio Antinha,
- c) Rio Natal,
- d) Rio Vermelho (povoado e arredores),
- e) Fundão.

Os trabalhos foram coordenados pela Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB. E para o desenvolvimento dos trabalhos foi utilizada a seguinte sistemática:

- a) Introdução,
- b) Explicação sobre o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social,



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

73

- c) Aplicação de questionário, tendo como tema informações a respeito do tipo de habitação, renda familiar, número de famílias que dividem a mesma casa, a infraestrutura da rua e da habitação, a regularização fundiária e situações de risco, entre outras,
- d) Palavra - Livre, manifestação da comunidade participante da audiência,
- e) Encerramento.

A realização de 8 (oito) Reuniões plenárias tem por objetivo o estabelecimento dos rumos da Política Habitacional Municipal, a partir da missão, visão e dos objetivos em relação a moradia estabelecidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Participativo, pelos membros do Conselho Gestor do FMHIS com a participação de outros setores da comunidade.

O conjunto de Reuniões plenárias foi realizado no período de 01 de fevereiro de 2010 a 03 de fevereiro de 2010, no Auditório da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, sendo desenvolvido cada um dos seguintes temas:

- a) Inadequação Habitacional,
- b) Assentamentos Precários,
- c) Condições Institucionais e Administrativas,
- d) Recursos Existentes e Projetados,
- e) Déficit Habitacional,
- f) Produção de Terra Urbana,
- g) Gestão, Monitoramento e Revisão,
- h) Habitação e Meio Ambiente.

Os trabalhos foram coordenados de forma conjunta pela Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB e pela consultora.

Para o desenvolvimento dos trabalhos foi utilizada a Metodologia do Planejamento Estratégico (Matriz FOFA - forças e oportunidades, fraquezas e ameaças) conforme orientação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Participativo (PDDIP) de São Bento do Sul. Após uma introdução visando explicitar a sistemática de elaboração do PMHIS e da metodologia a ser utilizada na reunião plenária, assim como o tema a ser debatido, a análise ocorreu em pequenos grupos, utilizando-se do metaplan - anotações em cartelas diferenciadas nas cores possibilitando definir forças, oportunidades, fraquezas e ameaças. As conclusões de cada grupo foram apresentadas à plenária, que as rediscutiu estabelecendo o painel referente ao tema objeto da reunião.

A análise realizada foi dividida em dois ambientes relativos à Administração Municipal:

- a) ambiente interno:



Forças;



Fraquezas.



b) ambiente externo:



Oportunidades,



Ameaças.

Consideram-se forças as características ou situações intrínsecas e desejáveis da instituição, no caso EMHAB, que podem favorecer o cumprimento de sua missão e dos objetivos estabelecidos que, por isso, devem ser preservadas ou potencializadas.

Consideram-se fraquezas as características ou situações intrínsecas e indesejáveis da instituição que podem prejudicar o cumprimento de sua missão e dos objetivos estabelecidos que, por isso, devem ser abolidas ou minimizadas.

Consideram-se oportunidades quaisquer elementos (forças, eventos ou situações) do ambiente externo que podem afetar de forma positiva a instituição. São influências que constituem ou que venham a se constituir, em elementos favoráveis ao desempenho da instituição, no cumprimento de sua missão.

Consideram-se ameaças quaisquer elementos (forças, eventos ou situações) do ambiente externo que podem afetar de forma negativa a instituição. São influências que constituem ou que venham a constituir, em elementos desfavoráveis ao desempenho da instituição, no cumprimento de sua missão.

2.2.4 POLÍTICA HABITACIONAL VIGENTE

A política habitacional vigente é composta pelas diretrizes e ações dos Governos Federal, Estadual e Municipal. A política federal e estadual são os referenciais para a elaboração da nova política municipal do setor. A atual política municipal deve ser avaliada tendo em vista a sua resposta a realidade local. O seu diagnóstico deve considerar a oferta habitacional, os marcos regulatórios e legais, as condições institucionais e administrativas do município referentes ao setor, os recursos financeiros existentes e os programas e ações implantados e em implantação.

2.2.4.1 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

2.2.4.1.1 LEI ORGÂNICA

A Lei Orgânica, do Município de São Bento do Sul foi promulgada em 05 de abril de 1990 e tratou do Desenvolvimento Urbano em seu Título V, Capítulo II com diretrizes voltadas à política de desenvolvimento urbano e habitacional, dando especial destaque ao Plano Diretor, a necessidade de Programas de Habitação Popular e as políticas voltadas à melhoria do



Saneamento Básico.

Em que pese, não tenha contemplado diretamente o regramento do Estatuto da Cidade, a Lei Orgânica, de certa forma, antecipou-se ao regramento do Estatuto da Cidade, anunciando uma série de institutos que podem ser utilizados na execução da Política Urbana, servindo de suporte para elaboração de uma Política Habitacional de Interesse Social eficiente.

Observa-se que a LOM dispensou atenção especial à política de desenvolvimento urbano e habitacional contemplando-a no Capítulo denominado “Do Desenvolvimento Urbano” apresentando uma série de artigos que interessam ao desenvolvimento habitacional, em especial a necessidade de um Plano Diretor cujo objetivo é ordenar o pleno e harmônico desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes e a proteção ao meio ambiente.

Também, estão elencados neste comando alguns instrumentos jurídicos importantes de indução do desenvolvimento social, que têm seus reflexos na questão urbana e habitacional, onde o Município ao valer-se de sua autoridade e competência, assegurados na Constituição Federal, Estadual e Legislação Complementar, responsabiliza-se em elaborar uma política urbana e habitacional com a elaboração de projetos e programas de desenvolvimento local, onde a participação das respectivas comunidades no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos é fundamental para sua execução atendendo assim, aos princípios gerais estabelecidos na Constituição Federal.

Assim, diante destes dispositivos elencados na Lei Orgânica, pode-se afirmar que município de São Bento do Sul contempla em sua lei máxima a questão urbana e habitacional primando sempre pela preservação, proteção e recuperação do meio-ambiente urbano e rural; o que lhe autoriza, por exemplo, ampliar o acesso a lotes dotados de infraestrutura básica e servidos por transporte coletivo.

A Lei Orgânica, com base nas diretrizes do Plano Diretor, autoriza o município a produzir normas sobre zoneamento, loteamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, índices urbanísticos e proteção ambiental, garantindo assim o crescimento ordenado da cidade.

É importante frisar que a LOM incumbe ao município, em consonância com o Estado, a União e Sociedade Civil, promover programas de construção de moradia popular, de melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, bem como urbanizar e regularizar as áreas ocupadas por população de baixa renda, passíveis de urbanização autorizando a titulação dos imóveis localizados nessas áreas.

Por fim, define em seu artigo 116, em consonância com a Constituição do Estado que o município promoverá programas de interesse social destinados a facilitar o acesso da população à habitação, priorizando as famílias de baixa renda e os problemas de sub-habitação, a regularização fundiária; a dotação de infraestrutura básica e de equipamentos sociais, e a implantação de empreendimentos habitacionais para garantir gradativamente habitação a todas as



famílias, destinando valores em seus planos plurianuais e orçamentos anuais a fim de garantir a eficácia da política habitacional.

Assim, pode-se afirmar que município de São Bento do Sul contempla em sua lei máxima a questão habitacional o que lhe garante a possibilidade de executar programas de regularização fundiária, os quais são utilizados na execução da política urbana com o objetivo de titular, legalizar, ordenar e desenvolver a cidade em proveito da dignidade da pessoa humana cumprindo assim, a função social da cidade, em consonância com as políticas sociais e econômicas do Município.

2.2.4.1.2 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

São Bento do Sul através da Lei n. 1675 de 10 de outubro de 2006, instituiu seu atual Plano Diretor, onde se destacam dispositivos no que concerne a produção e regulamentação da habitação de interesse social, fazendo referências a instrumentos de universalização das cidades, conforme está previsto no Estatuto da Cidade.

Nesse diapasão deve ser registrado que a Cidade possui uma preocupação muito grande com o planejamento urbano, pois desde 2006 o Município estabeleceu seu novo Plano Diretor através de um amplo debate com as comunidades contemplando com grande ênfase os instrumentos de universalização das cidades previstos na lei federal.

Nota-se nesta norma que o município adota uma estratégia especial de produção da Cidade, que tem como objetivo principal a promoção do desenvolvimento através implementação de uma política de habitação social, que integre e regule as forças econômicas informais de acesso a terra e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social, capaz de atender as populações de baixa e média renda, com incentivos e estímulos à produção de habitação, à regularização fundiária e urbanização específica dos assentamentos irregulares os integrando à malha urbana formal.

O Estatuto da Cidade estabelece que o Plano Diretor deve contemplar instrumentos de indução do crescimento urbano sustentável aliado a um planejamento participativo e de caráter permanente, a fim de promover a universalização das cidades, e é nesse sentido que se pode observar no atual Plano Diretor de São Bento do Sul, onde estes instrumentos já estão contemplados, o que auxilia na elaboração das demais legislações urbanísticas, voltada à habitação de interesse social, bem como da legislação que regula o direito de propriedade, e permitem a realização de melhorias habitacionais nos assentamentos precários e a edificação de novos assentamentos de forma organizada e sem agredir ao meio ambiente.

Outra característica importante que está contemplada no plano diretor de São Bento do Sul é que este instrumento objetiva incorporar a cidade informal à cidade formal, introduzindo em seu texto diretrizes, princípios e instrumentos de desenvolvimento urbano que permite articular e



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

77

integrar as políticas habitacional, fundiária e ambiental, com vistas a dar ao território um uso que contemple a função social da cidade.

O plano diretor de São Bento do Sul também sugere que a Habitação de Interesse Social seja aquela destinada à população residente em núcleos de habitabilidade precária, ou desprovida de poder aquisitivo familiar suficiente para obtê-la no mercado imobiliário, traçando uma Estratégia especial de Produção da Cidade através de programas de Habitação de Interesse Social, propondo a implementação de ações, projetos e procedimentos de regulamentação, da manutenção e da produção da Habitação de Interesse Social, com a criação de zonas especiais de interesse social.

Cabe informar que o Plano Diretor trata da divisão política do Município, bem como estabelece estratégias de intervenção na cidade, cuidando da estruturação urbana da mobilidade e da malha viária; trata do uso e ocupação do solo privado, da qualificação ambiental, da produção, tanto econômica quanto da cidade. Institui um sistema de planejamento, firmando um modelo espacial, estabelecendo as áreas de ocupação. Estrutura-se em macrozonas e define os elementos estruturadores do modelo espacial, bem como suas zonas (urbana e rural) com seus devidos usos.

Na mesma linha o Plano Diretor trata do sistema de planejamento, estabelecendo seus componentes, estrutura e atribuições. Lista os instrumentos do Plano Diretor, os instrumentos da Política Urbana e os mecanismos de indução do crescimento.

Trata, também, dos instrumentos de regulação para intervenção no solo, quais sejam a ocupação e uso do solo, a transferência de potencial construtivo, o solo criado, a tributação progressiva entre outros.

Portanto, cabe ao Município de São Bento do Sul implantar a legislação urbanística e melhorá-la, bem como promover integração entre os programas de regularização fundiária e urbanística, com o objetivo da manutenção de Habitação de Interesse Social, sem a remoção dos moradores quando estes não estiverem expostos a risco ou e em casos de excedentes populacionais, além de aplicar a legislação que regula o direito de propriedade a fim de promover universalização dos direitos básicos à cidade urbanizada, definindo instrumentos de urbanização como, por exemplo, estabelecendo e delimitando as ZEIS (zonas especiais de interesse social), para não impor barreiras para produção da habitação de interesse social, captando recursos junto a outras esferas de governo objetivando a realização de melhorias habitacionais nos assentamentos precários e a edificação de novos assentamentos.

Por fim, cabe observar que São Bento do Sul possui um vasto ordenamento que integra a legislação urbanística, além do Plano Diretor, o parcelamento do solo que oferece as normas gerais do regime urbanístico, estabelecendo o regime das atividades, os dispositivos de controle de edificações, e parcelamento do solo. Neste ponto tratando do loteamento, desmembramento, fracionamento e edificação, a Lei do Zoneamento que regulamenta o desenvolvimento da Cidade,



o Código de Obras, que regulamenta as construções, especialmente com vistas a sua habitabilidade, segurança e higiene da unidade habitacional; o Código Posturas, que regulamenta as ações dos munícipes com vistas ao convívio comunitário, e a salubridade e segurança pública. Por fim temos a política municipal de meio ambiente, que regulamenta a forma de utilização e preservação dos recursos naturais dentro do território do Município de São Bento do Sul.

2.2.4.1.3 LEI DA POLÍTICA HABICIONAL

O Município de São Bento do Sul tem um longo histórico de legislação voltada à moradia popular, bem como de parcerias junto aos Governos Federal e Estadual na busca de investimentos em habitação para população de baixa renda, e com isso vêm diminuindo o déficit habitacional.

A lei municipal nº 56 de 18 de maio de 2001 criou, estruturou e determinou as condições de funcionamento da Política Local de Habitação de Interesse Social, tendo como marco a criação da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, formatando assim a política habitacional do município, disciplinando a política de habitação de interesse social.

Dentre os principais objetivos da política de habitação de interesse social, estão a implementação de programas de habitação e loteamentos populares de interesse social, bem como a urbanização e o parcelamento de áreas de terra que integram, destinadas à EMHAB, onde a transferência dos lotes resultantes de parcelamento, efetivar-se-á através de alienação.

Outro ponto importante da política de habitação de interesse social de São Bento do Sul está na necessidade de viabilizar junto aos entes federados os recursos para o financiamento da habitação de interesse social, elaborar programas habitacionais objetivando atender as famílias que mais necessitam diminuir o déficit habitacional, melhorar a qualidade de vida da população beneficiária destes programas e viabilizar para a população em estado de vulnerabilidade social o acesso à habitação digna.

A lei apresenta a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, como centralizadora dos programas e projetos destinados à habitação, onde a estruturação, a organização e a atuação das Secretarias Municipais devem observar os princípios de integração com as políticas habitacionais federal, estadual e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social, garantia da moradia digna com padrões mínimos de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais à população em estado de vulnerabilidade social, bem como transparência dos procedimentos decisórios com uma ampla participação comunitária.

As diretrizes desta política priorizam a execução de programas e projetos habitacionais para a população de baixa renda que habita moradias em condições precárias ou construídas em



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

79

áreas de risco, em favelas, habitações coletivas ou de aluguel, com renda familiar igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos, priorizando na aplicação dos recursos da EMHAB, a população cuja renda familiar seja de zero até cinco salários mínimos.

Objetivando complementar esta lei foi instituída a lei 1.714 de 20 de novembro de 2006, cujo objetivo foi instituir o sistema de pontuação para definição de ordem de prioridade para aquisição de lote ou casa nos programas habitacionais mantidos pelo Município.

Esta lei estabeleceu um processo de seleção que deve ser precedido de processo classificatório dos interessados, os quais preencherão uma ficha de inscrição, onde mediante análise e avaliação da situação sócioeconômica da família, situação habitacional da família por ocasião da inscrição na EMHAB, tempo de residência e domicílio no Município, data de inscrição dentre outros serão avaliadas através de um sistema de pontuação.

Assim, para garantir o cumprimento Política Habitacional instituída cabe ao Poder Executivo Municipal, através da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, exercer as atividades relacionadas com a implementação de programas de habitação de interesse social em especial a aquisição de áreas para construção de casas e implementação de loteamentos populares, firmar convênios com entidades bancárias e outros órgãos para financiar aquisição de casas populares e realizar a recuperação ou o reassentamento de habitações insalubres e de risco.

Outra lei importante para a operacionalização da política municipal de habitação é a Lei 2.048 de 27 de dezembro de 2007, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e instituiu seu Conselho Gestor.

O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será regido por um Conselho Gestor e tem como objetivo centralizar e gerenciar os recursos orçamentários destinados a implementar as políticas habitacionais direcionadas à população em estado de vulnerabilidade e risco habitacional. As fontes e recursos que constituem o fundo originam-se principalmente através de dotações do Orçamento do Município, recursos provenientes de empréstimos externos contribuições e doações e receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS.

O Conselho Gestor do Fundo é o órgão deliberativo de caráter permanente, de composição paritária entre governo e sociedade civil, sendo o responsável pela proposição e o controle da Política de Habitação de Interesse Social, e com a finalidade de assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas para habitação popular.

O Conselho Municipal de Habitação tem como suas principais atribuições legais, estabelecer diretrizes e critérios de alocação dos recursos do FMHIS, deliberar sobre as contas do FMHIS; elaborar e aprovar seu Regimento Interno; fixar critérios para a priorização de linhas de ação; aprovar os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo nas áreas



sociais, tais como habitação, saneamento básico e promoção humana; acompanhar, avaliar e fiscalizar os programas, projetos, serviços, ações de habitação na abrangência municipal; acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo, acompanhar a execução dos programas sociais de habitação, avaliar, propor, debater e aprovar a política de desenvolvimento urbano.

Cabe referendar que o Conselho possui atribuições fiscalizatórias como, por exemplo, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo e fiscalizar a execução dos programas de habitação com recursos do fundo, tendo inclusive o poder de requerer o embargo de obras e suspensão da liberação de recursos desde que constatado o desvio de finalidade do recurso oriundo do Fundo, ou ainda irregularidades na aplicação das normas da boa técnica ou agressão ao meio ambiente.

O Conselho, conforme determina esta lei é um órgão colegiado vinculado a Administração Municipal e tem uma composição paritária entre o poder público e a sociedade civil organizada, com um número de 12 (doze) membros, onde a presidência é exercida pelo Diretor Presidente da EMHAB.

Os recursos do Fundo serão aplicados essencialmente às ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem principalmente aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais, a produção de lotes urbanizados para fins habitacionais, a urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social, a implantação de saneamento básico, a aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias, a recuperação ou produção de habitações em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, contratação de serviços técnicos para viabilização de programas de habitação de interesse social dentre outros.

Por fim, temos que o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social ficará vinculado diretamente à EMHAB, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar as políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda, administrando o Fundo e estabelecendo as diretrizes para aplicação de seus recursos juntamente com o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, e em consonância com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Participativo de São Bento do Sul, bem como com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

2.2.5 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVAS

O Município de São Bento do Sul passou por uma reforma administrativa através da Lei nº 56 de 18 de maio de 2001, onde o departamento de Habitação e as divisões de Cadastro Social e Obras Habitacionais, que integravam a Secretaria Municipal de Planejamento, passaram



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

81

a ser parte da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB.

Esta lei municipal criou, estruturou e determinou as condições de funcionamento da Política Local de Habitação de Interesse Social, tendo como marco a criação da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, formatando assim a política habitacional do município, disciplinando a política de habitação de interesse social.

Dentre os principais objetivos da política de habitação de interesse social, estão a implementação de programas de habitação e loteamentos populares de interesse social, bem como a urbanização e o parcelamento de áreas de terra que integram, destinadas à EMHAB, onde a transferência dos lotes resultantes de parcelamento, efetivar-se-á através da alienação.

Outro ponto importante da política de habitação de interesse social de São Bento do Sul está na necessidade de viabilizar junto aos entes federados os recursos para o financiamento da habitação de interesse social, elaborar programas habitacionais objetivando atender as famílias que mais necessitem diminuir o déficit habitacional, melhorar a qualidade de vida da população beneficiária destes programas e viabilizar à população em estado de vulnerabilidade social o acesso à habitação digna.

A lei apresenta a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, como centralizadora dos programas e projetos destinados à habitação, onde a estruturação, organização e atuação das Secretarias Municipais devem observar os princípios de integração com as políticas habitacionais federal, estadual e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social, garantia da moradia digna com padrões mínimos de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais para a população em estado de vulnerabilidade social, bem como transparência dos procedimentos decisórios com uma ampla participação comunitária.

As diretrizes desta política priorizam a execução de programas e projetos habitacionais para a população de baixa renda que habita em moradias com condições precárias ou construídas em áreas de risco, favelas, habitações coletivas ou de aluguel, com renda familiar igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos, priorizando na aplicação dos recursos da EMHAB a população cuja renda familiar seja de zero até cinco salários mínimos.

Objetivando complementar esta lei foi instituída a lei 1.714 de 20 de novembro de 2006, afim de instituir o sistema de pontuação para definição de ordem de prioridade para aquisição de lote ou casa nos programas habitacionais mantidos pelo Município.

Esta lei estabeleceu um processo de seleção que deve ser precedido de processo classificatório dos interessados, os quais preencherão uma ficha de inscrição onde mediante análise e avaliação da situação socioeconômica da família, situação habitacional da família por ocasião da inscrição na EMHAB, tempo de residência e domicílio no Município data de inscrição dentre outros serão avaliada através de um sistema de pontuação.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

82

Assim, para garantir o cumprimento Política Habitacional instituída cabe o Poder Executivo Municipal, através da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB exercer as atividades relacionadas com a implementação de programas de habitação de interesse social em especial a aquisição de áreas para construção de casas e implementação de loteamentos populares, firmar convênios com entidades bancárias e outros órgãos para financiar aquisição de casas populares e realizar a recuperação ou o reassentamento de habitações insalubres e de risco.

Outra lei importante para a operacionalização da política municipal de habitação é a Lei 2.048 de 27 de dezembro de 2007 que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e instituiu seu Conselho Gestor.

O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será regido por um Conselho Gestor e tem como objetivo centralizar e gerenciar os recursos orçamentários destinados a implementar as políticas habitacionais direcionadas à população em estado de vulnerabilidade e risco habitacional. As fontes e recursos que constituem o fundo originam-se principalmente através de dotações do Orçamento do Município, recursos provenientes de empréstimos externos contribuições e doações e receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS.

O Conselho Gestor do Fundo é o órgão deliberativo de caráter permanente, de composição paritária entre governo e sociedade civil, sendo o responsável pela proposição e o controle da Política de Habitação de Interesse Social e com a finalidade de assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas para habitação popular.

O Conselho Gestor tem como suas principais atribuições legais, estabelecer diretrizes e critérios de alocação dos recursos do FMHIS, deliberar sobre as contas do FMHIS; elaborar e aprovar seu Regimento Interno; fixar critérios para a priorização de linhas de ação; aprovar os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo nas áreas sociais, tais como de habitação, saneamento básico e promoção humana; acompanhar, avaliar e fiscalizar os programas, projetos, serviços, ações de habitação na abrangência municipal; acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo, acompanhar a execução dos programas sociais de habitação, avaliar, propor, debater e aprovar a política de desenvolvimento urbano.

Cabe referendar que o Conselho possui atribuições fiscalizatórias como, por exemplo, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo e fiscalizar a execução dos programas de habitação com recursos do fundo, tendo inclusive o poder de requerer o embargo de obras e suspensão da liberação de recursos desde que constatado o desvio de finalidade do recurso oriundo do Fundo, ou ainda irregularidades na aplicação das normas da boa técnica ou agressão ao meio ambiente.

O Conselho, conforme determina esta lei é um órgão colegiado vinculado a



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

83

Administração Municipal e tem uma composição paritária entre o poder público e a sociedade civil organizada, com um número de 12 (doze) membros, onde a presidência é exercida pelo Diretor Presidente da EMHAB.

Os recursos do Fundo serão aplicados essencialmente às ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem principalmente aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais, a produção de lotes urbanizados para fins habitacionais, a urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social, a implantação de saneamento básico, a aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias, a recuperação ou produção de habitações em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, contratação de serviços técnicos para viabilização de programas de habitação de interesse social dentre outros.

Por fim, temos que o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social ficará vinculado diretamente à EMHAB, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar as políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda, administrando o Fundo e estabelecendo as diretrizes para aplicação de seus recursos juntamente com o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e em consonância com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Participativo de São Bento do Sul, bem como com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

A estrutura de pessoal da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB é composta por:

- I - um diretor presidente;
- II - um diretor de departamento;
- III - um assessor jurídico;
- IV - dois chefes de divisão;
- V - um coordenador de setor;
- VI - um arquiteto e urbanista;
- VII - um assistente administrativo;
- VIII - um assistente social;
- IX - um auxiliar administrativo;
- X - um contador;
- XI - um estagiário de engenharia;
- XII - uma estagiária de nível médio.

A EMHAB está instalada em três salas cedidas pela prefeitura com área 78,969 m². Cada um dos funcionários utiliza um computador, sendo que dois dos equipamentos estão em estado precário, contando ainda com uma máquina fotográfica digital. A empresa utiliza ainda três



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

84

veículos, sendo eles:

- I - um caminhão VW 708, de propriedade da Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, com preferência de uso para a autarquia, quando necessário;
- II - um automóvel GM Corsa Wind, 2001, de propriedade da Prefeitura Municipal;
- III – um Pick-up Ford Courier 1,6L, 2005.

Diversos outros órgãos da administração participam complementarmente da implantação de outros programas habitacionais, com é o caso, por exemplo, da Secretaria Municipal de Obras - SEMOB na implantação de equipamentos e infraestrutura.



3. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES ORIENTADORAS

No Diagnóstico realizado foram definidas as condições legais, federal e estadual, que balizam os princípios normativos naqueles âmbitos, as Políticas Habitacionais de Interesse Social federal e estadual. Estes princípios foram adotados na definição da Política Municipal deste setor.

Do mesmo Diagnóstico, oportunizou-se a definição dos princípios e das diretrizes orientadoras, definição das Estratégias de Ação do PMHIS.

3.1 PRINCÍPIOS

São princípios do Plano de Habitação de Interesse Social de São Bento do Sul, em consonância com os elencados pela Política Nacional de Habitação:

- Direito a moradia digna como fator de inclusão social, assegurando um padrão mínimo de habitabilidade e urbanização com a garantia de proteção dos recursos naturais;
- Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento da política habitacional, garantindo a descentralização, controle social e transparência;
- Garantia de que a propriedade cumpra sua função social, coibindo a especulação imobiliária, permitindo o acesso a terra urbanizada e o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e do município;
- Questão habitacional como uma política de Estado, articulando as três esferas de governo no atendimento a demanda habitacional de interesse social;
- Articulação das ações de habitação à política urbana e com as demais políticas sociais e ambientais.

3.2 DIRETRIZES ORIENTADORAS

São diretrizes orientadoras do Plano de Habitação de Interesse Social de São Bento do Sul em consonância com os elencados pela Política Nacional de Habitação:

- integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas, sociais e ambientais, de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade, incluindo o acesso a equipamentos sociais e de infraestrutura urbana, condições adequadas de mobilidade urbana e proteção dos recursos naturais e da paisagem;
- promover a melhoria das moradias em assentamentos precários, urbanizados ou em processo de urbanização, através de ações de assistência técnica e de crédito;



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

86

- garantir o acesso à terra urbanizada para a população de baixa renda, através da oferta de lotes urbanizados;
- promover a requalificação urbanística e a regularização fundiária dos assentamentos habitacionais precários e seu pleno atendimento pela infraestrutura, serviços urbanos e equipamentos comunitários, com a garantia de acessibilidade urbana;
- coibir novas ocupações em áreas inadequadas, tais como as áreas de preservação ambiental, de proteção aos mananciais, áreas de risco, áreas contaminadas e áreas públicas;
- ampliar a captação de recursos junto a outras esferas de governo (federal e estadual) e agentes financeiros para projetos habitacionais;
- incentivar a formação de agentes promotores e financeiros não estatais, a exemplo das cooperativas e associações comunitárias auto-gestionárias, na execução de programas habitacionais.
- promover ações de desenvolvimento institucional visando a modernização organizacional, a capacitação técnica de agentes públicos e privados e atualização do quadro legal-normativo;
- implantar mecanismo de assistência técnica e jurídica que atenda a indivíduos, entidades, grupos comunitários e movimentos na área de habitação de interesse social;
- garantir a alocação de recursos destinados à habitação de interesse social no Fundo Municipal de Habitação, com dotação orçamentária própria, para implementar as ações previstas no Plano Habitacional de Interesse Social;
- incentivar a gestão democrática e o controle social, por meio de processos participativos no planejamento e na gestão do setor habitacional, especialmente no que tange a habitação de interesse social;
- desenvolver Sistema de controle e monitoramento da implantação do PMHIS, que se relacione com outros sistemas de informação do município, mantendo um cadastro atualizado sobre a situação habitacional do município.



4. OBJETIVOS, METAS E INDICADORES

A definição dos objetivos, metas e indicadores do PMHIS, considerou as necessidades habitacionais detectadas, as condições institucionais e administrativas municipais analisadas e as fontes de recursos disponíveis.

Os objetivos do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social dividem-se no objetivo geral e nos objetivos específicos.

4.1 OBJETIVO GERAL

O Plano Municipal de Habitação Interesse Social do Município de São Bento do Sul tem como objetivo geral estabelecer um referencial para a Política Municipal de Habitação, que dialogue com as estratégias de intervenção e os princípios e diretrizes definidas, visando identificar recursos e instrumentos necessários ao enfrentamento das necessidades habitacionais atuais e futuras.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos do Plano de Habitação de Interesse Social de São Bento do Sul, em consonância com o objetivo geral do PMHIS e os objetivos do PLANHAB:

- Promover a inclusão social e territorial no município, por meio da urbanização e regularização dos assentamentos precários e da ocupação de lotes vagos e de áreas subutilizadas;
- Atender as necessidades habitacionais, relativas a inadequação das moradias da população de menor renda, com melhoria das condições de habitabilidade e oferta de serviços públicos de qualidade, eliminando a situação de risco à moradia;
- Ampliar o atendimento habitacional para a população de menor renda, através de novas oportunidades habitacionais e de lotes urbanizados, para atender ao déficit atual de moradias e neutralizar a ocorrência de ocupações irregulares;
- Estimular a produção de Habitação de Interesse Social (HIS) de qualidade através de parcerias com o governo federal e estadual e por meio da iniciativa privada, associações e cooperativas populares de produção de HIS;
- Promover o desenvolvimento institucional do setor habitacional da prefeitura para a gestão de interesse social.



4.3 METAS

As metas especificam quais produtos habitacionais serão ofertados pelos programas e ações em um determinado período de tempo. Algumas metas podem ser quantificadas e outras objetivam mudanças de situação global ou pontual, que não podem ser expressas em números, mas sim em melhorias da situação atual.

As metas são compreendidas em três linhas com a finalidade de atender o objetivo geral e os objetivos específicos. Estas linhas estabelecem programas diversos e classificam-se em:

- a) normativas, que compreendem reformulação de leis, decretos e outros regramentos municipais;
- b) institucionais, que objetivam o fortalecimento e a modernização da administração pública;
- c) atendimento, que compreendem programas e ações de provisão, adequação, urbanização e regularização.

4.3.1 METAS NORMATIVAS

As metas normativas referem-se a alterações nas leis e normas habitacionais e urbanas, com o objetivo de proporcionar a ampliação da oferta de lotes e unidades habitacionais para a população de menor renda.

São metas normativas:

- criar Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) destinadas à produção de HIS, alterando a Lei nº 1.675, de 10 de outubro de 2006, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Participativo do Município de São Bento do Sul;
- elaborar legislações específicas que regulamentem a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, previsto na Lei 1.675/06 (Plano Diretor);
- rever o Plano Plurianual do período 2010/2013 em relação aos programas e metas do PMHIS;
- elaborar quadrienalmente o Plano Plurianual de acordo com o PMHIS;
- elaborar anualmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual de acordo com o PMHIS;
- revisar o Código de Obras, o Código de Parcelamento do Solo e as demais legislações urbanísticas e habitacionais;
- avaliar a Política Municipal de Habitação de Interesse Social e do PMHIS, após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos pelo IBGE, e quando da elaboração do Plano Plurianual, com eventual redefinição dos programas, ações, estratégias e metas.



4.3.2 METAS INSTITUCIONAIS

As metas institucionais objetivam o fortalecimento e a modernização da gestão pública e dos seus procedimentos.

São metas institucionais:

- aumentar a capacidade institucional dos gestores da Política Habitacional Municipal para o acompanhamento, monitoramento e avaliação do PMHIS, e para o fortalecimento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- ampliar a capacidade financeira da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, com a captação de recursos externos para a efetivação de Programas de Produção de Unidades Habitacionais;
- ampliar a atuação dos agentes fiscalizadores no controle de invasões de áreas públicas e privadas, em especial referente as Áreas de Preservação Permanente e áreas de risco;
- conscientizar a comunidade e os ocupantes de assentamentos precários sobre questões de proteção e preservação do meio ambiente.

4.3.3 METAS DE ATENDIMENTO

As metas de atendimento estabelecem intervenções da Administração Pública referentes a provisão de novas habitações, adequação das existentes, urbanização e a regularização fundiária.

São metas de atendimento:

- diminuir progressivamente o déficit habitacional, iniciando a implantação, no período previsto pelo PMHIS, um mínimo de 89 (oitenta e nove) novos lotes urbanizados e registrados e 89 (oitenta e nove) novas unidades habitacionais, anualmente, através de parcerias com as demais esferas de governo, iniciativa privada, cooperativas e similares;
- ampliar os recursos a serem investidos em HIS acessando recursos federais e estaduais, garantindo como contrapartida do município o fornecimento de lotes urbanizados;
- reduzir gradativamente dos assentamentos precários, até alcançar a regularização de todos estes, tendo como meta anual, iniciar a regularização fundiária de no mínimo um assentamento.
- atender as demandas emergenciais habitacionais decorrentes de situações de calamidade pública ou desastres;
- requalificar unidades habitacionais através da implantação de módulos sanitários, da diminuição da densidade excessiva de moradores por dormitório através da ampliação das moradias e da reforma de habitações precárias;



- realocar famílias residentes em áreas de risco.

4.4 INDICADORES

Os indicadores podem ser compreendidos como instrumentos que permitem identificar e medir aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade.

A principal finalidade de um indicador é traduzir de forma mensurável determinado aspecto de uma realidade dada (situação social) ou construída (ação de governo), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação.

Estão definidos na literatura alguns conceitos para avaliar o desempenho de programas e projetos, sendo: eficácia, eficiência e efetividade. Adotamos aqui os conceitos expressos no Decreto n.º 5.233/2004 conforme:

- a) eficácia:** medida do grau de cumprimento das metas fixadas para um determinado projeto, atividade ou programa em relação ao previsto;
- b) eficiência:** medida da relação entre os recursos efetivamente utilizados para a realização de uma meta para um projeto, atividade ou programa frente a padrões estabelecidos;
- c) efetividade:** medida do grau de cumprimento dos objetivos que orientaram a constituição de um determinado Programa, tendo como referência os impactos na sociedade.

Para monitoramento do PMHIS foram identificados 13 indicadores de medição para acompanhar o desempenho dos programas no atendimento aos objetivos e metas estabelecidas.

4.4.1 INDICADORES DE EFICÁCIA

O conjunto de indicadores de eficácia é formado pelos seguintes indicadores, que expressam o grau de atendimento das metas fixadas para cada um dos programas e ações fixados:

- a) Produção de lotes de interesse social (Quadro 4.1);
- b) Produção de unidades habitacionais (Quadro 4.2);
- c) Área de glebas ou terrenos disponibilizados para ZEIS (Quadro 4.3);
- d) Número de lotes regularizados (Quadro 4.4);
- e) Número de unidades habitacionais ampliadas (Quadro 4.5);
- f) Número de Unidades sanitárias domiciliares implantadas (Quadro 4.6).



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

91

QUADRO 4. 1 - INDICADOR: PRODUÇÃO DE LOTES DE INTERESSE SOCIAL

INDICADOR: Produção de lotes de interesse social			
Categoria	<input checked="" type="checkbox"/> Eficácia	<input type="checkbox"/> Eficiência	<input type="checkbox"/> Efetividade
Descrição sumária	Indica quantidade de lotes implantados para Habitação de Interesse Social de loteamentos aprovados pelo Município, registrados e com todas as obras de infraestrutura exigidas instaladas.		
Unidades de medida	Número absoluto		
Fontes de coleta	Município e Registro de Imóveis		
Periodicidade e/ou data de referência.	Conforme cronograma de revisão do PMHIS		

QUADRO 4. 2 - INDICADOR: PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

INDICADOR: Produção de unidades habitacionais			
Categoria	<input checked="" type="checkbox"/> Eficácia	<input type="checkbox"/> Eficiência	<input type="checkbox"/> Efetividade
Descrição sumária	Representa o número de HIS produzidas no município.		
Unidades de medida	Número absoluto		
Fontes de coleta	Município		
Periodicidade e/ou data de referência.	Anual		

QUADRO 4. 3 - INDICADOR: ÁREA DE GLEBAS OU TERRENOS DISPONIBILIZADOS PARA ZEIS

INDICADOR: Área (em metros quadrados) de glebas ou terrenos disponibilizados para ZEIS			
Categoria	<input checked="" type="checkbox"/> Eficácia	<input type="checkbox"/> Eficiência	<input type="checkbox"/> Efetividade
Descrição sumária	Expressa a quantidade de áreas territorial destinadas a Zonas Especiais de Interesse Social.		
Unidades de medida	Metros quadrados		
Fontes de coleta	Município		
Periodicidade e/ou data de referência.	Quadrienal		

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

92

QUADRO 4. 4 - INDICADOR: NÚMERO DE LOTES REGULARIZADOS

INDICADOR: Número de lotes regularizados			
Categoria	<input checked="" type="checkbox"/> Eficácia	<input type="checkbox"/> Eficiência	<input type="checkbox"/> Efetividade
Descrição sumária	Expressa a quantidade de lotes que tiveram sua situação fundiária regularizada.		
Unidades de medida	Número absoluto		
Fontes de coleta	Município e Registro de Imóveis		
Periodicidade e/ou data de referência.	Conforme cronograma de revisão do PMHIS		

QUADRO 4. 5 - INDICADOR: NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS AMPLIADAS

INDICADOR: Número de unidades habitacionais ampliadas			
Categoria	<input checked="" type="checkbox"/> Eficácia	<input type="checkbox"/> Eficiência	<input type="checkbox"/> Efetividade
Descrição sumária	É expresso pelo número de unidades habitacional ampliadas.		
Unidades de medida	Número absoluto		
Fontes de coleta	Município		
Periodicidade e/ou data de referência.	Anual (Diretrizes Orçamentárias)		

QUADRO 4. 6- INDICADOR: NÚMERO DE UNIDADES SANITÁRIAS DOMICILIARES IMPLANTADAS

INDICADOR: Unidades sanitárias domiciliares implantadas			
Categoria	<input checked="" type="checkbox"/> Eficácia	<input type="checkbox"/> Eficiência	<input type="checkbox"/> Efetividade
Descrição sumária	É expresso pelo número de unidades sanitárias implantadas.		
Unidades de medida	Número absoluto		
Fontes de coleta	Município		
Periodicidade e/ou data de referência.	Anual (Diretrizes Orçamentárias)		



4.4.2 INDICADORES DE EFICIÊNCIA

O conjunto de indicadores de eficiência é formado pelos seguintes indicadores, que expressam a medida da relação entre os recursos efetivamente utilizados para a realização das metas fixadas para cada um dos programas e ações fixadas:

- Coeficiente de participação dos investimentos em HIS no PPA (Quadro 4.7);
- Percentual de montante de recursos externos captados investidos em HIS (Quadro 4.8).

QUADRO 4. 7 - INDICADOR: COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM HIS NO PPA

INDICADOR: Coeficiente de participação dos investimentos em HIS no PPA			
Categoria	<input type="checkbox"/> Eficácia	<input checked="" type="checkbox"/> Eficiência	<input type="checkbox"/> Efetividade
Descrição sumária	Indica a porcentagem de recursos alocados em Habitação de Interesse Social expressos no Plano Plurianual.		
Unidades de medida	Porcentagem		
Fontes de coleta	Município		
Periodicidade e/ou data de referência.	Quadrienal		

QUADRO 4. 8 - INDICADOR: PERCENTUAL DE MONTANTE DE RECURSOS EXTERNOS CAPTADOS INVESTIDOS EM HIS

INDICADOR: Percentual de montante de recursos externos captados investidos em HIS			
Categoria	<input type="checkbox"/> Eficácia	<input checked="" type="checkbox"/> Eficiência	<input type="checkbox"/> Efetividade
Descrição sumária	Expressa o percentual de recursos captados em fontes externas destinados à implantação de HIS em relação aos recursos totais empreendidos em HIS no município.		
Unidades de medida	Porcentagem		
Fontes de coleta	Município		
Periodicidade e/ou data de referência.	Anual (Diretrizes Orçamentárias)		

4.4.3 INDICADORES DE EFETIVIDADE

O conjunto de indicadores de efetividade é formado pelos seguintes indicadores, que expressam o grau de cumprimento dos objetivos que orientaram a constituição de cada um dos programas e ações, tendo como referência os impactos na sociedade:

- Déficit Habitacional Básico (Quadro 4.9);
- Inadequação Habitacional Urbana: fundiária (Quadro 4.10);



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

94

- c) Inadequação Habitacional Urbana: densidade excessiva (Quadro 4.11);
- d) Inadequação Habitacional Urbana: inexistência de unidade sanitária domiciliar (Quadro 4.12);
- e) Percentual de famílias realocadas moradoras em áreas de risco (Quadro 4.13).

QUADRO 4. 9 - INDICADOR: DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO

INDICADOR: Déficit Habitacional Básico			
Categoria	<input type="checkbox"/> Eficácia	<input type="checkbox"/> Eficiência	<input checked="" type="checkbox"/> Efetividade
Descrição sumária	<p>É expresso pelo coeficiente entre o número de famílias que ocupam domicílios com pelo menos um dos seguintes atributos, em relação ao número total de famílias:</p> <p>a) rústicos;</p> <p>b) improvisados;</p> <p>c) coabitação familiar;</p> <p>d) cômodo cedido ou alugado;</p> <p>e) localizados em assentamentos precários ou áreas de risco identificadas para realocação.</p>		
Unidades de medida	Porcentagem		
Fontes de coleta	Município e IBGE		
Periodicidade e/ou data de referência.	Conforme cronograma de revisão do PMHIS		

QUADRO 4. 10 - INDICADOR: INADEQUAÇÃO HABITACIONAL URBANA: FUNDIÁRIA

INDICADOR: Inadequação Habitacional Urbana: fundiária			
Categoria	<input type="checkbox"/> Eficácia	<input type="checkbox"/> Eficiência	<input checked="" type="checkbox"/> Efetividade
Descrição sumária	<p>É expressa pelo coeficiente entre o número de famílias que ocupam domicílios que necessitam de regularização fundiária, em relação ao número total de famílias.</p>		
Unidades de medida	Porcentagem		
Fontes de coleta	Município e IBGE		
Periodicidade e/ou data de referência.	Conforme cronograma de revisão do PMHIS		



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

95

**QUADRO 4. 11 - INDICADOR: INADEQUAÇÃO HABITACIONAL URBANA:
DENSIDADE EXCESSIVA**

INDICADOR: Inadequação Habitacional Urbana: densidade excessiva			
Categoria	<input type="checkbox"/> Eficácia	<input type="checkbox"/> Eficiência	<input checked="" type="checkbox"/> Efetividade
Descrição sumária	É expressa pelo coeficiente entre o número de famílias que ocupam domicílios que ultrapassam a proporção de três moradores por dormitório, em relação ao número total de famílias.		
Unidades de medida	Porcentagem		
Fontes de coleta	Município e IBGE		
Periodicidade e/ou data de referência.	Conforme cronograma de revisão do PMHIS		

**QUADRO 4. 12 - INDICADOR: INADEQUAÇÃO HABITACIONAL URBANA:
INEXISTÊNCIA DE UNIDADE SANITÁRIA DOMICILIAR.**

INDICADOR: Inadequação Habitacional Urbana: inexistência de unidade sanitária domiciliar			
Categoria	<input type="checkbox"/> Eficácia	<input type="checkbox"/> Eficiência	<input checked="" type="checkbox"/> Efetividade
Descrição sumária	É expresso pelo coeficiente entre o número de famílias que ocupam domicílios que não possuem unidade sanitária interna ou exclusiva, em relação ao número total de famílias.		
Unidades de medida	Porcentagem		
Fontes de coleta	Município e IBGE		
Periodicidade e/ou data de referência.	Conforme cronograma de revisão do PMHIS		

**QUADRO 4. 13 - INDICADOR: PERCENTUAL DE FAMÍLIAS REALOCADAS
MORADORAS EM ÁREAS DE RISCO**

INDICADOR: Percentual de famílias realocadas moradoras em áreas de risco			
Categoria	<input type="checkbox"/> Eficácia	<input type="checkbox"/> Eficiência	<input checked="" type="checkbox"/> Efetividade
Descrição sumária	Indica a porcentagem de famílias realocadas de áreas de risco em relação ao número total de famílias moradoras de áreas de risco.		
Unidades de medida	Porcentagem		
Fontes de coleta	Município		
Periodicidade e/ou data de referência.	Conforme cronograma de revisão do PMHIS		



5. LINHAS PROGRAMÁTICAS

Para atingir os objetivos e metas definidas foram formulados programas que se inserem em três linhas programáticas:

- a) normativas, que se referem a alterações nas leis e normas habitacionais e urbanas;
- b) institucionais, que objetivam o fortalecimento e modernização da gestão pública e dos seus procedimentos;
- c) de atendimento, que estabelecem intervenções da administração pública referentes a provisão de novas habitações, adequação das existentes, urbanização e regularização fundiária.

Cada linha programática é composta por programas que articulam um conjunto de ações (orçamentárias e não-orçamentárias) integradas, necessárias e suficientes para enfrentar um ou mais programas identificados.

Os prazos para a implantação de cada um dos programas variam conforme suas características e suas metas, mas o prazo de abrangência do PMHIS compreende o período entre os anos de 2012 a 2027.

5.1 NORMATIVAS

5.1.1 PROGRAMA: REVISÃO DA LEGISLAÇÃO HABITACIONAL URBANA

Os empreendimentos destinados à Habitação de Interesse Social (HIS) têm características próprias, necessitando de regulamentação urbanística diferenciada, que defina padrões específicos que possibilitem a redução de custos de implantação. Considerando a demanda de moradias existentes no município, a revisão da legislação habitacional urbana objetiva incentivar empreendimentos dessa natureza.

Todo o processo de discussão e revisão de legislação busca adequar os instrumentos e diretrizes do Estatuto da Cidade visando regulamentar parcerias entre o poder público e o setor privado para promover parcelamentos do solo e construção de HIS.

OBJETIVO:

Revisar a Legislação Habitacional Urbana buscando adequar seus conteúdos as necessidades urbanas e habitacionais do município e instrumentalizar legalmente os órgãos envolvidos.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

97

METAS RELACIONADAS:

- criar Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) destinadas à produção de HIS, alterando a Lei nº 1.681, de 10 de outubro de 2006 (v. Art. 42), que instituiu o Código de Zoneamento do Município de São Bento do Sul;
- elaborar legislações específicas que regulamentem a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, previsto na Lei 1.675/06 (Plano Diretor);
- rever o Plano Plurianual do período 2010/2013 em relação aos programas e metas do PMHIS;
- elaborar quadrienalmente o Plano Plurianual de acordo com o PMHIS;
- elaborar anualmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual de acordo com o PMHIS;
- revisar o Código de Obras, o Código de Parcelamento do Solo e as demais legislações urbanísticas e habitacionais.

AGENTES ENVOLVIDOS:

- Gabinete do Prefeito
- Secretaria de Planejamento e Urbanismo
- Empresa Municipal de Habitação
- Secretaria Municipal de Assistência Social

FONTES DE RECURSOS:

- Recursos próprios

PÚBLICO ALVO:

Comunidade em geral e famílias cadastradas junto ao órgão habitacional, na forma da Lei Municipal 56/2001 e Lei Municipal 1.714/2006.

AÇÕES:

- a) revisão do Plano Diretor no que concerne as Zonas Especiais de Interesse Social;
- b) aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- c) elaboração da legislação orçamentária em relação aos programas e ações do PMHIS;
- d) adequação das demais legislações urbanísticas e edificações em relação ao PMHIS.

CUSTOS ESTIMADOS:

A realização do Programa Revisão da Legislação Habitacional Urbana terá suas despesas cobertas com as verbas de custeio, próprias do município (pessoal e manutenção) no

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

98

valor total de R\$ 3.300,00 (Tabela 5.1) a ser aplicado no ano de 2012. Para os demais anos os valores relativos a este programa atingem o valor de R\$ 300,00 correspondendo à ação da Elaboração da legislação orçamentária anual em relação aos programas e ações do PMHIS.

TABELA 5. 1 – ORÇAMENTO: PROGRAMA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO HABITACIONAL URBANA

Ações	Quantidade/ Ano 01	Quantidade/ Ano 02 ao ano 15	Valor unitário R\$
Revisão do Plano Diretor no que concerne as ZEIS	01	-	1.000,00
Instituição de legislação regulamentadora da aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade	01	-	1.000,00
Elaboração da legislação orçamentária anual em relação aos programas e ações do PMHIS	01	01	300,00
Adequação das demais legislações urbanísticas e de edificações em relação ao PMHIS	01	-	1.000,00
TOTAL			3.300,00

*Considerou-se dez horas técnicas no valor de R\$ 100,00 cada uma.

**Considerou-se três horas técnicas no valor de R\$ 100,00 cada.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

99

TABELA 5. 2 - REVISÃO DA LEGISLAÇÃO HABITACIONAL URBANA

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Nome do programa	REVISÃO DA LEGISLAÇÃO HABITACIONAL URBANA E ORÇAMENTÁRIA
1.2 Órgão coordenador	Secretaria de Planejamento e Urbanismo
1.3 Demais órgãos municipais executores	Gabinete do Prefeito; Empresa Municipal de Habitação; Secretaria Municipal de Assistência Social;
1.4 Classificação	Normativa
2. CARACTERIZAÇÃO	
2.1 Objetivo	Revisar a Legislação Habitacional Urbana e Orçamentária buscando adequar seus conteúdos às necessidades urbanas e habitacionais do município e instrumentalizar legalmente os órgãos envolvidos.
2.2 Público alvo	Comunidade em geral
3. IMPLEMENTAÇÃO	
3.1 Horizonte Temporal	15 anos
4. ORÇAMENTO	
4.1 Orçamento global	R\$ 7.500,00
4.2 Orçamento ano 01	R\$ 3.300,00
4.3 Orçamento demais anos de vigência do PMHIS (15 anos)	R\$ 300,00
4.4 Origem dos recursos	Despesas de custeio próprio do município (pessoal e manutenção).



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

100

5. AFERIÇÃO DE RESULTADOS

5.1 Indicador e unidade de medida	Legislação revisada
5.2 Índice de referência	-
5.3 Expectativa do índice para cada ano	-
5.4 Expectativa de índice no final do programa	-
5.5 Periodicidade da aferição	Anual

6. CRONOGRAMA

AÇÕES	ANO														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
6.1 Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental Urbano e Rural no que concerne as Áreas Especiais de Interesse Social															
6.2 Instituição de legislação regulamentadora da aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade															
6.3 Elaboração das novas legislações orçamentárias de acordo com os programas e ações do PMHIS															
6.4 Adequação das demais legislações urbanísticas e de edificações em relação ao PMHIS															



5.2 INSTITUCIONAIS

5.2.1 PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL MUNICIPAL

A consolidação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social implica no fortalecimento da Empresa Municipal de Habitação e Conselho Gestor do Fundo Habitacional de Interesse Social, no sentido de ampliar as capacidades de planejamento, elaboração, deliberação, implementação, monitoramento e avaliação, e alcançar autonomia técnica, administrativa e de gestão da questão habitacional no município ao longo do tempo.

OBJETIVO:

Investir em ações de desenvolvimento institucional de forma continuada, buscando instrumentalizar a Empresa Municipal de Habitação e o Conselho Gestor do Fundo Habitacional de Interesse Social, visando o monitoramento e a busca de soluções para as demandas habitacionais do município.

METAS RELACIONADAS:

■ avaliar a Política Municipal de Habitação de Interesse Social e do PMHIS, após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos pelo IBGE, e quando da elaboração do Plano Pluri-anual, com eventual redefinição dos programas, ações, estratégias e metas;

■ aumentar a capacidade institucional dos gestores da Política Habitacional Municipal (Empresa Municipal de Habitação e Conselho Gestor do Fundo Habitacional de Interesse Social) para o acompanhamento, monitoramento e avaliação do PMHIS e para o fortalecimento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

AGENTES ENVOLVIDOS:

- Empresa Municipal de Habitação
- Secretaria de Planejamento e Urbanismo
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Gabinete do Prefeito

FONTES DE RECURSOS:

- Recursos próprios.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

102

PÚBLICO ALVO:

- Comunidade em geral.

AÇÕES:

- a) criação e implementação de Sistema de Controle e monitoramento da implantação do PMHIS;
- b) adequação das atribuições da Empresa Municipal de Habitação e da equipe de trabalho;
- c) ampliação e capacitação da equipe de trabalho da Empresa Municipal de Habitação, incluindo a realização de concurso e contratação de pessoal para preenchimento das vagas constantes no anexo V da lei municipal 56/2001;
- d) ampliação dos equipamentos (informática e outros) da Empresa Municipal de Habitação, incluindo aquisição de veículo(s) adequado(s) para realização de vistorias e demais demandas da Autarquia, bem como informatização de sistemas e melhoria constante de equipamentos de informática.
- e) fortalecimento do Conselho Gestor do Fundo Habitacional de Interesse Social;
- f) avaliação anual PMHIS;
- g) atualização PMHIS 2012 (IBGE).

CUSTOS ESTIMADOS:

O custo estimado de implantação do programa Gestão da Política Habitacional Municipal é de R\$ 340.529,10 para o ano de 2012. Neste ano está prevista a avaliação do PMHIS com os novos dados demográficos do Censo de 2010. Para os demais períodos os valores estão expressos nas tabelas 5.3. e 5.21.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

103

TABELA 5. 3 – ORÇAMENTO: PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL MUNICIPAL

Programa Gestão da Política Habitacional Municipal																	
Ações	Valor unitário R\$	Quantidade Ano 01	Quantidade Ano 02	Quantidade Ano 03	Quantidade Ano 04	Quantidade Ano 05	Quantidade Ano 06	Quantidade Ano 07	Quantidade Ano 08	Quantidade Ano 09	Quantidade Ano 10	Quantidade Ano 11	Quantidade Ano 12	Quantidade Ano 13	Quantidade Ano 14	Quantidade Ano 15	Valor total da ação no período do plano
Aquisição de Sistema de controle e monitoramento*	R\$ 10.000,00	1															R\$ 10.000,00
Manutenção do Sistema*	R\$ 400,00	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	R\$ 72.000,00
Adequação das atribuições da EMHAB**	R\$ 1.000,00	1															R\$ 1.000,00
Ampliação da equipe de trabalho: 01 Engenheiro: 3.570,00 01 Assistente Social: 2.700,00 02 Assistente Administrativo: 2.077,00 01 Contador: 3.105,00 06 Trabalhador braçal: 869,00 02 Pedreiro: 1.092,00***	R\$ 278.329,10	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	R\$ 4.174.936,50
Capacitação da equipe de trabalho, através da participação dos técnicos em eventos (seminários, cursos, etc. relacionados a questão habitacional).****	R\$ 600,00	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	R\$ 108.000,00
Aquisição de equipamentos para complementação da estrutura de informática da EMHAB.	R\$ 1.000,00	4		4		4		4		4		4		4		4	R\$ 32.000,00
Aquisição de veículo.*****	R\$ 25.000,00	1					1					1					R\$ 75.000,00
Fortalecimento do Conselho Municipal de Habitação através da participação dos conselheiros em eventos (seminários, cursos, etc. relacionados a questão habitacional).****	R\$ 600,00	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	R\$ 108.000,00
Avaliação Anual PMHIS.*****	R\$ 1.500,00	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	R\$ 22.500,00
Atualização PMHIS 2012/2021 (IBGE).*****	R\$ 1.500,00	1										1					R\$ 3.000,00
Subtotal/ANO		R\$ 340.529,10	R\$ 299.029,10	R\$ 303.029,10	R\$ 299.029,10	R\$ 303.029,10	R\$ 324.029,10	R\$ 303.029,10	R\$ 299.029,10	R\$ 303.029,10	R\$ 299.029,10	R\$ 329.529,10	R\$ 299.029,10	R\$ 303.029,10	R\$ 299.029,10	R\$ 303.029,10	R\$ 4.606.436,50

*Considerou-se

o valor médio de mercado para contratação de serviços de informática.

**Considerou-se dez horas técnicas no valor de R\$ 100,00 cada.

***Considerou-se o valor médio salarial com encargos por profissional conforme o plano de carreira do município.

****Considerou-se o valor médio de R\$ 600,00 incluindo taxas de inscrição, diárias, e traslado.

***** Considerou-se a aquisição de um veículo a cada cinco anos no valor médio de R\$ 25.000,00 totalizando, em 15 anos de vigência do PMHIS, R\$ 75.000,00.

***** Considerou-se 15 horas técnicas ao valor de R\$ 100,00 a hora.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

104

TABELA 4. 1 – PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL MUNICIPAL

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Nome do programa	GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL MUNICIPAL
1.2 Órgão coordenador	Empresa Municipal de Habitação
1.3 Demais órgãos municipais executores	Secretaria de Planejamento e Urbanismo Secretaria Municipal de Assistência Social Gabinete do Prefeito
1.4 Classificação	Institucional
2. CARACTERIZAÇÃO	
2.1 Objetivo	Investir em ações de desenvolvimento institucional de forma continuada, buscando instrumentalizar a Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação de Interesse Social e o Conselho Municipal de Habitação visando o monitoramento e a busca de soluções para as demandas habitacionais do município.
2.2 Público alvo	Comunidade em geral
3. IMPLEMENTAÇÃO	
3.1 Horizonte Temporal	15 anos
4. ORÇAMENTO	
4.1 Orçamento global	R\$ 4.606.436,50
4.2 Orçamento ano 01	R\$ 340.529,10
4.3 Orçamento demais anos de vigência do PMHIS (15 anos)	R\$ 4.265.907,40
4.3 Origem dos recursos	Despesas de custeio próprios do município (pessoal e manutenção).



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

105

5. AFERIÇÃO DE RESULTADOS

5.1 Indicador e unidade de medida	Gestão da política habitacional municipal implantada
5.2 Índice de referência anual	-
5.3 Expectativa do índice para cada ano	-
5.4 Expectativa de índice no final do programa	-
5.5 Periodicidade da aferição	quadrienal

6. CRONOGRAMA

AÇÕES	ANO														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
6.1 Aquisição de Sistema de controle e monitoramento															
6.2 Manutenção do Sistema															
6.3 Adequações das atribuições da EMHAB															
6.4 Ampliação das equipes de trabalho da Secretaria Municipal de Habitação e Promoção Social e da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente															
6.5 Capacitação da equipe de trabalho, através da participação dos técnicos em eventos (seminários, cursos, etc. relacionados a questão habitacional).															
6.6 Aquisição de equipamentos para complementação da estrutura de informática da EMHAB.															
6.7 Aquisição de veículo.															
6.8 Fortalecimento do Conselho Municipal de Habitação através da participação dos conselheiros em eventos (seminários, cursos, etc. relacionados a questão habitacional)															
6.9 Avaliação anual PMHIS															
6.10 Atualização 2012/2021 PMHIS (IBGE)															



5.2.2 PROGRAMA: CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O Programa de Captação de Recursos proposto, proporcionará a expansão do crédito imobiliário para as camadas da população de baixa renda. Para que isso ocorra, é necessário aprimorar e a otimizar a captação de recursos governamentais destinados a subsídios para financiamentos habitacionais no município. Este programa específico da Empresa Municipal de Habitação é complementar a sistemática de captação de recursos existente na administração pública municipal.

OBJETIVO:

Fortalecer a captação de recursos junto as fontes de financiamento para implantação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social.

METAS RELACIONADAS:

- ampliar a capacidade financeira da Empresa Municipal de Habitação com a captação de recursos externos para a efetivação de Programas de Produção de Unidades Habitacionais;
- ampliar os recursos a serem investidos em HIS acessando recursos federais e estaduais, garantindo como contrapartida do município o fornecimento de lotes urbanizados.

AGENTES ENVOLVIDOS:

- Empresa Municipal de Habitação
- Secretaria de Planejamento e Urbanismo
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- Gabinete do Prefeito

FONTES DE RECURSOS:

- Recursos próprios.

PÚBLICO ALVO:

- População de menor renda com necessidades habitacionais específicas, inclusive para os já atendidos por programas do município ou da Empresa Municipal de Habitação.

AÇÕES:

- a) identificação de fontes de recursos e de financiamento para produção de HIS;
- b) desenvolvimento de Projetos de Captação;
- c) cobrança dos inadimplentes nos programas habitacionais.

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

107

CUSTOS ESTIMADOS:

A realização do Programa Captação de Recursos terá suas despesas cobertas com as verbas de custeio próprias do município (pessoal e manutenção), no valor total anual de R\$ 32.400,00. (Tabela 5.5.).

TABELA 5. 4 - ORÇAMENTO: PROGRAMA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Ações	Quantidade/ ano	Valor unitário R\$	Valor total da ação R\$
Identificações de fontes de recursos e de financiamento	12	1.200,00	14.400,00*
Desenvolvimentos de Projetos de Captação	12	300,00	3.600,00**
Cobrança dos inadimplentes nos programas habitacionais.	12	1.200,00	14.400,00*
TOTAL			32.400,00

* Considerou-se o valor médio de mercado de R\$ 1.200,00 por mês incluindo encargos sociais.

** Considerou-se o custo de R\$ 300,00 por projeto considerando-se os custos administrativos internos.

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

108

TABELA 5.5 – PROGRAMA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Nome do programa	CAPTAÇÃO DE RECURSOS
1.2 Órgão coordenador	Empresa Municipal de Habitação
1.3 Demais órgãos municipais executores	Secretaria de Planejamento e Urbanismo Secretaria de Desenvolvimento Econômico Gabinete do Prefeito
1.4 Classificação	Institucional
2. CARACTERIZAÇÃO	
2.1 Objetivo	Fortalecer a captação de recursos junto às fontes de financiamento para implantação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social.
2.2 Público alvo	População de menor renda com necessidades habitacionais específicas, inclusive para os já atendidos por programas do município ou da Empresa Municipal de Habitação.
3. IMPLEMENTAÇÃO	
3.1 Horizonte Temporal	15 anos
4. ORÇAMENTO	
4.1 Orçamento global	R\$ 486.000,00
4.2 Orçamento anual	R\$ 32.400,00
4.3 Origem dos recursos	Recursos próprios do município.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

109

5. AFERIÇÃO DE RESULTADOS

5.1 Indicador e unidade de medida	Recursos captados
5.2 Índice de referência anual	-
5.3 Expectativa do índice para cada ano	-
5.4 Expectativa de índice no final do programa	-
5.5 Periodicidade da aferição	Quadrienal

6. CRONOGRAMA

AÇÕES	ANO														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
6.1 Identificações de fontes de recursos e de financiamento para produção de HIS															
6.2 Desenvolvimentos de projetos de captação															
6.3 Cobrança dos inadimplentes nos programas habitacionais.															



5.2.3 PROGRAMA: CONTROLE DE OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A consolidação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social implica no controle de ocupações irregulares em áreas públicas. Para tanto, deve ser ampliada a capacidade de fiscalização e monitoramento da utilização destas. Nesse sentido, faz-se necessário aumentar o investimento da Prefeitura Municipal voltado à realização de vistorias para o efetivo controle das invasões.

O controle de ocupações irregulares em áreas públicas deve ser um processo participativo, onde a comunidade assume importante papel no processo, sendo preparado como agente fiscalizador, através do desenvolvimento de ações condizentes ao exercício da cidadania.

OBJETIVO:

Ampliar o controle e a fiscalização da ocupação das áreas públicas para inibir o adensamento nas áreas existentes e a formação de novos assentamentos irregulares, promovendo o envolvimento da comunidade e a conscientização sobre questões de proteção e preservação do meio ambiente.

METAS RELACIONADAS:

- ampliar a atuação dos agentes fiscalizadores no controle de invasões de áreas públicas e privadas, em especial referente as Áreas de Preservação Permanente e áreas de risco;
- conscientizar a comunidade e os ocupantes de assentamentos precários sobre questões de proteção e preservação do meio ambiente.

AGENTES ENVOLVIDOS:

- Empresa Municipal de Habitação
- Secretaria de Planejamento e Urbanismo
- Departamento de Meio Ambiente
- Defesa Civil
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Assistência Social

FONTES DE RECURSOS:

- Recursos próprios.

PÚBLICO ALVO:



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

111

■ Comunidade em geral e população residente em ocupações irregulares em áreas públicas.

AÇÕES:

- a) melhorar as condições de trabalho de fiscalização das áreas públicas;
- b) coibir invasões das áreas públicas;
- c) promoção da conscientização da comunidade sobre questões de proteção e preservação do meio ambiente;
- d) promoção da conscientização das comunidades ocupantes de assentamentos precários sobre questões de proteção e preservação do meio ambiente.

CUSTOS ESTIMADOS:

A realização do Programa Controle de Ocupações Irregulares em Áreas Públicas e Educação Ambiental terão suas despesas cobertas com as verbas de custeio próprias do município (pessoal e manutenção), no valor total anual de R\$ 19.200,00. (Tabela 5.7).

TABELA 5. 6 – ORÇAMENTO: PROGRAMA CONTROLE DE OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ações	Quantidade/ ano	Valor unitário R\$	Valor total da ação R\$
Fiscalização das áreas públicas, melhorando as condições de trabalho das equipes responsáveis.	12	300,00	3.600,00*
Coibir invasões de áreas públicas e definir formas de ocupações destas áreas.	12	300,00	3.600,00*
Campanhas de promoção de conscientização da comunidade	02	3.000,00	6.000,00**
Campanhas de promoção de conscientização das comunidades ocupantes de assentamentos precários	02	3.000,00	6.000,00**
TOTAL			19.200,00

*Considerou-se a remuneração parcial do servidor em virtude de que o mesmo desempenha outras atividades dentro da EMHAB.

** Considerou-se o valor médio de mercado para criação e divulgação.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

112

TABELA 5. 7 – PROGRAMA CONTROLE DE OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Nome do programa	CONTROLE DE OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
1.2 Órgão coordenador	Empresa Municipal de Habitação
1.3 Demais órgãos municipais executores	Secretaria de Planejamento e Urbanismo (Dep.Fiscalização) Departamento de Meio Ambiente Defesa Civil Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Assistência Social
1.4 Classificação	Institucional
2. CARACTERIZAÇÃO	
2.1 Objetivo	Ampliar o controle e a fiscalização da ocupação das áreas públicas para inibir o adensamento nas áreas existentes e a formação de novos assentamentos irregulares, promovendo o envolvimento da comunidade e a conscientização sobre questões de proteção e preservação do meio ambiente.
2.2 Público alvo	Comunidade em geral e população de ocupações irregulares em áreas públicas.
3. IMPLEMENTAÇÃO	
3.1 Horizonte Temporal	15 anos
4. ORÇAMENTO	
4.1 Orçamento global	R\$ 288.000,00
4.2 Orçamento anual	R\$ 19.200,00
4.3 Origem dos recursos	Despesas de custeio próprio do município (pessoal e manutenção)



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

113

5. AFERIÇÃO DE RESULTADOS	
5.1 Indicador e unidade de medida	Campanhas desenvolvidas
5.2 Índice de referência	100%
5.3 Expectativa do índice para cada ano	2
5.4 Expectativa de índice no final do programa	30
5.5 Periodicidade da aferição	anual

6. CRONOGRAMA																
AÇÕES	ANO															
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
6.1 Fiscalização das áreas públicas																
6.2 Definições das futuras ocupações das áreas públicas																
6.3 Campanhas de promoção de conscientização da comunidade																
6.4 Campanhas de promoção de conscientização das comunidades ocupantes de assentamentos precários.																



5.3 ATENDIMENTO

5.3.1 PROGRAMA: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O programa de Regularização Fundiária consiste em um conjunto de ações e medidas jurídicas a serem adotadas pelo poder público, em acordo com a comunidade, visando assegurar às populações ocupantes de assentamentos precários a segurança da posse ou da propriedade definitiva do imóvel de interesse social.

Esse Programa articula-se com as ações de regularizações urbanísticas que podem ocorrer simultaneamente ou não, a depender das situações e dos graus de complexidades jurídicas, fundiárias, urbanísticas e socioambientais existentes em cada assentamento precário.

OBJETIVO:

Promover regularização fundiária em áreas ocupadas, consolidadas ou em processo de consolidação, assegurando a posse ou a propriedade definitiva do imóvel ao morador.

METAS RELACIONADAS:

■ Regularizar todos os 94 assentamentos precários existentes no município, que equivalem a 1.338 domicílios, conforme levantamento de campo realizado pela consultora na elaboração do diagnóstico, tendo como meta anual a regularização fundiária de no mínimo 90 (noventa) famílias.

AGENTES ENVOLVIDOS:

- Empresa Municipal de Habitação
- Secretaria de Planejamento e Urbanismo
- Secretaria de Obras
- Gabinete do Prefeito
- Defesa Civil

FONTES DE RECURSOS:

- Recursos próprios;
- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.

PÚBLICO ALVO:

População moradora em assentamentos precários ou irregulares, comunidades tradicionais, com ocupação preponderante por famílias com renda até três salários mínimos e lote

**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

115

de até 250 m².

AÇÕES:

- a) detalhamento do diagnóstico de cada um dos assentamentos precários identificados no PMHIS,
- b) elaboração de Plano de Regularização Fundiária Sustentável de cada um dos assentamentos precários;
- c) implantação do Plano de Regularização Fundiária Sustentável elaborado.

CUSTOS ESTIMADOS:

As ações deste Programa terão suas despesas cobertas com as verbas de custeio próprias do município (pessoal e manutenção) ou poderão ser terceirizadas, totalizando o valor anual de R\$ 345.000,00. (Tabela 5.9).

TABELA 5. 8 - ORÇAMENTO: PROGRAMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Ações	Quantidade/ ano	Valor unitário R\$	Valor total da ação R\$
Detalhamento do diagnóstico de um conjunto de 90 domicílios distribuídos em vários assentamentos precários.	01	60.000,00	60.000,00*
Elaboração do Plano de Regularização Fundiária Sustentável de um conjunto de assentamentos precários equivalente a 90 domicílios.	01	60.000,00	60.000,00**
Regularização fundiária de 90 famílias de acordo com o Plano de Regularização Fundiária Sustentável elaborado.	90	2.500,00	225.000,00***
TOTAL			345.000,00

* Considerou-se 600 horas técnicas no valor médio de R\$ 100,00 cada.

** Considerou-se 600 horas técnicas no valor médio de R\$ 100,00 cada.

*** Considerou-se em média que o plano atenderá a 90 famílias anualmente a um custo estimado de R\$ 2.500,00 referente aos custos cartoriais e demais documentos necessários.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

116

TABELA 5. 9 - PROGRAMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Nome do programa	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
1.2 Órgão coordenador	Empresa Municipal de Habitação
1.3 Demais órgãos municipais executores	Secretaria de Planejamento e Urbanismo Secretaria de Obras Gabinete do Prefeito Defesa Civil
1.4 Classificação	Atendimento
2. CARACTERIZAÇÃO	
2.1 Objetivo	Promover regularização fundiária em áreas ocupadas - consolidadas ou em processo de consolidação - assegurando a posse ou a propriedade definitiva do imóvel ao morador.
2.2 Público alvo	População moradora em assentamentos precários ou irregulares, comunidades tradicionais, com famílias com renda até 3 salários mínimos e lote até 250 m².
3. IMPLEMENTAÇÃO	
3.1 Horizonte Temporal	15 anos
4. ORÇAMENTO	
4.1 Orçamento global no período de vigência do PMHIS (15 anos)	R\$ 5.175.000,00
4.2 Orçamento anual	R\$ 345.000,00
4.3 Origem dos recursos	Despesas de custeio próprio do município (pessoal e manutenção) e FNHIS



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

117

5. AFERIÇÃO DE RESULTADOS

5.1 Indicador e unidade de medida.	Assentamentos precários regularizados
5.2 Índice de referência.	100%
5.3 Expectativa do índice para cada ano.	100%
5.4 Expectativa de índice no final do programa.	100%
5.5 Periodicidade da aferição.	anual

6. CRONOGRAMA

AÇÕES	ANO														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
6.1 Detalhamento geral do diagnóstico de cada um dos assentamentos precários identificados no PMHIS															
6.2 Elaboração de Plano de Regularização Fundiária Sustentável de cada um dos assentamentos precários															
6.3 Implantação do Plano de Regularização Fundiária Sustentável elaborado															



5.3.2 PROGRAMA: EMERGENCIAL

O programa emergencial pretende estabelecer estratégias e procedimentos para intervenções da defesa civil em ações de apoio e auxílio à sociedade, prevenindo ou minimizando danos, socorrendo e assistindo as populações atingidas, além de reabilitar as áreas deterioradas, atuando diretamente na iminência ou em situações de desastres.

OBJETIVO:

Executar ações emergenciais coletivas ou isoladas com o intuito de restabelecer boas condições de funcionamento das funções públicas e de moradia em casos de calamidade pública ou desastres, com remoção de famílias em situação de risco iminente de morte e/ou perda de sua moradia.

METAS RELACIONADAS:

■ atender as demandas emergenciais habitacionais decorrentes de situações de calamidade pública ou desastres.

AGENTES ENVOLVIDOS:

- Empresa Municipal de Habitação
- Secretaria de Planejamento e Urbanismo
- Gabinete do Prefeito
- Defesa Civil

FONTES DE RECURSOS:

- Recursos orçamentários do governo estadual destinados aos FEH (Fundo Estadual de Habitação);
- Recursos próprios;
- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.

PÚBLICO ALVO:

População residente em áreas de risco iminente ou que sofreram danos habitacionais decorrentes de calamidades e desastres que atinjam núcleos da comunidade ou em casos isolados.

AÇÕES:

- a) execução de ações emergenciais coletivas nos casos de calamidade pública;



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

119

- b) construção de unidades emergenciais para famílias em situação de risco iminente;
- c) execução de ações emergenciais em casos de danos habitacionais isolados. Ex: incêndios.

CUSTOS ESTIMADOS:

O custo estimado de implantação do programa Emergencial é de R\$ 50.000,00 anual.

TABELA 5. 10 – ORÇAMENTO: PROGRAMA EMERGENCIAL

Ações	Quantidade/ ano	Valor unitário R\$	Valor total da ação R\$
Execuções de ações emergenciais coletivas nos casos de calamidade pública.	Conforme necessidade	10.000,00	10.000,00**
Construções de unidades emergenciais para famílias em situação de risco iminente.*	03	8.000,00	24.000,00***
Execuções de ações emergenciais em casos de danos habitacionais isolados, exemplo, incêndio.*	02	8.000,00	16.000,00***
TOTAL			50.000,00

*Considerou-se para a definição da quantidade de ações a média de atendimento dos anos anteriores.

** Considerou-se que as ações emergenciais coletivas no caso de calamidades públicas, exemplo, vendaval; não podem ser quantificadas, estimou-se um custo médio de diversos materiais de construção utilizados em tais situações (telhas, madeiras, lonas, etc.).

*** Considerou-se o custo estimado de habitação de 18m² em madeira com sanitário em alvenaria no valor de R\$ 8.000,00.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

120

TABELA 5. 11 – PROGRAMA EMERGENCIAL

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Nome do programa	EMERGENCIAL
1.2 Órgão coordenador	Empresa Municipal de Habitação
1.3 Demais órgãos municipais executores	Secretaria de Planejamento e Urbanismo Gabinete do Prefeito Defesa Civil
1.4 Classificação	Atendimento
2. CARACTERIZAÇÃO	
2.1 Objetivo	Executar ações emergenciais coletivas ou isoladas com o intuito de restabelecer boas condições de funcionamento das funções públicas e de moradia em casos de calamidade pública ou desastres, com remoção das famílias em situação de risco iminente de morte e/ou perda de sua moradia.
2.2 Público- alvo	População residente em áreas de risco iminente ou que sofreram danos habitacionais decorrentes de calamidades e desastres que atinjam núcleos da comunidade ou em casos isolados.
3. IMPLEMENTAÇÃO	
3.1 Horizonte Temporal	15 anos
4. ORÇAMENTO	
4.1 Orçamento global	R\$ 750.000,00
4.2 Orçamento anual	R\$ 50.000,00
4.3 Origem dos recursos	Recursos orçamentários do governo estadual destinados ao FEH (Fundo Estadual de Habitação); recursos próprios, FNHIS.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

121

5. AFERIÇÃO DE RESULTADOS

5.1 Indicador e unidade de medida	Unidades construídas/ ações executadas
5.2 Índice de referência anual	100%
5.3 Expectativa do índice para cada ano	100%
5.4 Expectativa de índice no final do programa	100%
5.5 Periodicidade da aferição	anual

6. CRONOGRAMA

AÇÕES	ANO														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
6.1 Execuções de ações emergenciais coletivas nos casos de calamidade pública.															
6.2 Construções de unidades emergenciais para famílias em situação de risco iminente															
6.3 Execuções de ações emergenciais em casos de danos habitacionais isolados, ex: incêndios															



5.3.3 PROGRAMA: REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL

O Programa de Requalificação Habitacional é composto por um conjunto de ações voltadas a apoiar a reforma e ampliação de unidades habitacionais de forma a melhorar a qualidade das moradias. Trata-se de ações, combinadas ou não, de: concessão de material e/ou mão-de-obra para ampliação e melhoria habitacional, conjugada com fornecimento de assessoria técnica.

OBJETIVO:

Melhorar as condições de habitabilidade da população de baixa renda classificadas como componentes da inadequação habitacional.

METAS RELACIONADAS:

■ requalificar unidades habitacionais através da implantação de módulos sanitários, da diminuição da densidade excessiva de moradores por dormitório através da ampliação das moradias e da reforma de habitações precárias.

AGENTES ENVOLVIDOS:

- Empresa Municipal de Habitação
- Secretaria de Planejamento e Urbanismo
- Secretaria Municipal de Assistência Social

FONTES DE RECURSOS:

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- Recursos orçamentários dos governos estaduais destinados aos FEH;
- Recursos próprios;
- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.

PÚBLICO ALVO:

População moradora em assentamentos precários ou em lotes isolados, com renda até três salários mínimos.

AÇÕES:

- a) construções de módulos sanitários;
- b) reformas;
- c) ampliações;

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

123

d) instalação e/ou complementação de entrada e rede interna dos serviços de infraestrutura

CUSTOS ESTIMADOS:

O custo estimado de implantação do programa Requalificação Habitacional é de R\$ 277.000,00 anual conforme tabela 5.13.

TABELA 5. 12 - ORÇAMENTOS: PROGRAMA REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL

Ações	Quantidade/ ano	Valor unitário R\$	Valor total da ação R\$
Construções de módulos sanitários*.	51	3.000,00	153.000,00
Reformas.**	10	3.000,00	30.000,00
Ampliações.***	43	2.000,00	86.000,00
Instalação e/ou complementação de entrada e rede interna de serviços de infraestrutura.****	08	1.000,00	8.000,00
TOTAL			277.000,00

*Considerou-se para a definição do número de módulos sanitários a serem construídos, a existência de 759 domicílios sem banheiro, sendo como objetivo atender ao longo dos 15 anos de vigência do PMHIS a todo este componente de inadequação habitacional, totalizando a quantia de 51 módulos construídos anualmente a um custo estimado médio de R\$ 3.000,00 (material e mão-de-obra).

**Considerou-se para a definição da quantidade de construções de reformas que a média de atendimento dos anos anteriores foi de 10 unidades reformadas, com o objetivo de atender ao mesmo número anualmente a um custo estimado médio de R\$ 3.000,00 (material e mão-de-obra).

***Considerou-se para a definição do número das ampliações a serem construídas a existência de 633 domicílios com adensamento excessivo, sendo o objetivo de atender ao longo dos 15 anos de vigência do PMHIS a 100% deste componente de inadequação habitacional, totalizando 43 unidades habitacionais atendidas por ano nesta ação a um custo estimado médio por unidade habitacional ampliada de R\$ 2.000,00 (material e mão-de-obra).

****Considerou-se para a definição da quantidade de instalação e/ou complementação de entrada e rede interna dos serviços de infraestrutura, a média de atendimento dos anos anteriores, estimando-se o valor de R\$ 1.000,00 (material e mão-de-obra) para cada unidade habitacional atendida.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

124

TABELA 5. 13 – PROGRAMA REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Nome do programa	REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL
1.2 Órgão coordenador	Empresa Municipal de Habitação
1.3 Demais órgãos municipais executores	Secretaria de Planejamento e Urbanismo Secretaria Municipal de Assistência social
1.4 Classificação	Atendimento
2. CARACTERIZAÇÃO	
2.1 Objetivo	Melhorar as condições de habitabilidade da população de baixa renda classificadas como componentes da inadequação habitacional.
2.2 Público alvo	População moradora em assentamentos precários ou em lotes isolados com renda até 3 salários mínimos.
3. IMPLEMENTAÇÃO	
3.1 Horizonte Temporal	15 anos
4. ORÇAMENTO	
4.1 Orçamento global	R\$ 4.155.000,00
4.2 Orçamento anual	R\$ 277.000,00
4.3 Origem dos recursos	FGTS, recursos orçamentários do governo estadual (FEH), recursos próprios, FNHIS.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

125

5. AFERIÇÃO DE RESULTADOS

5.1 Indicador e unidade de medida	Número de famílias atendidas
5.2 Índice de referência anual	100%
5.3 Expectativa do índice para cada ano	100%
5.4 Expectativas do índice no final do programa	100%
5.5 Periodicidade da aferição	anual

6. CRONOGRAMA

AÇÕES	ANO														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
6.1 Construções de módulos sanitários															
6.2 Reformas															
6.3 Ampliações															
6.4 Instalação/complementação de entrada e rede interna de infraestrutura (energia elétrica)															



5.3.4 PROGRAMA: PRODUÇÃO DE LOTES URBANOS

Este programa pretende incentivar a produção de lotes urbanizados destinados aos moradores de baixa renda, tanto pela Prefeitura Municipal quanto por órgãos públicos federais, estaduais, cooperativas habitacionais ou através de parcerias público-privada. Considerou-se o total do déficit projetado médio (1328 unidades) como base para a estratégia de aplicação financeira e redução do déficit.

OBJETIVO:

Ampliar a produção de lotes urbanizados adequados urbanística e ambientalmente e com menor custo de produção.

METAS RELACIONADAS:

- Produzir 89 (oitenta e nove) novos lotes urbanizados e registrados, anualmente.

AGENTES ENVOLVIDOS:

- Empresa Municipal de Habitação
- Secretaria de Planejamento e Urbanismo
- Secretaria de Obras

FONTES DE RECURSOS:

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- Recursos orçamentários dos governos estaduais destinados aos FEH;
- Recursos próprios;
- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.

PÚBLICO ALVO:

- População com renda até cinco salários mínimos.

AÇÕES:

- a) aquisição de terras para Habitação de Interesse Social;
- b) implantação de parcelamentos do solo de interesse social.

CUSTOS ESTIMADOS:

O custo estimado de implantação do programa Produção de Lotes Urbanos é de R\$ 716.000,00 anuais conforme tabela 5.15.

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

127

TABELA 5. 14 - ORÇAMENTO: PROGRAMA PRODUÇÃO DE LOTES URBANOS

Ações	Quantidade/ ano	Valor unitário R\$	Valor total da ação R\$
Aquisição de terras	4,5 há	80.000,00	360.000,00*
Implantação de parcelamentos do solo	89 lotes	4.000,00	356.000,00**
TOTAL			716.000,00

*Considerou-se o valor médio de R\$ 80.000,00 por hectare na área urbana do município.

**Considerou-se uma média de R\$ 4.000,00 por lote (projetos, infraestrutura e documentação registral).



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

128

TABELA 5. 15 - PROGRAMA PRODUÇÃO DE LOTES URBANOS

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Nome do programa	PRODUÇÃO DE LOTES URBANOS
1.2 Órgão coordenador	Empresa Municipal de Habitação
1.3 Demais órgãos municipais executores	Secretaria de Planejamento e Urbanismo Secretaria de Obras
1.4 Classificação	Atendimento
2. CARACTERIZAÇÃO	
2.1 Objetivo relacionado	Ampliar a produção de lotes urbanizados adequados urbanística e ambientalmente com menor custo de produção.
2.2 Público-alvo	População com renda até cinco salários mínimos.
3. IMPLEMENTAÇÃO	
3.1 Horizonte Temporal	15 anos
4. ORÇAMENTO	
4.1 Orçamento global	R\$ 10.740.000,00
4.2 Orçamento anual	R\$ 716.000,00
4.3 Origem dos recursos	FGTS, recursos orçamentários do governo estadual (FEH), recursos próprios, FNHIS.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

129

5. AFERIÇÃO DE RESULTADOS

5.1 Indicador e unidade de medida	Lotes produzidos
5.2 Índice de referência anual	100%
5.3 Expectativa do índice para cada ano	100%
5.4 Expectativa de índice no final do programa	100%
5.5 Periodicidade da aferição	anual

6. CRONOGRAMA

AÇÕES	ANO														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
6.1 Aquisições de terras para habitação de interesse social															
6.2 Implantações de parcelamentos do solo															



5.3.5 PROGRAMA: PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

Este programa pretende ampliar a produção de unidades habitacionais de interesse social de diferentes tipos destinados aos moradores de menor renda, tanto pela Prefeitura Municipal quanto por órgãos públicos federais, estaduais, cooperativas habitacionais ou através de parcerias público-privada. Considerou-se o total do déficit projetado médio (1328 unidades) como base para a estratégia de aplicação financeira e redução do déficit.

OBJETIVO:

Incentivar, apoiar e produzir habitações de interesse social para populações de menor renda, na forma de conjuntos habitacionais ou de unidades isoladas.

METAS RELACIONADAS:

■ Diminuir progressivamente o déficit habitacional, implantando no período previsto pelo PMHIS um mínimo de 89 (oitenta e nove) novas unidades habitacionais, anualmente, sendo 25 unidades construídas com recursos próprios do município e 64 unidades através de parcerias com as demais esferas de governo, iniciativa privada, cooperativas e similares;

■ Ampliar os recursos a serem investidos em HIS acessando recursos federais e estaduais, garantindo como contrapartida do município o fornecimento de lotes urbanizados.

AGENTES ENVOLVIDOS:

- Empresa Municipal de Habitação
- Secretaria de Planejamento e Urbanismo
- Secretaria de Obras

FONTES DE RECURSOS:

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- Recursos orçamentários dos governos estaduais destinados aos FEH;
- Recursos próprios;
- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.

PÚBLICO ALVO:

- População com renda até três salários mínimos.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

131

AÇÕES:

- a) estímulo à produção de HIS através de parcerias com o governo federal e estadual, com iniciativa privada, associações e cooperativas;
- b) produção de unidades habitacionais isoladas na área rural com recursos do município;
- c) produção de unidades habitacionais unifamiliares na área urbana com recursos do município;

CUSTOS ESTIMADOS:

O custo estimado de implantação do programa Produção de unidades habitacionais é de R\$ 3.560.000,00 anuais conforme tabela 5.17.

TABELA 5. 16 - ORÇAMENTO: PROGRAMA PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

Ações	Quantidade/ ano	Valor unitário R\$	Valor total da ação R\$
Estímulo à produção de HIS através de parcerias com o governo federal e estadual, com iniciativa privada, associações e cooperativas	64	40.000,00	2.560.000,00*
Produção de unidades habitacionais isoladas na área rural com recursos do município	05	40.000,00	200.000,00**
Produção de unidades habitacionais unifamiliares na área urbana com recursos do município	20	40.000,00	800.000,00**
TOTAL			3.560.000,000

*Poderá haver necessidade de contrapartida por parte do município, que poderá ser em lotes, infraestrutura, recursos financeiros ou outras formas.

**Considerou-se o valor médio de R\$ 40.000,00 para construção de cada unidade habitacional não incluindo o lote.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

132

TABELA 5. 17 - PROGRAMA PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Nome do programa	PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS
1.2 Órgão coordenador	Empresa Municipal de Habitação
1.3 Demais órgãos municipais executores	Secretaria de Planejamento e Urbanismo Secretaria de Obras
1.4 Classificação	Atendimento
2. CARACTERIZAÇÃO	
2.1 Objetivo	Incentivar, apoiar e produzir habitações de interesse social para população de menor renda, na forma de conjuntos habitacionais ou de unidades isoladas.
2.2 Público-alvo	População com renda até três salários mínimos.
3. IMPLEMENTAÇÃO	
3.1 Horizonte Temporal	15 anos
4. ORÇAMENTO	
4.1 Orçamento global	R\$ 53.400.000,00
4.2 Orçamento anual	R\$ 3.560.000,00
4.3 Origem dos recursos	FGTS, recursos orçamentários do governo estadual (FEH), recursos próprios, FNHIS.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

133

5. AFERIÇÃO DE RESULTADOS

5.1 Indicador e unidade de medida	Unidades habitacionais produzidas
5.2 Índice de referência anual	100%
5.3 Expectativa do índice para cada ano	100%
5.4 Expectativa de índice no final do programa	100%
5.5 Periodicidade da aferição	anual

6. CRONOGRAMA

AÇÕES	ANO														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
6.1 Estímulo à produção de HIS através de parcerias com o governo federal e estadual, com iniciativa privada, associações e cooperativas															
6.2 Estímulo à produção de unidades habitacionais isoladas na área urbana															
6.3 Produção de unidades habitacionais isoladas na área rural															



5.3.6 PROGRAMA:REALOCAÇÃO DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM ÁREA DE RISCO

As ações de urbanização demandam, muitas vezes, a realocação de moradores em função dos riscos existentes, da implantação de infraestruturas urbanas, da adequação de espaços públicos, das complementações viárias e do adensamento excessivo, entre outros motivos. Para efeitos de planejamento, considera-se que 30% do total de domicílios urbanos em assentamentos precários devem ser realocados, de acordo com o PLANHAB (2007).

Mesmo assim, sempre que possível deve-se evitar a remoção das famílias assegurando a permanência da comunidade em seu local de moradia. A remoção somente é admissível quando indispensável para garantir a urbanização de um assentamento precário ou nas situações em que é inevitável para sanar ocupações em áreas de risco, de grave impacto ambiental e de necessidade de obras públicas. Caso remoções sejam indispensáveis, elas devem, preferencialmente, ocorrer em áreas próximas ao assentamento original.

OBJETIVO:

Realocar famílias residentes em área de risco garantindo a melhoria das condições de moradia.

METAS RELACIONADAS:

- Realocar famílias residentes em área de risco.

AGENTES ENVOLVIDOS:

- Empresa Municipal de Habitação
- Secretaria de Planejamento e Urbanismo
- Secretaria de Obras
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico

FONTES DE RECURSOS:

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- Recursos orçamentários do governo estadual destinados aos FEH;
- Recursos próprios;
- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

135

PÚBLICO ALVO:

População moradora em área de risco.

AÇÕES:

- a) Identificação das famílias residentes em área de risco,
- b) Realocação das famílias identificadas.

CUSTOS ESTIMADOS:

A realocação das famílias será feita para moradias produzidas no Programa de Produção de Unidades Habitacionais, não demandando novos investimentos em edificações e infraestrutura. As ações "Identificação das famílias residentes em área de risco" e a "realocação das famílias" terá um custo de R\$ 4.000,00 anuais conforme tabela 5.19.

TABELA 5. 18 - ORÇAMENTO: PROGRAMA REALOCAÇÃO DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM ÁREA DE RISCO

Ações	Quantidade/ ano	Valor unitário R\$	Valor total da ação R\$
Identificação das famílias residentes em área de risco	20	100,00	2.000,00*
Realocação das famílias	20	100,00	2.000,00**
TOTAL			4.000,00

* Considerou-se 20 horas técnicas no valor médio de R\$ 100,00 cada.

**Considerou-se custo de remoção e transporte dos bens móveis de cada família.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

136

TABELA 5. 19 - PROGRAMA REALOCAÇÃO DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM ÁREA DE RISCO

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Nome do programa	RELOCAÇÃO DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM ÁREA DE RISCO
1.2 Órgão coordenador	Empresa Municipal de Habitação
1.3 Demais órgãos municipais executores	Secretaria de Planejamento e Urbanismo Secretaria de Obras Secretaria Municipal de Assistência Social Secretaria de Desenvolvimento Econômico
1.4 Classificação	Atendimento
2. CARACTERIZAÇÃO	
2.1 Objetivo	Realocar famílias residentes em área de risco garantindo a melhoria das condições de moradia.
2.2 Público-alvo	População moradora em área de risco.
3. IMPLEMENTAÇÃO	
3.1 Horizonte Temporal	15 anos
4. ORÇAMENTO	
4.1 Orçamento global	R\$ 60.000,00
4.2 Orçamento anual	R\$ 4.000,00
4.3 Origem dos recursos	FGTS, recursos orçamentários do governo estadual, recursos próprios, FNHIS.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

137

5. AFERIÇÃO DE RESULTADOS	
5.1 Indicador e unidade de medida	Famílias realocadas
5.2 Índice de referência	-
5.3 Expectativa do índice para cada ano	-
5.4 Expectativa de índice no final do programa	-
5.5 Periodicidade da aferição	anual

6. CRONOGRAMA															
AÇÕES	ANO														
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
6.1 Identificação das famílias residentes em área de risco															
6.2 Realocação das famílias identificadas															



5.4 SÍNTESE CONCLUSIVA PROGRAMÁTICA

A Tabela 5.21 estabelece os investimentos anuais e de todo o período do PMHIS de cada um dos programas e os valores totais necessários para atender as metas esperadas.

A tabela 5.22 estabelece, para cada um dos programas, indicadores que serão usados para avaliação do seu desempenho ao longo do período de implantação do PMHIS e estabelece, ainda, dois cenários em relação às metas. O cenário das metas esperadas estabelece um potencial de realização vinculado à ação integrada do poder público municipal, das demais esferas de governo, da iniciativa privada e dos atores sociais, como por exemplo, cooperativas e associações habitacionais. O cenário das metas possíveis vincula-se a utilização apenas dos recursos do poder público municipal.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

139

Programas	RECURSOS PARA OS PROGRAMAS DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL															
	Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05	Ano 06	Ano 07	Ano 08	Ano 09	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Total
Revisão da Legislação Habitacional Urbana	R\$ 3.300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 7.500,00
Gestão da Política Habitacional Municipal	R\$ 340.529,10	R\$ 299.029,10	R\$ 303.029,10	R\$ 299.029,10	R\$ 303.029,10	R\$ 324.029,10	R\$ 303.029,10	R\$ 299.029,10	R\$ 303.029,10	R\$ 299.029,10	R\$ 329.529,10	R\$ 299.029,10	R\$ 303.029,10	R\$ 299.029,10	R\$ 303.029,10	R\$ 4.606.436,50
Captação de Recursos	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 32.400,00	R\$ 486.000,00
Controle de Ocupações Irregulares em Áreas Públicas e Educação Ambiental	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 19.200,00	R\$ 288.000,00
Regularização Fundiária	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 5.175.000,00
Emergencial	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 750.000,00
Requalificação Habitacional	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 277.000,00	R\$ 4.155.000,00
Produção de Lotes Urbanos	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 716.000,00	R\$ 10.740.000,00
Produção de Unidades Habitacionais	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 3.560.000,00	R\$ 53.400.000,00
Relocação de Famílias Residentes em Áreas de Risco	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 60.000,00
Subtotal/ANO	R\$ 5.347.429,10	R\$ 5.302.929,10	R\$ 5.306.929,10	R\$ 5.302.929,10	R\$ 5.306.929,10	R\$ 5.327.929,10	R\$ 5.306.929,10	R\$ 5.302.929,10	R\$ 5.306.929,10	R\$ 5.302.929,10	R\$ 5.333.429,10	R\$ 5.302.929,10	R\$ 5.306.929,10	R\$ 5.302.929,10	R\$ 5.306.929,10	R\$ 159.335.873,00

TABELA 5. 20 – RECURSOS PARA OS PROGRAMAS DO PMHIS



Programa	Indicador	INDICADORES E METAS NO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
		Meta Esperada	Meta Possível
Revisão da Legislação Habitacional Urbana	Áreas de glebas ou terrenos disponibilizados para ATEs; coeficiente de participação dos investimentos em HS no PMS; percentual de montante de recursos externos captados investidos em HS.	<ul style="list-style-type: none"> criar Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) destinadas à produção de HS, alterando a Lei 1.581, de 10 de outubro de 2006 (v. Art. 42), que instituiu o Código de Zoneamento do Município de São Bento do Sul; elaborar legislações específicas que regulamente a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade previstos na Lei 1.675/06 (Plano Diretor); revisar o Plano Plurianual do período 2012/2013 em relação aos programas e metas do PMHS; elaborar quadrienalmente o Plano Plurianual de acordo com o PMHS; elaborar anualmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual de acordo com o PMHS; revisar o Código de Obras, o Código de Parcelamento do Solo e as demais legislações urbanísticas e habitacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> criar Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) destinadas à produção de HS e regularização fundiária, alterando a Lei 1.581, de 10 de outubro de 2006 (v. Art. 42), que instituiu o Código de Zoneamento do Município de São Bento do Sul; elaborar legislações específicas que regulamente a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade previstos na Lei 1.675/06 (Plano Diretor); revisar o Plano Plurianual do período 2012/2013 em relação aos programas e metas do PMHS; elaborar quadrienalmente o Plano Plurianual de acordo com o PMHS; elaborar anualmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual de acordo com o PMHS; revisar o Código de Obras, o Código de Parcelamento do Solo e as demais legislações urbanísticas e habitacionais.
Gestão da Política Habitacional Municipal	Produção de lotes de interesse social; produção de unidades habitacionais; nº de lotes regularizados; nº de unidades habitacionais ampliadas; nº de unidades sanitárias domiciliares implantadas; déficit habitacional básico; inadequação habitacional urbana; fundiária; inadequação habitacional urbana; densidade excessiva; percentual de famílias realocadas moradoras em áreas de risco	<ul style="list-style-type: none"> avaliar a Política Municipal de Habitação de Interesse Social e do PMHS, após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos pelo IBGE e quando da elaboração do Plano Plurianual, com eventual redefinição dos programas, ações, estratégias e metas; aumentar a capacidade institucional dos gestores da Política Habitacional Municipal (Empresa Municipal de Habitação e Conselho Gestor do Fundo Habitacional de Interesse Social) para o acompanhamento, monitoramento e avaliação do PMHS e para o fortalecimento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. 	<ul style="list-style-type: none"> avaliar a Política Municipal de Habitação de Interesse Social e do PMHS, após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos pelo IBGE e quando da elaboração do Plano Plurianual, com eventual redefinição dos programas, ações, estratégias e metas; aumentar a capacidade institucional dos gestores da Política Habitacional Municipal (Empresa Municipal de Habitação e Conselho Gestor do Fundo Habitacional de Interesse Social) para o acompanhamento, monitoramento e avaliação do PMHS e para o fortalecimento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.
Captação de Recursos	Percentual de montante de recursos externos captados investidos em HS	<ul style="list-style-type: none"> ampliar a capacidade financeira da Empresa Municipal de Habitação com a captação de recursos externos para a efetivação de Programas de Produção de Unidades Habitacionais; ampliar os recursos a serem investidos em HS acessando recursos federais e estaduais, garantindo como contrapartida do município o fornecimento de lotes urbanizados. 	<ul style="list-style-type: none"> ampliar a capacidade financeira da Empresa Municipal de Habitação com a captação de recursos externos para a efetivação de Programas de Produção de Unidades Habitacionais; ampliar os recursos a serem investidos em HS acessando recursos federais e estaduais, garantindo como contrapartida do município o fornecimento de lotes urbanizados.
Controle de Ocorrências em Áreas Irregulares e Educação Ambiental	Número de campanhas desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> ampliar a atuação dos agentes fiscalizadores no controle de invasões de áreas públicas e privadas, em especial referente às Áreas de Preservação Permanente e áreas de risco; conscientizar a comunidade e os ocupantes de assentamentos precários sobre questões de proteção e preservação do meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> ampliar a atuação dos agentes fiscalizadores no controle de invasões de áreas públicas e privadas, em especial referente às Áreas de Preservação Permanente e áreas de risco; conscientizar a comunidade e os ocupantes de assentamentos precários sobre questões de proteção e preservação do meio ambiente.
Regularização Fundiária	Inadequação habitacional urbana: fundiária: número de lotes regularizados	<ul style="list-style-type: none"> Regularizar todos os 94 assentamentos precários existentes no município, que equivalem a 1.338 domicílios, conforme levantamento de campo realizado pela consultoria na elaboração do diagnóstico, tendo como meta anual a regularização fundiária de no mínimo 90 (noventa) famílias. 	<ul style="list-style-type: none"> Regularizar todos os 94 assentamentos precários existentes no município, que equivalem a 1.338 domicílios, conforme levantamento de campo realizado pela consultoria na elaboração do diagnóstico, tendo como meta anual a regularização fundiária de no mínimo 90 (noventa) famílias.
Emergencial	Número de unidades construídas; ações executadas	<ul style="list-style-type: none"> atender as demandas emergenciais habitacionais decorrentes de situações de calamidade pública ou desastres, quando ocorrem sinistros, atendendo a toda demanda durante o período de vigência do PMHS. 	<ul style="list-style-type: none"> atender as demandas emergenciais habitacionais decorrentes de situações de calamidade pública ou desastres, quando ocorrem sinistros, com a construção de no mínimo 05 (cinco) unidades anualmente.
Requalificação Habitacional	Número de unidades habitacionais ampliadas; número de unidades sanitárias domiciliares implantadas;	<ul style="list-style-type: none"> requalificar unidades habitacionais através da implantação de módulos sanitários, da diminuição da densidade excessiva de moradores por dormitório através da ampliação das moradias e da reforma de habitações precárias, atendendo a toda demanda durante o período de vigência do PMHS. 	<ul style="list-style-type: none"> requalificar unidades habitacionais através da implantação de 51 módulos sanitários por ano e diminuição da densidade excessiva de moradores por dormitório através da ampliação das moradias e da reforma de habitações precárias e complementação de entrada de infraestrutura em quantidade de 61 por ano.
Produção de Lotes Urbanos	Inadequação habitacional urbana: densidade excessiva; inadequação habitacional urbana: inexistência de unidade sanitária domiciliar	<ul style="list-style-type: none"> produzir 89 (oitenta e nove) novos lotes urbanizados e registrados, anualmente. 	<ul style="list-style-type: none"> produzir 89 (oitenta e nove) novos lotes urbanizados e registrados, anualmente.
Produção de Unidades Habitacionais	Produção de lotes de interesse social; déficit habitacional básico	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir progressivamente o déficit habitacional, implantando no período previsto pelo PMHS um mínimo de 89 (oitenta e nove) novas unidades habitacionais, anualmente, sendo 25 unidades construídas com recursos próprios do município e 64 unidades através de parcerias com as demais esferas de governo, iniciativa privada e cooperativas e similares; Ampliar os recursos a serem investidos em HS acessando recursos federais e estaduais, garantindo como contrapartida do município o fornecimento de lotes urbanizados. 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir progressivamente o déficit habitacional, implantando no período previsto pelo PMHS um mínimo de 89 (oitenta e nove) novas unidades habitacionais, anualmente, sendo 25 unidades construídas com recursos próprios do município e 64 unidades através de parcerias com as demais esferas de governo, iniciativa privada e cooperativas e similares.
Realocação de Famílias Resistentes em Áreas de Risco	Percentual de famílias realocadas moradoras em áreas de risco	<ul style="list-style-type: none"> identificar e realocar todas as famílias residentes em áreas de risco durante o tempo de vigência do PMHS. 	<ul style="list-style-type: none"> identificar e realocar 20 famílias residentes em áreas de risco anualmente.

TABELA 5. 21 - INDICADORES E METAS NO PMHS



6. RECURSOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

O item Recursos e Fontes de Financiamento agrega o conjunto dos Programas e Ações dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) com os Recursos para Financiamento existente também nestas esferas administrativas. Apesar de minucioso o levantamento, este deverá ser mantido atualizado ao longo do processo de implantação do PMHIS, devendo ser adotada uma sistemática administrativa que acompanhe a evolução da destinação de recursos externos à administração e dos recursos próprios.

6.1 LOCAIS

Os recursos para os programas de habitação de interesse social de âmbito municipal são destinados e geridos de duas formas diferenciadas.

A primeira é a dos recursos próprios do orçamento municipal, que podem ser complementados ou não por recursos de outras esferas de governo ou de outros organismos. Estes recursos têm como instrumento regulador básico o Plano Plurianual (PPA), que estabelece os programas, com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos, a serem implantados no quadriênio 2010-2013. A lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual devem seguir o definido no PPA.

A segunda diz respeito ao Fundo Municipal de Habitação, que tem como fonte de recursos as dotações orçamentárias próprias, os recursos financeiros oriundos do Governo Federal, Estadual, de agentes financeiros da habitação e de outras fontes diversas.

6.2 ESTADUAIS

Os recursos para os programas de habitação de interesse social de âmbito estadual são destinados e geridos pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC, empresa de economia mista que tem finalidade de coordenar ações de desenvolvimento de soluções habitacionais.

Para a implantação dos Programas Habitacionais poderão ser estabelecidas parcerias entre instituições que envolvam todos os segmentos sociais e recursos. Na formulação e execução dos projetos específicos, serão considerados parceiros todos os órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) e órgãos privados (Sindicatos, Associações, institutos, Cooperativas), e ONGs cujos objetivos estejam voltados à melhoria habitacional e das condições de vida das famílias mais pobres.

As fontes de recursos utilizadas pela COHAB/SC são:

1. Fundo Federal de Moradia;



2. Fundo Estadual de Habitação Popular;
3. Fundo Municipal de Habitação;
4. CAIXA;
5. Sindicatos e Cooperativas Rurais;
6. Programa Federal de Reforma Agrária;
7. Associações
8. Outros.

6.2.1 ATENDIMENTO AO HOMEM DO CAMPO

As famílias do interior dos municípios serão atendidas através das seguintes modalidades:

a) Vila rural

Viabiliza moradia ao trabalhador rural volante (bóia-fria), em vilas rurais com no máximo 20 lotes de no mínimo 5.000m², propiciando sua integração ao meio em que vive, favorecendo o acesso aos serviços de saúde, educação, qualificação profissional, criando espírito comunitário e exercício de cidadania. Esta modalidade atende famílias com renda até 3 salários mínimos.

b) Moradia rural

Linha de financiamento destinada aos pequenos agricultores familiares, para a construção, reforma e ampliação de suas casas, visando fixar as pessoas no campo, com a real possibilidade de uma moradia adequada às suas necessidades e, ao mesmo tempo, garantindo a preservação do meio ambiente rural. Esta modalidade atende famílias com renda até 12 salários mínimos.

c) Volta ao campo

Esta ação objetiva favorecer o retorno de pessoas oriundas do campo, que se dirigiram ao meio urbano, que habitam na periferia das cidades, em favelas ou áreas degradadas. Com esta proposta de solução habitacional, a COHAB/SC pretende identificar, em parceria com as Prefeituras, empresariado local, entidades sociais e ONGs, as famílias que sonham em retornar a sua origem no campo, possibilitando-lhes acesso à uma moradia em vilas, ou moradia rural isolada, em terreno cedido ou, ainda, objeto de doação do poder público municipal ou entidade privada interessada. Esta modalidade atende famílias com renda até 3 salários mínimos.

6.2.2 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS DA CIDADE

As famílias que se encontram dentro do perímetro urbanos dos municípios terão acesso às seguintes modalidades de atendimento:

a) Lotes com infraestrutura

Serão implantados e comercializados loteamentos econômicos, devidamente



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

143

infraestruturados, nos quais o adquirente construirá posteriormente a habitação por sua conta ou contando com algum tipo de subsídio de caráter social. Esta modalidade atende famílias com renda até 12 salários mínimos.

b) Conjuntos habitacionais

Serão construídos conjuntos habitacionais com casa e/ou apartamentos, inseridos na malha urbana. Atenção especial será dada à pluralidade de padrões arquitetônicos das moradias e atendendo-se às características da cultura local. Esta modalidade atende famílias com renda até 12 salários mínimos.

c) Unidades isoladas

A COHAB/SC oferece linhas de crédito diretamente à família, para construção, aquisição, ampliação e reforma/melhoria da casa própria de até 80m². A construção será administrada pelo próprio interessado, com orientação e fiscalização da COHAB/SC e Prefeitura Municipal. Esta modalidade atende famílias com renda até 12 salários mínimos.

d) Autoconstrução e mutirão comunitário

Será promovida a formação de cooperativas, grupos associativos de autogestão na produção de habitações por autoconstrução, de caráter individual e mutirão, com participação da comunidade. As famílias beneficiárias organizadas serão responsáveis pela elaboração e execução do projeto e pela gestão dos recursos financeiros, barateando desta forma o custo final da construção. Esta modalidade atende famílias com renda até 5 salários mínimos.

e) Reurbanização de áreas degradadas

Em parceria com as Prefeituras Municipais, serão recuperadas áreas faveladas, regularizando-as, implantando infraestrutura básica e viabilizando a substituição das sub-habitações por novas construções com melhores condições de habitabilidade. Nos casos de áreas de risco e áreas de preservação, as famílias ocupantes serão removidas ou remanejadas, com o seu reassentamento em novas áreas, o mais próximo possível do local de origem. Esta modalidade atende famílias com renda até 3 salários mínimos.

f) Cesta básica de materiais de construção

Linhas de crédito para os interessados que já possuem lotes e desejam construir ou ampliar suas moradias. Uma rede de lojas de materiais de construção será credenciada e atenderá aos adquirentes em todo o Estado, com um kit incluindo materiais que irá desde as fundações até a cobertura da unidade habitacional. Esta modalidade atende famílias com renda até 5 salários mínimos.

g) Construção de casa próprio

Financiamento para a construção de uma moradia popular, constituída de habitação e ambiente de trabalho. Esta ação destina-se ao atendimento específico de pessoas interessadas em estabelecer seu próprio negócio, em especial uma oficina de consertos ou manutenção, ateliê ou uma pequena indústria. Esta modalidade atende famílias com renda até 12 salários mínimos.



6.3 FEDERAIS

Os recursos para os programas de habitação de interesse social de âmbito federal são destinados e geridos de três formas diferenciadas.

A primeira origem de recursos é do Orçamento Geral da União (OGU).

A segunda tem como agente operador a Caixa Econômica Federal - CEF, que é responsável pela celebração dos contratos de repasse, pela sua execução orçamentária e pelo acompanhamento da execução das contratações efetuadas. O maior número de programas e recursos para o setor é concentrado pelo governo federal na CEF.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) é o terceiro componente da esfera federal a participar da implementação da política setorial habitacional através do financiamento aos municípios de empreendimentos na área de infraestrutura urbana e de equipamentos comunitários, que atendem a população de menor renda não contempladas com estes serviços.

6.3.1 ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)

O conjunto de programas com recursos do Orçamento Geral da União é composto por:

- a) Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social,
- b) Apoio a Provisão Habitacional de Interesse Social,
- c) Intervenção em Favelas,
- d) PRO-MUNICÍPIO,
- e) Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários.

6.3.1.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Conforme a Instrução Normativa nº46, de 29 de Setembro de 2009, a ação de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social é integrante do Programa de Habitação de Interesse Social, tendo como objetivo a transferência de recursos para os estados, Distrito Federal, municípios e entidades sem fins lucrativos para a prestação de serviços de assistência técnica buscando atender a elevada parcela de produção de habitações que ocorre no mercado informal, sem qualquer tipo de apoio técnico que permita atingir padrões mínimos de qualidade, de produtividade e de segurança.

As ações do Programa Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social deverão observar as seguintes diretrizes gerais:

- a) estabelecimento, no âmbito da Política e do Plano Habitacional de Interesse Social local, do instituto da Assistência Técnica como componente estratégico para promoção



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

145

de melhoria habitacional, conforme previsto no Estatuto da Cidade, de que trata a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

- b) fomento e apoio à programas de assistência técnica para habitação de interesse social, promovidos por estados, Distrito Federal, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, no processo de provisão de habitação de interesse social;
- c) inserção e participação da sociedade no fornecimento de assistência técnica para habitação de interesse social, incentivando a formação de parcerias com unidades de ensino, núcleos de extensão de universidades, entidades profissionais, empresariais, outros entes públicos, organizações não-governamentais e entidades da sociedade civil;
- d) multidisciplinaridade do serviço de assistência técnica, incluindo mobilização, participação e desenvolvimento social das comunidades, para ampliação do acesso à programas de financiamento à produção habitacional e regularização fundiária, além da assistência técnica para produção e melhoria habitacional no contexto da autogestão;
- e) promoção de ações que visem a sustentabilidade do ambiente construído, com redução do desperdício, aumento da vida útil das construções, melhoria dos padrões de conforto ambiental e melhoria da qualidade e produtividade das obras, com participação da cadeia produtiva do setor;
- f) fomento e apoio à regulação, ocupação e ao uso do solo urbano, de acordo com os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, nos Planos Diretores Participativos e nos Planos Habitacionais de Interesse Social, especialmente nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- g) promoção da regularização fundiária, por meio da implementação de planos e projetos e de atividades jurídicas e administrativas, que objetivem a regularização do uso e ocupação das habitações.

As ações do Programa de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social observarão as seguintes diretrizes específicas:

- a) articulação de programas e projetos habitacionais para as famílias de baixa renda com programas de financiamento e microcrédito desenvolvidos nas esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, destinando-os, principalmente, para a auto-gestão coletiva ou individual;
- b) associação de parâmetros de qualidade com menor custo, propiciando assim economia de escala;
- c) incentivo aos agentes que compõem a cadeia produtiva da construção civil para desenvolvimento de pesquisas e incorporação de desenvolvimento tecnológico e de formas alternativas de produção habitacional, desde o projeto até a edificação da habitação de interesse social;
- d) atendimento prioritário à mulher responsável pelo domicílio, às comunidades quilombolas, indígenas, ciganas e outras de cunho étnico-racial ou de populações tradicio-



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

146

nais, além de segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social (trabalhadoras domésticas, catadores de material reciclável, ex-colonos de hanseníase etc.), bem como observar os mecanismos legais de cotas para idosos e portadores de necessidades especiais;

- e) incentivo à implementação de mecanismos permanentes de assistência técnica aos programas e ações de habitação de interesse social, buscando integrá-los ao plano local de habitação, constituindo uma das formas de enfrentamento ao déficit habitacional local;
- f) valorização, enriquecimento e aperfeiçoamento de formas construtivas adequadas às especificações regionais; e
- g) promoção dos controles de uso, de ocupação e fiscal do solo, por meio da vinculação orgânica com os serviços de licenciamento locais.

As modalidades de atendimento são:

- a) Elaboração de projetos para a produção habitacional e urbanização de assentamentos precários;
- b) assistência técnica para melhoria/conclusão/construção de unidades habitacionais.

A modalidade Elaboração de Projetos para a produção habitacional e urbanização de assentamentos precários contempla a elaboração de projetos técnicos de arquitetura e urbanismo, de engenharia, recuperação ambiental, trabalho social e regularização fundiária, necessários para a execução de empreendimentos que configurem a urbanização de assentamentos precários ou produção de habitação de interesse social.

O valor de investimento corresponde ao somatório dos custos para elaboração dos projetos técnicos necessários à execução do empreendimento e será composto, obrigatoriamente, pelos itens a seguir discriminados:

- a) contratação de consultoria e de serviços técnicos temporários para elaboração de projetos, estudos e pesquisas, envolvendo horas técnicas; e
- b) contratação de consultoria/serviços para a divulgação, mobilização e apoio à participação da sociedade civil na elaboração dos projetos.

Os projetos para urbanização de assentamentos precários deverão ser elaborados com vistas à:

- a) assegurar a adoção de medidas efetivas para a estabilização da expansão da ocupação da área;
- b) atender exclusivamente a área de intervenção definida;
- c) adequar ou melhorar as relações funcionais da área de intervenção em relação ao tecido urbano em que se insere;
- d) contemplar o atendimento a todas as necessidades básicas diagnosticadas na área, especialmente em relação a eliminação de riscos, adoção de medidas de desadensamento com reordenamento da ocupação, visando eliminar a subnormalidade habitacio-



nal, e a regularização do assentamento do ponto de vista jurídico-fundiário em favor das famílias moradoras; e

e) adequar o sistema viário, de forma a possibilitar acesso a serviços públicos e atendimentos emergenciais.

A modalidade Assistência Técnica para melhoria/conclusão/construção de unidades habitacionais contempla a contratação de mão-de-obra especializada para acompanhamento ou execução de obras de melhoria, conclusão ou construção de unidades habitacionais executadas por famílias de baixa renda, em regime de mutirão, autoconstrução ou autogestão, podendo ser contempladas, exclusivamente famílias que residam em áreas de urbanização consolidada e assentamentos passíveis de regularização urbana ou fundiária.

Tanto os projetos para urbanização de assentamentos precários como os destinados à produção de habitação de interesse social deverão prever investimentos necessários a assegurar que os beneficiários disponham, ao fim de sua execução, no mínimo, de serviços básicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais, vias de acesso, energia elétrica, unidades habitacionais que incluam módulos hidráulicos, direitos de uso ou de propriedade dos terrenos, e riscos ambientais devidamente controlados ou mitigados.

O valor de investimento corresponde ao somatório dos custos de contratação de consultoria e serviços técnicos temporários envolvendo horas técnicas, obrigatoriamente, pelos três itens a seguir discriminados, destinados:

- a) ao acompanhamento e execução de obras de melhoria, conclusão ou construção de unidades habitacionais;
- b) divulgação, mobilização e apoio a participação da sociedade civil;
- c) capacitação das famílias beneficiadas com melhorias / construções de unidades habitacionais na área de construção civil.

6.3.1.2 APOIO À PROVISÃO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL

É um programa que objetiva tornar viável aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até R\$ 1.395,00 o acesso à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos, em localidades urbanas ou rurais, mitigando as desigualdades sociais e contribuindo para a ocupação urbana planejada.

Este programa abrange as modalidades de atendimento de:

- a) produção ou aquisição de unidades habitacionais, que contempla intervenções necessárias à construção ou aquisição de unidades habitacionais, em parcelas legalmente definidas de uma área, que venham a dispor, no mínimo, de acesso por via pública e de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica;
- b) produção ou aquisição de lotes urbanizados, que contemplam a produção ou aquisição de parcelas legalmente definidas de uma área, em conformidade com as diretrizes



de planejamento urbano municipal, dotadas de acesso por via pública e, no seu interior, de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica;

c) requalificação de imóveis, que oferece solução de moradia adequada, a partir de intervenções voltadas ao melhor aproveitamento do espaço urbano, possibilitando a aquisição de imóveis para fins habitacionais, a realização de obras e serviços voltados à mudança de uso e/ou reabilitação de prédios existentes, ocupados ou não, visando à produção de unidades habitacionais ou correlata, realização de serviços e obras voltados à reurbanização ou reparcelamento de terrenos ou reconstruções de edificações, que resultem em lotes ou unidades habitacionais.

6.3.1.3 INTERVENÇÃO EM FAVELAS

As intervenções em favelas dos Projetos Piloto de Investimento, visam a implantação de ações necessárias à regularização fundiária, salubridade e habitabilidade de população de baixa renda localizada em área inadequada à moradia, para a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social.

As Intervenções em Favelas objetivam a implantação das seguintes ações:

a) apoio à urbanização de assentamentos precários, que deve assegurar a adoção de medidas efetivas para a estabilização da expansão da ocupação da área, atender exclusivamente a área de intervenção definida, adequar ou melhorar as relações funcionais da área de intervenção em relação ao tecido urbano em que se insere, e contemplar o atendimento a todas as necessidades básicas diagnosticadas na área, especialmente em relação à:

- eliminação de riscos;
- medidas de desadensamento com reordenamento da ocupação, visando eliminar a subnormalidade habitacional;
- regularizar o assentamento, do ponto de vista jurídico-fundiário, em favor das famílias moradoras;
- adequar o sistema viário, de forma a possibilitar acesso aos serviços públicos e atendimentos emergenciais.

6.3.1.4 PRÓ-MUNICÍPIO

O PRO-MUNICÍPIO engloba os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte e de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte, que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

As modalidades de atendimento do Pro-município são:



- a) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte, que é implantado por meio da Ação Obras de Infraestrutura Urbana em Municípios de Médio e Grande Porte.
- b) Produção ou Aquisição de Unidades Habitacionais, que somente é possível em situações que se caracterizem como emergenciais e contempla intervenções necessárias à construção ou à aquisição de unidades habitacionais em parcelas legalmente definidas de uma área, que venham a dispor, no mínimo, de acesso por via pública e de soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.
- c) Urbanização de Assentamentos Precários, que somente é possível em situações que se caracterizem como emergenciais e contempla a execução de intervenções necessárias à segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia, visando a sua permanência ou realocação.

6.3.1.5 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Este programa apóia as intervenções necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade da população localizada em área inadequada à moradia ou em situação de risco, visando a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas para atender as necessidades básicas da população e melhorar a sua condição de habitabilidade, saneamento ambiental e inclusão social.

A urbanização de assentamentos precários tem como objetivo a melhoria das condições de habitabilidade das populações residentes em assentamentos humanos precários e a redução de riscos com a urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade.

6.3.2 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)

O conjunto de programas e linhas de crédito sob responsabilidade da CEF é composto por:

- a) Crédito Solidário-Financiamento;
- b) Imóvel na Planta-Financiamento - Programa de Carta de Crédito Associativo, e Produção de Lotes Urbanizados da modalidade Parceria;
- c) Carta de Crédito de FGTS;
- d) Pró-moradia;
- e) Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH;
- f) Minha Casa Minha Vida Programa para 3 a 10 salários mínimos;
- g) Habitação para Famílias com renda até 3 salários mínimos.



6.3.2.1 CRÉDITO SOLIDÁRIO-FINANCIAMENTO

É um programa de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, que tem como objetivo o atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda, organizadas por cooperativas, associações ou entidades privadas sem fins lucrativos.

As modalidades de atendimento são:

- a) aquisição de terreno e construção,
- b) construção em terreno próprio,
- c) construção em terreno de terceiros,
- d) conclusão, ampliação ou reforma de unidade habitacional,
- e) aquisição de unidade construída,
- f) aquisição de imóveis para reabilitação urbana com fins habitacionais.

Os participantes deste programa são as famílias organizadas de forma associativa, com renda bruta mensal até R\$ 1.125,00 (um mil cento e vinte cinco reais). É admitida a participação de famílias com renda bruta mensal entre R\$ 1.125,01 (um mil cento e vinte cinco reais e um centavo) até R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), limitadas a 20% da composição do grupo associativo.

O empreendimento deve estar inserido ou junto a malha urbana, com infraestrutura básica de água, luz, rua, solução de esgoto e coleta de lixo.

6.3.2.2 IMÓVEL NA PLANTA, FINANCIAMENTO, PROGRAMA DE CARTA DE CRÉDITO ASSOCIATIVO, E PRODUÇÃO DE LOTES URBANIZADOS NA MODALIDADE PARCERIA

Esta linha de crédito é destinada à produção de empreendimentos habitacionais, reabilitação de empreendimentos urbanos e produção de lotes urbanizados, vinculada ao Programa de Carta de Crédito Associativo, com financiamento direto às pessoas físicas, agrupadas em condomínios, sindicatos, cooperativas, associações, pessoas jurídicas voltadas à produção habitacional, companhias de habitação ou órgãos assemelhados, Estados, Municípios, Distrito Federal ou órgãos da sua administração direta ou indireta, com a participação ou não, de Construtora.

O financiamento é destinado a projetos inseridos na malha urbana, dotados de infraestrutura básica e serviços públicos essenciais.

As modalidades contempladas neste programa são:

- a) construção de unidades habitacionais em terreno próprio;
- b) aquisição de terreno e construção de unidades habitacionais;
- c) produção de lotes urbanizados (aquisição de terreno e produção de lotes urbanizados);



- d) reabilitação de empreendimentos urbanos.

O público-alvo deste programa são as pessoas físicas com renda familiar até R\$ 4.900,00 que desejam comprar imóvel na planta ou em fase de construção, com interveniência de Entidade Organizadora/Agente Promotor, sendo:

- a) entidade organizadora: constituídas por condomínios, sindicatos, cooperativas, associações, entidades sem fins lucrativos, construtoras ou pessoas jurídicas voltadas à produção de unidades habitacionais.
- b) agente promotor: COHAB ou Órgãos Assemelhados.

6.3.2.3 CARTA DE CRÉDITO DE FGTS

A Carta de Crédito FGTS é uma linha de crédito que permite a formalização de parceria com entidades organizadoras no intuito de facilitar o acesso à casa própria para pessoas com renda familiar bruta até R\$ 1.875,00.

Cabe às entidades organizadoras, organizar o grupo de beneficiários e promover e/ou produzir as unidades habitacionais, urbanas ou rurais. São consideradas entidades organizadoras: cooperativas, sindicatos, associações, condomínios, pessoas jurídicas voltadas à produção habitacional, o poder público representado por prefeituras municipais, governos estaduais ou companhias e empresas estaduais ou municipais de habitação vinculadas ao poder público.

As diversas formas de regularização fundiária e/ou modalidades de financiamento deste programa são:

- a) aquisição de material de construção;
- b) construção em terreno próprio;
- c) aquisição de terreno e construção;
- d) aquisição de imóvel novo ou usado;
- e) aquisição de lote urbanizado.

6.3.2.4 PRÓ-MORADIA

Este programa visa oferecer acesso à moradia adequada para a população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal limitado até R\$ 1.395,00. (três salários mínimos). Os destinatários do financiamento do Pró-moradia são os estados, municípios, distrito federal ou empresas públicas não-dependentes.

O enquadramento dos municípios só ocorrerá na Região Sudeste para aqueles com população igual ou superior a 100 mil habitantes e para os demais municípios do país que tenham população igual ou superior a 70 mil habitantes.



6.3.2.5 PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL □ PSH

O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH objetiva oferecer acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda por intermédio da concessão de subsídios.

Os subsídios são concedidos no momento em que o cidadão assina o contrato de crédito habitacional junto às instituições financeiras habilitadas a operar no programa.

Os cidadãos são beneficiados em grupos organizados pelas administrações públicas, e excepcionalmente, em áreas rurais, as entidades privadas sem fins lucrativos que apresentarem propostas às instituições financeiras e aos agentes financeiros do SFH.

O PSH é operado com recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU) e conta, ainda, com o aporte de contrapartida proveniente dos estados, DF e municípios, sob a forma de complementação aos subsídios oferecidos pelo programa.

O programa pode atender aos destinatários oferecendo subsídio destinado diretamente à complementação do preço de compra/venda ou construção das unidades residenciais, variável basicamente de acordo com a localização do imóvel.

Os destinatários finais do programa são as pessoas físicas com rendimento familiar mensal bruto não superior a R\$ 1.245,00.

6.3.2.6 MINHA CASA MINHA VIDA PROGRAMA PARA 3 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS

Minha Casa, Minha Vida é um programa do governo federal, em parceria com estados, municípios, empresas e movimentos sociais que tem o objetivo de construir um milhão de novas moradias para a população, sendo, para quem tem renda familiar de 3 a 10 salários mínimos (de R\$ 1.395,00 até R\$ 4.650,00) serão destinadas 600 mil casas.

Entre as vantagens do Programa estão o aumento dos subsídios, que poderá chegar até R\$ 23.000,00, redução dos custos do seguro e acesso ao Fundo Garantidor da Habitação.

Os destinatários do Programa não poderão:

- a) possuir financiamento habitacional pelo SFH — Sistema Financeiro da Habitação,
- b) ter recebido, a partir de 1º de maio de 2005, desconto pelo FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em qualquer financiamento,
- c) possuir imóvel residencial.

6.3.2.7 MINHA CASA MINHA VIDA HABITAÇÃO PARA FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS

Minha Casa, Minha Vida é um programa do governo federal, em parceria com estados, municípios, empresas e movimentos sociais que tem o objetivo de construir um milhão de novas moradias para a população, sendo, para quem tem renda familiar até 3 salários mínimos, serão



destinadas 400 mil casas.

Os destinatários do Programa não poderão:

- a) ter sido beneficiado por outro programa de habitação social do governo federal,
- b) possuir imóvel residencial ou financiamento habitacional em qualquer estado brasileiro.

No caso de imóveis novos em que o financiamento inclui o valor do terreno, os subsídios para renda inferior a três salários mínimos, são para duas categorias de municípios, sendo os seguintes:

- a) municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes, serão subsidiados R\$ 11.000,00;
- b) municípios com menos de 20 mil habitantes, serão subsidiados R\$ 9.000,00.

6.3.3 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (BNDES)

Entre os diversos empreendimentos financiáveis para os municípios pelo BNDES através do Programa Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos - PMI, considerando a abrangência das demandas habitacionais e de infraestrutura detectadas no diagnóstico habitacional, o seguinte conjunto de projetos é elegível para o atendimento as deficiências do setor:

- a) urbanização e implantação de infraestrutura básica no município inclusive em áreas de risco e de sub-habitação,
- b) infraestrutura de educação, saúde, assistência social, esporte, lazer e serviços públicos,
- c) saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana).



7. INSTRUMENTOS DE GESTÃO E REVISÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS

O monitoramento é um instrumento de gestão contínua que deverá ser executado durante todo o período de realização e operação dos programas do PMHIS, permitindo avaliação da implantação da própria Política Local Habitacional. O estabelecimento da forma de monitoramento e avaliação dos programas do PMHIS foi feito a partir da definição dos indicadores, dos órgãos municipais responsáveis, dos procedimentos de coleta de informações, do tratamento dos seus resultados, do controle da captação de recursos e da gestão financeira dos programas.

O monitoramento deverá permitir avaliação sistemática por parte da Municipalidade e do Conselho Municipal de Habitação dos resultados dos programas, permitindo a revisão periódica do PMHIS.

7.1 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Os mecanismos de avaliação e monitoramento das ações habitacionais devem ser implantados no Programa Gestão da Política Habitacional Municipal, em especial através da ação de criação e implementação de Sistema de Controle e monitoramento da implantação do PMHIS. Este controle deve considerar a verificação dos resultados dos programas e de suas ações em relação às metas propostas.

A avaliação e o monitoramento das ações devem ser periódicos, considerando que algumas delas podem ter efeitos imediatos e outras necessitam de um maior prazo de tempo para surtir efeitos.

No processo de implantação do PMHIS e de sua política três conjuntos de eventos periódicos oportunizam estes momentos de avaliação dos resultados alcançados.

O primeiro deles refere-se ao calendário da legislação orçamentária, onde anualmente são definidas as diretrizes orçamentárias e o orçamento do município para o ano seguinte, sendo que no início de cada quadriênio deve ser elaborado o orçamento plurianual. A elaboração das diretrizes orçamentárias, possibilita verificar se as ações definidas para o período anterior foram realizadas, com qual proporção de sucesso e a identificação das causas dos resultados, positivos ou negativos, possibilitando correções de rumo. O orçamento plurianual define os programas, as ações e os investimentos que deverão ocorrer nos próximos quatro anos, sendo um instrumento de planejamento de ações de médio prazo.

O segundo diz respeito às renovações das administrações municipais, que ocorrem a cada quatro anos, podendo ou não haver a reeleição. Mudanças de linhas administrativas alteram prioridades e refazem o planejamento quadrimestral das administrações. Este momento coincide com a elaboração do orçamento plurianual, pois o mesmo é projetado no primeiro ano de uma



nova administração municipal, tendo vigência para os três anos seguintes desta e para o primeiro no da seguinte.

Um terceiro momento de caráter decenal é aquele em que são realizados os censos demográficos pelo IBGE, onde, com caráter nacional, são levantadas as informações demográficas e habitacionais que deverão estabelecer o quadro quantitativo e qualitativo da realidade atualizada do setor possibilitando uma revisão do PMHIS. Considerando-se o período necessário para a conclusão do Censo Demográfico e para a divulgação dos seus resultados entende-se que a revisão do PLHIS no que se refere às informações demográficas, deva ser realizada no ano seguinte a data de realização da pesquisa nacional.

Considerando-se estes três conjuntos de eventos periódicos, podem-se caracterizar três tipos de avaliação do PMHIS quanto ao nível de detalhamento e os seus prazos de ocorrência.

A primeira, mais detalhada e de caráter mais global, deverá avaliar o PLHIS quadrienalmente como um todo, e deverá ocorrer quando forem elaborados os orçamentos plurianuais (tabela 5.1).

A segunda, de periodicidade anual, deverá ser realizada quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tendo como objeto de avaliação os programas habitacionais em implantação.

A terceira também, de âmbito mais abrangente deverá ocorrer quando forem divulgados os resultados dos censos demográficos.

Desta forma, considerando o período de abrangência do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de 2110 até 2025, o seu calendário de revisão do PMHIS estabelece sua primeira avaliação no ano de 2011, resultante do Censo de 2010 (tabela 7.1).

7.2 CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO DO PMHIS

TABELA 7. 1 – CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO DO PMHIS

Ano	Evento	Atividade
2011	Divulgação dos resultados do Censo de 2010	Revisão
2013	Orçamento Plurianual 2014-2017	Avaliação quadrienal
2017	Orçamento Plurianual 2018-2021	Avaliação quadrienal
2021	Divulgação dos resultados do Censo de 2020/Orçamento Plurianual 2022-2025	Avaliação quadrienal
2025	Orçamento Plurianual 2026-2029	Avaliação quadrienal

7.3 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Conforme o item 3.3 Indicadores, o acompanhamento e avaliação dos resultados no setor habitacional decorrentes da implantação do PMHIS serão realizados utilizando-se 13 indicadores para medir o grau de atendimento as diretrizes, objetivos e metas do Plano Habitacional. Os



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

156

indicadores classificam-se como:

- a) eficácia;
- b) eficiência;
- c) efetividade.

Os indicadores de eficácia são típicos da avaliação dos programas e ações, já os de eficiência e de efetividade correspondem aos mecanismos de avaliação do conjunto do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Foram definidos como indicadores de eficácia os seguintes:

- a) produção de lotes de interesse social, que indica a quantidade de lotes implantados para Habitação de Interesse Social de loteamentos aprovados pelo Município, registrados e com todas as obras de infraestrutura exigidas instaladas;
- b) produção de unidades habitacionais, que representa o número de HIS produzidas no município anualmente;
- c) área (em metros quadrados) de glebas ou terrenos disponibilizados para ZEIS, que expressa a quantidade de áreas territorial destinadas à Zonas Especiais de Interesse Social;
- d) número de lotes regularizados, que expressa a quantidade de lotes que tiveram sua situação fundiária regularizada;
- e) número de unidades habitacionais ampliadas, que é expresso pelo número de unidades habitacionais ampliadas anualmente;
- f) número de unidades sanitárias domiciliares implantadas, que é expresso pelo número de unidades sanitárias implantadas anualmente.

Foram definidos como indicadores de eficiência os seguintes:

- a) coeficiente de participação dos investimentos em HIS no PPA, que indica a porcentagem de recursos alocados em Habitação de Interesse Social expressos no Plano Pluri-anual;
- b) percentual de montante de recursos externos captados investidos em HIS, que expressa o percentual de recursos captados em fontes externas destinados à implantação de HIS em relação aos recursos totais empreendidos em HIS no município.

Foram definidos como indicadores de efetividade os seguintes:

- a) Déficit Habitacional Básico, que é expresso pelo coeficiente entre o número de famílias que ocupam domicílios com pelo menos um dos seguintes atributos, em relação ao número total de famílias:
 - I - rústicos,
 - II - improvisados;
 - III - coabitação familiar;



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

157

IV - cômodo cedido ou alugado;

V - localizados em assentamentos precários ou áreas de risco identificadas para realocação;

- b) inadequação habitacional urbana: fundiária, que é expressa pelo coeficiente entre o número de famílias que ocupam domicílios que necessitam de regularização fundiária, em relação ao número total de famílias;
- c) inadequação habitacional urbana: densidade excessiva, que é expressa pelo coeficiente entre o número de famílias que ocupam domicílios que ultrapassam a proporção de três moradores por dormitório, em relação ao número total de famílias;
- d) inadequação habitacional urbana: inexistência de unidade sanitária domiciliar, que é expresso pelo coeficiente entre o número de famílias que ocupam domicílios que não possuem unidade sanitária interna ou exclusiva, em relação ao número total de famílias;
- e) percentual de famílias realocadas moradoras em áreas de risco, que indica a porcentagem de famílias realocadas de áreas de risco em relação ao número total de famílias moradoras de áreas de risco.

Estes indicadores são instrumentos de medição dos resultados anuais e quadrienais do processo de implantação do PMHIS. Eles medem os resultados de cada um dos programas que compõem o plano e do conjunto do próprio plano. A cada avaliação do PMHIS eles devem ser reajustados, ou seja, deve ser verificado se cada um dos indicadores atende a expectativa de sua atuação como elemento de aferição da implantação do plano.

Outros indicadores poderão ser utilizados ao longo do período de implantação do PMHIS, tanto para a necessidade de utilizar-se novas formas de medição do atendimento às diretrizes, aos objetivos e as metas, bem como pela proposição de novos programas para o atendimento ao déficit habitacional, a inadequação habitacional e a regularização dos assentamentos precários.



8. MARCO REGULATÓRIO E LEGAL

O novo quadro normativo, que se apresentou com a entrada em vigor do Estatuto da Cidade, possibilita um salto de qualidade na política habitacional em especial na área urbana de interesse social, na medida em que, forem regulamentados e aplicados os instrumentos elencados nesse diploma legal.

Porém para que esses instrumentos sejam praticados, é necessário que sejam definidas algumas prioridades pelo poder público onde este deve atuar prioritariamente na implementação de programas e políticas de habitação de interesse social tanto em áreas públicas, como em áreas privadas com ocupação irregular consolidada.

Para tanto, é fundamental a utilização de uma legislação urbana remodelada, voltada ao interesse social na qual se destacam, pela sua relação direta com a produção habitacional, o Plano Diretor e sua respectiva Lei de Uso e Ocupação do Solo, a legislação que define as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), as políticas de regularização fundiária, urbanização e titulação das áreas livres destinadas à implantação de programas habitacionais para famílias de baixa renda dentre outros.

Igualmente, é importante ressaltar que já existem grandes avanços legislativos nessa questão, em especial os que favorecem empreendimentos de caráter social com padrões diferenciados e instrumentos de indução à iniciativa privada para que também produzam habitações de interesse social.

Observa-se que esse estudo pretende informar as legislações pertinentes a questões habitacionais de interesse social tendo como marco inicial as normas constitucionais até chegar às normas locais, listando-se os principais instrumentos jurídicos a serem aplicados.

- caracterização dos marcos legais federais e estaduais que configuram o quadro institucional setorial;
- análises dos marcos legais municipais quanto a sua aplicabilidade e a eventual necessidade de modificação dos mesmos ou de elaboração de novos instrumentos legais.

Por fim, temos que a elaboração do PLHIS insere-se no contexto de mudanças no quadro institucional no país e nas cidades, que assinala em direção a responsabilização dos municípios pela elaboração e a implementação de políticas urbana e a habitacional, por força da descentralização administrativa onde o município é o protagonista.

Portanto, com a aprovação do PLHIS, o município irá dispor de um instrumento que lhe permitirá dar um salto de qualidade na gestão de sua política habitacional, implementando avanços importantes no que se refere à democratização da gestão da cidade, à implantação de instrumentos urbanísticos e de uma política habitacional voltada para a melhoria das condições de moradia da população mais carente, através da elaboração de projetos habitacionais.



8.1 LEGISLAÇÃO

8.1.1 CONSTITUIÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dedicou pela primeira vez um capítulo exclusivamente ao urbanismo e, por consequência, sobre Legislação Urbana, em especial nos art. 182 e 183. Observa-se que a legislação urbana ocorre nos três níveis da federação, ora de forma hierárquica, ora de forma concorrente, possibilitando assim, uma nova perspectiva para as políticas públicas das cidades, bem como sobre os instrumentos urbanísticos que regulam o espaço urbano com todas as suas interfaces.

A Lei Federal nº 10.257/2001, denominada de Estatuto da Cidade, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, trouxe para as cidades um novo conceito, onde os valores do Estado Democrático de Direito e os princípios da ordem social, ambiental e econômica funcionam como vetores da política urbana a serem seguidos por todos os entes federativos.

A Constituição Federal classifica o Direito Urbanístico como pertencente a uma classe de direitos constitucionais ditos de 4ª geração.

A Constituição considerou em seu art. 5º, incisos XXII e XXIII que “a propriedade atenderá a sua função social”, pois não há como dissociar a mesma desta função. Já o art. 6º que trata dos direitos sociais fundamentais, teve sua redação alterada pela Emenda Constitucional 26/2000, que incluiu a moradia como um direito social fundamental. No art. 170 é contemplada a “função social da propriedade” como um dos princípios fundamentais da Ordem Econômica, e no art. 182 é reafirmado tal princípio traçando as diretrizes gerais, deixando a discricionariedade do poder regulamentador aos Municípios, já que os Estados têm apenas competência residual sobre essa matéria.

Em princípio, a União legisla em assuntos de interesse geral, os Estados em assuntos regionais e os Municípios no interesse local.

Cabe observar que a União busca apenas definir as diretrizes gerais através da Política Nacional Urbana, e os Estados os assuntos regionais, a fim de nortear a atuação do Poder Público Municipal, que é o verdadeiro responsável pela execução da política de desenvolvimento urbano de interesse local, e da iniciativa privada no ordenamento dos espaços urbanos visando assegurar melhores condições de vida para população.

Nessa linha o art. 183 da Constituição Federal ressalta os institutos da usucapião especial e da concessão especial de uso, como instrumentos de política urbana, que aliado ao princípio consagrado no § 2º do art. 182 da Constituição Federal, de que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas pelo Plano Diretor.

Outro ponto estabelecido pela Constituição Federal e que deve ser observado pelas



políticas públicas urbanas vincula-se a questão ambiental, onde estas deverão estar em harmonia com a preservação do meio ambiente, conforme os termos do art. 225 da CF.

Finalmente, a constituição garante aos Municípios conforme o art. 30 legislar sobre matéria de interesse local, em especial para promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

É, portanto, na Constituição Federal que estão contemplados os princípios e fundamentos da organização do Estado e da sociedade, bem como as diretrizes para a elaboração e o implemento de política habitacional de interesse social, que aliados ao conjunto de leis que regula a matéria urbanística e habitacional terão força jurídica vinculante.

8.1.2 LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE)

Como já referenciado o Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 10.257/01, regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição que delineou pela primeira vez na carta máxima da nação uma política de desenvolvimento urbano, a ser executada pelo Poder Público Municipal que é o verdadeiro “gestor das cidades”, conforme diretrizes e princípios gerais fixados em normas de ordem pública e de interesse social, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar de seus habitantes e equilíbrio ambiental.

Esse novo entendimento jurídico constitucional mudou o significado da cidade que hoje passa a ser observada não só em função de seu território, mas associada à ordem econômica, financeira, ambiental, social e urbana.

A Lei n. 10.257/2001 está dividida em cinco Capítulos, o primeiro, Diretrizes Gerais; o segundo, Dos Instrumentos da Política Urbana; o terceiro, Do Plano Diretor; o quarto, Da Gestão Democrática da Cidade; e o último Disposições Gerais, todos voltados para um único objetivo: construir um ambiente urbano desenvolvido e sustentável capaz de garantir qualidade de vida a seus habitantes.

Nesse contexto é importante destacar que o Estatuto da Cidade no seu art. 2º, adota como diretrizes gerais para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, o planejamento urbano ambiental visando a sustentabilidade das cidades, a gestão pública democrática e participativa, cooperação público-privada na urbanização de interesse social, ordenação e controle do uso do solo urbano de forma a evitar a utilização inadequada dos imóveis, objetivando a regularização fundiária e a urbanização adequada das áreas ocupadas pela população de baixa renda, estabelecendo regramento próprio de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerando as condições socioeconômicas da população e as regras ambientais.

Por fim, temos o art. 4º, que enumera os instrumentos jurídicos e urbanísticos que devem ser utilizados na execução da política urbana objetivando ordenar e desenvolver a cidade em



proveito da dignidade da pessoa humana.

8.1.3 LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Lei nº 8666/93, denominada Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, dispõe sobre os procedimentos que a Administração Pública necessita para contratar, bem como, dispõe sobre a forma de alienação ou disposição dos bens públicos, os quais não são passíveis de usucapião.

Cabe aqui referenciar que a lei de licitações em seu artigo 17, inciso I, alínea “f”, dispensa a licitação para a alienação de bens da Administração Pública, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da administração pública, especificamente criada para este fim.

Outro instrumento administrativo importante para o planejamento urbano de interesse social e que também pode ser utilizado pelos Municípios, é a Medida Provisória 2220 de 04 de setembro de 2001, que dispõe sobre a concessão especial de uso de terrenos públicos para fins de moradia da família, ocupados há mais de cinco anos até 30 de junho de 2001, onde a área concedida não poderá ultrapassar 250m², e no caso de ocupação coletiva, a fração não ultrapassará também, o equivalente a esta medida.

É importante frisar que conforme dispõe o artigo 1º da MP 2.220, essa concessão é gratuita e que para o possuidor seja beneficiado, este não poderá ser proprietário de outro imóvel ou titular de outra concessão.

A Lei 11.148/2007 prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União, dentre elas, autoriza o Poder Executivo a executar ações de identificação, demarcação, cadastramento, registro e fiscalização dos bens imóveis da União, bem como a regularização das ocupações nesses imóveis, inclusive de assentamentos informais de baixa renda, podendo para tanto, firmar convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios em cujos territórios se localizem e, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, celebrar contratos com a iniciativa privada.

Esta lei também dispõe que os imóveis possuídos por população carente ou de baixa renda para sua moradia em áreas urbanas, onde não for possível individualizar as posses, poderá ser feita a demarcação da área a ser regularizada, cadastrando-se o assentamento, para posterior outorga de título de forma individual ou coletiva.

A Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009, dispôs sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, bem como definiu medidas legais para a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

O programa compreende Habitação Urbana e Rural e terá como prioridade, os



beneficiários moradores de assentamentos irregulares ocupados por população de baixa renda, em razão de estarem em áreas de risco ou de outros motivos justificados no projeto de regularização fundiária ou os que excepcionalmente tiverem de ser realocados.

O PMCMV tem como finalidade criar mecanismos de incentivo para produção e aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal até 10 (dez) salários mínimos, que residam em qualquer Município brasileiro, não importando o número de habitantes.

Por fim, observa-se que a maior inovação que a lei apresentou encontra-se em seu art. 19, onde a União está autorizada a conceder subvenção econômica, no montante até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para implementação do PMCMV em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, e para atendimento à beneficiários com renda familiar mensal até 3 (três) salários mínimos, por meio de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil ou de agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, contemplando também os municípios brasileiros de menor porte.

Outra alteração importante na Lei nº11.977, que criou o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, refere-se as regras de registros de imóveis para os mutuários de programas habitacionais e de custos cartoriais para os empreendedores.

A lei desonera o peso da burocracia sobre as moradias populares tanto para quem compra quanto para quem constrói, onde o mutuário que tiver renda de zero a três salários mínimos será beneficiado com a gratuidade do registro; já para o mutuário que comprovar renda de três a seis salários mínimos a redução será de 90%, e de seis a dez salários mínimos a redução é de 80% dos emolumentos que envolvem o registro.

Por outro lado o construtor terá redução de 90% nos custos cartoriais quando o imóvel custar até R\$ 60 mil, de 80%, quando o imóvel custar até R\$ 80 mil, e de 75%, para imóveis até R\$ 130 mil.

A expectativa desse pacote habitacional é de reverter uma realidade brasileira, causada pelo peso da burocracia, que no país calcula-se que cerca de 50% dos imóveis têm algum tipo de irregularidade na documentação e por isso não são registrados.

8.1.4 MEIO AMBIENTE

Seguindo as diretrizes gerais do Estatuto da Cidade, o planejamento urbano deve objetivar a sustentabilidade das cidades, portanto, deve observar a legislação ambiental em vigor.

Nesse sentido, tem-se no Código Florestal, instituído pela Lei nº 4771/65 sua principal expressão, pois é nele que está disciplinada a proteção de florestas e formas de vegetação, definindo Áreas de Preservação Permanente - APPs, em especial ao longo dos cursos d'água.

Observa-se que o Código Florestal não diferenciou a área urbana da rural, o que traz reflexos importantes na elaboração política habitacional, já que os projetos urbanísticos e de regularização fundiária em especial nas APPs devem observar o estabelecido nesse instrumento



legal.

O direito ambiental considera APPs aquelas áreas descritas na lei tendo como principal função ambiental, dentre outras, a preservação dos recursos hídricos a fim de garantir o bem-estar das pessoas.

Dessa forma, tem-se que as florestas e demais formas de vegetação situadas ao longo dos rios ou qualquer curso d'água, terão uma largura mínima de 30 metros, portanto consideradas APPs, conforme disposto no art. 2º do Código Florestal, e, portanto, devem ser observadas pelas legislações locais.

Porém, como se pode observar a própria legislação ambiental florestal, em seu art. 4º abre exceções para a supressão de vegetação em área de preservação permanente. Contudo essas exceções são bastante restritas, pois somente poderá ser autorizada a supressão em caso de utilidade pública ou de interesse social.

No caso de interesse social o código define no inciso V do art. 1º o que pode ser considerado interesse social, bem como estabelece em seu art. 4º §3º, que somente o órgão ambiental competente poderá autorizar a supressão eventual e de baixo impacto ambiental de vegetação em área de preservação permanente, o que deu origem à Resolução nº 369 do CONAMA, que possibilita a supressão de vegetação em áreas de APPs.

A Resolução 369/2006 – CONAMA define os casos excepcionais em que o órgão ambiental competente pode autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP, para a implantação de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, ou para a realização de ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental:

“A intervenção ou supressão de vegetação em APPs para a regularização fundiária sustentável de área urbana poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente, em caso de ocupações de baixa renda predominantemente residencial em área urbana declarada como Zona Especial de Interesse Social pelo Município”.

Porém para que isso seja permitido a área a ser regularizada deverá possuir, no mínimo, três dos seguintes itens de infraestrutura urbana implantada:

- a) um sistema de tratamento de esgoto sanitário,
- b) uma malha viária,
- c) captação de águas pluviais,
- d) coleta de resíduos sólidos,
- e) rede de abastecimento de água,
- f) rede de distribuição de energia elétrica.

Deverá, ainda, apresentar densidade demográfica superior a cinquenta habitantes por hectare.

Igualmente, para que isso ocorra de maneira sustentável nas áreas de APPs o Poder Público Local deve estabelecer um “Plano de Regularização Fundiária Sustentável”, e este deve



atender os requisitos técnicos estabelecidos na Resolução 369.

Observa-se que a Resolução 369, diminui pela metade a exigência referida no código florestal quanto ao atendimento mínimo de área de preservação permanente nos cursos d'água.

Ressalta-se ainda, que mesmo atendendo os requisitos acima propostos, devem ser respeitadas faixas mínimas de 15 metros para cursos d'água de até 50 metros de largura e faixa mínima de 50 metros para os demais, porém em casos extremos cabe ao órgão ambiental competente, em decisão motivada, reduzir as restrições referentes às margens acima referidas.

Por fim, cabe a ressalva que somente poderão ser contempladas com os planos de regularizações utilizando as isenções definidas na Resolução 369, as áreas consolidadas até a data de 10 de julho de 2001, quando então passou a vigorar o Estatuto da Cidade.

Por fim, recentemente o CONAMA editou a Resolução 412 de 13 de maio de 2009, onde estabeleceu novos critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de Interesse Social.

8.1.5 DESAPROPRIAÇÃO

A Desapropriação tem como principal instrumento legal o Decreto-lei nº 3365/41, que estabelece o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus agentes, mediante anterior declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, e justa indenização, impõe ao proprietário a perda de um bem de seu patrimônio. Seu rito é estabelecido pelo Decreto-lei nº 3365/41 e nº 1075/70.

A desapropriação é uma das formas de aquisição originária da propriedade, que por si só gera um novo título de propriedade. Todavia, para que o Poder Público venha a desapropriar um bem do particular, este deve motivar a sua ação declarando o bem de utilidade pública ou de interesse social.

Poderá ainda, o Poder Público, pedir a imissão provisória na posse, desde que devidamente motivada, e em casos de urgência deve-se depositar previamente o valor do bem que deverá ser calculado conforme critérios legais, pois somente a sentença judicial final é que irá definir o valor definitivo da indenização.

Nesses casos com a imissão provisória na posse do bem pelo Poder Público Local, este poderá iniciar as proposições e aprovações dos projetos de loteamentos, por exemplo, podendo até registrar os lotes, já que a desapropriação a priori é irreversível, restando ao proprietário apenas discutir os valores referentes à indenização.

8.1.6 COOPERATIVISMO

A política nacional do cooperativismo teve seu marco regulatório no Brasil instituído pela Lei nº 5764/71. Esta lei propicia aos municípios elaborar programas de incentivo e fomento às



Cooperativas Habitacionais, com a finalidade de unir esforços do Poder Público com o setor privado, facilitando e incentivando assim a produção habitacional de interesse social de forma cooperativada difundindo conceitos de cooperativismo, associativismo, solidariedade e autogestão, objetivando programar projetos vinculados à produção habitacional e afins.

As cooperativas são sociedades de pessoas, que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro, com forma e natureza jurídica própria, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, tendo como principal característica a adesão voluntária.

8.1.7 CÓDIGO CIVIL

Como é de conhecimento geral o Código Civil é a principal lei que regula as relações jurídicas de natureza privada, e nele estão dispostos os conceitos básicos destas relações, bem como os institutos jurídicos que dizem respeito às pessoas, aos bens, as obrigações, família, posse, propriedade, e também estabelece as formas de usucapião, os direitos reais, dentre outros.

Observa-se que para fins de habitação de interesse social nos interessa a distinção dos bens, considerando as pessoas dos seus respectivos proprietários que são públicos ou privados, onde o público são aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, cuja principal característica é a inalienabilidade dos bens de uso comum do povo, e especial, enquanto afetados, pois somente os bens dominicais é que podem ser alienados, na forma da lei já que não possuem destinação especial. Observa-se que os bens públicos independentemente da classe, não estão sujeitos a usucapião.

Por fim, é importante observar conforme disposto no art. 1276 que o imóvel urbano abandonado e que não se encontra em posse de outrem, passará ao domínio municipal desde que contempladas as condições legais.

8.1.8 PARCELAMENTO DO SOLO

Dentro da legislação civil o Código Civil é considerado regra geral, porém há casos em que devido a especificidade do assunto, o Estado edita leis especiais de caráter específico.

Para o Plano de Habitação de Interesse Social cabe uma especial atenção à legislação do parcelamento do solo, que tem na Lei nº 6766/79 as principais diretrizes que regulamentam a divisão da propriedade. Cabe ressaltar que está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3057/2000, de iniciativa do Executivo, que trará novas diretrizes referentes ao uso e parcelamento do solo.

Denomina-se gleba a porção de terra que ainda não foi objeto de parcelamento de solo; lote a parcela do terreno contida em uma quadra, resultante de parcelamento do solo urbano com pelo menos uma das divisas lindeiras a um logradouro público; loteamento a subdivisão de gleba



em lotes destinados à edificação que implique a abertura, o prolongamento, a modificação ou a ampliação de vias de circulação ou de logradouros públicos; e desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem o prolongamento, a modificação, ou a ampliação dos existentes

Conforme dispõe o §4º do art. 2º, da Lei nº 6766/79, lote é o terreno servido de infraestrutura básica, cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.

Observa-se que a exceção encontra-se nos loteamentos realizados em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), onde a urbanização poderá ser progressiva e o lote mínimo conforme dispõe o art. 4º, inciso II, poderão ter padrões diferenciados quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovado pelo órgão municipal competente.

Com já referimos anteriormente o art. 26 § 3º admite, nos loteamentos populares, a cessão da posse em que estiver provisoriamente imitado o ente público através do processo de desapropriação, através de instrumento particular, ao qual se atribui para todos os fins de direito, caráter de escritura pública, não se aplicando a disposição do inciso II do art. 134 do Código Civil onde as exigências para registro serão simplificadas.

Outro ponto importante destacado pela lei do parcelamento do solo vincula-se a formalidade exigida para constituição de um loteamento que pode ser classificado como regular, quando os projetos são devidamente aprovados pela municipalidade e executados de acordo com os mesmos, irregular quando aprovados os projetos, porém executados em desacordo com os mesmos e clandestinos quando o parcelamento é efetuado sem aprovação dos projetos junto à municipalidade.

Finalizando os artigos vinculados diretamente à habitação de interesse social, temos o art. 53-A, devidamente introduzido na lei do parcelamento do solo pela Lei nº 9785/99, que considera de interesse público os parcelamentos vinculados a planos ou programas habitacionais de iniciativa das Prefeituras Municipais e do Distrito Federal, ou entidades autorizadas por lei, em especial as regularizações de parcelamentos e de assentamentos.

8.1.9 CONDOMÍNIOS

O condomínio tem suas normas reguladas através do novo Código Civil, em seu art. 1314 e seguintes. Entretanto a lei especial 4.591/64 permanece em vigor naquilo que não contrariar o novo Código.

Em nossa legislação pátria o condomínio pode ser horizontal ou vertical. O condomínio horizontal ocorre quando as edificações ou conjunto de edificações, ou ainda, construção de casas, de um ou mais pavimentos, onde cada proprietário adquire área determinada e delimitada



de terreno para nela edificar residência e possuem em comum todos os serviços, equipamentos, vias de circulação, praça, como propriedade privada dos comunheiros, característica essa que o diferencia do loteamento onde todo o serviço, equipamentos, via de circulação, praça, são transferidos para o Município.

Já no condomínio vertical as unidades autônomas são os apartamentos, lojas, salas e os boxes, onde será discriminada a parte do terreno ocupada pela edificação, aquela que eventualmente for reservada como utilização exclusiva, correspondente as unidades autônomas do edifício, e ainda a fração ideal do todo do terreno e de partes comuns, que corresponderá a cada uma das unidades.

Cabe, por fim, a municipalidade estabelecer através de lei municipal as formas de parcelamento, ou seja, o loteamento, desmembramento, fracionamento, condomínio edilício, ou horizontal, bem como suas formas de dissolução, as quais no caso de condomínios devem respeitar as normas estabelecidas na legislação civil em vigor.

8.1.10 REGISTROS PÚBLICOS

Devido a importância dos bens imóveis para o ordenamento jurídico pátrio, a lei determinou um rito solene para considerar que um imóvel está devidamente regularizado perante o Estado e terceiros, onde o registro “matrícula” junto ao Cartório de Registros de Imóveis é a sua principal expressão, contudo para que isso seja possível é necessário o atendimento prévio aos requisitos urbanísticos estabelecidos através da legislação vigente.

A Lei nº 6015/73 denominada Lei dos Registros Públicos regula o sistema registral no Brasil, e foi instituída para tutelar, dentre outros, o direito de propriedade e todos os demais direitos dela derivados.

A lei dos Registros Públicos trata da propriedade regular referida na Constituição Federal, ou seja, trata da propriedade formal devidamente registrada, gerando segurança jurídica ao seu titular que detêm o direito real, e também a terceiros.

Observa-se que não é qualquer documento que pode ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis, este deve advir de um título formal hábil, pois os direitos reais são absolutos, e, portanto são oponíveis *erga omnes*, ou seja, são oponíveis contra qualquer pessoa, desde que devidamente registrados.

8.1.11 SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O sistema nacional de Habitação de Interesse Social tem sua origem no Projeto de Lei 2.710/92, de iniciativa popular, que deu origem a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que foi devidamente regulamentada através do Decreto nº 5.796, de 06 de junho de 2006, atendendo assim, as expectativas dos movimentos sociais de moradia, além de estabelecer o Fundo



Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e instituir o Conselho Gestor do FNHIS.

O SNHIS tem por objetivo oportunizar o acesso a terra urbanizada, habitação digna e sustentável para a população de menor renda, bem como articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor habitacional.

O Fundo, que é vinculado ao Sistema e tem como objetivo somar todos os recursos para ações em habitação, nos três níveis de governo, e direcioná-los para o atendimento às famílias de baixa renda. Estes investimentos e subsídios tem a finalidade promover o implemento das políticas e programas para viabilizar o acesso à habitação voltada à população de menor renda.

Esta lei, também, determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios interessados em se habilitar a receber recursos federais para habitação de interesse social terão de firmar o Termo de Adesão ao SNHIS, constituir o Fundo Habitacional de Interesse Social, criar o Conselho Gestor do Fundo e elaborar o Plano Local Habitacional de Interesse Social.

Porém, a União através do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social, editou as seguintes Resoluções n. 2, n. 7 n. 15 e n. 24, que dispõem sobre o termo de adesão ao SNHIS, estipulando o prazo de 31 de dezembro de 2010, para que os Municípios elaborem e aprovem o seu Plano Habitacional de Interesse Social, para então compor o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e se habilitar a buscar recursos junto ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

8.1.12 LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008 QUE DISPÕE SOBRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRATUITA PARA PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A Lei n. 11.888/08 é outro avanço significativo para a política habitacional de interesse social, pois assegura às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita para projetos e construções de habitação de interesse social e devem atender aqueles que têm renda familiar até três salários mínimos por mês, residentes em área urbanas ou rurais.

Sua principal função é assegurar o direito a moradia, porém, outro objetivo fundamental da lei é otimizar e qualificar o uso racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados nas construções e nos projetos, ofertando apoio técnico às famílias diretamente ou através de cooperativas habitacionais ou associações de moradores, com financiamento do poder público.

8.1.13 ACESSIBILIDADE

O Decreto Federal nº 5.296/04 regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, que estabelecem as regras gerais, bem como os critérios básicos para a promoção à acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e priorizam seu atendimento, inclusive no setor habitacional com a disponibilização de moradias adaptadas às necessidades



das pessoas portadoras de deficiência.

8.1.14 AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Por fim, temos a Ação Civil Pública instituída pela Lei nº 7347/85 que trata sobre a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e de ordem urbanística, onde o Ministério Público, Defensoria Pública, União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, possuem legitimidade para propor a ação principal e cautelar, na defesa dos interesses acima descritos.

8.2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

8.2.1 CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

A Constituição Estadual de Santa Catarina aborda o assunto referente à Política Habitacional no capítulo denominado de Política de Desenvolvimento Regional artigos 138 a 143.

A Seção I estabelece as diretrizes gerais da política estadual de desenvolvimento regional que será definida com base nos aspectos sociais, econômicos, culturais e ecológicos, a harmonia entre o desenvolvimento rural e urbano, ordenação territorial, o uso adequado dos recursos naturais, a erradicação da pobreza e dos fatores de marginalização, e redução das desigualdades sociais e econômicas. Nesta seção também está previsto a elaboração de um sistema de planejamento e de execução das ações públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento regional bem como, a previsão instituição de áreas de interesse especial pelo Estado.

Já na Seção II, da Constituição Estadual dedicada a Política de Desenvolvimento Urbano dispõe que os municípios definirão o planejamento urbano e a ordenação dos usos, onde a política urbana atenderá ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e ao bem-estar de seus habitantes e a preservação ambiental. Seu principal objetivo é prevenir e corrigir as distorções do crescimento urbano, garantindo a integração das áreas irregulares à malha urbana formal.

Define ainda, que o Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, e o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana inibe a especulação imobiliária, os vazios urbanos e a excessiva concentração urbana, através da elaboração de diretrizes compatíveis com o planejamento e o desenvolvimento urbano regional, bem como a criação de áreas de especial interesse social, ambiental, turístico ou de utilização pública, garantindo ainda a participação de entidades comunitárias na elaboração e implementação de planos, programas e projetos e no encaminhamento de soluções para os problemas urbanos, com a eliminação de obstáculos



arquitetônicos às pessoas portadoras de deficiência física e o atendimento aos problemas decorrentes de áreas ocupadas por população de baixa renda.

Por fim, temos na seção III as diretrizes para a política habitacional que atenderá as diretrizes dos planos de desenvolvimento regional, para garantir gradativamente habitação a todas as famílias.

Para implementação da política de habitação está previsto a articulação e integração das ações do Poder Público em especial o Estadual e Municipal, aliados a participação das comunidades organizadas, objetivando definir os instrumentos financeiros para a sua execução, priorizando o atendimento às necessidades habitacionais de interesse social, onde terão tratamento prioritário as famílias de baixa renda e os problemas de sub-habitação, dando-se ênfase aos programas de loteamentos urbanizados onde os investimentos do Estado em programas habitacionais, deverão ser destinados para suprir a deficiência de moradia destas famílias.

A constituição prevê por fim, que o Estado e os Municípios incluirão na elaboração de seus planos plurianuais e orçamentos anuais, metas e prioridades, bem como fixarão as dotações necessárias à efetividade e eficácia da política habitacional, apoiando e estimulando a pesquisa que vise a melhoria das condições habitacionais com a elaboração de programas sociais destinados a facilitar o acesso da população de baixa renda à habitação, priorizando a regularização fundiária; a dotação de infraestrutura básica e de equipamentos comunitários.

8.2.2 PROGRAMA NOVA CASA

A Lei Complementar nº 422/2008 instituiu o programa Nova Casa e criou o Fundo de Habitação Popular, que se destina a financiar e subsidiar a construção de habitações populares e/ou lotes urbanizados às populações urbanas e rurais de baixa renda.

O programa Nova Casa tem como viés principal a construção de Assentamentos Urbanos e Moradias Populares, para ser consequente e passível de ser executado, exige um trabalho de articulação, o qual deve incluir todos os segmentos sociais, governos municipais, órgãos detentores de recursos e responsáveis pela atuação junto a diferentes estratos sociais, bem como as entidades representativas de categorias profissionais e da sociedade civil (movimentos e organizações populares) e outros que possam agregar algum tipo de recurso para o Programa.

Este programa de habitação popular tem como objetivo principal a inclusão social das famílias de baixa renda, priorizando aquelas com rendimento máximo de até três salários mínimos. Todavia, para que este programa apresente resultados satisfatórios é fundamental a atuação conjunta do Estado e dos Municípios desde sua formulação.

Seus recursos serão aplicados principalmente nas seguintes ações: construção, aquisição, ampliação, reforma, recuperação, locação social e arrendamento de unidades habitacionais isoladas ou de conjuntos habitacionais em áreas urbanas e rurais; obras de



infraestrutura e equipamentos comunitários, associados à melhoria das condições de habitabilidade na área rural e urbana; aquisição de terrenos destinados à construção de moradias; produção de lotes urbanizados para fins habitacionais e aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias dentre outros os programas de intervenção na forma aprovada pelo Conselho Gestor do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina.

Observa-se pela inteligência do artigo 3º da Lei Complementar 422/08 que foi criado um Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - FUNDHAB, gerido por um Conselho Gestor de caráter deliberativo, composto por oito membros de forma paritária por membros do poder público e da sociedade civil para implementar as ações e programas de habitação e interesse social.

A Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC será o agente operador e financeiro do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina, bem como a responsável pela coordenação das ações de planejamento e execução do Programa de Habitação Popular - NOVA CASA.

Assevera-se que este Programa está alinhado com a Promoção do Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos Urbanos, onde o papel das organizações não governamentais é fundamental, trabalhando de forma articulada com os governos, órgãos detentores de recursos bem como as entidades de categorias profissionais e da sociedade civil organizada.

Cabe por fim referenciar que este programa foi concebido através de um amplo processo de discussão e participação interna dos funcionários e das entidades representativas de diversos segmentos, os quais apresentaram contribuições com a finalidade de tornar o Programa exequível e diminuir o déficit habitacional.

8.2.3 LEIS DE INSENÇÃO DE EMOLUMENTOS E TAXAS

Outros instrumentos importantes para a elaboração da política habitacional de interesse social são as legislações que isentam os atos relativos ao financiamento da primeira aquisição da casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação – SFH em especial a Lei Complementar 492/10. Com isso houve a simplificação nos custos com registro e demais emolumentos garantindo melhores resultados nos programas de financiamento habitacional.

8.2.4 DEMAIS LEGISLAÇÕES ESTADUAIS PERTINENTES

A Lei 14.590/08 que dispõe sobre o conselho das cidades, onde a finalidade é assessorar, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano e regional com participação social e integração das políticas estaduais, em conformidade com o que dispõe o Estatuto da Cidade.

Já a Lei 13.917/06 determina que a madeira apreendida no Estado de Santa Catarina



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

172

pelos Órgãos de Proteção Ambiental será revertida em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina COHAB/SC, que a utilizará principalmente nas construções de casas populares.

Por fim, temos a Lei 12.587/03, que determina a reserva para pessoas portadoras de deficiência física permanente, sendo 10% (dez por cento) das unidades habitacionais construídas pelos programas de construção de habitações populares financiadas pelo Poder Público ou que contenham recursos orçamentários do Estado.

8.3 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

8.3.1 LEGISLAÇÃO GERAL

O município de São Bento do Sul possui arcabouço legal que direta ou indiretamente influencia nas questões habitacionais. Consideramos como principais elementos legislativos as seguintes normas gerais do Município:

a)	Lei Municipal nº 1.675/2006	INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E PARTICIPATIVO DE SÃO BENTO DO SUL, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 10.257 DE 10/07/2001 - ESTATUTO DA CIDADE
b)	Lei Municipal nº 1.676/2006	PADRONIZA A CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO, RECOMPOSIÇÃO OU REPARO DAS CALÇADAS INTEGRANTES DAS VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
c)	Lei Municipal nº 1.677/2006	CRIA O NOVO CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
d)	Lei Municipal nº 1.678/2006	CRIA O NOVO DE CÓDIGO DE PARCELAMENTO DE SOLO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
e)	Lei Municipal nº 1.679/2006	DISPÕE SOBRE NORMAS DE MOVIMENTAÇÕES DE TERRAS NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC
f)	Lei Municipal nº 1.680/2006	CRIA O CONSELHO DA CIDADE DE SÃO BENTO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
g)	Lei Municipal nº 1.681/2006	INSTITUI O NOVO CÓDIGO DE ZONEAMENTO, O NOVO LIMITE DO PERÍMETRO URBANO E DA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, A NOVA DELIMITAÇÃO DE BAIRROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
h)	Lei Municipal nº 742/1996	CRIA O NOVO CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Esta Legislação surgiu para cumprimento das disposições constitucionais, e de leis federais, com a finalidade de organizar a ocupação urbana, respeitando a realidade de cada município e permitindo o crescimento organizado da cidade.



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

173

O Plano Diretor de São Bento do Sul município prevê em seu art. 1º, as diretrizes gerais, para ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, trazendo em seu inciso I - *Garantia do direito à cidade sustentável: direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. Bem como, no inciso XII – Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.*

Além disso, traz previsão dos diversos instrumentos, quais sejam:

I - Instrumentos do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Participativo:

- a) Lei de criação do Conselho da Cidade;
- b) Lei do Código de Zoneamento;
- c) Lei do Código de Parcelamento;
- d) Lei do Código de Obras;
- e) Lei de Movimentação de Terra;
- f) Lei das Calçadas;
- g) Lei do Código de Posturas;
- h) Plano Plurianual (PPA);
- i) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamento Anual (LOA);
- j) Planos urbanísticos regionais e setoriais;
- k) Projetos, ações e planos de ação setoriais;
- l) Gestão orçamentária participativa e Orçamento Comunitário;
- m) Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA);
- n) Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV).

II - Institutos tributários e financeiros:

- a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU);
- b) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo;
- c) fundo municipal da outorga onerosa;
- d) contribuição de melhoria;
- e) incentivos e benefícios fiscais e financeiros.

III - Institutos jurídicos e políticos:

- a) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- b) desapropriação;
- c) usucapião especial de imóvel urbano;
- d) direito de superfície;
- e) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
- f) transferência do direito de construir;
- g) operações urbanas consorciadas;
- h) direito de preempção;



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

174

- i) servidão administrativa;*
- j) limitações administrativas;*
- k) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;*
- l) instituição de unidades de conservação;*
- m) instituição de zonas especiais de interesse social;*
- n) concessão de direito real de uso;*
- o) concessão de uso especial para fins de moradia;*
- p) regularização fundiária;*
- q) assistência técnica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;*
- r) debates e audiências públicas.*

De outro tanto, as demais leis mencionadas são decorrentes, portanto deixa-se de tecer maiores comentários neste momento, uma vez que são redundantes, e também dispensáveis.

8.3.2 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Ademais, também se vislumbra a normatização diversificada que se relaciona diretamente com habitação destacando as seguintes normas:

1.	Lei Municipal nº 0056/2001	cria a empresa municipal de habitação de São Bento do Sul e dá outras providências
2.	Lei Municipal nº 1714/2006	institui sistema de pontuação para definição de ordem de prioridade para aquisição de lote ou casa própria, nos programas habitacionais mantidos pelo município
3.	Lei Municipal nº 1730/2006	autoriza o poder executivo a criar programa de terraplanagem em lotes para moradia a proprietários de baixa renda
4.	decreto nº 4500/2007	regulamenta a recuperação de casas insalubres e de risco, conforme art. 3º da lei nº 56, de 18 de maio de 2001, que cria a empresa municipal de habitação de São Bento do Sul - EMHAB
5.	Lei Municipal nº 2048/2007	cria o fundo municipal de habitação de interesse social - FMHIS e institui o conselho gestor do FMHIS
6.	decreto nº 6115/2008	aprova regimento interno do conselho gestor do fundo municipal de habitação de interesse social - CGFMHIS
7.	Lei Municipal nº 2381/2009	altera lei 1.681, de 10 de outubro de 2006, dispondo sobre loteamentos populares
8.	Lei Municipal nº 2427/2009	concede incentivos fiscais para projetos programas e empreendimentos imobiliários vinculados à habitação popular ou de interesse social



8.3.2.1 LEI DE CRIAÇÃO DA EMHAB

O município de São Bento do Sul, em uma ação pioneira editou a Lei Municipal nº 056, de 18 de maio de 2001, criando a Empresa Municipal de Habitação.

Como entidade autárquica municipal, a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB, com personalidade jurídica própria, dispondo de autonomia econômico-financeira e administrativa, tendo por objetivo a implementação de programas de habitação e loteamentos populares de interesse social.

Consideram-se como sendo de interesse social as habitações destinadas ao atendimento da população de baixa renda do Município de São Bento do Sul, que habitam em moradias com condições precárias ou construídas em áreas de risco, favelas, habitações coletivas ou de aluguel, com renda familiar igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos.

8.3.2.2 LEI DE PONTUAÇÃO

Antes da criação da EMHAB o município já dispunha de um cadastro referente à habitação, que era realizado e mantido pelo extinto Departamento de Habitação e Divisão de Cadastro Social vinculados à Secretaria Municipal de Planejamento do Município. Naturalmente todo o cadastro existente foi transferido para a EMHAB, bem como adveio a sua responsabilidade a realização de novos cadastros, com sua manutenção e atualização.

Com o aumento de cadastros bem como atividades desenvolvidas através dos Projetos e Programas da Autarquia, viu-se a necessidade em ordená-lo. De tal modo surtiu a Lei nº 1714 de 20 de novembro de 2006, com a finalidade de estabelecer critérios, não somente o tempo de cadastro, mas também outros requisitos que determinam pontuações diversas, a exemplo disso, somam mais pontos a quantidade de filhos, assim como se atribui menos pontos para cadastros com maior renda.

8.3.2.3 LEI DE TERRAPLANAGEM PARA MORADIA

A Lei Municipal nº 1730, de 05 de dezembro de 2006, autorizou o poder executivo do município a promover o atendimento para terraplanagem, permitindo assim auxiliar famílias que muitas vezes possuem um lote urbano, porém têm dificuldade em promover os serviços prévios que permitirão a edificação de sua residência.

Deste modo, e atendendo critérios definidos pela mesma lei, é possível este auxílio, por parte do poder público, para famílias de baixa renda.



8.3.2.4 REFORMA E RECUPERAÇÃO

Para situações de risco ou insalubridade o município conta com o Decreto 4.500 de 28 de novembro de 2007, com redação atualizada pelo Decreto 0639 de 29 de março de 2011.

Rege o Decreto que as moradias populares habitadas por pessoas de baixa renda, que sejam ou venham a se tornar insalubres ou de risco, poderão ser recuperadas pela Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, determinando que tal intervenção deverá respeitar os limites orçamentários, priorizando os atendimentos pelo sistema de pontuação previsto na Lei nº 1.714, de 20 de novembro de 2006, salvo para as situações de risco e insalubridade graves que requeiram imediata intervenção.

8.3.2.5 FUNDO DE HABITAÇÃO E CONSELHO GESTOR

Atendendo determinações superiores, especialmente do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, o município de São Bento do Sul tem funcionando regularmente seu Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, com a devida atuação do Conselho Gestor do Fundo, que também tem a função de Conselho Municipal de Habitação.

8.3.1.6 PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA

Com intuito de combater o déficit habitacional, e ampliar a capacidade de atendimento sem comprometer a estrutura administrativa, que ainda é considerada frágil e insuficiente, bem como suprir a expectativa da cidade em implementar parcerias com a iniciativa privada, a administração promoveu a edição da Lei Municipal nº 2.381 de 19 de agosto de 2009 que alterou dispositivos da Lei Municipal nº 1.681/1006.

A Lei 1.681/2006 instituiu o código de Zoneamento vigente, e entre outras determinações, trata em seu art. 57, das dimensões cabíveis para realização de loteamentos populares.

A redação pretérita do Código permitia apenas "...loteamentos populares, de iniciativa do Poder Público ou de Cooperativas de Autoconstrução...". Neste aspecto fez-se alteração ampliando os entes a que se permite realizar tais loteamentos, de modo que agora, "A execução de loteamentos populares de que trata o caput deste artigo é restrita à iniciativa do Poder Público ou de Cooperativas de Autoconstrução, salvo quando o loteamento popular se destinar a atender aos usuários cadastrados pelo órgão ou entidade municipal incumbido do programa de construção de moradias populares". Ou seja, é possível a realização de tais empreendimentos pela iniciativa privada, desde que atendam exclusivamente os beneficiários indicados pelo cadastro do poder público, atualmente representado pela EMHAB.

Além disso, através da edição da Lei Municipal nº 2427 de 12 de novembro de 2009, ficou criado todo organograma de incentivos fiscais, com isenções para projetos de iniciativa



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

177

pública e reduções de encargos para projetos de iniciativa privada, além de isenções tributárias para projetos, programas ou empreendimentos no âmbito da Lei Federal nº 11.977 de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o "Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV", bem como projetos com recursos que venham sucedê-los.

IPRESBS**Portaria IPRESBS Nº. 365/2012**

PORTARIA IPRESBS Nº. 365/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006, e conforme Decreto nº 1130, de 18 de junho de 2012, artigo 3º inciso XV:

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Sr. Ricardo Callado, CAU 60777-0, Arquiteto e Urbanista, como responsável pela fiscalização e/ou Projeto do Contrato nº 008/2012 decorrente do Edital de Tomada de Preços nº 04/2012 referente a ampliação e reforma da Nova Sede do IPRESBS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/08/2012.

São Bento do Sul, 16/08/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 4.477, de 20 de Agosto de 2012.**

DECRETO Nº 4.477, DE 20 DE AGOSTO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso I,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação necessária e adiciona-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

16.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
16.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
16.01.28.846.0000.0.001.4.6.90.00.00.00.00.0.3.0000	200	Aplicação Direta	R\$ 15.000,00
16.01.28.846.0000.0.001.3.2.90.00.00.00.00.0.3.0000	199	Aplicação Direta	R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso I.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 20 de agosto de 2012.
JOÃO CARLOS ECKER
Prefeito Municipal em Exercício

Aviso de Licitação 132/2012

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS EM MODULAÇÃO EM AMPLITUDE (FM), DE ABRANGÊNCIA LOCAL, VISANDO A VEICULAÇÃO DE PROGRAMA DE RÁDIO DIÁRIO, DIVULGAÇÃO DE ATOS, AVISOS E NOTÍCIAS DO GOVERNO MUNICIPAL, BEM COMO A INSERÇÃO DE MÍDIA DE 30 SEGUNDOS, COM ABRANGÊNCIA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Aviso de Licitação 137/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 31/08/2012, às 10:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2012, MODALIDADE PREGÃO(REGISTRO DE PREÇOS) Nº91/2012. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA E CONserto DE PNEUS PARA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS MUNICIPAIS.. Informações www.saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 138/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 05/09/2012, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2012, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2012. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NA ESCOLA MUNICIPAL SANTA CATARINA EXTENSÃO E.E.B SÃO VALENTIM, LOCALIZADA NA RODOVIA SC 473 - DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO.SENDO ÁREA TOTAL DA REFORMA 541,38M².. Informações www.saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 024, de 27 de Outubro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 024, DE 27 DE OUTUBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 901271942, da Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Valdemar Rodrigues, CPF nº 780.443.679-39.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 024, de 27 de outubro de 2011., do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KG6Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7565, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 024, de 27 de outubro de 2011.

Data da assinatura: 02 de agosto de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São

Lourenço do Oeste e Valdemar Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 175, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 175, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 503688630, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Elizângela Ruthes, CPF nº 023.566.879-63

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 175, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SJ5A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10334, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 175, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 02 de agosto de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Elizângela Ruthes - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 160, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 160, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 160, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SG51, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10318, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 160, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 14 de agosto de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 180, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 180, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 180, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5704T6L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10339, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 180, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 02 de agosto de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 274, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 274, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº

83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 274, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VQ8V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10433, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 274, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 13 de agosto de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 352, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 352, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 352, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645M5A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10511, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 352, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 07 de agosto de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 432, de 19 de Outubro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 432, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 432, de 19 de outubro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KD26, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7560, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 432, de 19 de outubro de 2011.

Data da assinatura: 17 de agosto de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1181, de 13 de Agosto de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1181, DE 13 DE AGOSTO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 401072924, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jucimar Pistori, CPF nº 069.116.069-42.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569VL83, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9828, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1181, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 13 de agosto de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jucimar Pistori - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 14/08/2012 a 15/08/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 14/08/2012 até 15/08/2012

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		203.225,72
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	131.600,40
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	17,76
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	17,76
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR 60%	10,66
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR 25%	4,44
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR 15%	2,66
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	128.223,44
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	12.500,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	PAB FIXO	3.961,67
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	3.872,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	99.089,77
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Outros Recursos SUS MAC - CEO	8.800,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	3.359,20
4.1.7.2.1.34.02.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - IGD-PBF	3.359,20
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	71.628,87
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	71.628,87
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	42.977,32
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	28.651,55
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-3,55
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-3,55
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-3,55

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 20/08/2012

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria Nº 290/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 290/2012

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LI-CITAÇÕES E PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OU-TRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear Comissão Permanente de Licitações do Município de São Pedro de Alcântara, composta pelos seguintes Servidores:
I- LUANA REGINA SCHMITZ, na qualidade de Presidente;
II- IVONE LUZIA VENTURA, na qualidade de Membro;
III- FERNANDA STAHELIN, na qualidade de Membro.

Art. 2.º- Nomear como Pregoeira deste Município a Servidora CHARLENE APARECIDA RA-QUEL JUNKES.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria Nº 291/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 291/2012

Concede Função Gratificada a Servidora IVONE LUZIA VENTURA.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora IVONE LUZIA VENTURA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria Nº 292/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 292/2012

Concede Função Gratificada a Servidora LUANA REGINA SCHMITZ.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora LUANA REGINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, a Função Gratificada de FG-1 Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Revogar a portaria 285/2012.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria Nº 293/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 293/2012

Admite em Caráter Temporário CRISTINE BORKOWSKI para o cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, CRISTINE BORKOWSKI para o cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 056/2012.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Contrato de Prestação de Serviço Nº 098/2012
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 098/2012

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ernei José Stähelin, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA e de outro lado a Srta. JULIANA TRIERVEILER, inscrita no CPF sob nº. 068.928.249-43, Pis/Pasep nº. 200.55325.56-9, residente e domiciliada a Rua João Stähelin, Boa Parada - São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO.

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de mão de obra a confecção de 40(quarenta) flâmulas que serão utilizadas na divulgação da Oktobertanz

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço definido no objeto deste contrato, o valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 17/08/2012 a 20/08/2012.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 17 de agosto de 2012

Contrato de Prestação de Serviço Nº 099/2012
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 099/2012

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado HIPÓLITO KOERICH, com sede no Município de São Pedro de Alcântara/SC, inscrito no CPF sob nº. 560.475.849-34, Pis/Pasep nº 127.36232.72.2, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1 - Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de tubulação na Alta Varginha e Servidão Vidalino Cunha Reitz.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato é de 17/08/2012 a 31/08/2012.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de agosto de 2012.

Contrato de Prestação de Serviços Nº 095/2012
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 095/2012

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de 13 (treze horas) de som volante, convidando a todos para o XI Campeonato de Futebol Amador de São Pedro de Alcântara, a ser realizado no dia 19 de agosto, no campo de futebol de Santa Teresa. O serviço será realizado nos dias 16, 17 e 18 de agosto de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 16/08/2012 a 18/08/2012.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

NENEM SOM

Contratado

Contrato de Prestação de Serviços Nº 096/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 096/2012

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Maria Salum Silva, nº 78 sala 01, Rio Caveiras - Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Senhor Ademir Bosquetti Mateus, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a locação de equipamentos de som para o XI Campeonato de Futebol Amador de São Pedro de Alcântara, a ser realizado no dia 19 de agosto de 2012, no campo de futebol de Santa Teresa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 19/08/2012.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para

dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

NENEM SOM

Contratado

Contrato de Prestação de Serviço Nº 097/2012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 097/2012

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ADRIANO SCHMITT, portador do RG: 3.562.751, inscrito no CPF sob nº. 003.419.669-24, PIS/PASEP: 124.83917.93.5, residente a Rua Vidal João Vieira, nº. 456 - São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço à remoção e instalação de cerca na Alta varginha.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 17/08/2012 a 23/08/2012.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de agosto de 2012

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ADRIANO SCHMITT, portador do RG: 3.562.751, inscrito no CPF sob nº. 003.419.669-24, PIS/PASEP: 124.83917.93.5, residente a Rua Vidal João Vieira, nº. 456 - São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço à remoção e instalação de cerca na Alta varginha.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 17/08/2012 a 23/08/2012.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de agosto de 2012

Contrato Nº 56/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 056/2012

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina,

CNPJ/MF nº. 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº. 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita CRISTI-NE BORKOWSKI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 047.292.319-61, residente e domiciliada a Rua Frederico Afonso, nº. 3820 - Centro - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EX-CEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, não confere di-reito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II HORISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se su-jeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 20/08/2012, findando no dia 27/10/2012, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº. 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº. 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havi-do suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
5.2.2.9- Abandono de emprego;
5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quinze (15) horas/aulas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e

qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

CRISTINE BORKOWSKI

CONTRATADA

Testemunhas:

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 033/2012,

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 033/2012, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA INDIONARA LIMA CONCEIÇÃO.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua João Stähelin, nº 115-D, Boa Parada, São Pedro de Alcântara, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita INDIONARA LIMA CONCEIÇÃO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 049.469.029-10, residente e domiciliado a Rua T1, Quadra 2, Lote 22 - Potecas - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2011, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula primeira do segundo termo aditivo do contrato de trabalho nº. 033/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica alterada a carga horária de 25 horas/aulas para 20 horas/aulas semanais, a partir de 16/08/2012 em virtude de assumir as aulas de Ensino Religioso, conforme retificado pelo Estabelecimento de Ensino através da C.I. nº. 09/12.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 17 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

Portaria Nº. 4.721/2012, de 16 de Agosto de 2012.
PORTARIA Nº. 4.721/2012, de 16 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a funcionária, Sra. Karolina Harth Silveira, adquirindo efeitos retroativos a partir de 14 de agosto de 2012, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de agosto de 2012.
FELIPE VOIGT ARMELINDA WALZ SCHMIDT
Prefeito Municipal Secretária de Educação, Cultura,
Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 71/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 71/2012-PMS
PROCESSO Nº. 114/2012-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis e materiais permanentes suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 05 de setembro de 2012 às 08h45min.
Abertura do Processo: 05 de setembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das

07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 21 de agosto de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 72/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 72/2012-PMS
PROCESSO Nº. 115/2012-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de lavagem de veículos lotados nas Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de setembro de 2012 às 08h45min.
Abertura do Processo: 03 de setembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 21 de agosto de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Republicação N.º 2 - Modalidade Concorrência Para Concessão de Serviço Público Nº 02/2010 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0XX47) 3374-1191 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER/SC
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO N.º 2
MODALIDADE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO Nº 02/2010 - PMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 176/2010 - PMS - TIPO: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO: Outorga de concessão onerosa da "PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, DO MUNICÍPIO SCHROEDER conforme projeto básico, regulamento dos serviços e demais anexos que fazem parte

integrante do instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de outubro de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 08 de outubro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 21 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Encerramento Pregão Presencial Nº 56/2012-PMS

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 7 / 2012

CNPJ:

C.E.P.: 89275-000

83.102.491/0001-09

Motivo:

SCHROEDER, 17 de Agosto de 2012

Objeto:

SCHROEDER - SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 56/2012 - PR

84/2012

19/06/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

aquisição de concreto usinado para o piso no espaço coberto da Escola Municipal Professor Emilio da Silva, localizada na Rua Paulo Jahn, nº 215, Centro, neste município de Schroeder/SC.

Devido a duas tentativas de contratação e ambas desertas.

Data do Processo:

Processo de Licitação:

Processo Administrativo:

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 146/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 146/2012-PMS

Processo de licitação nº. 104/2012-PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 66/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BONA GENTE COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.150.822/0001-11, estabelecida na Rua Anita Garibaldi, nº. 2.048, sala 02, Bairro Anita Garibaldi, na Cidade Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-301.

Objeto: Constitui objeto do presente o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de utensílios de cozinha, cama, mesa, banho, higiene,

limpeza e brinquedos pedagógicos para a creche de Schroeder I para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	PRATO FUNDO INOX - em Inox, com dimensões mínimas de 21cm de diâmetro, espessura 0,5mm e capacidade mínima 0,5 litros. Em aço inoxidável, altamente durável, fundo.	60	Unidade	7,99	479,40
03	XÍCARA - transparente, lisa, resistente, em vidro temperado podendo ser levado ao microondas e geladeira. Capacidade mínima 180 ml.	200	Unidade	3,50	700,00
04	PRATO FUNDO - em vidro temperado transparente, podendo ser levado ao micro-ondas, geladeira e freezer.	200	Unidade	3,90	780,00
05	COPO PLÁSTICO - com capacidade mínima de 350 ml, em plástico, borda lisa, cores diversas, Ø75x100mm.	60	Unidade	1,20	72,00
07	COPO INFANTIL INOX - em Inox, de marca nacional, com capacidade mínima de 0,2 litros. Em aço inoxidável, altamente durável.	60	Unidade	16,90	1.014,00
08	GARFO DE MESA - todo em aço inox. Dimensões: 23x22x177mm (LxAxC).	200	Unidade	1,74	348,00
09	FACA DE MESA - com Lâmina e cabo em aço inox 4" com fio serrilhado. Dimensões: 17x3x203mm (LxAxC).	50	Unidade	3,65	182,50
10	COLHER DE SOPA - toda em aço inox.	200	Unidade	1,70	340,00
11	COLHER PARA CHÁ - toda em aço inox. Dimensões: 27x17x129mm (LxAxC).	15	Unidade	0,90	13,50

12	FACA PARA LEGUMES - Lâmina em aço inox 3" com fio liso. Cabo de polipropileno. Dimensões: 60x10x275mm (LxAxC).	20	Unidade	3,41	68,20
13	FACA PARA PÃO - Lâmina de aço inox 8" e cabo de polipropileno com serra. Dimensões: 68x15x380 (LxAxC).	8	Unidade	8,00	64,00
14	FACA PARA CARNE - Lâmina em aço inox 8" com fio liso. Cabo em polipropileno injetado diretamente sobre a espiga da lâmina com cabo de plástico. Dimensões: 80x21x415mm (LxAxC).	8	Unidade	10,15	81,20
15	COLHER PARA ARROZ - com cabo redondo e suporte para pendurar, totalmente em aço inox.	20	Unidade	12,10	242,00
16	ESPUMADEIRA/ESCUMADEIRA - com cabo redondo e suporte para pendurar, totalmente em aço inox.	20	Unidade	7,00	140,00
17	CONCHA PARA FEIJÃO - com cabo redondo e suporte para pendurar, totalmente em aço inox.	20	Unidade	8,70	174,00
19	PEGADOR PARA MASSA - totalmente em aço inox. Dimensões: 48x49x205mm (LxAxC).	20	Unidade	7,13	142,60
20	DESCASCADOR DE LEGUMES - Lâminas em aço inox. Cabo em plástico. Dimensões mínimas: 12x3,8x0,7cm.	20	Unidade	4,09	81,80
21	ESPÁTULA PARA BOLO - totalmente em aço inox, com fio levemente serrilhado. Dimensões: 75x35x75mm (LxAxC).	5	Unidade	8,30	41,50
22	ESPÁTULA PARA FRITURA - com Lâmina em aço inox 5". Cabo de polietileno branco.	10	Unidade	7,33	73,30

23	ESPÁTULA DE SILICONE - Haste e cabo em silicone. Não poroso.	15	Unidade	6,50	97,50
24	ESPREMEDOR DE BATATAS - tradicional com cesto removível em aço inox.	5	Unidade	12,20	61,00
25	RALADOR - manual universal com Lâmina em aço inox, cabo em ABS, com suportes em borracha, contendo 3 (tres) opções em corte.	10	Unidade	13,45	134,50
26	ABRIDOR DE LATAS - simples em aço inox.	10	Unidade	1,90	19,00
27	TESOURA TRINCANTE - ideal para cortes de alimentos e uso geral na cozinha, de aço inox, tamanho mínimo de 21cm.	8	Unidade	25,30	202,40
29	PICADOR/CORTADOR DE LEGUMES PEQUENO MANUAL 1 MOLA - Corpo em alumínio fundido; navalha em aço inox afiada 10 mm; Macho em plástico rígido branco; pintura eletrostática; altura mínima: 39 cm; largura mínima 12 cm.	1	Unidade	68,00	68,00
30	COLHER DE SOBREMESA - toda em aço inox. Marca nacional.	80	Unidade	1,67	133,60
31	MAMADEIRA - de polipropileno livre de bisfenol A, inquebrável e inodoro com capacidade mínima de 240ML, bico universal em silicone macio, antialérgico e inodoro. Cores diversas.	40	Unidade	4,94	197,60
32	TÁBUA DE CORTE - em vidro temperado com Estampas Decorativas, extremamente resistente a quedas e ao calor (250°C), não risca, não mancha e não deixa cheiro de outros alimentos, no tamanho 38x28cm.	20	Unidade	15,20	304,00
33	TÁBUA DE CORTE - em polietileno (32,5x42,5).	20	Unidade	22,40	448,00

34	GARRAFA TÉRMICA - Capacidade de 1,9 litros, corpo revestido em aço inox com acabamento esculpado, ampola de vidro, com sistema de bombeamento para servir.	5	Unidade	91,50	457,50
36	ESCORREDOR DE TALHERES - em plástico na cor branca, com 3 divisórias no formato redondo.	8	Unidade	2,90	23,20
37	PORTA FILTRO - de plástico, para coar café, com capacidade para filtro de café nº 103.	8	Unidade	4,08	32,64
38	PENEIRA - plástica para cozinha, diâmetro mínimo de 16cm.	10	Unidade	4,70	47,00
39	FÔRMA PARA GELO - formato cúbico, em plástico resistente, dimensões 25x10x5cm, cores diversas.	10	Unidade	4,00	40,00
40	PORTA FRIOS - retangular, em plástico resistente, com 2 divisórias, dim. 24,2x17,5x4,8cm, cores diversas.	10	Unidade	5,25	52,50
45	BORRIFADOR/PULVERIZADOR - em plástico resistente, translúcido, capacidade mínima de 550 ml, cores diversas.	30	Unidade	2,25	67,50
47	JARRA - plástica, resistente, com tampa, capacidade mínima de 1,75 litros, cores diversas.	10	Unidade	4,95	49,50
48	JARRA - plástica, resistente, com tampa, capacidade de 3,8 litros, cores diversas.	20	Unidade	9,25	185,00
49	TIGELA DE VIDRO REDONDA 0,5 LITROS, COM TAMPA - Vidro temperado, transparente, tampa plástica. Capacidade: 0,5 litros.	10	Unidade	10,65	106,50

50	ASSADEIRA DE VIDRO OVAL 3,2 LITROS, COM TAMPA - Vidro refratário, transparente, tampa plástica. Capacidade: 3,2 litros.	10	Unidade	37,00	370,00
51	TIGELA DE VIDRO REDONDA 1,2 LITROS, COM TAMPA - vidro temperado, transparente, tampa plástica. Capacidade: 1,2 litros.	6	Unidade	13,70	82,20
57	RECIPIENTE REDONDO (SALADEIRA) COM 24 CM DE DIÂMETRO - em aço inox, resistente. Altura: 15,5cm. Capacidade: 5,2 litros.	6	Unidade	26,40	158,40
58	RECIPIENTE REDONDO (SALADEIRA) COM 36 CM DE DIÂMETRO - em aço inox, resistente. Altura: 16,3cm. Capacidade: 12,3 litros.	6	Unidade	16,59	99,54
59	BANDEJA RETANGULAR TIPO "FAST FOOD" - em plástico resistente, branca. Dimensões mínimas: 47x32cm.	20	Unidade	16,40	328,00
60	BANDEJA/TRAVERSA RETANGULAR - em plástico resistente, branca, sem tampa. Dimensões mínimas: 43,5x29,5x7,5cm.	10	Unidade	12,40	124,00
61	BANDEJA/TRAVERSA RETANGULAR - em plástico resistente, branca, sem tampa. Dimensões mínimas: 53,2x37,3x8,6cm.	20	Unidade	22,78	455,60
64	CAIXA PLÁSTICA VAZADA RETANGULAR - em polietileno, sem tampa, empilhável, cor branca. Dimensões mínimas: (Comprimento x Largura x Altura) 53,4x35,5x29cm.	10	Unidade	56,40	564,00

66	BACIA REDONDA 1,5 LITROS - em plástico resistente, sem tampa, cores diversas. Dimensões: 20,5x6,5(alt) cm.	20	Unidade	15,85	317,00
67	BACIA REDONDA 3,3 LITROS - em plástico resistente, sem tampa, cores diversas. Dimensões: 25,5x8,5(alt) cm.	20	Unidade	2,83	56,60
68	BACIA REDONDA 6,7 LITROS - em plástico resistente, sem tampa, cores diversas. Dimensões: 33x10(alt)cm.	20	Unidade	4,88	97,60
69	BACIA REDONDA 15 LITROS - em plástico resistente, sem tampa, cores diversas. Dimensões: 40,5x17(alt) cm.	15	Unidade	8,55	128,25
70	BACIA REDONDA 30 LITROS - em plástico resistente, sem tampa, cores diversas. Dimensões: 52x22,5(alt) cm.	15	Unidade	15,60	234,00
71	BACIA REDONDA 4 LITROS COM TAMPA - em plástico resistente, cores diversas. Dimensões: 29,3x10,4(alt)cm.	10	Unidade	9,90	99,00
72	BACIA OVAL TIPO SALADEIRA 4,2 LITROS - em plástico resistente, sem tampa, cores diversas. Dimensões: (Comprimento x Largura x Altura) 34x25x9cm.	20	Unidade	4,08	81,40
73	CONJUNTO POTES REDONDOS PARA MANTIMENTOS 6 PÇ - plástico, resistente, translúcidos, cores diversas. Capacidade/Dimensões: 600 ml (105,3x105,9mm), 970 ml (126,6x115mm), 1600 ml (154,9x129,3mm), 3200 ml (183x177,5mm), 5100 ml (211x208,1mm), 7700 ml (236,2x246,8mm).	15	Unidade	12,50	187,50

75	CHALEIRA MÍNIMO 3,7 LITROS - em alumínio, com tampa, com pegador em plástico.	2	Unidade	53,50	107,00
76	FERVEDOR/CANECA ANTIADERENTE COM TAMPA - em alumínio com revestimento antiaderente; cabo de baquelite antitérmico. Capacidade: 2,6 litros; Altura: 20cm; Ø 16 mm.	5	Unidade	34,20	171,00
77	FÔRMA PARA PÃO ANTIADERENTE - em alumínio com revestimento antiaderente. Dimensões: (Comprimento x Largura x Altura) 33,5x13,1x7,5cm.	6	Unidade	13,45	80,70
78	FÔRMA/ASSADEIRA RETANGULAR PADRÃO - em alumínio. Dimensões: A x L x C - 6x30x40cm.	10	Unidade	23,90	239,00
79	PANELA TIPO CAÇAROLA RETA Nº 40 - em alumínio, resistente, com tampa, com alças laterais, capacidade de 23,5 litros. Dimensões: Ø 40x20cm alt.	6	Unidade	132,50	795,00
80	PANELA TIPO CAÇAROLA RETA Nº 32 - em alumínio, resistente, com tampa, com alças laterais, capacidade de 12 litros. Dimensões: Ø 32x16cm alt.	8	Unidade	61,80	494,40
81	PANELA TIPO CALDEIRÃO RETO Nº 40 - em alumínio, resistente, com tampa, com alças laterais, capacidade de 12 litros. Dimensões: Ø 32x16cm alt.	4	Unidade	91,00	364,00

87	<p>FORNO ELÉTRICO AUTOLIMPANTE 44 LITROS - com aquecedor; luz interna; luz piloto (indica quando o forno está ligado); controle automático de temperatura; abertura ergonômica; frontal em termoplástico; grade cromada e removível (2 alturas); bandeja esmaltada para resíduos; corpo interno autolimpante; corpo externo pintado de branco; termostato de 50°C a 320°C; isolamento em fibra cerâmica; pés antiderrapantes. Dados técnicos: tensão 127V 220V; potência: 1750W; volume interno: 44 litros; Corrente 13,8A (127V) B297,95A (220V); Lâmpada 1 x 15W; Controle: Eletromecânico; Dimensões Internas 267 x 392 x 425mm; Dimensões Externas do Produto (A x L x P) 360 x 577 x 490mm; Peso Líquido 14,47kg.</p>	1	Unidade	439,00	439,00
90	<p>FERRO ELÉTRICO A VAPOR - Informações técnicas: tipo de ferro a vapor e a seco. Material corpo: plástico. Base: similar alumínio. Temperatura: de acordo com o técnico (7 opções de tecido). Indicador de tecido: sim. Tipo de seletor: botão. Sistema de auto limpeza. Tipo de cabo elétrico: anatômico, giratório 360°. Alimentação: 220 Volts. Potência: 1200 Watts. Peso aproximado do produto: 1 kg.</p>	2	Unidade	583,50	117,00
96	<p>RODO PARA PIA - plástico resistente, atóxico, cores diversas. Tam: 16 cm.</p>	10	Unidade	1,98	19,80

147	LENÇOL DE MALHA PARA COLCHÃO DE BERÇO, NAS MEDIDAS MINIMAS DE 1,30 X 0,60 X 0,10 CM	65	UNIDADE	13,40	871,00
VALOR R\$ TOTAL					14.845,93

Valor do contrato: R\$ 14.845,93 (Quatorze mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos).

Data da Assinatura: 17/08/2012 – Vigência: 17/10/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 147/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 147/2012-PMS
Processo de licitação nº. 104/2012-PMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 66/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.314.098/0001-38, estabelecida na Avenida Procópio Gomes, nº. 1510, Bairro Bucarein, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89202-300.

Objeto: Constitui objeto do presente o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de utensílios de cozinha, cama, mesa, banho, higiene, limpeza e brinquedos pedagógicos para a creche de Schroeder I para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
35	<p>ESCORREDOR DE PRATOS - tradicional, em plástico, na cor branca, no formato retangular. Com capacidade mínima para 10 (dez) pratos e divisórias para talheres. Dimensão mínima 32x5x43cm.</p>	5	Unidade	8,48	42,40
56	<p>ORGANIZADOR BOX RETANGULAR 72 LITROS - em plástico resistente, com tampa, transparente. Dimensões: 65x44,5x40(alt.)cm.</p>	6	Unidade	53,95	323,70



93	ESCOVA DE MÃO MULTIUSO - plástica, com cerdas resistentes, cores diversas. Dim. mínimas: 11,6x6,6x4,1cm.	20	Unidade	2,99	59,80
94	ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE - plástica, resistente, com suporte, cerdas sintéticas, branca. Dimensões mínimas: 14x13x38cm.	20	Unidade	6,49	129,80
95	LIXEIRA RETANGULAR COM PEDAL 15 LITROS - com tampa, em plástico resistente, cor branca. Dimensões: AxLxP - 44,5 x 32,5 30,5 cm.	20	Unidade	18,40	368,00
105	DISPENSER PARA COPO DE ÁGUA - Dispenser redondo em aço inox com tubo acrílico para copos de água descartáveis (180/200ml), com garras na base para ajuste de saída do copo e duas abas para fixação na parede, com parafusos e buchas. Medidas: Ø 7,5cm x 50 cm de altura.	8	Unidade	18,50	148,00
106	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO / TOALHEIRO - Dispenser para papel toalha interfolha, com 2 ou 3 dobras, em polipropileno e composto aditivado, ou ABS, branco. Com travas laterais acionadas por pressão ou com sistema de chave. Acompanha buchas e parafusos. Dimensões mínimas: 29(alt) x 25 (larg) x 12(prof)cm.	25	Unidade	19,45	486,25
107	DISPENSER PARA SABONETE COM RESERVATÓRIO / SABONETEIRA - Dispenser para sabonete líquido, com reservatório com capacidade de 900 ml, em ABS, branco. Com sistema de chave. Acompanha buchas e parafusos. Dimensões mínimas: 29(alt) x 12 (larg) x 11(prof)cm.	25	Unidade	21,20	530,00
111	LIXEIRA 50 L - com pedal e tampa, medidas de 44 largura x 69 de altura x 40 cm de profundidade. Peso: 3,95 kilos, espessura 5 mm.	6	Unidade	98,70	592,20

112	CONJUNTO LIXEIRA COLETA SELETIVA - capacidade 50 litros. Dados técnicos - Volume: 50 litros. Altura: 890 mm. Largura: 540 mm. Comprimento: 560 mm. Carga útil: 80 kg, sobre pisos planos e regulares. Rodas: 8" (200mm). Peso total: 10,7 kg. Confeccionada em plástico de Engenharia (PELMD-UV) com eixo e mancal em tubos de aço estrutural.	3	Unidade	429,00	1.287,00
116	SACO PLÁSTICO BOBINA PICOTADA 2 KG - com 500 unidades, em polietileno de alta densidade. Capacidade: 2 kg (25x35cm).	5	Unidade	33,60	168,00
117	SACO PLÁSTICO BOBINA PICOTADA 5 KG - com 500 unidades, em polietileno de alta densidade. Capacidade: 5 kg (28x42cm).	5	Unidade	20,25	101,25
119	SABONETE LÍQUIDO ANTISSEPTICO - Galão de 5 litros de sabonete líquido antisséptico para mãos.	6	Unidade	32,80	196,80
120	ÁLCOOL GEL REFIL - Refil de álcool gel com 800 ml.	20	Unidade	10,00	200,00
121	ÁLCOOL 70% - Álcool etílico líquido a 70%, embalagem com 1 litro.	250	Unidade	5,45	1.362,50
VALOR R\$ TOTAL					5.995,70

Valor do contrato: R\$ 5.995,70 (Cinco mil, novecentos e noventa e cinco reais e setenta centavos).

Data da Assinatura: 17/08/2012 – Vigência: 17/10/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 148/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 148/2012-PMS
Processo de licitação nº. 104/2012-PMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 66/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TODT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.535.116/0001-89, estabelecida na Rua Edmundo Koch, nº 1.527, galpão A, Nereu Ramos, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89265-260.

Objeto: Constitui objeto do presente o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de utensílios de cozinha, cama, mesa, banho, higiene, limpeza e brinquedos pedagógicos para a creche de Schroeder I para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura,

Esporte e Lazer, da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
18	GARFO TRINCHANTE - com cabo redondo e suporte para pendurar, totalmente em aço inox.	8	Unidade	6,37	50,96
42	AÇUCAREIRO DE MESA - com tampa, em plástico resistente, com colher do mesmo material, capacidade mínima de 300 gramas, cores diversas.	5	Unidade	3,87	19,35
43	PORTA DETERGENTE E ESPONJA - em plástico resistente, atóxico, dimensões 26x14x4cm, cores diversas.	10	Unidade	2,18	21,80
44	PORTA-TALHERES - para gaveta, com 5 divisórias, com tampa, em plástico resistente, dimensões 34,6x30,5x5,5cm, cores diversas.	5	Unidade	11,02	55,10
54	ORGANIZADOR BOX RETANGULAR 28,2 LITROS - em plástico resistente, com tampa, transparente. Dimensões: 56,5x38,5x20,1(alt.)cm.	6	Unidade	29,25	175,50
55	ORGANIZADOR BOX RETANGULAR 42 LITROS - em plástico resistente, com tampa, transparente. Dimensões: 65x44,5x24,5(alt.)cm.	6	Unidade	47,55	285,60
62	BANDEJA/TRAVESSA RETANGULAR - em plástico resistente, branca, sem tampa. Dimensões mínimas: 30,3x22,1x7,5cm.	20	Unidade	11,51	230,20
65	CAIXA PLÁSTICA VAZADA RETANGULAR - em polietileno, sem tampa, empilhável, cor verde. Dimensões mínimas: (Comprimento x Largura x Altura) 53,4x35,5x29cm.	10	Unidade	20,38	203,80
74	POTE RETANGULAR 4,3 LITROS COM - em plástico, resistente, transparente, com tampa, cores diversas. Dimensões: (Comprimento x Largura x Altura) 28,5x21,4x10,4cm.	10	Unidade	7,65	76,50
82	PANELA COM CABO Nº 22 - em alumínio, resistente, com cabo em baquelite antitérmico. Dimensões: Ø 22x12cm alt.	10	Unidade	29,90	299,00

84	FRIGIDEIRA ANTIA- DERENTE 30 CM - em alumínio com revestimento antiaderente, com cabo de baquelite. Dimensões: alt. 6cm e Ø 30 cm.	5	Unidade	46,90	234,50
88	TORNEIRA ELÉTRICA - com bica alta, móvel e com arejador articulável. Registro 1/4 de volta com pastilha cerâmica. Com três temperaturas, cor branca. Pressão de funcionamento: 20 a 400kPa (2 a 40mca). Com sistema de aterramento. Compatível com dispositivo diferencial residual. garantia de 2 anos. tensão: 220 volts. Potência: 5500 wats.	4	Unidade	116,52	466,08
91	ESTERILIZADOR PARA MAMADEIRAS - Para 6 mamadeiras ao mesmo tempo, para microondas.	2	Unidade	126,12	252,24
97	CONJUNTO MOPINHO - Conjunto de balde, espremedor e mop para limpeza molhada. Balde e espremedor em polipropileno, com alça ergonômica e sistema de torção. Refil mopinho em algodão cru e fibras sintéticas em loop com encaixe exagonal. Cabo de alumínio fosco de 1,40m x 22mm com encaixe exagonal para mopinho .	1	Unidade	67,62	67,62
110	SUPORTE PARA PANO MULTIUSO - Suporte de parede para pano multiuso, com cortador.	1	Unidade	105,84	105,84
122	TELEFONE MUSICAL - BRINQUEDO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS	1	UNIDADE	24,49	24,49
124	MORDEDOR - Modelo: Pézinho.- Material: vinil.- Anatômico, Atóxico, Lavável, Idade recomendada: a partir de 03 meses. Aprovado pelo INMETRO Peso aprox. do produto: 0,125 kg.- Peso aprox. com embalagem: 0,125 kg.- Dimensões aprox. do produto (L x A x P): 9,2 x 15 x 12,6 cm. Prazo de garantia: 03 meses de garantia legal.	2	UNIDADE	22,44	44,88
125	MORDEDOR - DIVERSAS FORMAS Material: vinil.- Anatômico, Atóxico, Lavável, Idade recomendada: a partir de 03 meses. Aprovado pelo INMETRO	5	UNIDADE	6,76	33,80

126	CHOCALHO - diversas formas, em material plástico resistente, para crianças a a partir de 3 meses de idade	3	UNIDADE	2,90	8,70
127	GINÁSIO - brinquedo em forma de Arco com atividades para o bebê, 56cm altura x 49,5cm largura x 57cm comprimento peso total: 5,6kg	1	UNIDADE	78,30	78,30
128	CASINHA ALEGRE - brinquedo montavel, com peças plásticas, Idade recomendada: a partir de 1 ano. Dimensões: 27,5 x 27,5 x 27 cm	1	UNIDADE	39,19	39,19
129	KIT FERRAMENTAS - contendo - 01 Furadeira; - 01 Morsa; - 01 Chave de Fenda; - 01 Chave Inglesa; - 01 Martelo; - 01 Serrote; - 01 Alicate; - Parafusos e Porcas, tudo em material plástico.	3	UNIDADE	36,16	108,48
130	FOFOMOVÉL caminhão - material vinil, Idade recomendada a partir 12 meses, Dimensões : Altura 25 cm Largura 18 cm Comprimento 32 cm	2	UNIDADE	69,90	139,80
131	MINI MECANICA - BRINQUEDO CONTENDO uma bancada de trabalho colorida e equipada com um kit com alicate, chave de fenda, chave de boca, chave inglesa, serrote que faz barulho igual ao de verdade, martelo, parafusos e porcas- Dimensões: 54,5 x 28 x 59 cm - Peso: 1,300 kg	1	UNIDADE	68,50	68,50
132	KIT PRAIA E JARDIM SIMPLES - CONTENDO pazinha, enxada e rastelo de plástico - Dimensões: 15 x 4 x 53 cm Peso: 0,257 kg	4	UNIDADE	9,99	39,96
133	KIT PRAIA E JARDIM COMPLETO - CONTENDO pazinha, rastelo, peneira e dois moldes de bichinhos Dimensões: 11 x 17 x 21 cm. Peso: 0,151 kg	4	UNIDADE	8,90	35,60
134	BALDE DE PRAIA – CONTENDO uma pá e uma colher em material plástico	2	UNIDADE	2,99	5,98

135	CAÇAMBINHA – Brinquedo em material plástico; Dimensões da embalagem: 32cm x 20cm x 19cm, Peso: 600 gramas; Idade recomendada pelo fabricante: A Partir de 03 anos	3	UNIDADE	18,52	55,56
136	MINI MERCADO – fabricado em plástico mini mercado divertido contendo frutas e legumes em plástico e embalagens de produtos em papelão com balancinha e cestinho para carregar, dimensões: 62cm altura x 28cm largura x 58cm comprimento peso total: 1,4kg	1	UNIDADE	73,40	73,40
137	KIT COZINHA – contendo panelinhas, pratinhos, copos e talheres em material plástico, conjunto contendo no mínimo 15 peças	2	UNIDADE	12,73	25,46
139	MINI BOLA PEQUENA EM MATERIAL EVA – COM DESENHO DE PERSONAGENS DIVERSOS – Peso líq. aproximado do produto (kg)0,23g	5	UNIDADE	8,99	44,95
140	BONECA BABY JUNIOR – MATERIAL TODA EM VINIL, COM ROUPINHAS	3	UNIDADE	16,90	50,70
146	DIREÇÃO MUSICAL – Brinquedo VOLANTE MUSICAL QUE VIBRA, VÁRIOS BOTÕES COM SONS DIFERENTES, PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 2 ANOS DE IDADE	1	UNIDADE	24,40	24,40
148	Colchão de berço (130x60 cm), espessura de 10 cm- antialérgico, com capa em tecido de um lado e plástico do outro. Densidade 23.	25	UNIDADE	73,40	1.835,00
VALOR R\$ TOTAL					5.280,94

Valor do contrato: R\$ 5.280,94 (Cinco mil, duzentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos).

Data da Assinatura: 17/08/2012 – Vigência: 17/10/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 149/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 149/2012-PMS
Processo de licitação nº. 104/2012-PMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 66/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VIEIRA E LEAL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA,, inscrita no CNPJ sob o nº 16.403.640/0001-82, estabelecida na Avenida Governador Ramos, nº 785, sala 03, vila Nova, na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.210-0000,

Objeto: Constitui objeto do presente o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de utensílios de cozinha, cama, mesa, banho, higiene, limpeza e brinquedos pedagógicos para a creche de Schroeder I para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	COPO EM VIDRO TEMPERADO - transparente, liso, resistente, podendo ser levado ao microondas e geladeira. Capacidade mínima 310 ml.	200	Unidade	2,75	550,00
53	JARRA DE VIDRO - Jarra medidora, em vidro, resistente, para microondas, com capacidade para 1 litro. Dimensões: 27x27x13,1cm.	5	Unidade	24,00	120,00
86	ESCORREDOR DE MACARRÃO Nº 32 - em alumínio, resistente, com duas alças. Dimensões: alt. 22cm e Ø 30cm.	3	Unidade	39,00	117,00
89	MÁQUINA SECADORA - 10 kg. Dados técnicos: Alimentação: 220 volts. Consumo aproximado de energia: máximo. Ciclo delicado - 2,9 kWh. Ciclo normal - 4,8 kWh. Potência: 2.000 Watts. Capacidade: 10kg. Temperatura máxima de ciclo delicado: 45°C. Máxima de ciclo normal: 60°C. Peso aproximado do produto: 42,4 kg. garantia do fornecedor de 12 meses.	1	Unidade	1.664,00	1.664,00
92	ESCOVA PARA LAVAR MADEIRA - 2 em 1, com escova menor acoplada para limpeza de bicos. Cabo rígido de polipropileno, anatômico, com cerdas de nylon, cores diversas. Dimensões: 92x342x75mm.	6	Unidade	6,30	37,80
98	REFIL MOPINHO - Refil mopinho em algodão cru e fibras sintéticas em loop com encaixe exagonal.	5	Unidade	14,00	70,00

99	CABO PARA MOPINHO - Cabo de alumínio de 1,40m x 22mm com encaixe exagonal para mopinho.	2	Unidade	23,00	46,00
100	ARMAÇÃO PARA MOP - Armação plus, em polipropileno de alta resistência, 40x15cm.	2	Unidade	25,00	50,00
101	REFIL MOP - Refil para mop pó micro tech, composto por fios 100% microfibra, parte superior confeccionada em tecido sintético lavável e de fácil secagem, 40x15cm.	3	Unidade	58,00	174,00
103	RODO MÁGICO - Rodo mágico absorvente, com cabo em inox, resistente e sistema de alavanca com duplo rolete para espremer o refil. Base resistente de fibra de carbono, e refil absorvente com 28 cm.	3	Unidade	51,00	153,00
104	REFIL RODO MÁGICO - Refil absorvente para rodo mágico, com 28 cm.	8	Unidade	15,80	126,40
108	DISPENSER PARA GEL BACTERICIDA PARA REFIL / SABONETEIRA - Dispenser para gel bactericida, para refil de 800 ml, em ABS, branco. Com sistema de chave. Acompanha buchas e parafusos. Dimensões mínimas: 29(alt) x 12 (larg) x 11(prof)cm.	15	Unidade	16,20	243,00
109	PANO MULTIUSO - Rolo de pano multiuso descartável em fibra de rayon, aglutinadas com resina sintética, resistente, absorvente, com ação antibactéria, com 300 metros x 33cm, cor verde.	4	Unidade	141,00	564,00
113	CARRO COLETOR DE LIXO - Capacidade 120 litros. Dados técnicos: Volume: 120 litros. Altura: 890 mm. Largura: 540 mm. Comprimento: 560 mm. Carga útil: 80 kg, sobre pisos planos e regulares. Rodas: 8" (200 mm). Peso total: 10,7 kg. Confeccionada em plástico de Engenharia (PELMD-UV) com eixo e mancal em tubos de aço estrutural.	2	Unidade	295,00	590,00

114	TERMÔMETRO CULINÁRIO DIGITAL DE ALIMENTOS - Tipo espeto, à prova d'água, com registro de máximo e mínimo. Resolução: 0.1°; Função: Máxima e Mínima; Escalas: -50+200°C / -58+392°F; Espeto de aço inoxidável: 125mm - Ø 3,5 mm.	3	Unidade	54,00	162,00
115	TERMÔMETRO CLÍNICO - Termômetro clínico digital, com haste flexível, material resistente, atóxico, à prova d'água, podendo utilizar via oral, com pilha de 1,5 Volts. Com desligamento automático após 10 minutos, sem mercúrio. Dimensões: 10x3x1,4cm. Peso do produto: 0,02 kg. Escala +35°C+42°C/Resolução 0,1°C.	6	Unidade	30,00	180,00
VALOR R\$ TOTAL					4.847,20

Valor do contrato: R\$ 4.847,20 (Quatro mil, oitocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).

Data da Assinatura: 17/08/2012 – Vigência: 17/10/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo de Convênio Nº 005/2012, Que Celebram o Município de Schroeder e a Escola Municipal Professora Vali Jorck Voigt

TERMO DE CONVÊNIO Nº 005/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA VALI JORCK VOIGT

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA VALI JORCK VOIGT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 00.518.320/0001-03, estabelecida na Est Estrada Rancho Bom, s/n, Rancho Bom, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Jaime Schneider, inscrito no CPF sob o no 003.533.469-00, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;
- Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- Realizar os eventos próprios do Município, como:
 - Desfile Cívico;
 - Tarde Cultural;
 - Criança em Dança;
- Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;
- Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
- Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda

de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

JAIME SCHNEIDER
Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 006/2012, Que Celebram o Município de Schroeder e a Escola Municipal Professor Santos Tomaselli

TERMO DE CONVÊNIO Nº 006/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SANTOS TOMASELLI

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR SANTOS TOMASELLI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 00.518.319/0001-03, estabelecida na Rua Cândido Tomaselli, 884, Centro, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato

representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) José Ricardo Roters, inscrito no CPF sob o no 003.664.469-24, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- c) Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- d) Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;
- e) Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- f) Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- g) Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- h) Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- i) Realizar os eventos próprios do Município, como:
 1. Desfile Cívico;
 2. Tarde Cultural;
 3. Criança em Dança;
- j) Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;

- f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
- g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT JOSÉ RICARDO ROTERS
Prefeito Municipal Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 007/2012, Que Celebram o Município de Schroeder e a App da Escola Municipal Rui Barbosa

TERMO DE CONVÊNIO Nº 007/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A APP DA ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a APP DA ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 00.539.537/0001-24, estabelecida na Rua Itoupava-açu, s/n, Itoupava-açu, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Jorge Irineu Simon, portador da Carteira de Identidade no 2.547.129-5, inscrito no CPF sob o no 693.667.649-91, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;
- Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- Realizar os eventos próprios do Município, como:
 - Desfile Cívico;
 - Tarde Cultural;
 - Criança em Dança;
- Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;
- f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
- g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado

de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

JORGE IRINEU SIMON
Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 008/2012, Que Celebram o Município de Schroeder e a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Municipal Gir

TERMO DE CONVÊNIO Nº 008/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL GIRASSOL

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a APP CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL GIRASSOL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 06.236.078/0001-96, estabelecida na Rua Guilherme Zastrow, nº 58, Centro, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Sheila Cristina Toniotti Lemes de Souza, inscrita no CPF sob o no 920.615.329-34, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a

- prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- c) Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- d) Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;
- e) Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- f) Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- g) Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- h) Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- i) Realizar os eventos próprios do Município, como:
1. Desfile Cívico;
 2. Tarde Cultural;
 3. Criança em Dança;
- j) Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;
- f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
- g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos

judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT SHEILA CRISTINA T. LEMES DE SOUZA
Prefeito Municipal Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 009/2012, Que Celebram o Município de Schroeder e a Escola de Ensino Fundamental Luiz Delfino

TERMO DE CONVÊNIO Nº 009/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL LUIZ DELFINO

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL LUIZ DELFINO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 83784.900/0001-05, estabelecida na Rua 03 de Outubro, 299, Centro, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Esmeralda Lange, portador(a) da Carteira de Identidade no 47672552-SSP/SC, inscrito no CPF sob o no 730.038.919-87, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- c) Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- d) Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos freqüentadores do evento;
- e) Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- f) Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- g) Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- h) Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- i) Realizar os eventos próprios do Município, como:
 1. Desfile Cívico;
 2. Tarde Cultural;
 3. Criança em Dança;
- j) Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;
- f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
- g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente

Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ESMERALDA LANGE
Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 010-2012, Município de Schroeder e a Assoc. de Pais e Professores da Escola Isolada Castro Alves

TERMO DE CONVÊNIO Nº 010-2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ASSOC. DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA ISOLADA CASTRO ALVES

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede

governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ASSOC. DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA ISOLADA CASTRO ALVES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 00.518.322/0001-27, estabelecida na Est Estrada Duas Mamas, s/n, Duas Mamas, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Ângelo Ricardo Schutz, portador da Carteira de Identidade no , inscrito no CPF sob o no 915.598.049.04, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- c) Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- d) Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;
- e) Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- f) Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- g) Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- h) Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- i) Realizar os eventos próprios do Município, como:
 1. Desfile Cívico;
 2. Tarde Cultural;
 3. Criança em Dança;
- j) Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;

- c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;
- f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
- g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ÂNGELO RICARDO SCHUTZ
Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 011/2012, Município de Schroeder e a Escola Municipal Professora Clarice Lange Jacobi

TERMO DE CONVÊNIO Nº 011/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA CLARICE LANGE JACOBI

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA CLARICE LANGE JACOBI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 08.893.007/0001-91, estabelecida na Lateral da Rua Rio de Janeiro, s/n, Schroeder I, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Gracieli Siewes, portador da Carteira de Identidade no 4.535.471/9, inscrito no CPF sob o no 041.580.319-58, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- c) Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- d) Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;
- e) Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;

- f) Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- g) Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- h) Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- i) Realizar os eventos próprios do Município, como:
 1. Desfile Cívico;
 2. Tarde Cultural;
 3. Criança em Dança;
- j) Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;
- f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
- g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará

a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT

GRACIELI SIEWES

Prefeito Municipal

Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS

CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT

CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 012/2012, Município de Schroeder e a Escola Municipal Professora Kismara Lislei Walkinir Moreira

TERMO DE CONVÊNIO Nº 012/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA KISMARA LISLEI WALKINIR MOREIRA

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA KISMARA LISLEI WALKINIR MOREIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 00.518.477/0001-63, estabelecida na Rua 03 de Outubro, 299, Braço do Sul, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Ronimir Müller, portador da Carteira de Identidade no 2.984.228, inscrito no CPF sob o no 850.917.669-87, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as

dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;
- Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- Realizar os eventos próprios do Município, como:
 - Desfile Cívico;
 - Tarde Cultural;
 - Criança em Dança;
- Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;
- Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
- Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO

a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

RONIMIR MÜLLER
Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 013/2012, Município de Schroeder e a App do Centro de Educação Infantil Municipal Cristiane Zerbin

TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CRISTIANE INES ZERBIN

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CRISTIANE INES ZERBIN, , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 08.956.433/0001-27, estabelecida na Rua Mario Zerbin, s/n, Rio Hern, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Alex Wodtke, portador

da Carteira de Identidade no 3.576.640, inscrito no CPF sob o no 003.696.289-93, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- c) Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- d) Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;
- e) Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- f) Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- g) Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- h) Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- i) Realizar os eventos próprios do Município, como:
 1. Desfile Cívico;
 2. Tarde Cultural;
 3. Criança em Dança;
- j) Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;

f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ALEX WODTKE
Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 014/2012, Município de Schroeder e a Associação do Núcleo Avançado de Ensino Supletivo

TERMO DE CONVÊNIO Nº 014/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES E ALUNOS DO NÚCLEO AVANÇADO DE ENSINO SUPLETIVO

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES E ALUNOS DO NÚCLEO AVANÇADO DE ENSINO SUPLETIVO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 02.705.709/0001-18, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3905, Centro Norte, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Leandro Lenhardt, portador da Carteira de Identidade no 3.260.448-3, inscrito no CPF sob o no 025.474.389-76, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;
- Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- Realizar os eventos próprios do Município, como:
 - Desfile Cívico;
 - Tarde Cultural;
 - Criança em Dança;

j) Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;
- f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
- g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

LEANDRO LENHARDT
Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 015/2012, Município de Schroeder e a Escola de Educação Básica Miguel Couto (App Cemc)

TERMO DE CONVÊNIO Nº 015/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MIGUEL COUTO (APP CEMC)

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MIGUEL COUTO (APP CEMC), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 83.540.344/0001-10, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 1864, Sedem Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Márcio Adriano Moura, portador da Carteira de Identidade no 7.057.621.411, inscrito no CPF sob o no 688.867.050-34, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;

- c) Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- d) Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;
- e) Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- f) Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- g) Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- h) Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- i) Realizar os eventos próprios do Município, como:
 - 1. Desfile Cívico;
 - 2. Tarde Cultural;
 - 3. Criança em Dança;
- j) Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;
- f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
- g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos

judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

MÁRCIO ADRIANO MOURA
Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 016/2012, Município de Schroeder e App do Jardim de Infância Abelhinha Feliz

TERMO DE CONVÊNIO Nº 016/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO JARDIM DE INFÂNCIA ABELHINHA FELIZ

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ASSOC. DE PAIS E PROFES. DO JARDIM DE INFÂNCIA ABELHINHA FELIZ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 00.518.473/0001-85, estabelecida na Est Estrada Schroeder I, s/n, Schroeder I, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Dirceu Gonçalves, portador da Carteira de Identidade no 7.110.451, inscrito no CPF sob o no 034.730.119-32, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- c) Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- d) Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos freqüentadores do evento;
- e) Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- f) Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- g) Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- h) Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- i) Realizar os eventos próprios do Município, como:
 1. Desfile Cívico;
 2. Tarde Cultural;
 3. Criança em Dança;
- j) Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;
- f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
- g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente

Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DIRCEU GONÇALVES
Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 017/2012, Município de Schroeder e a Escola Municipal Professora Leonete Bauer Walz

TERMO DE CONVÊNIO Nº 017/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA LEONETE BAUER WALZ

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA LEONETE BAUER WALZ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 00.518.318/0001-69, estabelecida na Est Estrada Bracinho, s/n, Bracinho, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Osvino Strelow, portador da Carteira de Identidade no 4.099.850, inscrito no CPF sob o no 032.579.559-28, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- c) Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- d) Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;
- e) Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- f) Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- g) Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- h) Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- i) Realizar os eventos próprios do Município, como:
 1. Desfile Cívico;
 2. Tarde Cultural;
 3. Criança em Dança;
- j) Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;
- f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
- g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado

de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT OSVINO STRELOW
Prefeito Municipal Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 018/2012, Município de Schroeder e a Escola de Educação Básica Professora Elisa Claudio de Aguiar

TERMO DE CONVÊNIO Nº 018/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA ELISA CLAUDIO DE AGUIAR

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA ELISA CLAUDIO DE AGUIAR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 81.156.416-0001-03, estabelecida na Rua Schroeder I, s/n, Schroeder I, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Vera Lucia Nunes da Silva, portador da Carteira de Identidade no 2.918, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- c) Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo

Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;

d) Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;

e) Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;

f) Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;

g) Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;

h) Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;

i) Realizar os eventos próprios do Município, como:

1. Desfile Cívico;
2. Tarde Cultural;
3. Criança em Dança;

j) Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;

b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;

c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;

d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;

e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;

f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;

g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

VERA LUCIA NUNES DA SILVA
Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 019/2012, Município de Schroeder e a App da Escola Municipal Prof. Emílio da Silva

TERMO DE CONVÊNIO Nº 019/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A APP DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. EMÍLIO DA SILVA

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a APP DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. EMÍLIO DA SILVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 05.341.620/0001-08, estabelecida na Rua Paulo Jahn, nº 215, Centro, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Valério de Oliveira Onofre, portador da Carteira de Identidade no 3.613.615, inscrito no CPF sob o no 015.509.519-63, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- c) Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- d) Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;
- e) Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- f) Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- g) Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- h) Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- i) Realizar os eventos próprios do Município, como:
 1. Desfile Cívico;
 2. Tarde Cultural;
 3. Criança em Dança;
- j) Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
- d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
- e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;
- f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
- g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT VALÉRIO DE OLIVEIRA ONO-FRE

Prefeito Municipal Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Termo de Convênio Nº 20/2012, Município de Schroeder e a App da Escola Municipal Professora Sarita Beck Rezende

TERMO DE CONVÊNIO Nº 20/2012, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E A APP DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SARITA BECK REZENDE

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato

representado pelo Senhor FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, a APP DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SARITA BECK REZENDE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 03.750.895/0001-70, estabelecida na Rua Dom Pedro, nº 820, Rio Hern, Schroeder-SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu(sua) Presidente, Senhor(a) Evandro Cristiano de Souza, portador da Carteira de Identidade no 3.513.386-4, inscrito no CPF sob o no 024.772.199.95, de ora em diante denominado simplesmente de APP, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.899/2012, de 14 de agosto de 2012, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste na cooperação mútua entre os partícipes para execução das ações relativas à realização da Festa da Integração - 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do presente Convênio não haverá repasse de recursos do MUNICÍPIO para a APP. No entanto, para o desenvolvimento das ações a encargo do MUNICÍPIO, serão utilizadas as dotações orçamentárias previstas no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados, se for o caso;
- c) Ceder o espaço físico do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold (área externa e galpões), para a montagem das tendas próprias para locais de venda de bebidas, doces e alimentação de forma geral;
- d) Providenciar a montagem de tendas próprias para o desenvolvimento do fornecimento de alimentação aos frequentadores do evento;
- e) Responsabilizar-se pela energia elétrica, água, iluminação do pátio, utilizadas durante o evento;
- f) Realizar o recolhimento dos resíduos sólidos não-recicláveis;
- g) Organizar a infraestrutura necessária à montagem das tendas próprias para os eventos a serem desenvolvidos pela APP;
- h) Realizar a sonorização do ambiente, exceto arena de shows/baile;
- i) Realizar os eventos próprios do Município, como:
 1. Desfile Cívico;
 2. Tarde Cultural;
 3. Criança em Dança;
- j) Disponibilizar, durante todo o evento, serviço médico completo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA APP:

A APP obriga-se, separadamente ou em conjunto com as demais APP's a:

- a) Promover a divulgação do evento às suas expensas;
- b) Organizar a Festa da Integração, mantendo contato com os fornecedores de alimentos e bebidas, e organizando montagem dos locais de venda de tais produtos;
- c) Responsabilizar-se pela mão-de-obra relativa à realização da

venda de alimentos e bebidas, bem como a terceirização dos mesmos, sendo o caso;
d) Realizar a decoração dos espaços físicos do Complexo Esportivo Municipal Alfredo Pasold;
e) Responsabilizar-se pela segurança do evento, em todo o Complexo Esportivo, separadamente ou em conjunto com outras entidades que estejam participando da organização dos eventos;
f) Realizar a limpeza e separação dos resíduos sólidos oriundos do respectivo evento;
g) Explorar a venda de alimentos e bebidas na área da Festa da Integração de modo próprio ou por meio de parceiros/empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de associação da APP com outras entidades, com o objetivo de executar o presente Convênio, deverá ser remetido ao Município documento que tenha formalizado tal associação (Ata da Reunião), bem como deverão ser informados os termos e as obrigações exatas de cada APP referentes a tal ação, sob pena de ver-se rescindido, de pleno direito, o presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do evento deverá ser realizada pela APP de modo pormenorizado, contendo todos os dados relativos ao mesmo, inclusive a arrecadação oriunda da exploração da venda de alimentos e bebidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A APP deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas do evento, em até 30 (trinta) dias após o término do evento, podendo tal prestação dar-se em conjunto com outras entidades a ela associadas para a execução dos objetivos desse Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a APP poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até 31 de dezembro de 2012, ou quando efetivamente esgotado seu objeto, após a devida prestação de contas, sendo improrrogável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 17 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

EVANDRO CRISTIANO DE SOUZA
Presidente da APP

Testemunhas:

1. Nome: DENILSON WEISS
CPF: 851.189.319-91

2. Nome: ARMELINDA WALZ SCHITT
CPF: 907.956.019-72

Timbó

PREFEITURA

Aviso de Revogação Pregão Presencial N.º 97 2012 - Segurança Patrimonial ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TIMBÓ

TERMO DE REVOGAÇÃO
EDITAL PREGÃO Nº. 97/2012

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão nº. 97/2012, que trata da prestação de serviços de segurança patrimonial privada denominada monitoramento eletrônico com fornecimento de equipamentos em regime de comodato a ser executada junto às instalações da Fundação Cultural, Museu da Música, Museu do Imigrante, Oficina de Artes Manuais, Fundo Municipal de Esportes, Tele Centro e Casa do Poeta foi REVOGADO ao bem do interesse público, considerando a necessidade de correções no edital geradas por impugnação ao mesmo.

Timbó 20/08/2012
DANIEL AGOSTINI NETO
Secretário de Fazenda e Administração

Aviso Edital Pregão Presencial N.º 119 2012 - Aquisição e Reforma de Toldos ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 119/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO E REFORMA DE TOLDOS DESTINADOS AO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARAÍSO DA CRIANÇA. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 03 de setembro de 2012. ABERTURA: dia 03 de setembro de 2012 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 17/08/2012.
THOMAZ H.N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Aviso Edital Pregão Presencial N.º 35 2012 FMS - Aquisição de Cartuchos de Tinta ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2012

OBJETO: Aquisição de Cartuchos de tinta destinados à Secretaria de Saúde. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 15h00min do dia 31 de agosto de 2012. ABERTURA: dia 31 de agosto de 2012 às 15h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital

diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 20/08/2012.
THOMAZ H.N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Extrato de Inexigibilidade N.º 120 2012 - Pavimentação da Rua Pernambuco

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 120/2012
CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÕES LTDA

OBJETO: Inexigibilidade para pavimentação asfáltica da Rua Pernambuco diretamente a comunidade no regime de mutirão conforme edital de credenciamento nº. 143/2012.
VALOR TOTAL: R\$ 18.898,04 (dezoito mil oitocentos e noventa e oito reais e quatro centavos).

Timbó, 21 de agosto de 2012
DANIEL AGOSTINI NETO
Secretário da Fazenda e Administração

Extrato Contrato N.º. 2012 133

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/133
CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó.
CONTRATADO: Elaine Freitas Luz ME

OBJETO: contratação de empresa(s) para prestação de serviços de sonorização, iluminação cenográfica, projeção e filmagem e locação de cadeiras plásticas para a 18ª edição do Festival da Canção de Timbó - FESCATI 2012, que acontecerá nos dias 17 e 18 de agosto, junto ao pavilhão municipal de eventos "Henry Paul".
VALOR TOTAL: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).
PRAZO: 15/08/2012 até 04/09/2012.

Data da Assinatura 15/08/2012
JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Extrato Contrato N.º. 2012 134

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/134
CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó.
CONTRATADO: Jailson Roberto Vailatti - ME

OBJETO: contratação de empresa(s) para prestação de serviços de sonorização, iluminação cenográfica, projeção e filmagem e locação de cadeiras plásticas para a 18ª edição do Festival da Canção de Timbó - FESCATI 2012, que acontecerá nos dias 17 e 18 de agosto, junto ao pavilhão municipal de eventos "Henry Paul".
VALOR TOTAL: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
PRAZO: 15/08/2012 até 04/09/2012.

Data da Assinatura 15/08/2012
JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Videira

PREFEITURA

Decreto N.º 10.160/12

DECRETO Nº 10.160/12 DE 17 DE AGOSTO DE 2012.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11 de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 - Secretaria Municipal de Administração
02 - Encargos Especiais
2.017 - Amortização e Encargos da Dívida
3.2.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 200.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 200.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de agosto de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria N.º 1466/12

PORTARIA nº 1466/12
Revoga a Portaria nº 0192/12

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e a vista do que consta na Comunicação Interna nº 67/12, da Secretaria Municipal de Planejamento, datada de 16 de agosto de 2012;

RESOLVE

Revogar, a Portaria nº 0192/12, que nomeou comissão para avaliar o seguinte imóvel: uma área de terras com 1.787,13 m2 (um mil, setecentos e oitenta e sete metros e treze décimos quadrados), parte integrante de uma área maior com 40.794,00 m2 (quarenta mil, setecentos e noventa e quatro metros quadrados), situada nesta cidade, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 25.338.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de agosto de 2012.



WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 1467/12
PORTARIA nº 1467/12
Revoga a Portaria nº 1371/12

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e a vista do que consta na Comunicação Interna nº 67/12, da Secretaria Municipal de Planejamento, datada de 16 de agosto de 2012;

RESOLVE

Revogar, a Portaria nº 1371/12, que nomeou comissão para avaliar o seguinte imóvel: Uma área de terras com 3.926,60 m2 (três mil, novecentos e vinte e seis metros e sessenta decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 82.208,11 m2 (oitenta e dois mil, duzentos e oito metros e onze decímetros quadrados), situada nesta cidade, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 2.223.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de agosto de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 1468/12
PORTARIA Nº 1468/12

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00039/12-0, nos assentos funcionais da servidora IVANIR CARMINATTI FAGANELLO, detentora da matrícula funcional nº 1645, do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta dos Processos Administrativos nº 8669/2012,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, IVANIR CARMINATTI FAGANELLO, detentora da matrícula nº 1645 e do cargo de provimento efetivo de Professora, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00039/12-0, o tempo de serviço entre as datas de 1º/10/87 a 30/06/94, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogada as

disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.339/12.

Videira, 17 de agosto de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 1470/12
PORTARIA nº 1470/12
Concede Licença Gestação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora CAMILA STRAPAZZON, ocupante do cargo comissionado de Assessor do Departamento de Vigilância Sanitária, a partir do dia 11 de agosto de 2012 até 08 de dezembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2012.

Videira, 20 de agosto de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Extrato do Contrato N. 0521/2012

Extrato do Contrato n. 0521/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CÉLIA TEREZINHA GUZI ANZANELLO
CPF: 933.541.269-49

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JOANICE MUNARO SETTI
VIGÊNCIA: de 05 de junho de 2012 a 30 de junho de 2012
FUNÇÃO: PROFESSORA - Área de atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.975,24 (um mil, novecentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0303/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0303/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CAROLINE KOZLOW
CPF: 065.288.949-22
VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2012 até 18 de dezembro de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo de Aditivo N. 0430/2011

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0430/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MADALENA DEMORI
CPF: 296.709.779-91
VIGÊNCIA: 08 de junho de 2012 até 07 de agosto de 2012
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo de Rescisão N. 0093/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0093/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0180/12
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELAINE BARBOSA DOS SANTOS
CPF: 083.184.959-26

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 27 de julho de 2012.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0094/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0094/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0024/12
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARTHA SCHROR
CPF: 579.209.409-82

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 01 de agosto de 2012.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0095/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0095/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0357/12
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JULIANA DUARTE DE ALMEIDA
CPF: 046.538.126-08

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 10 de agosto de 2012.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0097/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0097/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0283/12
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSANE DOS SANTOS RIBEIRO
CPF: 062.503.349-39

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 06 de agosto de 2012.

Vitor Meireles**PREFEITURA****Portaria Nº 168/2012****P O R T A R I A Nº 168/2012**

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARCIO DA SILVEIRA

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, nomeado pela Portaria nº 073/2008, de 07 de abril de 2008, tomando posse no dia 07 de maio de 2008, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 20 de agosto de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 20 DE AGOSTO DE 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Associações**AMUREL****Institui o Diário Oficial dos Municípios**

RESOLUÇÃO N. 007/2012

Institui o Diário Oficial dos Municípios.

Célio Antonio, Presidente da Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL, no uso de atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos da Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL.

Parágrafo único. A publicação oficial será veiculada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tubarão - SC, 05 de Junho de 2012.

CÉLIO ANTONIO

Presidente da AMUREL.

Edital de Convocação de Assembléia Geral Extraordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, nos termos do parágrafo único, art. 16º, bem como, com base no art. 54 todos do Estatuto da AMUREL, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de agosto de 2012, às 09:15 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 09:45 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, serão deliberadas propostas de alterações estatutárias cujo objeto consiste na modificação de regimentos que tratam do quadro de pessoal da Associação.

Tubarão, 16 de agosto de 2012.

CELIO ANTÔNIO
Presidente da AMUREL
Prefeito de Laguna

Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de agosto de 2012, às 9:20 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos prefeitos, representantes credenciados dos Municípios Associados ou presidentes das câmaras municipais, em primeira convocação, e às 9:50 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos prefeitos, representantes credenciados dos municípios associados ou presidentes das câmaras municipais, em sua sede, localizada na rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da ata anterior;
 - II. Prestação de contas do 3º bimestre de 2012;
 - III. Apresentação da Situação Executiva e Financeira da parte que cabe a prefeitura de Jaguaruna no Projeto do Aeroporto;
 - IV. Assuntos diversos
- Termo de Cooperação com Ministério Público Federal - Cadastro Rural;
- Termo de Cooperação com Ministério Público Estadual - Resíduos Sólidos;
- Reunião com SDS sobre levantamento de informações para Plano de Resíduos Sólidos;
- Criação do mecanismo de Regulação e controle dos serviços na Gestão Pública no âmbito dos municípios do Consorcio Catarina;
- DNIT - Programa de Melhoria das Travessias Urbanas da BR 101;
- Pescaria Brava - encaminhamentos do novo município;
- Curso de Atualização para a Nova Contabilidade Pública;
- Estações meteorológicas;

Tubarão, 16 de agosto de 2012.

CELIO ANTÔNIO
Presidente da AMUREL
Prefeito de Laguna

Consórcios

CIGA

Edital de Concurso Público CIGA Nº 02/2011 - Convocação Para Provimento de Vagas do Concurso Público

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 02/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVIMENTO

DE VAGAS DO CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 02/2011

O DIRETOR EXECUTIVO do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, demais legislações vigentes e em conformidade com o Edital de Concurso Público CIGA Nº 02/2011, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS, relacionados abaixo, para o provimento dos empregos públicos de Analista de Sistemas e de Técnico em Tecnologia da Informação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, conforme resultado final devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC na data de 23 de novembro de 2011.

CONVOCADOS:

Inscrição	Candidato	Classificação Final	Cargo
50039	CARLOS AUGUSTO MENEGUZZO	3º	ANALISTA DE SISTEMAS
49346	DANILO MURILO CHAGAS DA SILVA	3º	TÉCNICO EM TI

Os convocados devem comparecer, durante o período de 21 a 31 de agosto de 2012 das 8h30min às 12h00min ou das 13h00min às 17h30min, na sede do CIGA, situada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis-SC para apresentação e entrega dos seguintes documentos constantes no item 11.5 do Edital de Concurso Público CIGA Nº 02/2011:

- a) Carteira de identidade;
- b) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) Carteira de Trabalho (CTPS);
- d) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- e) Título de Eleitor e o comprovante quitação eleitoral;
- f) Comprovante de quitação com o serviço militar, se do sexo masculino;
- h) Fotografia recente, tamanho 3x4;
- i) Certificado de conclusão do ensino médio ou superior, conforme o caso; e
- j) Certidão de nascimento ou casamento, com as respectivas averbações.

O não comparecimento do interessado ou apresentação de qualquer documento fora do prazo previsto acarretará a eliminação do concurso e perda da vaga do referido cargo.

Florianópolis, 20 de agosto de 2012.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

CIM-AMAVI**Gabarito Preliminar Prova Escrita Processo Seletivo Simplificado Nº 02/2012 - CIM-AMAVI**

CIM-AMAVI

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2012

CIM-AMAVI**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2012****Gabarito Preliminar
PSICÓLOGO**1ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

2ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

3ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

4ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

5ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

6ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

7ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

8ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

9ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

10ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

11ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

12ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

13ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

14ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

15ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

16ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

17ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

18ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

19ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

20ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

21ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

22ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

23ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

24ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

25ª

A	B	C	D	E
---	---	---	---	---

Rio do Sul, 21 de agosto de 2012.

Agostinho Senem

Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo

CIM-AMAVI
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2012

Gabarito Preliminar
CUIDADOR

1 ^a	A	B	C	D	E
2 ^a	A	B	C	D	E
3 ^a	A	B	C	D	E
4 ^a	A	B	C	D	E
5 ^a	A	B	C	D	E
6 ^a	A	B	C	D	E
7 ^a	A	B	C	D	E
8 ^a	A	B	C	D	E
9 ^a	A	B	C	D	E
10 ^a	A	B	C	D	E
11 ^a	A	B	C	D	E
12 ^a	A	B	C	D	E
13 ^a	A	B	C	D	E
14 ^a	A	B	C	D	E
15 ^a	A	B	C	D	E
16 ^a	A	B	C	D	E
17 ^a	A	B	C	D	E
18 ^a	A	B	C	D	E
19 ^a	A	B	C	D	E
20 ^a	A	B	C	D	E
21 ^a	A	B	C	D	E
22 ^a	A	B	C	D	E
23 ^a	A	B	C	D	E
24 ^a	A	B	C	D	E
25 ^a	A	B	C	D	E

Rio do Sul, 21 de agosto de 2012.

Agostinho Senem
Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo

CIM-AMAVI
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2012

Gabarito Preliminar
COZINHEIRO

1 ^a	A	B	C	D	E
2 ^a	A	B	C	D	E
3 ^a	A	B	C	D	E
4 ^a	A	B	C	D	E
5 ^a	A	B	C	D	E
6 ^a	A	B	C	D	E
7 ^a	A	B	C	D	E
8 ^a	A	B	C	D	E
9 ^a	A	B	C	D	E
10 ^a	A	B	C	D	E
11 ^a	A	B	C	D	E
12 ^a	A	B	C	D	E
13 ^a	A	B	C	D	E
14 ^a	A	B	C	D	E
15 ^a	A	B	C	D	E
16 ^a	A	B	C	D	E
17 ^a	A	B	C	D	E
18 ^a	A	B	C	D	E
19 ^a	A	B	C	D	E
20 ^a	A	B	C	D	E
21 ^a	A	B	C	D	E
22 ^a	A	B	C	D	E
23 ^a	A	B	C	D	E
24 ^a	A	B	C	D	E
25 ^a	A	B	C	D	E

Rio do Sul, 21 de agosto de 2012.

Agostinho Senem
Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo

CIM-AMAVI
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2012

Gabarito Preliminar
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

1 ^a	A	B	C	D	E
2 ^a	A	B	C	D	E
3 ^a	A	B	C	D	E
4 ^a	A	B	C	D	E
5 ^a	A	B	C	D	E
6 ^a	A	B	C	D	E
7 ^a	A	B	C	D	E
8 ^a	A	B	C	D	E
9 ^a	A	B	C	D	E
10 ^a	A	B	C	D	E
11 ^a	A	B	C	D	E
12 ^a	A	B	C	D	E
13 ^a	A	B	C	D	E
14 ^a	A	B	C	D	E
15 ^a	A	B	C	D	E
16 ^a	A	B	C	D	E
17 ^a	A	B	C	D	E
18 ^a	A	B	C	D	E
19 ^a	A	B	C	D	E
20 ^a	A	B	C	D	E
21 ^a	A	B	C	D	E
22 ^a	A	B	C	D	E
23 ^a	A	B	C	D	E
24 ^a	A	B	C	D	E
25 ^a	A	B	C	D	E

Rio do Sul, 21 de agosto de 2012.

Agostinho Senem
Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo

CINCO**Ata N.04/2012 - Colegiado Turismo - CINCO**

ATA 04/2012 - REUNIÃO COLEGIADO DE TURISMO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e doze, às 09h, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Tangará, sito à Av. Irmãos Picolli, 267, Bairro Centro, Tangará/SC, participaram da reunião ordinária os seguintes representantes dos municípios e convidados: Fraiburgo - Elói Rönnau, Jacqueline Gisele Farina, Caçador - Evelyn Scapin, Iomerê - Inês K. Mariani e Carla Candiago, Matos Costa - Elza Bauermeister H. S. Dobler, Eliza Bauermeister, Pinheiro Preto - Gianna Dalmolin, Tangará - Liziane Leidens Streÿ, Giandra Ceron. Depois das boas vindas os participantes assinaram a Ata da reunião 03/2012, e na ordem do dia: I - Os participantes discutiram sobre as dúvidas no preenchimento do Questionário INVTUR, solucionadas dúvidas dos questionários anteriores. Foi verificado cada item do questionário da Categoria A2 Meios de Acesso ao Município, na oportunidade surgiram várias dúvidas que foram anotadas e ficou acordado entre os presentes que assim que forem solucionadas sejam repassadas para todos. Com a palavra Elói Rönnau solicitou que os encontros em cada município sejam agregados a atividades culturais, turísticas e de conhecimento para que todos possam trocar informações e conhecer melhor a região. Ficou acertado também que para o início das atividades de 2013 a diretoria do Colegiado fará visitas aos municípios integrantes para comprometer para a participação nas reuniões e nos trabalhos do Colegiado de turismo - A próxima reunião do colegiado já está marcada para o dia 12 de Setembro de 2012 às 9h em Pinheiro Preto, local a ser informado. Nada mais havendo a ser discutido eu, Liziane Leidens Strey lavrei essa ata que após aprovação será assinada por todos.